



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LÉIA SANTOS

**A BIBLIOTECA EM PRESÍDIO: RELATOS, À LUZ DOS DIREITOS CULTURAIS,
DE UMA BIBLIOTECÁRIA NA PRISÃO**

SÃO PAULO
2022

LÉIA SANTOS

**A BIBLIOTECA EM PRESÍDIO: RELATOS, À LUZ DOS DIREITOS CULTURAIS,
DE UMA BIBLIOTECÁRIA NA PRISÃO**

Versão corrigida

(Versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação.

Linha de pesquisa: Apropriação social da informação.

Orientador: Professor Doutor Edmir Perrotti

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

SÃO PAULO
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Santos, Léia

A biblioteca em presídio: relatos, à luz dos direitos culturais, de uma bibliotecária na prisão / Léia Santos; orientador, Edmir Perrotti. - São Paulo, 2022.

344 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida.

1. Bibliotecas em presídios. 2. Direitos culturais. 3. Relatos de experiência. 4. Sistema prisional brasileiro. I. Perrotti, Edmir . II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: Léia Santos

Título: A biblioteca em presídio: relatos, à luz dos direitos culturais, de uma bibliotecária na prisão.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Avaliação em: 03/06/2022

Conceito: Aprovada

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edmir Perrotti (Orientador)

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Julgamento:

Profa. Dra. Marie-Claire Sekkel

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Julgamento:

Dr. Ciro Athayde Barros Monteiro

Instituição: Biblioteca Sinhá Junqueira

Julgamento:

A Josefa e Josino.

AGRADECIMENTOS

A toda a população que, por meio de seus impostos, financiaram minha formação em uma estimada universidade pública do País.

Às pessoas em privação de liberdade, desejo a todas o alvará.

Ao orientador, Edmir Perrotti, pela gentileza, generosidade, zelo, atenção e paciência, diante de minha irredutível teimosia, ao longo de todos esses anos de pesquisa, pelas horas e horas de conversa, verdadeiras aulas em formato de reunião de orientação. Também pelas críticas com humor, simpatia e, principalmente, pela persistência em aflorar minha escrita, confiança, percepção e sensibilidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de Mestrado e pelo apoio financeiro, imprescindível para a realização desta pesquisa.

Às integrantes da Banca Examinadora de Qualificação: Profa. Dra. Lucia Maciel Barbosa de Oliveira (ECA/USP) e Profa. Dra. Marie-Claire Sekkel (IP/USP), pelas ideias, sugestões e críticas. Também ao Dr. Ciro Athayde Barros Monteiro, que, juntamente com a Profa. Dra. Marie-Claire, compôs a Banca de Defesa.

À Universidade de São Paulo (USP), professores e funcionários, à Escola de Comunicações e Artes (ECA), ao Departamento de Informação e Cultura (CBD), ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e à Biblioteca da ECA.

À Associação de familiares e amigos de presos/as (AMPARAR) e à Pastoral Carcerária, por me ensinarem o que não aprendi nas aulas e nos livros.

Aos maquinistas e motoristas que, assim como meu pai, dedicam a vida para reduzir as fronteiras que nos separam dos centros.

À Djeanne Firmino (*in memoriam*) e à Gabriela Previdelo Orth (*in memoriam*), com o desejo de que o talento e a potência de mulheres negras sejam reconhecidos e acolhidos na Academia.

E, por fim, às queridas e queridos familiares, aos amigos e amigas, e às professoras e professores que menciono a seguir:

Anísio Josino dos Santos (*in memoriam*), Josefa Maria de Jesus Santos, Loide Santos, Renata Santos, Rosana Santos, Rodrigo Santos, Daniela V. G. Santos, Jefferson A. Teixeira, Leonardo G. Santos, Débora Santos, Luzio Santos e Joseilde de Jesus; Maria do Carmo de Jesus, Eielza Maria de Jesus, Luiz Martins, Erika Souza, Anderson Wagner, Estevan Bispo, Felipe Félix, Irta Januário e família, Felipe Salles, Felipe Policisse, Carlos Barreto, Leonardo Vieira, Eduardo Abreu e aos colegas do buffet; Rodrigo Pereira, Fábio Martins, Dirceu Dias e professoras Rosana, Andreia, Cidinha, Iolanda Campos, Maria do Carmo Monedeiro, Adriana e Fernando Mendonça; Gabriella Melin, Thaís Alexandre, Paula Castanhassi, Jaime/Jairo; Adriana M. Rodrigues, Solange Santana, Ana Momesso, Mariana Crivelente, Caio Vargas Janete, Regina Garcia, Amanda Pedrosa, Natalia Sierpinski, Asa Fujino, Ivan Siqueira, Marivaldi Francelin, Marcelo Santos, Nair Kobashi, Marina Macambyra, Ivete Pieruccini, Vânia Lima, Marilda Lara, Raquel Fernandes, Camila Barreto, Carolina Gregório, João Yuri, Leonardo Martins, Daniela Araújo Fernandes, Mariana Lins, Natália Lago, Regina Santos, Milton Barbosa, Railda Alves, Miriam Costa, Pedro Rivelino, Fábio Campos, Erica Carolina, Paulo, Anderson José, Sara Antunes e Ricardo Vieira, Daniela Pizarro e Maria Cristina Palhares.

RESUMO

SANTOS, Léia. **A biblioteca em presídio:** relatos, à luz dos direitos culturais, de uma bibliotecária na prisão. São Paulo, 2022. 344 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Investiga as relações entre Biblioteca e contextos prisionais, sob a perspectiva dos direitos inalienáveis de todos à educação e à cultura, conforme prevê a legislação brasileira. Especificamente, traça o histórico das leis, recomendações e diretrizes sobre as bibliotecas em prisões, bem como o panorama das pesquisas relacionadas à temática; apresenta histórico da prisão, destacando o contexto nacional. Toma como dados de pesquisa relatos de experiências da pesquisadora como voluntária em unidades prisionais do Estado de São Paulo, entre 2014 e 2021. Para tanto, utiliza-se do método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg, resgatando e analisando indícios, pistas e sintomas extraídos de sua atuação em diferentes ações em presídios e expostos sob diferentes formas ao longo do trabalho. A partir dos relatos, são interrogadas as práticas sociais envolvendo as bibliotecas, averiguando-se se elas obedecem às recomendações legais, se estão em conformidade com premissas da educação e cultura, consideradas direito inalienável de todos os cidadãos do País, tanto em situação de liberdade quanto aprisionados. Conclui que as práticas envolvendo bibliotecas em presídios ferem direitos de educação e cultura das pessoas presas, pois, são, via de regra, oferecidas a pequenos grupos, pouco representativos de todo o contingente prisional do País, além de apresentarem lacunas e restrições quanto às concepções de biblioteca e suas dinâmicas gerais em contextos prisionais. Assim, a prisão, além de lugar de exceção e de agudização de conflitos de várias ordens, inscreve-se em um *continuum de* negação de direitos observados na ordem social ampla, duplica exclusões, seja por negação de direitos previstos em documentos legais, seja pela precarização de direitos de várias espécies produzida pela ordem prisional e suas diferentes estratégias, condições, modos de ordenação e atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas em presídios; Direitos culturais; Relatos de experiência; Sistema prisional brasileiro.

ABSTRACT

SANTOS, Léia. **The library in prison:** reports, in the light of cultural rights, of a librarian in prison. São Paulo, 2022. 344 f. Dissertation (Master in Information Science) - School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

Investigates the relations between library and prison contexts, from the perspective of the inalienable rights of all to education and culture, as provided by the Brazilian legislation. Specifically, it traces the history of laws, recommendations and guidelines about libraries in prisons, as well as the panorama of researches related to the theme; it presents the history of prison, highlighting the national context. It takes as research data reports of experiences of the researcher as a volunteer in prison units of the State of São Paulo, between 2014 and 2021. For this, it uses the indicative method, proposed by Carlo Ginzburg, retrieving and analyzing indications, clues and symptoms extracted from her performance in different actions in prisons and exposed in different forms throughout the work. Based on the reports, the social practices involving the libraries are questioned, ascertaining whether they comply with the legal recommendations, whether they are in conformity with the premises of education and culture, considered an inalienable right of all citizens of the country, both free and imprisoned. It concludes that the practices involving libraries in prisons hurt the rights of education and culture of the imprisoned, since they are, as a rule, offered to small groups, little representative of the entire prison contingent of the country, besides presenting gaps and restrictions as to the conceptions of library and its general dynamics in prison contexts. Thus, the prison, in addition to being a place of exception and aggravation of conflicts of various kinds, is part of a *continuum of denial of rights* observed in the wider social order, duplicating exclusions, either by denial of rights provided for in legal documents, or by the precariousness of rights of various kinds produced by the prison order and its different strategies, conditions, modes of organization and action.

KEY WORDS: Libraries in prisons; Cultural rights; Experience reports; Brazilian prison system.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Unidades prisionais com bibliotecas em São Paulo (2005-2017)	55
FIGURA 2 –	Linha do tempo sobre leis, normas, recomendações e diretrizes relacionadas com as bibliotecas em presídio	74
FIGURA 3 –	Linha do tempo sobre leis, normas, recomendações e diretrizes relacionadas com as bibliotecas em presídio (cont.)	75
FIGURA 4 –	Linha do tempo dos trabalhos de pós-graduação relacionados às bibliotecas em presídios	114
FIGURA 5 –	Suplemento de leitura de Capitães da areia, folha 1	277
FIGURA 6 –	Suplemento de leitura de Capitães da areia, folha 2	278
FIGURA 7 –	Suplemento de leitura de Capitães da areia, folha 3	279
FIGURA 8 –	Suplemento de leitura de O cortiço, folha 1	280
FIGURA 9 –	Suplemento de leitura de O cortiço, folha 2	281
FIGURA 10 –	Suplemento de leitura de O cortiço, folha 3	282
FIGURA 11 –	Suplemento de leitura de O cortiço, folha 4	283
FIGURA 12 –	Suplemento de leitura de O cortiço, folha 5	284
FIGURA 13 –	Suplemento de leitura de Vidas secas, folha 1	285
FIGURA 14 –	Suplemento de leitura de Vidas secas, folha 2	286

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 –	Evolução da população carcerária brasileira (1990-2017)	48
IMAGEM 2 –	Crescimento da população em privação de liberdade (2000-2021)	49
IMAGEM 3 –	Número de pessoas presas no Brasil por tipo de regime	50
IMAGEM 4 –	Perfil etário das pessoas privadas de liberdade no Brasil	50
IMAGEM 5 –	Cor/etnia das pessoas privadas de liberdade no Brasil	51
IMAGEM 6 –	Atividades educacionais no sistema prisional brasileiro	52
IMAGEM 7 –	Atividades educacionais no sistema prisional brasileiro em 2021	53
IMAGEM 8 –	Quantidade de bibliotecas no sistema prisional brasileiro em 2021	53
IMAGEM 9 –	Quantidade de bibliotecas nas unidades prisionais paulistas ...	54
IMAGEM 10 –	Cidades com unidades prisionais paulistas	56
IMAGEM 11 –	Primeiro dia de aula da Mafalda	148
IMAGEM 12 –	Referência do TCC de Carmen Pinheiro Carvalho	324

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	<i>American Library Association</i>
AMPARAR	Associação de Familiares e Amigos de Presos/as
APA	<i>American Psychological Association</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBP	Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDP	Centro de Detenção Provisória
CMB	Curso de Mestrado em Biblioteconomia
COREMETRO	Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo
CTE	Diretoria de Centro de Trabalho e Educação
CV	Comando Vermelho
DG	Diretor Geral
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ECI	Escola de Ciência da Informação
EITECE	<i>Encuentro Internacional de Tesistas e Investigadores en Temáticas de Cárceles y Acceso a Derechos Educativos</i>
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários Cientistas de Informação e Instituições
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FUNAP	Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso

HCTP	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
HQ	História em Quadrinhos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
LEP	Lei de Execução Penal
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCC	Primeiro Comando da Capital
PET	Programa de Educação para o Trabalho
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PREFEM-SE	Presídio Feminino de Sergipe
PT	Partido dos Trabalhadores
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIAEP	Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PARTE I	18
1 INTRODUÇÃO	19
2 NOTAS SOBRE PRISÃO E APRISIONAMENTO	23
2.1 A prisão: aspectos históricos	24
2.1.1 O poder real e os Reformadores	27
2.1.2 O poder disciplinar e os modelos prisionais	32
2.2 O aprisionamento.....	41
2.3 Dados sobre as prisões brasileiras	44
3 A BIBLIOTECA EM PRESÍDIO, NO BRASIL.....	58
3.1 Aspectos legais e dados oficiais	58
3.2 O estudo da Biblioteca em presídio no Brasil	76
3.2.1 Primeiros passos	76
3.2.2 Pesquisas recentes	86
<i>As palavras-chave</i>	89
<i>Os métodos</i>	90
<i>Temáticas</i>	91
<i>Questões levantadas</i>	93
<i>Definições</i>	94
<i>Os objetivos</i>	95
<i>Os papéis sociais</i>	96
<i>Informação</i>	97
<i>Acervo</i>	99
<i>O bibliotecário</i>	101
3.2.3 Dissertações e Tese	104
3.3 Considerações sobre um campo de pesquisa no país	115
4 METODOLOGIA	122
PARTE II	126
5 RELATOS DE UMA BIBLIOTECÁRIA NA PRISÃO.....	127
INÍCIO	129
VISITA	129
PANDEMIA	159
PERGUNTA	162

PENITENCIÁRIA MASCULINA	164
BIBLIOTECA	172
REMIÇÃO	173
AGENTE	174
PASTORAL CARCERÁRIA	175
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	177
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	180
TERMO	181
ESPERA	182
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	183
TERNURA	184
PENITENCIÁRIA FEMININA	185
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO	186
BIBLIOTECÁRIA	187
MÉTODO	188
OBJETIVO	189
PESQUISA EMPÍRICA	189
PERFIS	190
SUGESTÕES	193
BONDE	194
LADO DE DENTRO	195
UNIFORME	196
MEMÓRIAS DO CÁRCERE	197
920	198
BIOGRAFIA	199
DESABAFO	201
VIDAS DO CARANDIRU	202
JOGO	203
CARCEREIROS	205
EMPREGO	207
FILME	209
O PROCESSO	211
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	213

GÊNERO	216
PRISÕES	217
REDES SOCIAIS	217
SANTA CATARINA	219
CHEIRO	219
GOSTO	220
CONTATO	221
CAFÉ	223
CRÍTICAS	224
PLANOS	225
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	229
ENCONTRO	231
REENCONTRO	234
PEREGRINO	237
OPERAÇÃO	240
RODA DE CONVERSA	243
BUENOS AIRES	246
FILA DE VISITA	248
PEDAGOGO	251
CLASSIFICAÇÃO	255
SISTEMATIZAÇÃO	258
QUESTIONÁRIO	261
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	263
SINALIZAÇÃO	265
DOAÇÃO	266
RECOMEÇO	268
TRABALHADORES	270
CHOCOLATE	271
EMBARQUE	272
CÓDIGO	274
POTE	274
SUPLEMENTOS DE LEITURA	276
CAPITÃES DA AREIA	287

CINEMA	288
O CORTIÇO	290
RITA BAIANA	290
VIDAS SECAS	293
SURF	294
VULGO	295
BICA	296
TRANSFERÊNCIA	297
NARRADOR	298
PARECERES	299
A CRUZ	301
A ESPADA	303
QUARENTENA	310
PARTE III	315
6 O DIREITO, PARA ALÉM DA CONCESSÃO	316
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	329
REFERÊNCIAS	333

Eu vou mandar um salve pra
comunidade do outro lado dos muro
As grades nunca vão prender
nosso pensamento, mano.
(RACIONAIS MC'S, 2018, p. 135).

PARTE I

1 INTRODUÇÃO

O direito de acesso universal à educação e à cultura foi se estabelecendo progressivamente, desde os tempos modernos, como categoria imprescindível à constituição dos estados democráticos de direito. A Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948) é documento que explicita e reafirma esse pressuposto geral e fundamental, insistindo em apontar que tal direito não admite distinções de gênero, raça, classe ou entre pessoas em condições adversas, como são aquelas em situação de privação de liberdade.

Nesse sentido, mesmo encarcerada, a pessoa presa continua tendo direitos que afetam sua condição cidadã, vale dizer, sua integridade física, intelectual e moral, sua dignidade, respeito, envolvendo dimensões que vão da alimentação e saúde à educação e cultura. Se, de acordo com Foucault (2013), a função da prisão não é apenas a privação da liberdade, pois os efeitos que ela provoca atingem os sujeitos durante e após o encarceramento, bem como se estendem a todo corpo social, ainda assim, apesar desses efeitos, ao ser condenada, a pessoa presa não é privada juridicamente do direito à formação e ao conhecimento, sendo-lhe garantido por lei o acesso à escola e à biblioteca, que, nesse contexto, podem contribuir significativamente em processos de construção de elos simbólicos indispensáveis à convivência e à participação afirmativa na vida social e cultural.

É nesse sentido que, considerando as características e possibilidades educativas e culturais das bibliotecas (PERROTTI, 2021), nos interrogamos como estas vêm sendo concebidas e introduzidas em contextos prisionais brasileiros, se é possível afirmar que o acesso à biblioteca vem se dando, na teoria e na prática, pela perspectiva de direitos inalienáveis ou por outras perspectivas resultantes mais de concessões, outorgas, segundo modelos piedosos ou paternalistas, muitas vezes eivados de boas intenções, mas voluntaristas e personalistas?

Diante dessa problemática, nosso objetivo foi investigar as relações entre bibliotecas e o contexto prisional, sob a perspectiva dos direitos educacionais e culturais, expressos em documentos dos quais o País é signatário, verificando a partir de quais perspectivas as bibliotecas estão sendo pensadas, via pesquisas, e instituídas na prática. Especificamente, buscou-se

traçar o histórico das leis, recomendações e diretrizes sobre as bibliotecas em prisões no País, bem como um panorama nacional das pesquisas sobre a temática; apresentar panorama histórico da prisão, destacando o contexto brasileiro; relatar experiências como voluntária e pesquisadora em prisões do Estado de São Paulo, entre 2014 e 2021, para, por fim, discutir, a partir das experiências relatadas, se as práticas sociais correspondem às recomendações legais e às premissas da educação e da cultura como direito inalienável a todos os cidadãos em situação de liberdade ou aprisionados.

Portanto, as questões que envolvem a Biblioteca em presídio, no Brasil, se instituíram como nossa temática de pesquisa. *Biblioteca e Prisão* também poderia ser um título bastante adequado ao trabalho, e inclusive chegou a ser cogitado, pois estudar as relações, os intercâmbios, as conexões e as diferenças entre essas duas instituições foi algo que esteve em nosso horizonte, todavia, a expressão para designarmos o nosso principal objeto de estudo, a *biblioteca em presídio*, utiliza a preposição *em* para situar a biblioteca na unidade prisional¹. Nosso intento também foi o de localização, de uma quase decodificação, a fim de entender o lugar da biblioteca em presídio na realidade e na Biblioteconomia brasileira, sabendo que, enquanto campo de estudo, este reflete, mas também se projeta sobre o campo de atuação, num movimento dialético e complexo envolvendo as categorias da teoria e das práticas sociais.

Apesar de encontrarmos elementos que apontam para os direitos das pessoas presas, nosso desígnio acabou por deixar pistas de que o pouco, ou, ainda, recente e raso, lastro de pesquisas sobre a temática decorre, na verdade, das limitações da própria Biblioteconomia, enquanto área mais voltada à resolução de questões práticas imediatas do que a estudos e reflexões próprios aos campos propriamente científicos. Em sua fusão com a Ciência da Informação (CI), a fim de, aparentemente, alçar outro *status* ou para garantir sua relevância e existência, a Biblioteconomia não solucionou tal impasse, na maioria das vezes deixando-se cair no anamorfismo epistêmico, o que resulta, ainda, em uma busca inconclusa para se definir enquanto episteme e encontrar um objeto,

¹ Nesta pesquisa, o termo unidade prisional é o termo genérico para diferentes espaços de privação de liberdade, a saber: penitenciárias, centros de detenção provisória, centros de progressão penal, hospitais de custódia, entre outros.

mantendo-se camuflada pelo manto mais retórico que efetivo da interdisciplinaridade.

Esse processo, que aqui indicamos como fusão, vem incidindo na formação de futuros bibliotecários e bibliotecárias e de pesquisadores e pesquisadoras, ao menos nos que se interessam pela biblioteca em presídio, o que detalharemos ao longo do terceiro capítulo. Registrem-se, aqui, apenas dificuldades decorrentes da ausência de reflexões sobre o significado educacional e cultural do objeto em causa – bibliotecas – não apenas quando situadas em contextos prisionais, mas também em múltiplos contextos em que se apresentam, sem efetivamente se interrogarem sobre suas formas, linguagens, dinâmicas e processos. Afinal, o que é uma biblioteca? E num contexto prisional? Quais são suas modalidades, seus modos de ser, de se apresentar socialmente? Como e por que constituí-la como instância pública de mediação cultural?

Nossas interrogações sobre a biblioteca nas prisões brasileiras tomam como ponto de partida duas de nossas experiências com trabalhos de leitura em presídios – a primeira em uma penitenciária feminina, por meio de oficinas realizadas na biblioteca, e a segunda em um centro de detenção provisória (CDP) masculino, no contexto de um projeto de remição de pena por leitura. Utilizamos os relatos de experiência enquanto instrumento de investigação e como método de análise dos dados coletados, tomando como referência metodológica o “paradigma indiciário” (LEANDRO; PASSOS, 2021), para, a partir dos indícios, pistas e sintomas percebidos e registrados pela memória da pesquisadora ao longo de suas atuações nas “oficinas” nos presídios, responder à questão proposta pelo exame das marcas deixadas pela experiência na pesquisadora e que cobrem um vasto território cognitivo, afetivo, relacional, social e político.

Este estudo justifica sua realização, em primeiro lugar, porque as relações entre Biblioteca/Biblioteconomia e Prisão permanecem veladas no País; de outro lado, olhar a biblioteca, nesse contexto, nos leva a vislumbrar um campo de estudo e atuação, e, com efeito, olhar como os três termos – Biblioteca, Biblioteconomia e Prisão – refletem nossa sociedade e seus aspectos educativos, culturais, ou seja, o estado em que se apresentam no país, questão fundante da modernidade como a dos direitos.

Desse modo, organizamos o trabalho da seguinte forma: no capítulo 2, apresentamos considerações sobre o histórico da instituição prisão e seguimos com dados sobre o sistema prisional brasileiro. Em seguida, no capítulo 3, elencamos leis e normas sobre as bibliotecas em presídios, que fundamentam as bibliotecas como um direito, e discorremos sobre as pesquisas relacionadas à temática no Brasil. Na metodologia, capítulo 4, apresentamos o percurso de pesquisa e a escolha dos relatos e do paradigma indiciário. No capítulo 5, relatamos as experiências vivenciadas entre 2014 e 2021 em unidades prisionais paulistas, que nos levam a apresentar, no capítulo 6, como as perspectivas legais e as práticas sociais concretas não coincidem. Em seguida, tomando por base os relatos feitos, expomos as considerações finais da pesquisa, em que procuramos demarcar nossa posição acerca do ponto em que se encontram, entre nós, na teoria e na prática, as questões envolvendo direitos fundamentais implicados na problemática da Biblioteca em presídio.

2 NOTAS SOBRE PRISÃO E APRISIONAMENTO

Tenho a firme convicção de que o famoso sistema de celas atinge apenas um objetivo, falso, aparente, enganador. Suga a seiva viva do homem, enerva-lhe a alma, debilita-a, assassina-a e depois nos apresenta uma múmia moralmente ressequida, um semilouco, como modelo de reeducação e arrependimento. (DOSTOIÉVSKI, 2020, p. 46).

A pena privativa de liberdade como a conhecemos hoje, e que se tornou o principal meio de punição e repressão às condutas ditas socialmente desviantes, teria se instituído historicamente no pós-renascimento, com o triunfo do mercantilismo e de modos de vida que passaram a adotar outras formas de castigo, face à inadequação dos modelos tradicionais aos novos tempos históricos. De acordo com a tese de Rusche e Kirchheimer (2004), segundo a qual cada sistema punitivo possuiria um sistema econômico correspondente, quando outros modos de punir mostraram-se economicamente sem a devida pertinência e adequação aos modos de produção, estabeleceu-se nova forma, ajustada às demandas da acumulação mercantil. Tomando como referência os períodos históricos, Maia (2009) afirma que, na Idade Média, as punições se dariam sobretudo por meio de penitências e multas; na Renascença, prevaleceriam as mutilações e o exílio; e no Iluminismo, período de consolidação das classes burguesas surge a pena de privação de liberdade como modelo de correção, a ser adotado no mundo organizado sob as novas premissas mercantis.

Ainda, em consonância com os apontamentos de viés economicista de Rusche e Kirchheimer,

[...] a obrigatoriedade do trabalho dos presos nas galés, no século XVI, deveu-se à escassez de trabalhadores livres, os quais se negavam a realizar insalubre tarefa; a repressão à mendicância e vadiagem, contrárias aos valores da ascendente burguesia, determinaram o surgimento das casas de correção no fim no século XVIII; o sistema de encarceramento foi impulsionado pelo Mercantilismo e pelo Iluminismo, e assim por diante. (IFANGER, 2013, [p. 1-2]).

Uma interpretação de viés marxista, para o surgimento da privação de liberdade como modo de correção, é de Melossi e Pavarini (2010). Para eles, “[...] a prisão surgiu como uma ‘pré-fábrica’, ou seja, o envio de criminosos e vadios para as casas de correção tinha a função precípua de transformá-los em operários laboriosos, treinando-os para a rotina de trabalho nas fábricas.” (MAIA, 2009, p. 16).

Dessa forma, segundo tal ótica, o modo de produção capitalista teria encontrado na pena de privação de liberdade, inicialmente por meio das casas de correção, a estratégia correspondente a seus propósitos de afirmação da ordem social por ele gerado e que prevaleceria após a consolidação da hegemonia burguesa no mundo ocidental.

A execução da pena privativa de liberdade encontrou na prisão antes um espaço de passagem, local de retenção temporária dos sujeitos para aplicação de diferentes tipos de pena, uma protagonista da ação penal. Adiante, além de descrever os estágios de sua consolidação, iremos, posteriormente, falar de seus efeitos.

2.1 A prisão: aspectos históricos

A história da prisão não é a de sua progressiva abolição, mas a de sua reforma. A prisão é concebida modernamente como um mal necessário, sem esquecer que guarda em sua essência contradições insolúveis. (BITENCOURT, 2017, p. 39).

Na Antiguidade, não foi atribuído à privação da liberdade o *status* de sanção penal, meio de punição. Segundo Bitencourt (2017, p. 42), “[...] até fins do século XVIII a prisão serviu somente aos objetivos de contenção e guarda de réus, para preservá-los fisicamente até o momento de serem julgados ou executados”. O autor descreve a prisão como a antessala das penas corporais, amplamente utilizadas, como mutilações, açoites ou somente os suplícios.

Michel Foucault (2013), na obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, descreve que esse tipo de pena – suplício –, longe de representar barbárie e selvageria, como descrito pelos Reformadores (Howard, Beccaria e Bentham), era, na verdade, um procedimento, uma tecnologia do poder, marcada por

hierarquias, precisões e com efeitos físicos e políticos, previamente mensurados. As técnicas para obter dor, que progressivamente conduziam à morte, começavam no Inquérito. No momento de produção da verdade, aferição de provas, produzidas, por meio de tortura, não de inocentes, mas de parcialmente culpados ou culpadas, que posteriormente seriam condenados.

O primeiro momento de aferição de provas – o inquérito – era secreto, tornando-se público a partir do corpo do condenado, quando este era exibido em via pública, após os procedimentos secretos até a obtenção da confissão. Dessa forma, o corpo do sujeito anunciava sua acusação, sua culpa, sua pena (FOUCAULT, 2013).

Além dos efeitos imediatos e visíveis no corpo do supliciado, o evento era um episódio de demonstração de força e poder do soberano, que, tendo suas vontades representadas pela letra da lei, era pessoalmente atacado com o seu descumprimento. Em certa medida, todo crime era tido como de lesa-majestade e, para restabelecer sua imagem, para remover o astro colocado à sua frente, eclipsando-o, o soberano, por meio dos suplícios, demonstrava seu poderio, adicionando mais sofrimento do que o produzido pelo supliciado, evidenciando a desproporção das forças e o quanto o poder real era exponencialmente maior (FOUCAULT, 2013).

Além do efeito político de demonstração de força e poder, os suplícios também eram o momento de intimidação e dissuasão da população. No palco, o carrasco e o supliciado emulavam o poder real, quando, na prática, o personagem principal eram os espectadores, o povo.

Segundo Foucault (2013), mesmo não correspondendo à maioria das sentenças punitivas, as demais penas guardavam certa semelhança com os suplícios, que nada mais eram do que um conjunto de procedimentos que, sistematicamente encadeados, detinham a vida do condenado em sofrimento até o auge da punição, a morte. Dentre as descrições feitas desse modo de punição por Foucault (2013), destacamos a produção da verdade, o corpo, a ostentação e o ritual político.

O inquérito era a parte secreta do processo, não havia a possibilidade de haver um advogado ou defesa, na verdade, o acusado era chamado a “depor”, mas mais no sentido de confirmar sua culpa, atestando a verdade das provas, apresentadas contra ele, do que para se defender. A confissão se

constituía como a mais forte das provas, a verdade viva e transmitida pelo acusado.

Havia um quê de duelo entre o Juiz e o interrogado. Não confessando a culpa, a vitória era do acusado, já que se ele, resistindo à tortura, não confessasse, não seria condenado. Caso ele fosse culpado, se livrava da morte por suplício, sofrendo uma punição “menor”, sendo física, mas preservando a vida. Já o inocente era o maior prejudicado, pois não havia presunção de inocência, mas, sim, culpa parcial (FOUCAULT, 2013).

Quando a vitória era do juiz, sendo o réu um culpado que confessa, ou um inocente que sucumbe à tortura, o condenado admitia sua culpa e levava sobre seu corpo sua condenação. O corpo do condenado era a réplica viva da informação, da verdade produzida com o inquérito (FOUCAULT, 2013, p. 40).

Nesse sentido, o corpo se configurava como suporte público do processo ocorrido em segredo, como arauto da condenação. O condenado reconhecia solenemente seu crime, fazendo justiça a si mesmo, confessando publicamente a verdade produzida no momento do Inquérito. O corpo era o elo de ligação entre o suplício e o crime, o crime e o castigo. Isso porque os castigos corporais mantinham uma correspondência com o crime supostamente cometido, então a população, ao ver o tipo de castigo, poderia enxergar o ato praticado.

O movimento de levar sobre o corpo as mesmas dores que causou servia como anulação do crime, mas o suplício comportava também a desproporcionalidade, essencial para que a força e o poder ultrajados do soberano reduzissem o condenado a pó (FOUCAULT, 2013, p. 43-47).

Além de manifestar o poder e validar o julgamento, ou seja, atestar a verdade dos autos, o suplício servia para promover o terror na população. Contudo, assim como as ambiguidades que marcam as outras etapas do processo (FOUCAULT, 2013), o suplício também gerava comoção para com o condenado, que podia ser lido como herói, um mártir. A condenação podia gerar também a revolta contra o carrasco ou contra a condenação, no caso de esta ser tida como injusta ou contra um trabalhador tido como inocente.

O pavor dos suplícios na realidade acendia focos de ilegalismo: nos dias de execução, o trabalho era interrompido, as tabernas ficavam cheias, lançavam-se injúrias ou pedras ao carrasco, aos policiais e aos

soldados; procurava-se apossar do condenado, para salvá-lo ou para melhor matá-lo; brigava-se, e os ladrões não tinham ocasião melhor que o aperto e a curiosidade em torno do cadafalso. Mas principalmente – e aí é que esses inconvenientes se tornavam um perigo político – em nenhuma outra ocasião do que nesses rituais, organizados para mostrar o crime abominável e o poder invencível, o povo se sentia mais próximo dos que sofriam a pena; em nenhuma outra ocasião ele se sentia mais ameaçado, como eles, por uma violência legal sem proporção nem medida. (FOUCAULT, 2013, p. 61).

Por gerarem revolta e por serem um potencial momento de “desordem”, existia um apelo para a suspensão dos suplícios por parte também dos Reformadores, que apontavam uma série de inconveniências e ineficiências. Mesmo diante das críticas, talvez o fator mais relevante para a mudança dos suplícios para outras formas de punição tenha sido a ausência do poder soberano, a partir da revolução burguesa, que limitou os poderes e arbitrariedades da realeza. A ausência dessa figura, ou desse poder, atrelada à mudança do cenário econômico, levou à necessidade de um novo sistema punitivo, que preservasse a força da mão de obra, potencializasse as funções a serem exercidas pelo corpo, em um cenário de aumento da produção industrial.

2.1.1 O poder real e os Reformadores

O que entendemos por poder real vem da figura do soberano, do Rei, sendo ele, como dissemos, a medida de todas as coisas e a sociedade configurada a partir de suas determinações. A sua palavra era a lei, podendo variar de acordo com sua vontade exercida por seu poder absoluto e divino.

No âmbito das punições, o expoente do castigo estava relacionado aos crimes contra a vida, principalmente a vida do soberano. Na França, Damiens, executado em 2 de março de 1757 pelo crime de parricídio, foi condenado à morte, mas foi progressivamente ferido, queimado em regiões sensíveis, cortado, esquartejado e, por fim, recebeu óleo quente sobre suas feridas (FOUCAULT, 2013), uma forma lenta e dolorosa de morrer.

Na medida em que o rei constituía a fonte da justiça, todo crime atingia sua pessoa e possuía, portanto, um elemento de lesa-majestade. Este constituía crime tão abominável, que era comparado à lepra, atingindo, desse modo, também toda a linhagem. Ele se desdobrava, em várias modalidades, como tratar a morte do rei, um levante, além de mais outras seis. A forma excessiva, que tomava o castigo se manifestava no estilo de vitória e de batalha que tomava a vindita real sobre o corpo do condenado. Bem mais do que as atrocidades a que foi submetido

Damiens, que atentara contra Luís XV, a sanha do rei contra os Távoras, pelo número de vítimas e não pela forma, antecipa as execuções dos aristocratas na Revolução Francesa. (MOTTA, 2011, p. 349).

Sendo todo o crime uma ação contrária à determinação do soberano, a punição, a vindita, continha um caráter bastante pessoal, o que abria espaço para abusos, arbitrariedades e desproporcionalidade na forma de punir. Foi um pouco contra esse contexto que o milanês Cesare Bonesana (1738-1794), conhecido como um dos Reformadores, marquês de Beccaria, escreveu *Dos delitos e das penas*, obra profundamente inspirada pelo movimento Iluminista e que teve como bússola a igualdade jurídica, a limitação de crimes e delitos e a proporcionalidade entre crime e castigo. O humanista Beccaria partiu de uma concepção utilitarista da pena, sem entrar no mérito da dignidade humana, mas buscando utilidade na punição, como exemplo e correção, afastando-se da “[...] barbárie e [d]as ideias ferozes dos caçadores do Norte.” (BECCARIA, 2015, p. 12) e de castigos e vinganças sem efeito a longo prazo. Para ele, amputar um membro ou executar um sujeito, por exemplo, era uma forma de punição que ocorria muito rapidamente. Na contramão, Beccaria (2015) propõe uma punição longa, permanente e associada ao ato criminoso, assim como a sombra ao corpo, tendo como efeito alertar para a punição por mais tempo, quase que perenemente.

Buscando imprimir maior legitimidade às leis, Beccaria (2015) destacou a figura do legislador, por meio da noção de contrato social, que propunha a renúncia a porções de liberdade, sendo a lei o local de depósito dessas porções. Limitando as ações e estipulando correspondências entre os desvios de condutas e as penas a serem aplicadas aos sujeitos. Beccaria (2015) parte de uma possível limitação do poder soberano, criticando posicionamentos despóticos e buscando introduzir no imaginário social o medo da punição, mas de uma punição específica, correspondente ao ato perpetrado.

Não muito diferente de seus contemporâneos enciclopedistas franceses – Voltaire, Rousseau e Montesquieu –, Beccaria era favorável a que a população tivesse acesso às luzes, ao texto da lei, para que assim soubesse quais eram os crimes e suas respectivas sanções. Em seu livro, fala das prisões, dos tipos de punição, da tortura, da pena de morte e de sua inutilidade (BECCARIA, 2015).

Sua obra não teve apenas efeito efêmero ou regional, mas sua influência se estendeu a muitos outros filósofos e ajudou a pensar as doutrinas, a punição e a reforma dos meios de punição.

O inglês John Howard (1726-1790) foi um dos influenciados quando escreveu, em 1777, *The state of the prisons in England and Wales*² e descreveu as péssimas condições das prisões da ilha que, no seu entendimento, feriam a caridade cristã. Howard “[...] propôs ao Parlamento inglês uma série de mudanças que tinham como inspiração as penitenciárias americanas e na Europa continental, como o confinamento solitário, o trabalho e a instrução religiosa para os presos.” (MAIA, 2009, p. 14). Quando a pena de degredo não mais tinha o território norte-americano como destino, a nova opção passou a ser a Austrália, mas a pena de degredo, assim como a de morte e mutilação, também era motivo de críticas por outro conhecido Reformador, Bentham, também influenciado por Beccaria.

O também inglês Jeremy Bentham (1798-1832) foi um jurista inglês que escreveu *O panóptico*, sua obra mais conhecida e que lhe custou anos de vida e fortuna, investidos na confecção da obra e da estrutura.

O panóptico exerce na vida e na obra de Bentham um lugar considerável. Durante vinte anos, a realização de tal projeto foi sua maior obsessão, uma espécie de ideia fixa que por vezes surpreendeu seus amigos e foi até tachada de loucura. (PERROT, 2019, p. 134).

Apesar de *O panóptico* ser seu expoente, antes de chegar a ela, escreveu muito. Formado em direito, ao longo dos anos se dedicou a fazer críticas ao então meio punitivo e ao Código Penal inglês, tendo na punição outras aspirações.

Buscar a base do direito para estabelecer uma ciência da moral e, por meio disso, uma legislação científica e racional; elaborar um código que não seja mais uma simples acumulação de costumes e de práticas; prosseguir a via iniciada por Beccaria (outra revelação, autor de *Dei delitti e delle pene*, traduzido para o inglês em 1767); essas parecem-lhe ser, a partir daí, as tarefas mais urgentes, sua vocação imperiosa: ser o Newton de mundo moral cujo epicentro é o lucro. (PERROT, 2019, p. 130, grifos da autora).

² HOWARD, John. **The state of the prisons in England and Wales**: with preliminary observations and an account of some foreign prisons. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/state-of-the-prisons-in-england-and-wales/06A90E540078034F13A74E63F472DA60>. Acesso em: 14 mar. 2022.

As perspectivas de Bentham estavam muito ligadas ao utilitarismo, em associação com o direito e a penalidade.

A penalidade deve ser uma ciência dos efeitos minuciosamente calculados, tendo como base uma observação psicológica. Trata-se de um conjunto de penas regulares, graduadas, proporcionais e adequadas ao delito (dever-se-ia castigar a violação com a castração), populares (sendo impopular a castração, não se a praticará), exemplares, espetaculares; penas que, lançando mão dos recursos do imaginário, mobilizam toda a força e toda a sutileza de uma semiologia refinada. A punição é, antes de tudo, uma arte de encenação, feita para suscitar o temor, procedimento essencial do governo, e para, com isso, dissuadir. (PERROT, 2019, p. 138).

E, para além de ser exemplar, a punição deveria ser também econômica:

Nenhuma subsistência, nenhuma força devia se perder. Tratava-se de captar todas as pulsões humanas para transformar em energia, em força produtiva, palavras-chave desses tempos de desenvolvimento econômico, de produção de trabalho com o prazer e o sofrimento. É precisamente com base nessas tendências, na verdade matematicamente calculada (Bentham aperfeiçoa toda uma escala numérica da intensidade das sensações), que se fundará todo o sistema de governo: o código, a economia. Eis aí a técnica do represamento e da canalização aplicada à psicologia humana: o utilitarismo é uma hidráulica dos prazeres. (PERROT, 2019, p. 131-132).

A idealização do panóptico, por Jeremy Bentham, via na mutilação e no desterro um verdadeiro desperdício. Segundo ele, não fazia sentido “incapacitar” um corpo saudável, passível de produção de lucro, ou privar o Estado do uso daquele corpo, via desterro. Antes, era correto formatar o sujeito, imprimir nele, via vigilância e coação psicológica, o gosto pelo trabalho.

O fim principal da pena é a regeneração do homem ou a sua correção moral e o exemplo, todos os mais estão circunscritos ou dependentes daqueles. Ora, a pena de morte não preenche o fim principal, não corrige nem serve de exemplo. A cessação da vida fará desaparecer, embora, o homem mau, mas que se deveria esperar alguma coisa, talvez, pelo arrependimento e pelo remorso. Matar o criminoso é o mesmo que o médico que amputa um membro do corpo humano, não porque seja necessário à cura, e sim porque a cura seja mais difícil e morosa. E qual o lucro da sociedade? Perder um homem que podia ganhar bons serviços. Eis a pena de morte contrariando o fim principal da pena – a regeneração do homem ou sua correção moral. (ALVES *apud* MOTTA, 2011, p. 78).

Bentham escreveu *O panóptico* em viagem à Rússia, quando passou a pensar na execução do seu projeto. A partir do contato com o trabalho de seu irmão, o arquiteto e engenheiro Samuel Bentham, as questões arquitetônicas começaram a integrar a produção e as projeções de Jeremy para a criação de

uma espécie de máquina que, por vigiar continuamente os sujeitos, agiria moldando suas atitudes.

Se encontramos um meio de controlar tudo o que pode acontecer a um certo número de homens, de dispor de tudo o que os rodeia, de modo a causar neles a impressão que queremos produzir, de assegurarmos de suas ações, de suas ligações de todas as circunstâncias de sua vida, de maneira que nada possa escapar nem opor-se ao efeito desejado, não podemos duvidar que em meio dessa espécie será um instrumento muito enérgico e muito útil que os governos poderiam aplicar a diferentes objetivos da maior importância. (BENTHAM *apud* PERROT, 2019, p. 134).

“Foi meu irmão o primeiro que me deu a ideia da arquitetura de minha prisão.” (BENTHAM *apud* PERROT, 2019, p. 141). Quando regressa a Londres, de sua biblioteca, traça planos para ordenar o mundo.

Bentham regressa a Londres em 1788 para dali quase não sair mais, pois fizera, na sua opinião, viagens inúteis. Frívola diversão que não ensina nada, a viagem não passa de um desperdício dispendioso. Esse jovem de trinta anos de idade faz da biblioteca observatório e quartel general. Vê na escrita triunfante a mais eficaz das formas de conhecimento e de ação. Esse inglês friorento (que por economia mal se aquece) pressente o poder das palavras e dos sistemas de organização. É por meio deles que ele pretende começar a reformar o mundo, colocá-lo em ordem. (PERROT, 2019, p. 131).

A recepção da obra não ocorreu da maneira esperada. Apesar de a primeira versão ter sido editada em Dublin, foi na França que passou a ser discutida pela primeira vez. A essa altura, o país vivia um clima de mudanças, o rei fora deposto e imperava uma série de eventos de instabilidades. Havia a necessidade de levar ar, luz e limpeza (PERROT, 2019) aos cárceres, essa perspectiva higienista estava altamente ligada à atuação de médicos que, além de trabalharem na inspeção das prisões, reforçavam o discurso do detento como paciente, associando prisão, hospital e os “indesejáveis” a uma única instituição.

Segundo Michelle Perrot (2019, p. 150),

[...] se o panóptico, em sentido estrito do termo, não chegou nunca a ser realizado, o panoptismo, considerado como princípio de vigilância central (o essencial aos olhos de Bentham), ia, pouco a pouco, modificar o sistema carcerário e a arquitetura penitenciária.

O projeto penitenciário situava-se no centro do debate e não só Bentham pensava em soluções para a questão. Havia em seu tempo uma predisposição a olhar para os “modos de punição” e “execução de pena” na busca por soluções para suas implicações. Os evangelistas, como são

chamados por Perrot (2019), tinham uma visão voltada para o espírito; Bentham, em oposição, era materialista, e sua perspectiva de prisão estava associada ao lucro. As divergências sobre os modelos prisionais na França e na Inglaterra eram fortes e foram reforçadas com o surgimento dos modelos do outro lado do Atlântico. Ironicamente, foi a partir do modelo americano que os franceses aceitaram o projeto de Bentham (PERROT, 2019), já com uma nova roupagem, mas ainda com o modelo arquitetônico como parte do modo punitivo.

Para além da prisão, as epístolas fictícias que compõem *O panóptico* foram destinadas a outras instituições, como hospitais, escolas e fábricas. Segundo Perrot (2019, p. 160), “[...] o caráter surpreendente d’O Panoptico está em sua penetração de servir de solução uniforme para todas as instituições e arquiteturas de vigilância”. A autora salienta ainda que o formidável plano de Bentham, de transformação social pelo controle, tinha tons de ficção científica e que, como em todas as utopias, ele nos diz algo sobre o futuro, “De Bentham a Orwell” (PERROT, 2019, p. 157).

Olhando para os Reformadores e os períodos aos quais pertenciam, vemos o percurso do poder, observamos a mudança no sentido e no modo de punir, como descreveu Foucault (2013). A punição passou a ser interna, fechada, invisível aos olhos da população. A passagem da pena de suplício à prisão-pena não foi apenas presenciada, mas influenciada por Beccaria, Howard e Bentham.

2.1.2 O poder disciplinar e os modelos prisionais

Não mais um teatro, tendo como personagem principal a população, como atores coadjuvantes o condenado e o algoz, e como pano de fundo a ideia de vingança e exibição de força do soberano, gerando, como efeito, o terror, para que a representação da pena e suas desvantagens fossem mais vivas que seus prazeres.

Com a alteração do modo de punir,

[...] o corpo é colocado num sistema de coação e de punição, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. (FOUCAULT, 2013, p. 16).

A liberdade dos sujeitos passou a ser considerada socialmente, ao mesmo tempo, um bem e um direito. Segundo Angela Davis (2018), a noção de direitos individuais só foi possível após as Revoluções Francesa e Americana e com a aquisição da perspectiva do indivíduo como detentor de direitos e liberdades formais. De acordo com a autora:

Se o indivíduo não era reconhecido como detentor de direitos e liberdades inalienáveis, então a alienação desses direitos e liberdades por meio do isolamento da sociedade em um espaço governado de forma tirânica pelo Estado não faria sentido. (DAVIS, 2018, p. 47).

Foucault (2013) salienta que, antes da Revolução Industrial, os corpos não tinham o valor que passaram a ter com o trabalho fabril. Anteriormente a mão de obra era abundante, mas, com o aumento da demanda, havia a necessidade de preservar a força de trabalho e treiná-la para a perfeita execução das tarefas. Essa mão de obra ainda bruta, “selvagem”, vinha do campo, fugia da fome do campo para as cidades, eram mendigos, mulheres sem família, grávidas e toda a sorte de “indesejáveis”, que passam a compor as casas de correção, de educação para o trabalho, o que viria a desembocar na prisão (PERROT, 2020; MELOSSI; PAVARINI, 2010).

Modelos punitivos de encarceramento surgem na Holanda, na Inglaterra e nos Estados Unidos, os quais, em resumo, tinham em comum a ideia de punir para transformar o culpado e os processos para singularizar a pena (duração, natureza, castigo). Entretanto, tinham como principais diferenças a tecnologia de pena, o procedimento de acesso ao indivíduo e diferentes instrumentos para a transformação deste.

Acreditava-se, na perspectiva cristã, que o isolamento tinha efeito emancipador. De acordo com Angela Davis (2018, p. 51), “[...] o corpo era colocado em condições de segregação e solidão a fim de permitir que a alma florescesse”. A lógica da arquitetura penitenciária emulava a vida monástica, um reflexo das origens dos idealizadores desse modelo, profundamente religiosos.

Assim, eliminou-se da punição o caráter de humilhação moral e física, muito presentes nos suplícios, passando a ter o aprisionamento a função de prevenção do delito e “readaptação” do dito criminoso. A finalidade da pena deixou de ser causar dor física, e o objeto da punição deixou de ser o corpo, para atingir a alma do infrator, incidindo, assim, sobre seu coração, intelecto, vontade

e disposição (FOUCAULT, 2013). É nesse sentido que a mudança dos meios de punição, mais do que a humanização das condutas ou a adaptação a novas formas de produção, para Foucault (2013), foi, na verdade, mudança das tecnologias de poder.

Apesar de destacarmos Bentham no rol dos reformadores, é no contexto do poder disciplinar, e não do monárquico, que se dá a incidência de seus escritos. Foucault (2013) caracteriza essa nova configuração do poder de punir a partir da noção de sociedade disciplinar. É nesse momento que os escritos e o projeto de Bentham ganham projeção, e, ainda hoje, o princípio do que Perrot (2019) chamou de panoptismo é observado em nossas atividades cotidianas. Em *Vigiar e punir*, Foucault (2013) também chama a atenção para o arquipélago disciplinar que, muito além da prisão, caracteriza a nossa sociedade pelos modos de controle que se capilarizam em tantas outras instituições e exercem seu poder a partir de exames, classificações, enquadramentos e vigilância constante (FOUCAULT, 2013).

A sociedade disciplinar é o resultado da transição dos suplícios para uma outra forma de punição, que, na contramão do modo anterior de exercício do poder – explícito, público, teatral, visual, físico, cotidiano e inquisitorial –, passa a ser velado, secreto, abstrato, intrínseco, pudico, impessoal e quase que diluído em meio às atividades diárias (FOUCAULT, 2013).

Essa transição dos meios de punir, que se travestiu de humanização, foi protagonizada por cristãos, em sua acepção protestante, que viam no encarceramento um momento de reflexão e aproximação de Deus. Parte desses pensamentos ficou explicitada nos modelos prisionais propostos que, nos Estados Unidos, estavam em dois estados diferentes, a saber: Nova Iorque e Pensilvânia.

Na Pensilvânia, segundo Bitencourt (2017), as primeiras experiências que se aproximaram de um sistema prisional celular foram de iniciativa da *Philadelphia Society for Alleviating the Miseries of Public Prison*, fundada em 1787 e que levava consigo, além dos preceitos reformistas presentes em Beccaria e Howard, os princípios filantrópicos de que “[...] a caridade nos torna conforme o próprio Filho de Deus.” (COOPER, 1753 *apud* MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 154), que, na verdade, repousavam em uma maneira de ver o pauperismo por uma perspectiva religiosa, não como consequência política e

social, tratável a partir de políticas para esse fim. O problema era visto e tratado como uma condição providencial.

[...] o pauperismo foi interpretado como um fenômeno natural, inevitável e justo, assim como justa e obrigatória deveria ser considerada a assistência aos indigentes, sempre, porém, sob uma ótica caritativa de tipo individual. Na raiz desta postura religiosa emerge claramente a convicção de que a estratificação social existente reflete uma ordem divina, segundo a qual, o *status* de pobre não deveria ser considerado nem acidental, nem fortuito, mas providencial. (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 154).

Havia o dever moral de socorrer os pobres, mas não a preocupação em eliminar a pobreza. No pós-Revolução Americana, os Estados Unidos assistiram ao exponencial crescimento da população e da produção industrial, ao norte, que, nesse período de ascensão, viu a mudança no que se pensava até então sobre a pobreza, já que a prosperidade estava ao alcance de todos a pobreza não era mais vista como uma condição de determinado grupo, mas como consequência da ação individual (MELOSSI; PAVARINI, 2010).

[...] se a situação econômica é efetivamente capaz de permitir o pleno emprego, a causa principal do pauperismo só pode ser de natureza individual. Rompe-se, assim, definitivamente, com a antiga visão social do pobre, típica do período colonial. Começa-se a falar de pauperismo culpável (*pauper*) e não culpável (*poor*), e, em termos gerais, de responsabilidade subjetiva dos *status* de indigente e carente. (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 179, grifos dos autores).

Se no período colonial a família tinha o papel educativo, no pós-revolução essa função repousava sobre as instituições. Ainda no período colonial, o Quaker William Penn (1644-1718), fundador da província da Pensilvânia, inaugurara uma *house of correction* ou *workhouse*, inspirada nas casas de trabalho holandesas. Penn, como Quaker, repudiava todo ato violento e restringiu a pena de morte apenas a crimes contra a vida. Com a sua morte, houve um retorno às leis inglesas, com as quais ele havia rompido, mas a atuação de Penn serviu de influência para o surgimento de associações destinadas a reformar as prisões e suavizar as condições de encarceramento (BITENCOURT, 2017). A *house of correction* de Penn tinha como alvo os imigrantes, mas também era usada em casos de detenção provisória e para devedores. Já no pós-Revolução Americana, com o aumento da produção industrial, somada à visão da pobreza como resultado da ação individual, o

comportamento se torna passível de correção em instituições, aumentando a população da *house of correction*.

A *Philadelphia Society for Alleviating the Miseries of Public Prison*, preocupada com o aumento da população prisional, decide construir uma pequena unidade para isolamento celular dos reclusos com maior periculosidade. Como já mencionado, a inspiração estava no trabalho de Howard e, segundo Bitencourt (2017), esse grupo tinha otimismo e a crença de que o isolamento poderia reformar os sujeitos. Ainda segundo Bitencourt (2017), essa primeira tentativa não funcionou, até que em 1829 foi concluída a obra da *Eastern Penitentiary*, onde, efetivamente, o modelo de Filadélfia passou a funcionar.

Como suas características, podemos citar o isolamento celular, a pessoa presa tendo contato apenas com o carcereiro, silêncio absoluto e pequenos trabalhos manuais na cela. Charles Dickens visitou a *Eastern* em 1842 e relatou:

Em suas intenções, estou bastante convencido de que ele é bom, humano e destinado à regeneração; mas estou persuadido de que aqueles que elaboraram esse sistema de Disciplina Prisional, e os cavalheiros benevolentes que o colocaram em prática, não sabem o que estão fazendo. Acredito que pouquíssimos homens são capazes de estimar a imensa quantidade de tortura e sofrimento que essa terrível punição prolongada por anos, inflige a quem é vítima dela (...). Estou cada vez mais convencido de que há um martírio profundo e pavoroso nisso que ninguém além das próprias vítimas pode imaginar, e que nenhum homem tem o direito de infligir a seus semelhantes. Considero essa manipulação lenta e diária dos mistérios da mente infinitamente pior do que qualquer tortura imposta ao corpo (...) porque suas feridas não ficam na superfície, e arranca gritos que os ouvidos humanos não são capazes de ouvir; portanto eu a denuncio, como uma punição secreta que a humanidade adormecida não despertou para deter. (DICKENS, 1900 *apud* DAVIS, 2018, p. 52).

Segundo Davis (2018), se hoje sabemos que o isolamento solitário, com exceção da pena de morte, é considerado uma das piores formas de punição, no momento inicial, acreditava-se que tinha um efeito emancipador.

O corpo era colocado em condições de segregação e solidão a fim de permitir que a alma florescesse. Não é acidental que a maioria dos reformadores de época fosse profundamente religiosa e, portanto, visse a arquitetura e os regimes da penitenciária como algo que emulava a arquitetura e o regime da vida monástica. (DAVIS, 2018, p. 51).

Já Bitencourt (2017, p. 93) comenta que “[...] pretendeu-se, especialmente no penitenciarismo clássico, que a religião servisse de instrumento para conseguir a recuperação do recluso”. Na mesma direção, mas destacando outro aspecto, Melossi e Pavarini (2010) enfatizam que a prática religiosa, nesse contexto, era essencialmente administrativa:

A religião (ou melhor, a instrução religiosa) tornou-se o instrumento privilegiado na retórica da sujeição. A ética cristã (na sua acepção protestante) é usada, nesta hipótese penitenciária, como ‘ética de/para as massas’. *Bible* é a palavra mágica, sempre recorrente, nesse universo. Mostrar ‘sinais tangíveis’ de ‘arrependimento’ (isto é, de estar caminhando ao longo da estrada-mãe da *spiritual salvation*) equivale a dar uma certa prova de *reformation* (de progredir no processo ‘reeducativo’). Sob essa ótica, a prática religiosa é essencialmente prática administrativa. (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 222-223, grifos dos autores).

As críticas feitas por Dickens logo se manifestaram em recorrentes casos de adoecimento mental dos detentos.

[...] as celas eram pequenas e escuras e não havia possibilidade de trabalhar nelas. Essa experiência de estrito confinamento solitário resultou em grande fracasso: de oitenta prisioneiros em isolamento total e contínuo, com duas grandes exceções, os demais resultaram em mortos, enlouqueceram ou alcançaram o perdão. (BITENCOURT, 2017, p. 101).

O isolamento solitário passou a ser impraticável do ponto de vista econômico, pois demandava alto custo e, para alguns grupos, representava o atrofiamiento da força produtiva do recluso. Nesse sentido, Bitencourt (2017) sugere que o sistema de Auburn surgiu para reparar o modelo de Filadélfia.

Em Nova Iorque, mais especificamente na cidade de Auburn, foi construída, no ano de 1818, uma penitenciária que tinha como norma o uso de celas individuais para dormir e o uso de oficinas conjuntas para trabalho, mas preservando o silêncio absoluto. Conhecido como Auburniano, esse modelo, segundo Davis (2018), foi o que mais ganhou adesão nos Estados Unidos e na Europa:

Esse modelo de trabalho prisional, chamado de congregado, deveria ser realizado no mais completo silêncio. Os prisioneiros podiam permanecer juntos enquanto trabalhavam, mas com a condição de não se comunicarem. Por causa de suas práticas de trabalho mais eficientes, o modelo auburniano acabou se tornando dominante, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. (DAVIS, 2018, p. 51).

Em outro sentido, esse sistema não era norteado pela reforma do sujeito, mas sim pela obtenção da obediência. Assim como observamos nos intentos de Bentham para a máquina prisional, no modelo de Auburn a perspectiva utilitária predominava.

[...] a aparição do sistema auburniano não obedece à inquietude que poderia originar um profundo sentido de solidariedade humana, mas a dois fatores fundamentais: a) os resultados desastrosos produzidos pelo sistema celular (morte ou loucura dos reclusos; b) um agudo sentido lucrativo de economia, já que prisões onde se limitasse o isolamento total de um a três dias e se pudesse punir os apenados em grandes oficinas eram mais baratas e fáceis de administrar. Em lugar da separação mecânica por grossas paredes, foi construída uma separação sob a vigilância de seres humanos. Essa circunstância explica a ênfase que se dava à disciplina e à ordem que os reclusos deveriam manter. Por outro lado, o trabalho organizado dos apenados permitia obter algum benefício econômico. (BITENCOURT, 2017, p. 101-102).

Contudo, a produção e o lucro nas prisões auburnianas encontraram resistência das forças sindicais, que alegavam que o trabalho prisional representava prejuízos para os preços, a produção e os trabalhadores livres.

‘Lá, os trabalhadores estão alojados, nutridos, mantidos; a vida material, numa palavra, está assegurada a eles. Portanto, podem trabalhar a um preço muito baixo. O operário de fora, que tem sua família para alojar, alimentar, manter com o preço do seu salário, é vencido nessa luta desigual’. ‘Também é preciso decidir, pelo menos provisoriamente’, que aqueles que, ‘postos em condições excepcionais, não têm absolutamente nenhuma necessidade de trabalhar para viver, cederão o trabalho àqueles para os quais o trabalho é a própria vida’ (BLANC, 1848 *apud* PERROT, 2020, p. 328).

Para Melossi e Pavarini (2010), que apresentam o histórico e os diferentes modos de exploração do trabalho carcerário, a despeito dos intentos de diretores prisionais, dos empresários e da característica fundante desse sistema ser o trabalho, ainda assim o modelo fracassou. Segundo Bitencourt (2017, p. 104), nesse modelo o trabalho

[...] foge, de certa forma, tanto da sua original dimensão ideológica como pedagógica: ideologicamente, como única atividade capaz de satisfazer as necessidades do ‘não proprietário’; pedagogicamente, como modelo educativo que permitirá ao proletário incorporar-se à força de trabalho.

Perrot (2020), ao falar do surgimento das casas de trabalho na França, relembra que os camponeses que migraram para os recentes, mas já grandes, centros industriais, tiveram que ser adaptados ao trabalho fabril, a uma

produção não mais ligada aos ciclos da natureza, mas sim à lógica de produção em série, aos salários e as horas a fio de trabalho. No mesmo sentido, Melossi e Pavarini (2010) se referem ao “não proprietário”, ao trabalhador que precisava ser educado para aceitar que sua renda viria única e exclusivamente de seu suor. Essa formação do operário, definida pelos autores, passou das casas de trabalho às penitenciárias, sendo o objetivo fim a produção de um corpo capacitado para o trabalho, tanto ideológica como fisicamente. Já Foucault (2013), numa análise que considera outros aspectos da prisão, como os mecanismos de docilização, por exemplo, aponta que um dos produtos da prisão é o delinquente.

O autor apresenta, ainda, sete princípios que há mais de 150 anos são as máximas universais da boa “condição penitenciária”, repetidas mesmo a despeito do notório “fracasso” da prisão, que nasceu da reforma e da qual ainda se “esperam efeitos tão maravilhosos.” (FOUCAULT, 2013, p. 255).

Os princípios apresentados por Foucault são os que se acreditam que, uma vez seguidos, podem levar ao funcionamento eficaz da prisão. Seriam eles: correção, classificação, modulação das penas, trabalho como obrigação e como direito, educação penitenciária, controle técnico da detenção e princípio das instituições anexas (FOUCAULT, 2013, p. 255-257). Nessas máximas, estão previstas a separação, a classificação de sujeitos, por seus perfis e delitos, prevendo a criação de diferentes grupos para não haver influências. A recuperação do sujeito condenado é colocada como principal objetivo, dando à pena um caráter fundamentalmente educativo, primando pela instrução geral e profissional. Já o trabalho, não mais concebido como castigo, mas sim como suavização da pena, a chance de aprender um ofício, é entendido como um direito.

No princípio de modulação das penas, o sujeito poderia progredir de acordo com o seu comportamento, regime progressivo, assim, a pena variaria, podendo até ser extinta, caso fosse observada e garantida a efetiva reforma moral. Para a boa e eficaz gestão do dispositivo prisional, o princípio do controle técnico contempla o funcionamento de serviço social, médico e psicológico. Por fim, na saída da instituição prisional era feito o acompanhamento do egresso, via instituições anexas, a fim de gestar sua reintegração ou mantê-lo sob vigilância.

Em seu texto, Foucault (2013) demonstra como essas máximas foram repetidas em diferentes momentos e tidas como reformas do sistema prisional,

mesmo sendo a repetição dos mesmos princípios. Para o autor, antes de pensar na prisão como um fracasso, devemos olhá-la a partir de quatro eixos:

Devemos antes pensar num sistema simultâneo que historicamente se sobrepôs à privação jurídica da liberdade: um sistema de quatro termos que compreende: o 'suplemento' disciplinar da prisão – elemento de sobrepoder; a produção de uma objetividade, de uma técnica, de uma 'racionalidade' penitenciária – elemento do saber conexo; a recondução de fato, se não a acentuação de uma criminalidade que a prisão devia destruir – elemento de eficácia inversa; enfim a repetição de uma reforma que é isomorfa, apesar de sua 'idealidade', ao funcionamento disciplinar da prisão – elemento de desdobramento utópico. (FOUCAULT, 2013, p. 257).

O autor questiona se o pretense fracasso não faria parte do funcionamento da prisão, do projeto. A ideia de reeducação, restauração moral, pregada como objetivo, resulta, na verdade, na produção da delinquência, ao que Foucault (2013, p. 258) comenta: “[...] temos que nos admirar de que há 150 anos a proclamação do fracasso da prisão se acompanhe sempre de sua manutenção”. Desse modo, ele nos leva a questionar a que serve esse fracasso:

[...] qual é a utilidade desses diversos fenômenos que a crítica, continuamente, denuncia: manutenção da delinquência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinquência. Talvez devamos procurar o que se esconde sob o aparente cinismo da instituição penal que, depois de ter feito os condenados pagar sua pena, continua a segui-los por meio de toda uma série de marcações (vigilância que era de direito antigamente e o é de fato hoje; passaportes dos degredados antes, e agora folha corrida) e que persegue assim como 'delinquente' aquele que quitou sua punição como infrator? Não podemos ver aí mais que uma contradição, uma consequência? (FOUCAULT, 2013, p. 258).

Pensar no histórico da prisão, no curso de sua utilização como local de passagem, até se constituir como principal local do cumprimento de pena, esteve, como vimos, atrelado a fatores econômicos, sociais e políticos. Observamos os discursos e funções presentes no pensamento sobre o sistema penitenciário e, por Foucault, fomos levados a pensar no que a prisão efetivamente vem produzindo. De agora em diante, para além do que já sabemos, vamos olhar para os efeitos do aprisionamento e assim prosseguir na caracterização desse dispositivo.

2.2 O aprisionamento

Considerando que a pena de privação de liberdade se instituiu de modo hegemônico desde a modernidade, fazendo com que houvesse um deslocamento no sentido da ação punitiva do corpo à alma, vale ressaltar os efeitos dessa nova forma de punir sobre o indivíduo aprisionado.

O sociólogo Erving Goffman, na obra *Manicômios, prisões e conventos*, detalha as ações de controle social perpetradas, segundo seus termos, pelas instituições totais e seus efeitos sobre os internados. O processo de internação tem momentos típicos, tais como o início da vida institucional, crises, evoluções, desenvolvimentos de adaptação, de rebeldia, de submissão e de ruptura.

Segundo o autor, uma instituição se caracteriza como total quando:

[...] todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade [...] cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto [...] todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 2015, p. 17-18).

As instituições totais, e aqui mais especificamente a prisão, exercem certa modelagem de comportamento, o que Goffman nomeia como mortificação ou mutilação do “eu”, pois desde o início o internado “[...] admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina.” (GOFFMAN, 2015, p. 26).

Conforme mencionado, todas as atividades são rigorosamente estabelecidas em horários contínuos, de modo que uma leva à outra, e toda seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas e por um conjunto de funcionários, que o autor nomeia como grupo dirigente (GOFFMAN, 2015). As várias atividades obrigatórias estão reunidas em um plano racional e único, supostamente criado para atender aos objetivos oficiais do estabelecimento institucional. Conforme afirma Goffman (2015, p. 24), “O

novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico”. Já no seu ingresso começa a ser despido do apoio dado por tais disposições e passa por uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do conceito que tinha de si mesmo.

Os processos de mortificação do “eu”, segundo Goffman (2015), são relativamente padronizados nas instituições totais. A mortificação se dá, primeiramente, pelas barreiras impostas entre o internado e o mundo externo, de modo que o indivíduo é despido de seu papel social; e, dentre outras formas, pelo despojamento de seus bens, emprego e carreira, pois entrar na instituição implica mudança de *status* social e perda de propriedade, noção essencial, já que as pessoas costumam ter seus objetos pessoais como extensão de si mesmas (GOFFMAN, 2015).

O nome é, provavelmente, a mais significativa dessas posses, sendo sua perda uma grande mutilação. Uma vez despojado de seus bens, o sujeito recebe do estabelecimento substituições padronizadas que são distribuídas uniformemente. Dessa forma, os movimentos de mortificação do “eu” perpassam por ações de uniformização e padronização de atividades.

O indivíduo também pode ser obrigado a dar respostas verbais humilhantes, sempre dizendo “senhor” ao dirigir-se a algum membro da equipe dirigente, por exemplo, ou quando tiver a necessidade de pedir coisas simples, como fogo para cigarro, um copo d’água e permissão para fazer determinadas coisas, como usar o telefone (GOFFMAN, 2015).

E, como as ações do internado não refletem a sua vontade, mas estão submetidas ao controle da instituição, o indivíduo é obrigado a participar e se submeter a práticas plenas de violência simbólica, que são, geralmente, incompatíveis com a concepção que ele tem de si mesmo.

Goffman (2015) destaca que um outro ataque que as instituições totais realizam contra o indivíduo internado é a tiranização mediante um processo de infantilização social, que retira da pessoa sua autonomia, sua liberdade de ação e sua capacidade de decisão, perturbando, assim, decididamente, sua autonomia civil. As menores partes de sua atividade estão sujeitas a regulamentos e julgamentos. A vida do internado é constantemente vigiada e sancionada do alto, sobretudo no período inicial de sua estada, antes

mesmo de ele se acostumar e se submeter aos regulamentos sem pensar. Cada especificação normativa de conduta priva o indivíduo da oportunidade de equilibrar suas necessidades e objetivos de maneira pessoalmente eficiente, violentando a sua autonomia. O controle minucioso é extremamente limitador em uma instituição total (GOFFMAN, 2015).

Um exemplo da perturbação da autonomia pessoal é a obrigatoriedade de pedir permissão para realizar atividades secundárias que poderiam ser executadas naturalmente no mundo externo, tais como: fumar, tomar banho, barbear-se, colocar cartas no correio e ir ao banheiro. Essas imposições acabam se tornando um hábito para o sujeito que passa anos de sua vida sob o regime de internação. Um exemplo desse processo pode ser observado no filme *Um sonho de liberdade*³, em que o personagem Red Redding, interpretado pelo ator Morgan Freeman, que passou quarenta anos aprisionado, quando liberto, costumava pedir sempre ao gerente do mercado, do qual se tornou funcionário, permissão para ir ao banheiro. Esse não é só um exemplo de perturbação da autonomia e aquisição de um hábito, mas também da efetividade da formatação de um corpo disciplinado, nos termos foucaultianos.

De acordo com Goffman (2015), a impossibilidade de manter esse tipo de autonomia, liberdade de ação, competência executiva adulta e seus símbolos pode provocar no internado o horror de se sentir radicalmente rebaixado no sistema de graduação etária, sendo reduzido à condição de uma criança, em que se reforça o lugar de dependência e subordinação.

No contexto prisional, as mortificações do “eu” parecem ser utilizadas apenas pelo seu poder de infligir sofrimento ao internado. Elas também são oficialmente racionalizadas com outros fundamentos. Na prisão, um fundamento muito presente é o de “segurança”, que legitima as inúmeras restrições, às vezes arbitrárias, que são impostas.

Durante sua estada obrigatória, o internado costuma sentir que esteve completamente exilado da vida. Isso indica que internações excessivamente prolongadas têm um efeito proporcionalmente desmoralizador. Para Goffman (2015), as condições precárias de vida, a perda de contatos sociais, a

³ UM SONHO de liberdade. Direção: Frank Darabont. EUA: Castle Rock Entertainment, 1994. 1 DVD (142 min.), son., color.

impossibilidade de adquirir dinheiro, a formação de relações conjugais e a ausência de certidão de estudos são outros elementos que explicam essa sensação de tempo perdido no estabelecimento. Daí advém o significativo valor das atividades de distração nos estabelecimentos, sejam individuais ou coletivas. As atividades elencadas pelo autor são:

[...] jogos ao ar livre, bailes, participação em orquestra ou bandas de música, coral, aulas, ensino de arte ou de trabalho com madeira e jogo de cartas; algumas são individuais, mas dependem de materiais públicos – por exemplo, leitura e ver televisão. (GOFFMAN, 2015, p. 65).

Os apontamentos de Goffman são explicitados na fala de Pedro, entrevistado por Ciro Monteiro:

Então, quando eu cheguei aqui memo, o funcionário falou que era ‘sim senhor’, ‘não senhor’. E passei a seguir isso. Ultimamente aqui na escola a gente pega livro pra ler, no momento eu tô lendo o livro ‘A culpa é das estrelas’, já li ‘O homem de sorte’. Eu gosto de livro romântico. Tem também “O melhor de mim” que é bom. Porque televisão na minha cela não tem, então tenho que pegar alguma coisa pra distrair a cabeça [Pedro, 19 anos, Entrevista, fevereiro de 2018]. (MONTEIRO, 2019, p. 136).

Notadamente, as instituições totais utilizam diversos meios e artifícios a fim de exercer o controle sobre o interno. Dos trechos citados anteriormente, é importante destacar as ações que se sobrepõem à autonomia do sujeito, pois são as que podem manter resquícios de seus efeitos após a saída da instituição.

2.3 Dados sobre as prisões brasileiras

Tentar nos derrubar é secular
hoje chegam pelas avenidas,
mas já vieram pelo mar.
Emicida⁴

A carne mais barata do mercado é a carne
negra
Só-só cego não vê
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos.

⁴ MANDUME. Intérpretes: Emicida *et al.* Compositores: Emicida *et al.* In: SOBRE Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa... Intérprete: Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, Sony Music, 2015. 1 CD (51 min).

Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses
Cappelletti⁵

No Brasil Colônia e parte do Império, as Ordenações Portuguesas, Manuelinas e Filipinas regulavam o sistema de justiça e a execução da pena. Já com a Independência, observou-se um movimento de rompimento com as normativas da metrópole, que condenava as Ordenações por seus horrores e arbitrariedades. Nesse sentido, o Código Criminal do Império, de 1830, estava alinhado à ideologia liberal presente na Constituição de 1822. O jornal *A aurora fluminense*, em 26 de novembro de 1830 (*apud* MOTTA, 2011, p. 77), publicou que “[...] o bárbaro e vergonhoso livro quinto deixará de existir e com ele a mão livre com a qual os desembargadores manipulam e modificam este código de sangue”.

Porém, mesmo limitando certos “horrores”, nesse momento o país convivia com a escravização e, apesar da proibição legal de castigos corporais, havia açoites, por exemplo. Em outros termos, havia a dupla desumanização das pessoas escravizadas.

Ainda assim, a promulgação do Código de 1830 representou avanços, a prisão passou a ser utilizada como local de cumprimento de pena, prisão simples e com trabalho, mas esses avanços só seriam postos, parcialmente, em prática a partir de 1850, com a inauguração do primeiro raio da Casa de Correção da Côrte.

Na sociedade brasileira, a passagem para o cárcero-centrismo começou a se implantar na primeira metade do século XIX, logo depois da abdicação de D. Pedro I, durante a Regência. A ideia da instauração de uma nova ordem carcerária, consagrada no Código penal, que estabelece a prisão como pena principal, toma conta da elite de dirigentes da Corte. Planeja-se a instalação de uma Casa de Correção, que deverá seguir o modelo do pan-óptico de Bentham. (MOTTA, 2011, p. 104).

Segundo Motta (2011), é nesse momento que a ideia moderna de liberdade faz, na área do direito penal, sua aparição pública. A legislação repressora havia sido eliminada e foi garantida a liberdade de imprensa.

⁵ A CARNE. Intérprete: Elza Soares. Compositores: Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti. *In*: DO CÓCCIX até o Pescoço. Intérprete: Elza Soares. Bahia, 2002. 1 CD (62 min).

Gradualmente, surgia um novo sistema punitivo, ao menos para a sociedade livre do jugo português.

A forma de prisão que irá substituir concretamente os antigos castigos pretende não mais ancorar-se na vindita, na sanha e no arbítrio do rei (MOTTA, 2011). Mas foi somente a partir do primeiro raio construído que o Código pôde ser cumprido, já que era prevista a execução de penas com trabalho, mas não havia, até então, local para tal atividade. Em 1853, o relatório do ministro da justiça informava que no raio havia oficinas de “[...] sapateiros, alfaiates, livreiros, carpinteiros e marceneiros, serralheiros e tanoeiros: vinte e seis frequentam a escola de primeiras letras.” (RAMOS, 1853, p. 10 *apud* MOTTA, 2011, p. 117).

O início do sistema penitenciário brasileiro se deu por meio da publicação da Carta Régia em 8 de julho de 1796, que determinou a construção da Casa de Correção da Côrte. Porém, foi apenas em 1834 que começaram as construções e, como já sabemos, apenas em 6 de julho de 1850 ela foi parcialmente inaugurada.

Nos relatórios, como o que citamos, do ministro da justiça e também nos comunicados e cartas dos diretores dessa prisão, vimos reiteradas solicitações, nos anos seguintes, de verbas para a continuidade das obras, alterações no projeto arquitetônico e queixas a respeito do Código Criminal vigente, esses relatórios são amplamente citados na obra *Crítica da razão punitiva: o nascimento da prisão no Brasil*, de Manoel Barros da Motta, obra que nos pareceu a mais indicada para cobrir o período inicial do penitenciarismo no Brasil.

Um novo Código Penal só foi promulgado em 1890 e limitou a pena privativa de liberdade em 30 anos; a partir de então, foram também impossibilitadas as penas de morte e a prisão perpétua. Anos depois, na década de 1970, a Casa de Correção passou a se chamar Penitenciária Lemos Brito, o nome do idealizador de um anteprojeto da Lei de Execução Penal (LEP), conforme mencionaremos no próximo capítulo. No ano de 2006, houve o encerramento das atividades do que veio a ser o Complexo Penitenciário da Frei Caneca, composto por três presídios e um hospital no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Como salientado por Motta (2011) em inúmeras passagens, a influência da criação de uma instituição de controle, como a Casa de Correção

da Côrte, irradiou-se por outras cidades brasileiras, como São Paulo e Recife, por exemplo, onde surgiriam instituições iguais ou semelhantes.

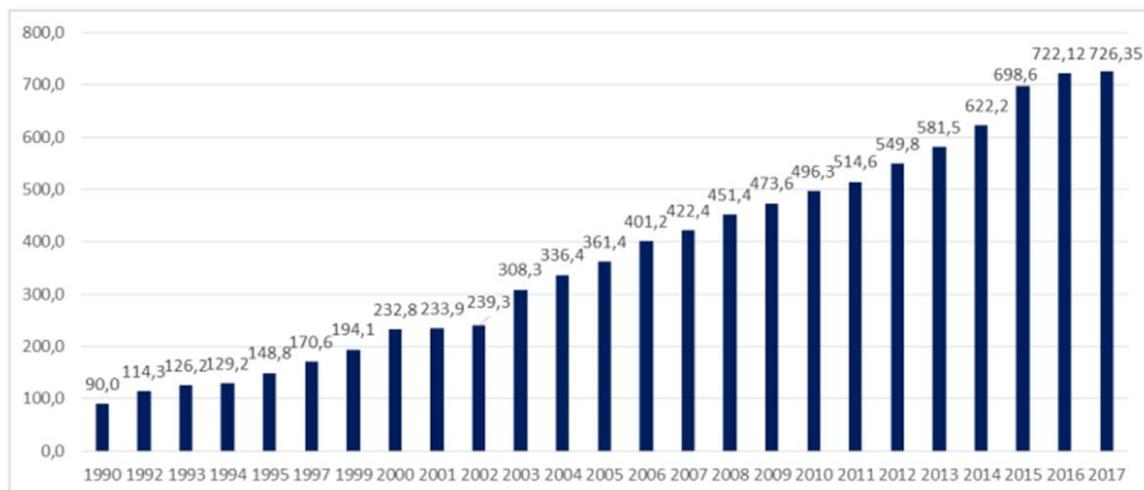
Optamos por não nos aprofundarmos em toda a história do sistema penitenciário brasileiro, mas, para efeito de contextualização, vale dizer que, assim como no exterior, por aqui houve muitos debates a respeito do método penitenciário mais adequado às unidades prisionais. Essas discussões podem ser observadas nos relatórios produzidos por diretores, juristas ou integrantes das comissões de inspeção penitenciárias (MOTTA, 2011; SALLA, 2006). Nesse sentido, apesar de não identificarmos unidades que adotaram unicamente o modelo filadélfico de trabalho, com celas e isolamento absoluto, salvo algumas particularidades, passou a vigorar no Brasil, em 2003, como Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Já o modelo auburniano, observado em várias unidades, foi criticado devido ao silêncio absoluto que lhe era próprio.

Ambos os modelos estadunidenses foram superados e um novo ganhou adeptos, o modelo irlandês, que adotava a lógica da progressão penal (BITENCOURT, 2017) e sua influência pode ser observada na legislação brasileira vigente e nas legislações de outros países.

Assim como outras instituições, os espaços de privação de liberdade foram se capilarizando, passando a integrar todos os estados da federação, que hoje são geridos por secretarias ou pastas estaduais, fazendo com que existam sistemas penitenciários estaduais e o sistema penitenciário federal, todos fiscalizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Até 1990, acompanhamos um crescimento gradual da população em privação de liberdade, bem como na quantidade de unidades prisionais, mas entre 1990 e 2017 observou-se um crescimento exponencial da população encarcerada, conforme a imagem a seguir:

IMAGEM 1 – Evolução da população carcerária brasileira (1990-2017)



Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2017.

O aumento da população prisional não necessariamente se traduziu no aumento da quantidade de unidades prisionais e, mesmo se houvesse a iniciativa, seria difícil comportar esse contingente. Não que a construção de prisões e o aumento de vagas seja a solução adequada para a situação prisional no País, mas vale considerar que a ausência de vagas incide diretamente na experiência de aprisionamento (GODOI, 2017) de cada pessoa presa, fazendo com que, em alguns casos, quarenta pessoas habitem um espaço projetado para oito, sobrecarregando toda a unidade prisional, para além da infraestrutura, nas questões de saneamento, alimentação, trabalho, na quantidade de insumos e de vagas na escola, entre outras. Um número restrito de pessoas passa a ter acesso às atividades de fora dos muros prisionais, o que só reforça barganhas e critérios arbitrários de escolha das pessoas para trabalhar e estudar, enquanto que a grande maioria segue amontoada nas celas.

Na imagem 1, temos o número total da população prisional em 2017 – 726.354 mil pessoas (BRASIL, 2017). Em 2021, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) informou que 674.163 pessoas estavam cumprindo pena de privação de liberdade no País (BRASIL, 2021), sendo esse o dado mais recente. Apesar da diminuição do número, segundo o monitor da violência do G1 (SILVA *et al.*, 2021):

[...] em fevereiro de 2020, foram criadas 17.141 vagas, número ainda insuficiente para dar conta do problema, apesar da redução no número de presos. Eram 709,2 mil detentos. Hoje, são 682,1 mil. Mas a

capacidade é para 440,5 mil. Ou seja, existe um déficit de 241,6 mil vagas no Brasil. O total não considera os presos em regime aberto e os que estão em carceragens de delegacias da Polícia Civil. Se forem contabilizados esses presos, o número chega a quase 750 mil no país.

Os números divergem do que foi indicado pelo Depen, pois as métricas são diferentes, mas o que queremos destacar é o déficit de vagas – mais de 241,6 mil – e salientar que, para além do aprisionamento, precisamos buscar outras formas de lidar com conflitos sociais.

Na imagem a seguir, extraída do Infopen 2021, observamos o crescimento da população brasileira em liberdade, em comparação com a privada de liberdade:

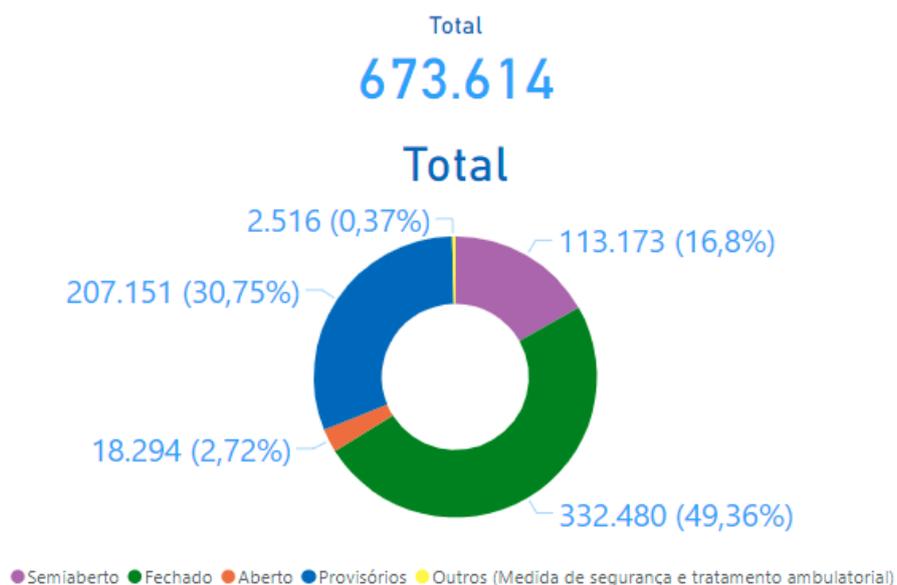
IMAGEM 2 – Crescimento da população em privação de liberdade (2000-2021)



Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2021.

Enquanto oscilações puderam ser observadas na população extramuros, a prisão se manteve com alterações para cima nos últimos vinte anos, sendo observado um declive apenas em 2020. Das mais de 670 mil pessoas presas atualmente no País, 30% são presos provisórios, quase 50% cumprem pena em regime fechado e pouco mais de 2% em regime aberto.

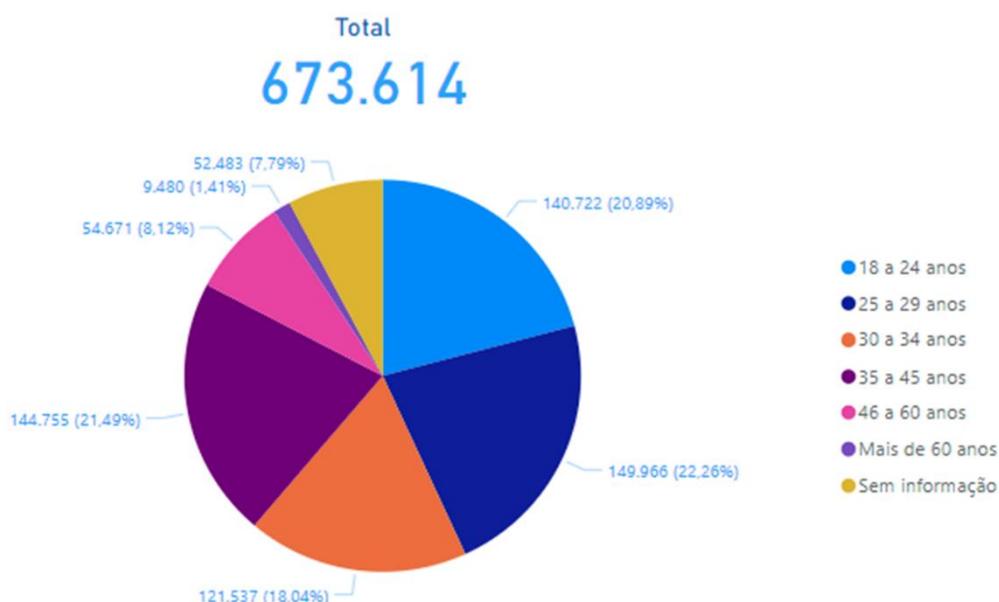
IMAGEM 3 – Número de pessoas presas no Brasil por tipo de regime



Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2021.

Essa população é bastante jovem, mais da metade das pessoas tem menos de 30 anos de idade:

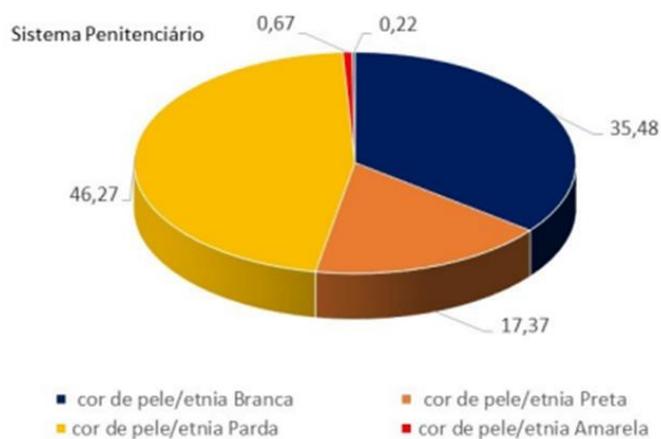
IMAGEM 4 – Perfil etário das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2021.

Nos dados mais recentes apresentados pelo painel do Infopen, não foram disponibilizadas informações sobre raça/etnia das pessoas em privação de liberdade, o último dado encontrado foi de junho de 2017:

IMAGEM 5 – Cor/etnia das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2019.

Somadas, pessoas pretas e pardas representam 63,64% da população prisional brasileira, de modo que vemos que a maioria da população prisional do país é jovem, preta ou parda e cumpre pena em regime fechado.

Sobre as atividades relacionadas à educação, os dados tabulados de 2019 indicam:

IMAGEM 6 – Atividades educacionais no sistema prisional brasileiro

Categoria: Pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais		Homens	Mulheres	Total
Total de pessoas em atividades educacionais		152.078	14.434	166.512
Alfabetização	Presencial	11421	730	12.151
	Ensino à distância	436	43	479
	Total	11.857	773	12.630
Ensino fundamental	Presencial	26933	2417	29.350
	Ensino à distância	2080	218	2.298
	Total	29.013	2.635	31.648
Ensino médio	Presencial	13482	1288	14.770
	Ensino à distância	1309	189	1.498
	Total	14.791	1.477	16.268
Ensino superior	Presencial	464	29	493
	Ensino à distância	299	15	314
	Total	763	44	807
Curso Técnico (acima de 800 horas de aula)	Presencial	170	31	201
	Ensino à distância	12	20	32
	Total	182	51	233
Curso de Formação Inicial e Continuada (capacitação profissional, acima de 160 horas de aula)	Presencial	1575	245	1.820
	Ensino à distância	342	28	370
	Total	1.917	273	2.190
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através da leitura		28.527	2.995	31.522
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através do esporte		8.876	49	8.925
Pessoas envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura)		56.152	6.137	62.289
Estabelecimentos com pessoas estudando		Quantidade	Porcentagem	
Estabelecimentos com pessoas estudando		1029	66%	
Estabelecimentos sem pessoas estudando		499	32%	
Não informado		40	3%	

Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2020.

Os dados indicam que 31.522 pessoas estão matriculadas em programas de remição de pena pela leitura, mas não há explicações sobre os critérios para alcançar esse número. Essa categoria de remição de penas, via de regra, não demanda frequência nem segue um programa político pedagógico, como nas escolas, por exemplo. Um leitor pode participar de um projeto/programa de remição pela leitura uma ou doze vezes ao ano, o que provavelmente resulta em diferentes experiências de leitura, escrita e incidência

no repertório cultural dos leitores. Como inferir essa possibilidade por meio desses dados?

Já em 2021, não foram disponibilizados dados sobre remição de pena por leitura.

IMAGEM 7 – Atividades educacionais no sistema prisional brasileiro em 2021



Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2021a.

Sobre as bibliotecas no sistema prisional, em 2021 também não foi disponibilizada tal informação, mas em 2020 foi apresentada a seguinte planilha:

IMAGEM 8 – Quantidade de bibliotecas no sistema prisional brasileiro em 2020

Categoria: Módulo de educação	Quantidade de unidades	Porcent. de unidades	Quantidade de salas	Capacidade por turno
Estabelecimentos com sala de aula	950	61%	3198	52240
Estabelecimentos com sala de informática	300	19%	291	2792
Estabelecimentos com sala de encontros com a sociedade/ sala de reuniões	371	24%	412	14356
Estabelecimentos com biblioteca	851	54%	874	8603
Estabelecimentos com sala de professores	514	33%	525	4316
Estabelecimentos com outros espaços de educação	26	2%	31	415
Estabelecimentos sem módulo de educação	458	29%		

Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2020.

Dentre as unidades, 851 declararam ter uma biblioteca em suas instalações. Em 2021, o número de unidades prisionais no país era de 1.568, porém, mais uma vez, não podemos saber sobre os critérios que levam os diretores das unidades prisionais a considerar que contam com uma biblioteca em suas instalações e de que tipo. Tampouco se as pessoas presas têm acesso a ela, quais as práticas estabelecidas, as condições estruturais e de seus acervos.

Já em São Paulo, segundo a planilha de dados analíticos do Depen (BRASIL, 2021), há 174 bibliotecas nas 198 unidades numeradas no relatório, número este que diverge das informações no site da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Estado.

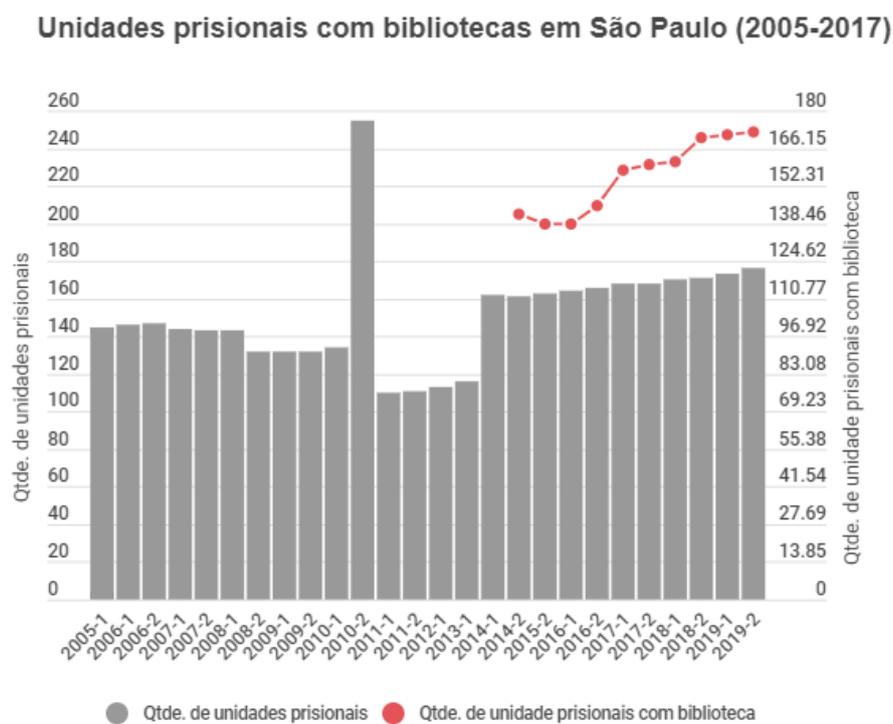
IMAGEM 9 – Quantidade de bibliotecas nas unidades prisionais paulistas

Categoria: Módulo de educação	Quantidade de unidades	Percent. de unidades	Quantidade de salas	Capacidade por turno
Estabelecimentos com sala de aula	160	83%	817	18591
Estabelecimentos com sala de informática	40	21%	45	446
Estabelecimentos com sala de encontros com a sociedade/ sala de reuniões	56	29%	63	3109
Estabelecimentos com biblioteca	174	90%	228	1781
Estabelecimentos com sala de professores	113	59%	137	1061
Estabelecimentos com outros espaços de educação	6	3%	9	205
Estabelecimentos sem módulo de educação	15	8%		

Fonte: DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2021a.

Porém, assim como as unidades prisionais, o número de bibliotecas nas unidades prisionais paulistas vem crescendo a cada ano, conforme a figura elaborada a partir dos dados analíticos do Depen sobre o sistema prisional paulista.

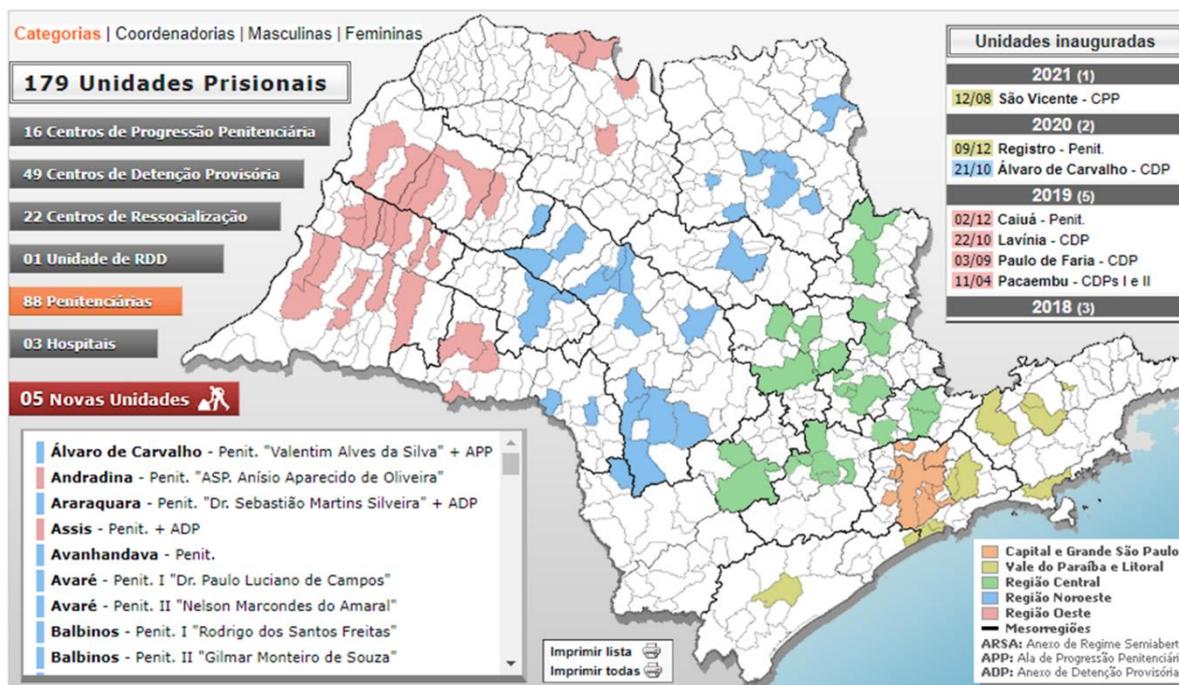
FIGURA 1 – Unidades prisionais com bibliotecas em São Paulo (2005-2017)



Fonte: Elaboração da autora.

Segundo dados da SAP, em São Paulo há 179 unidades prisionais e mais cinco estão em construção. O Estado é detentor do maior sistema prisional estadual, em quantidade de unidades prisionais e no número de pessoas presas, sendo 209.42 mil pessoas (BRASIL, 2021).

IMAGEM 10 – Cidades com unidades prisionais paulistas



Fonte: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen-.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

Thompson (1980, p. 4), ao discutir a questão penitenciária, aponta que a pena de prisão, oficialmente, se propõe a atingir três objetivos, mas eles são conflitantes: “[...] punição retributiva do mal causado pelo delinquente; prevenção da prática de novas infrações, através da intimidação do condenado e de pessoas potencialmente criminosas; regeneração do preso, no sentido de transformá-lo de criminoso em não criminoso”.

O autor ainda menciona o comentário de um diretor de unidade prisional, Silveira Lobo, sobre a “mudança” de um jovem preso, em um trecho no qual diferencia a “adaptação à prisão e a readaptação à vida livre”. Segue a fala do diretor:

‘É... Está muito diferente do menino que conheci, logo que caiu nas mãos da Justiça. Engordou, exhibe formas algo arredondadas; os olhos estão meio baços e, em geral, fitam o chão; curva-se com bastante servilidade, diante das pessoas; a voz mostra um certo acento feminino; move-se com lentidão, cuidadosamente, quase diria com receio; formalmente respeitoso, parece preocupado em, por qualquer distração, deixar de cumprir algum comando regulamentar; envolvendo um guarda e um companheiro. É... daquele jovem atrevido, enérgico, topetudo, independente, altivo, não restou’.

E, terminou com triste ironia: ‘Foi uma bela regeneração...’.
(THOMPSON, 1980, p. 15).

Diante das considerações sobre a instituição prisão, seus efeitos e a partir dos dados sobre o sistema prisional brasileiro e paulista, passaremos agora a tratar especificamente das bibliotecas em presídios, no Brasil, a partir de leis, normas e diretrizes e das pesquisas realizadas no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI).

3 A BIBLIOTECA EM PRESÍDIO, NO BRASIL

Biblioteca e Prisão. Duas instituições, à primeira vista, distintas e distantes. Será possível, necessário, importante colocá-las em relação efetiva e afirmativa? Como possibilidade, abertura de trilhas para pessoas e sociedade?

Quando pensamos em uma biblioteca integrando uma prisão, sendo parte de sua infraestrutura, demandando trabalho de agentes penitenciários, estando na rotina das pessoas presas, o que esperar? Que ligações estabelecer? Poderá a biblioteca ofertar possibilidades e interesses nesse contexto? Será ela constituinte ou constituída pelo meio especial chamado presídio?

Nesse sentido, quais seriam suas concepções, configurações e atribuições específicas? Como ela poderia ser definida? Como se daria sua atuação, suas dinâmicas?

Esses questionamentos nos levaram a buscar referências de diversas procedências, como condição necessária ao desenvolvimento de nossas reflexões enunciadas neste trabalho. Assim, além da literatura específica da Biblioteconomia e Ciência da Informação, apresentamos a seguir referências de outras fontes, ligadas diretamente à problemática, como os aspectos da legislação sobre Biblioteca em presídio no Brasil.

3.1 Aspectos legais e dados oficiais

Após a Proclamação da Independência, em 1822, Dom Pedro I outorga a primeira Constituição brasileira em 25 de março de 1824, que, até o presente momento, foi o texto de maior durabilidade na nossa história constitucional, ou seja, 65 anos (1824-1889). Na Carta Magna já estava prevista a nova codificação para as leis penais: “Organizar-se-ha quanto antes um Código Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça, e Equidade” (BRASIL, 1824), que abolia penas cruéis: “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis.” (NOGUEIRA, 2012).

A Constituição, em sua referência direta à ideologia liberal, opõe-se às arbitrariedades, modificando, assim, o caráter de superpoder do rei e valorizando os direitos da pessoa. Nesse sentido, prisão sem culpa formada,

masmorras, uso de ferros, ausência de testemunhas e o caráter secreto das provas são parte de uma legislação que prevê práticas consideradas horrorosas à humanidade (MOTTA, 2011, p. 75).

O primeiro *Código Criminal do Imperio do Brazil* foi publicado em 1830. Quando da invasão do hoje território brasileiro, vigoravam em Portugal as Ordenações Afonsinas (1446-1521)⁶, substituídas, no século XVI, pelas Ordenações Manuelinas (1521-1603)⁷ e, por fim, com a ascensão de Felipe I, rei de Portugal e Espanha, ao trono, passam a ser adotadas as Ordenações Filipinas⁸, em 1603. As resoluções do livro V do Código Filipino dispunham sobre os crimes e as formas de punição durante quase todo o período colonial e abrangiam questões das mais diversas, passando por práticas, costumes e ações consideradas criminosas:

[...] blasfêmia, feitiçaria, benzimento de bichos, moeda falsa, sodomia, incesto, adultério, homicídio, injúria, furto, falsificação de mercadorias, vadiagem, bailes de escravos, resgate de presos, porte de armas, jogos, ocultamento de criminoso, incendiários, mexeriqueiros, caças e pescarias, judeus e mouros, cárcere privado, deserções etc. (SALLA, 2006, p. 33).

Nas Ordenações, as formas de punição previstas, dentre outras, eram a pena de morte, o degredo para o Brasil, por exemplo, mutilações corporais, queimaduras com tenazes, e o confisco de bens.

Já o Código de 1830⁹, apesar da tentativa de abolir as penas cruéis em 1824, previa açoites e o uso de ferros como pena para pessoas escravizadas. Aos livres, estavam previstos multa, degredo, banimento, galés, morte na forca, suspensão ou perda de emprego, desterro, pena simples ou com trabalho (MOTTA, 2011, p. 78).

A aplicação de pena com trabalho, para além da pena simples, só seria possível a partir da construção da Casa de Correção da Côrte, que teve

⁶ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Ordenações Afonsinas**. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 2022. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

⁷ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Ordenações Manuelinas**. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 2022. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

⁸ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Ordenações Filipinas**. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 2022. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em: 14 mar. 2022.

⁹ BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. **Diário Oficial da União**: Brasília, 19 ago. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 14 mar. 2022.

seu primeiro raio inaugurado em 1850 (MOTTA, 2011). O Regulamento da Casa de Correção do Rio de Janeiro, a primeira casa de correção do País, foi publicado via Decreto n. 678, de 6 de julho também de 1850.

“A Casa de Correção he o edificio destinado á execução da pena de prisão com trabalho, dentro do respectivo recinto.” (BRASIL, 1851, p. 31). Este é o primeiro artigo do regulamento. Nesse documento não havia menção à biblioteca, mas as pessoas presas poderiam adquirir livros, sendo, portanto, o acesso à leitura possível mediante o investimento do custodiado.

Art. 13. Poderão finalmente os mesmos presos comprar com a quota disponivel do seu peculio, utensilios para escrever, materias primas para trabalhos manuaes e ligeiros, a que se queirão applicar nas horas de repouso, livros approvados pela Commissão Inspectorá, e tambem prestar soccorros á suas famílias. (BRASIL, 1851, p. 33).

Em 1882, foi publicado o novo regulamento da Casa de Correção da Côrte. Mais extenso que o anterior, teve a biblioteca e a leitura citadas em artigos diferentes; as leituras estavam associadas a textos edificantes e amenos, podendo ser lidos em voz alta por um capelão para os menos instruídos.

Art. 111. Poderão comprar com a quota disponivel do peculio preparos para escrever, aviamentos para trabalhos manuaes e ligeiros, a que se queiram applicar nas horas de repouso, livros approvados pela commissão inspectora, e tambem prestar soccorros a suas familias.

Art. 120. [...] as visitas poderão ser uma em cada mez, e de que tambem poderão os presos comprar pão no estabelecimento, ter livros, fazer algum trabalho manual na cellula e usar de rapé ou de tabaco em pó. (BRASIL, 1883, p.63).

Bibliotheca e leitura

Art. 286. Haverá uma sala, onde á noite e á hora fixada pelo director se reunirão por secções, nos domingos e dias santificados, os presos de 3ª classe da divisão criminal.

Art. 287. Nesta sala poderá haver uma bibliotheca composta de livros de leitura amena e edificante, para o uso dos presos, segundo os grãos de intelligencia e disposições moraes decada um.

Art. 288. A leitura poderá ser feita, pelo capellão ou outro empregado designado pelo director, em voz alta, acompanhada de instrucções familiares áquelles que não puderem aproveitá-la individualmente.

Art. 289. A leitura poderá ser extensiva aos presos de outras classes, quando, por causa de máo tempo ou de outras circumstancia, forem suspensos os passeios. (BRASIL, 1883, p.78-79)

Em 1888, ocorre a abolição da escravatura¹⁰, seguida, em 1889, da Proclamação da República¹¹. A mudança de condição, de imperial para republicana, traz para a cena pública novos discursos, afinados com ideais do republicanismo. Em 1900, foi publicado, assim, via Decreto n. 3.647, o Regulamento da Casa de Correção da Capital Federal. A biblioteca aparece citada, como anteriormente, mas não há menção a uma figura religiosa para leitura, embora perdesse o caráter edificante: “Art. 191. Haverá no estabelecimento uma bibliotheca composta de livros de leitura amena e edificante, para uso dos presos, segundo o gráo de intelligencia e disposições moraes de cada um.” (BRASIL, 1902).

Após uma década, o mesmo regulamento é atualizado, via Decreto n. 8.286, de 13 de outubro de 1910, e a biblioteca é citada de maneira semelhante, surgindo, então, a figura do professor, sendo de sua competência distribuir os livros de acordo com o grau de instrução e a disposição moral dos internos:

Art. 156. Haverá no estabelecimento uma bibliotheca, composta de livros de leitura facil e edificante, para uso dos sentencados, segundo o gráo de intelligencia e disposições moraes de cada um; competindo ao professor distribuil-os entre os sentenciados e recolhel-os opportunamente. (BRASIL, 1910).

As mudanças políticas foram inúmeras no Brasil nesse período. Em 1930, temos Getúlio Vargas na presidência e, em 1933, foi publicado por Candido Mendes de Almeida, José Gabriel de Lemos Brito e Heitor Pereira Carrilho um anteprojeto do Código Penitenciário, o primeiro de quatro outros até culminar na Lei de Execução Penal, de 1984. Os anteprojetos são dignos de nota, pois são influentes em nossa atual legislação e refletem o momento em que foram propostos.

Em 1933, a Comissão integrada por Cândido Mendes de Almeida, José Gabriel de Lemos Brito e Heitor Carrilho apresentou ao Governo o Anteprojeto de Código Penitenciário da República, encaminhado dois anos depois à Câmara dos Deputados por iniciativa da bancada da Paraíba, e cuja discussão ficou impedida com o advento do Estado Novo. (BRASIL, 1983).

¹⁰ BRASIL. **Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Lei Áurea. Rio de Janeiro: Paço do Senado, 13 maio 1888. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>. Acesso em: 14 mar. 2022.

¹¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 15 de novembro de 1889: A Proclamação da República no Brasil. In: **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 nov. 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=368572>. Acesso em: 14 mar. 2022.

O de 1933 tinha forte orientação positivista e etiológica no dito tratamento penitenciário. A figura do médico psiquiatra e sua função na penitenciária segue sendo exaltada e as abordagens antropológicas aparecem ao longo de todo o texto (ROIG, 2005).

Menciona também a criação de institutos de antropologia, nos quais seriam articulados saberes médicos, psiquiátricos e antropológicos do condenado, uma vez que o estudo de fatores físicos e psiquiátricos, na perspectiva dos autores, poderia definir a personalidade dos sujeitos. O projeto fala em estudo da heredologia criminal, das predisposições individuais ao delito, do estudo genealógico de reincidentes, da temibilidade e dos seus aspectos psicoantropológicos, no que concerne à formação anormal da personalidade e à projeção social (ROIG, 2005). Essas sugestões estão no âmbito da anamnese, ingerência e reforma sobre a interioridade do condenado, baseadas em investigações biotipológicas e médicas e no relato do prognóstico de regeneração. As informações colhidas sobre o sujeito deveriam ser condensadas em seu prontuário e atualizadas, a fim de acompanhar as possibilidades de reingresso social.

O projeto previa um conjunto de instituições para diferentes perfis. Juntas, dariam conta de cobrir todo corpo social. Assim, havia as escolas de educação correcional para os jovens entre 18 e 21 anos, os reformatórios para homens e mulheres maiores de idade, as penitenciárias para os difíceis ou incorrigíveis, as colônias para os perigosos e os sanatórios para os tuberculosos e demais portadores de doenças infecciosas (ROIG, 2005, p. 107).

O projeto também prevê a implantação dos reformatórios para homens e mulheres, onde vigoraria o chamado 'regime correcional educativo' para fins de reforma dos indivíduos pela instrução, pela educação e pelo trabalho. (ROIG, 2005, p. 108).

O projeto especificava ainda que, para os homens, deveriam ser inculcadas propensões para o trabalho, já nas mulheres, as atividades domésticas. Para punir infrações, tanto simples como graves, estava prevista a privação de leitura, correspondência, visita, aulas, recreio, entre outras atividades. Nesse projeto, a educação aparece como um pilar da instituição prisional, fator que será observado também nos próximos projetos, ou seja, a educação passará a ter fins correcionais, segundo as concepções então em voga.

Conforme a citação supramencionada, com o advento do Estado Novo (1937-1946), a discussão de tal projeto ficou impedida, mas em 1940 foi outorgado o Código Penal brasileiro – Decreto-lei n. 2.248, de 7 de dezembro¹². No cenário mundial houve a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, alguns meses após o fim do conflito, foi criada a Organização das Nações Unidas. A ONU publicou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que dispõe sobre o direito à informação:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Com o intuito de construir um mundo sob novos alicerces, tendo a paz mundial como horizonte, a DUDH delinea os direitos humanos básicos. Nesse mesmo sentido caminham as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, de 1955, que, sobre o acesso à informação e à leitura, determina:

Art. 39. Os reclusos devem ser mantidos regularmente informados das notícias mais importantes através da leitura de jornais, periódicos ou publicações penitenciárias especiais através de transmissões de rádios, conferências ou quaisquer outros meios semelhantes, autorizados ou controlados pela administração. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1955).

Art. 40. Cada estabelecimento penitenciário deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-los plenamente. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1955).

No âmbito internacional, na DUDH e nas Regras Mínimas, dois tratados dos quais o Brasil é signatário, o acesso à leitura, à informação e à educação aparece como direito fundamental de cada ser humano, tanto no contexto de liberdade quanto no de privação dela. Portanto, sem fazer menção à ausência de educação e seus afins como parte do tratamento penitenciário.

¹² BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 23.911, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=%C3%89%20isento%20de%20pena%20quem%20existisse%2C%20tornaria%20a%20a%C3%A7%C3%A3o%20leg%C3%ADtima.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20N%C3%A3o%20h%C3%A1%20isen%C3%A7%C3%A3o,%C3%A9%20pun%C3%ADvel%20como%20crime%20culposo>. Acesso em: 1º jul. 2022.

Com a impossibilidade de executar o projeto de 1933, em 1956, diante da necessidade de adequação da normatização penitenciária ao Código Penal de 1940, dois juristas são convidados para a redação de um novo anteprojeto, que acaba sendo elaborado por Oscar Stevenson e concluído em 1957.

Em 1955 e 1963, respectivamente, os eminentes juristas Oscar Stevenson e Roberto Lyra traziam a lume os Anteprojetos de Código das Execuções Penais, que haviam elaborado, e que não chegaram à fase de revisão. Objetava-se, então, à constitucionalidade da iniciativa da União para legislar sobre as regras jurídicas fundamentais do regime penitenciário, de molde a instituir no País uma política penal executiva. Contentou-se, assim, o Governo da República com a sanção, em 2 de outubro de 1957, da Lei nº 3.274, que dispõe sobre as normas gerais de regime penitenciário. (BRASIL, 1983).

Neste Anteprojeto de Código Penitenciário, percebe-se a índole teleológica humanizadora e de respeito à dignidade humana, já que estariam proscritos, dentre outros, a coação moral, os castigos corporais e as restrições alimentares. Mas, ainda assim, nota-se alinhamento com o projeto antecessor, de 1933, no que tange à essência positivista e etiológica (ROIG, 2005). O novo texto também fundamenta a eficácia da pena privativa de liberdade no tratamento educativo, moral, espiritual, terapêutico e disciplinar. Nesse sentido, os setores técnicos dos estabelecimentos deveriam guiar suas atividades no sentido da recuperação dos sujeitos a partir de ações educativas, entendidas nos seguintes termos: “[...] ação educativa e sanadora sobre os recolhidos, para curar-lhes os males do corpo da alma, incutir-lhes hábitos morais [...]” (STEVENSON *apud* ROIG, 2005, p. 114).

O texto previa a criação de dois organismos técnicos para cobrir diferentes aspectos da pena. Um deles era o *Serviço de Observação Preparatória*, destinado às pessoas presas provisoriamente, composto por psiquiatra, clínico e assistente social, que teriam como função examinar a personalidade dos indivíduos, identificar suas condições mentais, motivações das ações e a existência de periculosidade. Já o *Serviço de Recuperação* seria destinado ao estudo da personalidade dos condenados, considerando aspectos morfológicos, fisiológicos e neuropsiquiátricos, para, assim, classificá-los em grupos para receberem o tratamento penitenciário adequado. Outros aspectos da análise seriam inteligência, sentimentos, instintos, tendências, aptidões, a vida pregressa, a formação religiosa e o nível cultural dos indivíduos. Toda essa avaliação, todo esse perfil traçado, teria como finalidade a recuperação do

condenado. Ou seja, “[...] transformar o ser anti-social em um homem capaz de conviver, em liberdade, com os homens livres.” (STEVENSON *apud* ROIG, 2005, p. 114).

O texto de Stevenson permaneceu como projeto, apesar da Lei n. 3.274, de 2 de outubro de 1957¹³, que compilava normas gerais acerca do regime penitenciário. Em 1963, o jurista Roberto Lyra publica um terceiro anteprojeto que denominou de “Código de Execuções Penais”. Para Lyra, a pena privativa de liberdade deveria exercer ação com vistas à reinserção social do condenado. Segundo Roig (2005), esse jurista apresenta um olhar teórico distinto sobre o crime e o criminoso. Apesar de preservar alguns aspectos positivistas, o foco deixa de ser unicamente o criminoso e passa a ser o corpo social que o produziu. Nesse cenário, os aspectos anatômicos, fisiológicos e psicológicos passam a ser ejetados como causas diretas da criminalidade.

O anteprojeto não poderia estimular o exame da personalidade do criminoso e das causas da criminalidade sem o exame do meio social de onde vem e para onde voltará o delinquente e onde ondulam, às vezes tempestuosamente, as forças etiológicas. (PROJETO, 1978, p.233 *apud* ROIG, 2005, p. 119).

No campo das punições disciplinares, o autor sugere que não sejam aplicadas sanções que restrinjam o acesso à instrução, ao trabalho, bem como proibições de ordem salarial e alimentar (ROIG, 2005).

Voltando um pouco para a relação entre a prisão e a biblioteca, em dois de seus trabalhos, a Bibliotecária Carmen Pinheiro Carvalho, de quem falaremos com mais profundidade adiante, relata ter participado do I Congresso de Direito Penal, ocorrido em Belo Horizonte de 24 a 30 de junho de 1966, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[...] reunindo penalistas de todo o país e que tivemos a honra de participar, vimos com alegria e entusiasmo a nossa Tese – BIBLIOTECAS EM PRISÕES – ser unanimemente aprovada na Sessão Plenária de 26-07-1966 e motivo de uma moção ao Governo da República no sentido se incorpore definitivamente no Código Penal em estudos esta nossa proposição, baseada no Art. 161 do Anteprojeto

¹³ BRASIL. Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957. Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5º, nº XV, letra b, da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspetora Geral Penitenciária. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 23.149, 3 out. 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3274.htm. Acesso em: 1º jul. 2022.

das Execuções Penais de autoria do eminente jurista e professor Roberto Lyra. (CARVALHO, 1967, p. 7).

Carvalho menciona amplamente Roberto Lyra, com quem manteve “proveitosas tertúlias¹⁴”.

[...] apresentamos nossa pequena mas oportuna contribuição de bibliotecária, procurando reforçar com os nossos argumentos profissionais, a importância e sobretudo a necessidade de ser legitimada por força de lei, a criação de Bibliotecas nas Prisões do Brasil. (CARVALHO, 1966, p. 47-48).

O momento era auspicioso, já que havia interesse e movimentações no sentido de serem estabelecidas novas diretrizes para a execução penal no Brasil, como destacou o Dr. Agostinho de Oliveira Júnior:

[...] ao felicitar, calorosamente, Carmen P. Carvalho, pelo êxito de suas pesquisas, saliento que elas se enriquecem de oportunidade, agora que se vai reformular a legislação penal e processual penal brasileira, com a emancipação de um código das execuções criminais. Mas, é preciso que esta monografia seja divulgada! (CARVALHO, 1966, [p. 7]).

Mesmo representando avanço significativo e com a influência do texto de Lyra na atual regulação penitenciária, ainda assim, em 1970 foi publicado um quarto anteprojeto por Benjamin Moraes Filho. Nesse novo texto, a classificação do apenado era tida como um dos pilares do regime penal, a fim de estudar a personalidade dos sujeitos, conferindo tratamento adequado.

Tal exame abrangeria os exames médico e psiquiátrico, a verificação da situação sociofamiliar, o atestado de ‘nível ético’, a apuração do grau de instrução, a verificação de tendência ou aptidão profissional e a aferição do ‘grau de inadaptação social’ do condenado. (ROIG, 2005, p. 122).

Após a anamnese classificatória que poderia durar em torno de seis meses, o indivíduo seria enquadrado em três possíveis estágios de tratamento: orientação, adaptação e semiliberdade. De acordo com Roig, a proposta era submeter o condenado a um autêntico tratamento terapêutico que seria desvinculado do fator tempo, sendo observado, em contrapartida, o índice de aproveitamento do apenado ao tratamento a ele atribuído. O indivíduo cuja periculosidade fosse declarada cessada, que não voltaria a delinquir, poderia

¹⁴ Palavras do Dr. Agostinho de Oliveira Júnior, diretor da Penitenciária Agrícola de Neves e Juiz do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais. Agostinho, assina o Prefácio do trabalho de conclusão de curso de Carmen (CARVALHO, 1966).

acessar a última etapa do tratamento, o livramento condicional, já o condenado que fosse identificado como “criminoso habitual” seria submetido a um prazo indeterminado de pena (ROIG, 2005, p. 122).

Para Roig (2005), o aspecto de reforma moral é preponderante e as finalidades da execução penal aparecem como sendo a educação ou a reeducação do sentenciado, tendo como objetivo prepará-lo para a liberdade, por meio de processos educativos, corretivos e de conscientização moral e cívica, para sua adaptação ou readaptação às exigências do convívio social.

O projeto de 1933 e os outros três anteprojetos exerceram influências que convergiram no texto da Lei de Execução Penal, de 1984, e são mencionadas no documento *Exposição de Motivos nº 213*, de 9 de maio de 1983, que o então Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, enviou ao então Presidente da República, João Figueiredo (BRASIL, 1983). Dentre os 190 motivos listados, encontramos a influência de determinações da França e da Espanha e, no âmbito da assistência, foram amplamente mencionadas as *Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos*.

O motivo n. 75 trata dos direitos da pessoa presa:

O Projeto indica com clareza e precisão o repertório dos direitos do condenado, a fim de evitar a fluidez e as incertezas resultantes de textos vagos ou omissos: alimentação suficiente e vestuário; atribuição de trabalho e sua remuneração; previdência social; constituição de pecúlio; proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, quando compatíveis com a execução da pena; assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; entrevista pessoal e reservada com o advogado; visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos; chamamento nominal; igualdade de tratamento; audiência com o diretor do estabelecimento; representação e petição a qualquer autoridade em defesa de direito; contato com o mundo exterior através de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação. (BRASIL, 1983).

A exposição do ministro Abi-Ackel não menciona biblioteca ou acesso ao livro, mas pontua sobre o “contato com o mundo exterior através da leitura”.

Finalmente, em 11 de julho de 1984, a LEP – Lei n. 7.210 – foi promulgada e, no Capítulo II, Seção V – *Da assistência educacional* –, o artigo 21 dispõe: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.” (BRASIL, 1984).

A LEP, além de nortear a execução penal em todos os seus aspectos, legitima a presença das bibliotecas nas unidades prisionais brasileiras. Nessa lei, a leitura não aparece relacionada a uma atividade religiosa, que é um direito assegurado em outro artigo, nem vinculada à figura de um capelão ou uma leitura amena, como nas leis do período Imperial e da Primeira República. Na lei, que até o momento está em vigor, a biblioteca está vinculada à assistência educacional no âmbito dos direitos das pessoas privadas de liberdade, embora, segundo a primeira parte do artigo, a existência desse dispositivo na unidade prisional esteja condicionada às condições locais.

Em 1994, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNCP), por meio da Resolução n. 14, estabelece as *Regras Mínimas para o Tratamento de Presos no Brasil* (BRASIL, 1994). No artigo 41, se estabelece que: “Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1955).

No contexto internacional, o pioneirismo estadunidense, atrelado ao forte movimento associativo dos profissionais bibliotecários, fez surgir grupos de trabalho e associações com divisões voltadas às bibliotecas em presídio. Na *American Library Association* (ALA), fundada em 1876, a *Association of Specialized Government and Cooperative Library Agencies* (ASGCLA), que funcionou entre 1977 e 2020, estava voltada “[...] para populações carentes que incluem, mas não estão limitados, a pessoas com condições sensoriais, físicas, de saúde, de desenvolvimento, aprendizagem, atenção ou comportamento e pessoas que estão encarceradas ou detidas.” (ASSOCIATION OF SPECIALIZED GOVERNMENT AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES, [200-?], tradução nossa). Atualmente, após a dissolução da ASGCLA, o *Office of Diversity, Literacy and Outreach Services* (ODLOS) vincula os profissionais e as bibliotecas voltadas para pessoas presas e detidas.

Já a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), fundada em 1927, possui a sessão *Libraries Serving Disadvantaged Persons* (LSPP), que

[...] proporciona [...] o desenvolvimento de serviços especializados para aqueles grupos na comunidade que não têm possibilidades de utilizar

serviços de biblioteca convencionais. Estes grupos incluem pessoas em hospitais e estabelecimentos prisionais, pessoas mais idosas em casas de repouso e centros de cuidados, sem-abrigo, pessoas surdas, pessoas com incapacidades físicas e de desenvolvimento, e aquelas que têm dificuldades de leitura. (LEHMANN; LOCKE, 2015, p. 5).

Em 1993, foi publicada a primeira edição do *Guidelines for library services to prisons*¹⁵, editado por Frances E. Kaiser, que também editou a segunda edição¹⁶, em 1995. A primeira versão tinha como enfoque os princípios gerais e as práticas. Já a segunda incluía informações mais específicas sobre níveis de serviços, dimensão das coleções, pessoal, financiamento, avaliação e metodologias de *marketing* (LEHMANN; LOCKE, 2015). A terceira edição do *Guidelines for library services to prisoners* foi publicada em 2005, tendo como autoras Vibeke Lehmann e Joanne Locke. Essa edição foi traduzida para a língua portuguesa, em 2015, como *Orientações para serviços de biblioteca para reclusos*, por Maria José Vitorino, associada ao Projeto Gulbenkian Leituras em Cadeia de Portugal (LEHMANN; LOCKE, 2015). Em 1994, o Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas indicava que os serviços deveriam ser oferecidos com base na igualdade de acesso, estendendo-se às pessoas privadas de liberdade:

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. (IFLA; UNESCO, 1994).

Voltando à legislação brasileira, em 2010 foi sancionada a Lei n. 12.244¹⁷, de 24 maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País; já em 2011, a Lei n. 12.433, de 29 de junho, alterou a LEP para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho (BRASIL, 2011b). Nesse mesmo ano foi publicado o Decreto n. 7.626, de 24 de novembro, que instituiu o *Plano*

¹⁵ KAISER, Francis. Guidelines for library services to prisons. **IFLA Journal**, Haia, v. 19, n. 1, p. 67-73.

¹⁶ Kaiser, F. E. (Ed.). (1995). **Guidelines for library services to prisoners**. 2. ed. rev. Haia: IFLA. (IFLA Professional Report, n. 46).

¹⁷ BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 3, 25 maio 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 14 mar. 2022.

estratégico de educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que, no artigo sexto, determina que “[...] compete ao Ministério da Educação, na execução do PEESP: [inciso II], promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais.” (BRASIL, 2011a). É a primeira vez que encontramos, nas normativas nacionais, a menção a um órgão público nacional e sua responsabilidade em prover o acervo das bibliotecas em presídio.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Recomendação n. 44, de 26 de novembro, que “Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.” (BRASIL, 2013).

A recomendação elencou uma série de atividades de cunho educativo e cultural que poderiam ser utilizadas para fins de remição. Especificamente sobre a remição pela leitura, determinava que

[...] o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional. (BRASIL, 2013, p. 4-5).

Após a promulgação dessa Recomendação, Estados e Comarcas instituíram a remição de pena por leitura através de portarias e leis estaduais, variando alguns dos critérios de avaliação, mas respeitando a quantidade de dias remidos por resenha apresentada (4 dias) e a quantidade de dias remidos a cada 12 meses (48 dias).

Em 9 de setembro de 2015, foi sancionada a Lei n. 13.163, que determina a instituição de um censo penitenciário que, dentre outras coisas, deve apurar “[...] a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo.” (BRASIL, 2015).

O censo penitenciário brasileiro é sistematizado pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). O método de coleta das informações consiste em um “[...] formulário online preenchido pelos responsáveis de cada unidade prisional, de acordo com as orientações do Depen.” (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2021).

O Departamento Penitenciário Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é um órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da LEP em todo o País e também divulga os dados do Levantamento Nacional que apura a quantidade de pessoas presas e dos estabelecimentos prisionais; a quantidade e o déficit de vagas; a infraestrutura; ações de assistência laboral, assistência educacional e saúde; informações sobre o perfil das pessoas presas, tais como escolaridade, raça, estado civil, tipo penal, tempo de pena, visitas e afins.

Sobre o levantamento nacional, em 2014, pela primeira vez, ele recebeu o formato de um relatório detalhado, com considerações sobre a metodologia de coleta e a discussão dos dados obtidos. Na edição de junho de 2014, encontramos números referentes às bibliotecas.

Cerca de um terço das unidades afirmou ter biblioteca. Entre os entes, a variação dessa porcentagem é ampla. Enquanto todos os estabelecimentos do Distrito Federal e a maior parte das unidades do Paraná (89%), do Acre (75%) e do Espírito Santo (71%) afirmaram ter biblioteca, apenas uma parcela muito reduzida dos estabelecimentos do Rio de Janeiro (2%), do Ceará (4%) e de Tocantins (9%) disse dispor de biblioteca. (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2014, p. 121).

À época, o sistema penitenciário brasileiro era composto por 1.424 unidades; desse total, 401 diziam possuir bibliotecas, número que representaria 32% das unidades do sistema prisional. Nesse cálculo não foram computadas as informações das 162 unidades prisionais que então existiam em São Paulo, pois o Estado não repassou as informações locais para o Levantamento.

Os relatórios detalhados do Infopen foram publicados até junho de 2017 (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2019), porém, dentre as publicações realizadas, apenas a edição de junho de 2014 apresenta dados sobre as bibliotecas; nas demais publicações, são citados apenas os números das atividades de remição de pena por leitura.

Infelizmente, no único levantamento de abrangência nacional e com publicação periódica do censo penitenciário, os dados sobre as bibliotecas não são publicados. Porém, no instrumento de coleta disponibilizado no site do Depen (BRASIL, 2020), vemos que os diretores das unidades são interrogados sobre a existência das bibliotecas e também se há apenas trabalhando em sua organização, para fins de remição de pena por trabalho.

Apesar de a Lei n. 13.163 tratar da inclusão de informações sobre a existência das bibliotecas e das condições de seu acervo, essas informações não foram disponibilizadas juntamente com as demais informações que possibilitariam vislumbrar, mesmo que em parte, a realidade do sistema prisional brasileiro nesse quesito. Percebemos, pois, a ausência de dados oficiais abrangentes e indispensáveis, que também estão atrelados à ausência de políticas públicas que efetivem as disposições legais a respeito das bibliotecas no contexto prisional.

A ONU, em 2015, atualizou as *Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos*, que passa a ser conhecida também como *Regras de Nelson Mandela*. A biblioteca continua no âmbito dos direitos das pessoas reclusas, agora na regra 64, que elenca: “Cada estabelecimento prisional deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros recreativos e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Em 2017, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) criou a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP).

Por fim, em 2021, o CNJ publicou a Resolução n. 391, de 10 de maio, que estabelece a remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. A Resolução n. 391 revoga a Recomendação n. 44, ampliando as possibilidades de remição de pena para práticas sociais educativas não escolares e a leitura de obras literárias. Entende-se por práticas não escolares:

[...] atividades de socialização e de educação não-escolar, de autoaprendizagem ou de aprendizagem coletiva, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação para além das disciplinas escolares, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, dentre outras, de participação voluntária, integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional e executadas por iniciativas autônomas, instituições de ensino públicas ou privadas e pessoas e instituições autorizadas ou conveniadas com o poder público para esse fim. (BRASIL, 2021, p. [3-4]).

Ainda segundo a nova Resolução, a atividade de leitura é de caráter voluntário e será realizada com as obras literárias do acervo da biblioteca, sem a necessidade de participação das pessoas presas em projetos específicos para

esse fim. Uma vez comprovada a leitura e com a aprovação do relatório de leitura, o leitor e a leitora terão o direito de remir a quantidade de dias correspondentes aos livros lidos.

Para fins de remição, o empréstimo da obra literária será registrado pela biblioteca e o prazo para a leitura será de 21 a 30 dias. Após esse período, o participante deverá apresentar o relatório de leitura em até dez dias.

Já a avaliação será feita por uma Comissão de Validação, instituída pelo Juiz competente, que terá a função de analisar o relatório, considerando o grau de letramento, alfabetização e escolarização de cada participante; a clareza do texto (tema e assunto do livro lido); a estética textual (legibilidade e organização do relatório); e a fidedignidade (relatório elaborado).

Fica a cargo da unidade prisional providenciar formas de auxílio às pessoas em fase de alfabetização, podendo adotar estratégias específicas de leitura entre pares, leitura de *audiobooks*, relatório de leitura oral para pessoas não alfabetizadas ou, ainda, registro do conteúdo lido por meio de outras formas de expressão, como o desenho (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021).

A participação em atividades de leitura não afastará as hipóteses de remição pelo trabalho ou educação escolar, sendo possível a cumulação das diferentes modalidades

Em conclusão, observamos neste tópico que a biblioteca aparece como parte constituinte da prisão, já desde o Império, pois seu caráter adaptativo e formativo, instituído desde a Reforma, culminou na noção moderna de prisão como conhecemos hoje. Nesse sentido, pode ser equivocado afirmar que a biblioteca se constitui como um direito das pessoas presas, há pouco mais de 30 anos, conforme mencionam alguns dos autores que citaremos nos tópicos seguintes.

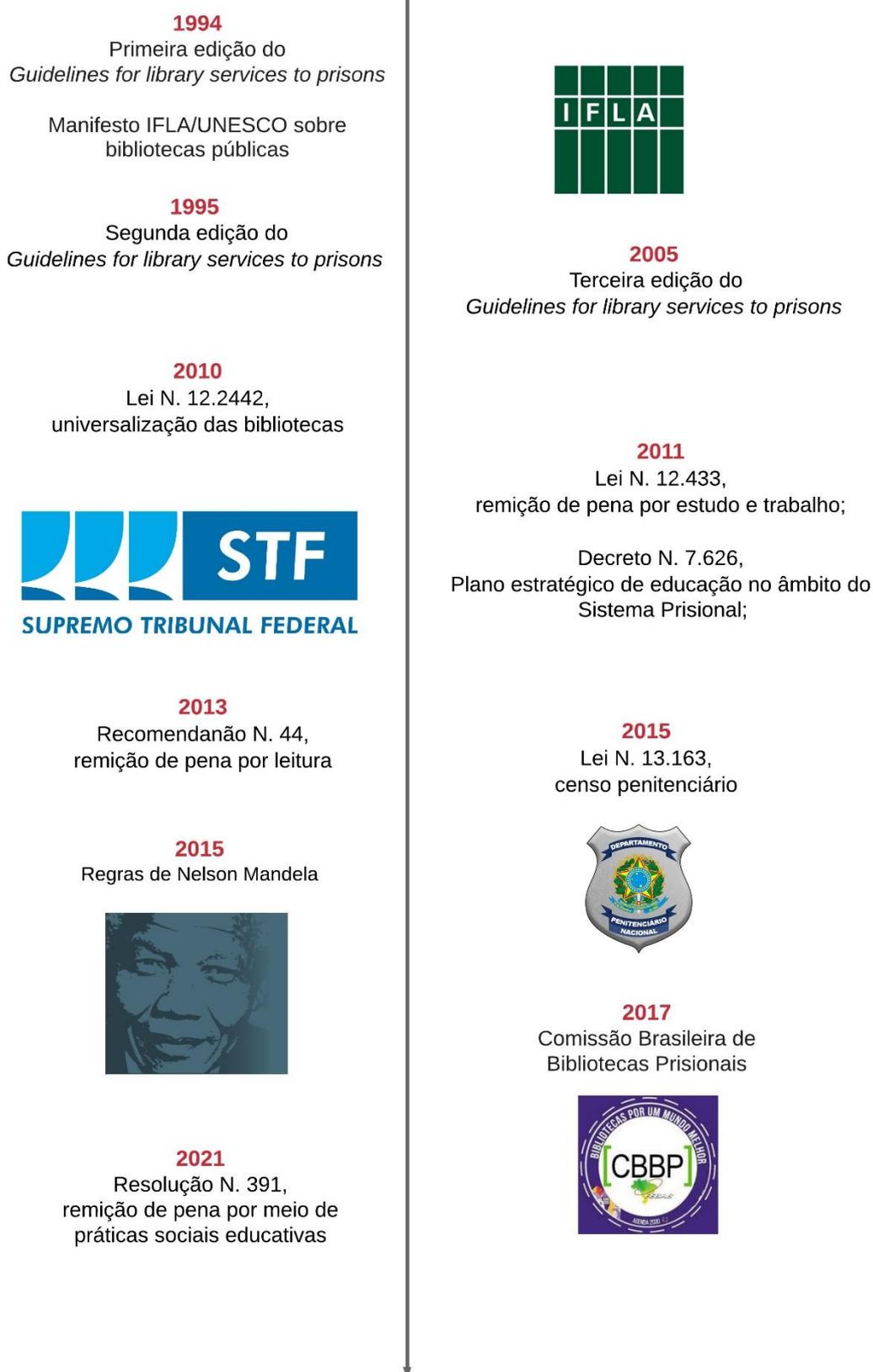
FIGURA 2 – Linha do tempo sobre leis, normas, recomendações e diretrizes relacionadas às bibliotecas em presídio

BIBLIOTECA EM PRESÍDIO: LEIS, NORMAS, RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES:



Fonte: Elaboração da autora.

FIGURA 3 – Linha do tempo sobre leis, normas, recomendações e diretrizes relacionadas às bibliotecas em presídio (cont.)



Fonte: Elaboração da autora.

3.2 O estudo da Biblioteca em presídio no Brasil

Observar a produção científica brasileira a respeito das Bibliotecas em presídio mostrou-se etapa essencial para esta pesquisa, após termos nos debruçados sobre a cronologia legal. O que vinha sendo reiteradamente afirmado nos artigos recentemente publicados era que havia pouca produção científica a esse respeito e que o tema passara a ser de interesse de bibliotecários e pesquisadores a partir da década de 2010. Os levantamentos realizados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), conforme verificaremos, nos deram exatamente a mesma resposta, entretanto, as buscas em outros canais, bem como o acúmulo de referências após alguns anos de pesquisa e coleta nos levaram a ter contato com produções bastante anteriores à década de 2010, mas que, infelizmente, não vinham sendo preservadas e organizadas de modo a serem do conhecimento de todos. O que observamos, portanto, foi a precariedade da documentação científica, aliada à descontinuidade da produção brasileira a respeito das bibliotecas em presídio, o que traz uma série de problemas, como o surgimento de “novos” pioneiros, o recomeço de discussões que não contam com a experiência e o conhecimento já produzidos, ou seja, notamos a falta de acúmulo de conhecimentos essenciais. Se no sistema prisional observamos um *continuum* de violação de direitos, na pesquisa brasileira sobre as bibliotecas em presídios, em oposição, vimos um *descontinuum* de experiência, conhecimento acumulado e informação produzida.

3.2.1 Primeiros passos

Carmen Pinheiro de Carvalho, que mencionamos no tópico anterior, atuou, na década de 1960, como bibliotecária na Penitenciária Agrícola de Neves, no Estado de Minas Gerais. Em 1966, defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) *Bibliotecas em prisões* na UFMG. No ano seguinte, 1967, no V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), realizado em São Paulo de 8 a 15 de janeiro, Carvalho apresenta, no Tema 4 – *Bibliotecas universitária e especializadas* –, o trabalho *Bibliotecas em prisões* (1967). No anexo V, intitulado *Temário*, ficaram registradas as recomendações, formuladas

ao final do evento, para as bibliotecas universitárias e especializadas, destinadas “aos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal”, que ao longo de todo o item número 46 e, especificamente, na letra L, recomendava:

[...] aos juristas incumbidos do estudo do novo código penal brasileiro, salientar a criação de bibliotecas nos estabelecimentos penais brasileiros, organizados e administrados por profissionais habilitados, supervisionados pelos Conselhos penitenciários. (CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1967, n. p.)

Entre 1969 e 1972, Carvalho publicou, na *Revista do Conselho Penitenciário Federal*, dois artigos: *A biblioteca nos sistemas penitenciários* (1969) e *Bibliotecas correcionais* (1972). Já em 1970, publicou um livreto: *Direitos do prisioneiro: (homem também)*¹⁸, pela Faculdade de Direito da UFMG.

Tomando-se as referências da autora, não encontramos menção a nenhum trabalho brasileiro anterior, no âmbito da Biblioteconomia, sobre a temática Bibliotecas em Presídios. Ainda assim, não é possível afirmar que Carmen P. de Carvalho tenha sido a primeira brasileira da área a pesquisar essa temática, mas é provável que sua pesquisa seja uma das primeiras, sem deixar de considerar a importância de sua reverberação, como vimos anteriormente.

Para efeito de contextualização, quando Carvalho (1966) defende seu TCC, Michel Foucault ainda não havia publicado *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Esta obra só seria lançada em 1975, na França, e, em 1977, no Brasil. Assim, se *Vigiar e punir* influenciará decisivamente as abordagens sobre a prisão, em várias partes do mundo, segundo o Dr. Agostinho de Oliveira Júnior (CARVALHO, 1966), Carmen foi influenciada pelo direito positivista, num período em que, no Brasil, estava sendo discutida a individualização da pena. Nesse contexto, a pena por aprisionamento passou a ser concebida como um meio de reforma e endireitamento do indivíduo. Fatores como o contexto social passaram a ser considerados, a fim de se entender as razões das práticas ditas criminosas. Já a educação é aí vislumbrada como caminho mais adequado para a reinserção social.

A influência citada por Agostinho fica evidente ao longo da produção de Carvalho. A autora refere-se a uma pedagogia corretiva, fruto da aproximação

¹⁸ CARVALHO, Carmen Pinheiro de. **Direitos do prisioneiro: (homem também)**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1970.

entre correção e pedagogia, “novo método” que seria fruto de uma visão moderna da prisão (CARVALHO, 1967). E seu uso teria como objetivo a retificação de condutas.

Criminologistas ilustres chegam a aspirar que o Direito Penal se converta em um Direito Protetor dos delinquentes, exercendo sobre eles uma ação tão somente corretiva por meios pedagógicos adequados, completando ou retificando personalidades, isto é, repersonalizando-os. (CARVALHO, 1967, fl. 1).

Nesse sentido, a pena seria um caminho para a regeneração, benéfica não apenas ao indivíduo condenado, mas também à sociedade: “[...] ao conceito clássico de compensação se substitui a moderna de fim. A pena hoje é um meio para o bem: um duplo instrumento de regeneração individual e preservação social.” (RUIZ FUNES, 1953, p. 24-25 *apud* CARVALHO, 1967, p. 1).

Para efetivar as terapêuticas educacionais e atingir o moderno objetivo da pena, a biblioteca seria indispensável. Nas palavras de Carmen, o

[...] tratamento progressivo atualmente aplicado nas Instituições Penais não podem mais prescindir do laboratório das BIBLIOTECAS para a complementação e realização dos seus objetivos de acordo com o conceito moderno de pena. (CARVALHO, 1967, p. 1).

Um das ações para complementação desses objetivos seria inserir a biblioteca no processo disciplinar, facilitando, assim, a adaptação dos detentos ao meio prisional.

Elementos psicológicos negativos que podem produzir desajustes, inadaptação aos métodos penitenciários e outros reflexos prejudiciais para as condições de vivências e segurança do grupo podem retardar e impossibilitar a esperada ressocialização. Contudo, já se tem evidenciado que as múltiplas atividades das bibliotecas cooperam também com a disciplina solucionando o grande problema penitenciário, o do tempo vago [...]. (CARVALHO, 1967, p. 10-11).

Outra contribuição viria do bibliotecário, por meio de sua participação na avaliação da pessoa presa, relatando seus interesses e, de certa forma, ajudando a traçar o perfil psicológico dos internos.

Sua cooperação é das mais importantes para a Clínica Psicológica, à qual poderá proporcionar elucidativos dados de seus leitores: seus assuntos e autores prediletos, seu nível cultural, reações, seus ideais, seu comportamento social na biblioteca, suas emoções, anotações, trabalhos literários, as influências do regime prisional em sua personalidade etc. (CARVALHO, 1972, p. 42).

O contato com o leitor tornaria o bibliotecário capaz de informar sobre seus anseios, suas emoções, seu modo de pensar “[...] pelo que lê, pelos assuntos que lhe interessam, pelos autores pedidos e sugeridos, pelo que escreve” (CARVALHO, 1967, p. 14). Evidentemente, realizar essas observações pressuporia certa proximidade com os internos, condição que seria possível graças à não associação das funções do bibliotecário ao papel disciplinador.

Não é o bibliotecário um funcionário responsável pela disciplina do grupo. Não lhe cerca aquele halo de respeito forçado pelas circunstâncias; de desconfiança e receio, tão comuns às reações de autodefesa do interno, normalmente avaro de comunicação e desnudamento de sua personalidade. O trato diário destruirá todas as inibições e uma confiança surgirá, podendo ser muito proveitosa para orientação e determinação de normas individuais no tratamento penal. (CARVALHO, 1972, p. 43).

Carvalho desmistifica ainda o desaconselhamento à atuação feminina em prisões masculinas.

A alegação de que as prisões masculinas não devem ser atendidas por bibliotecárias, não procede. Funcionárias da administração e professoras primárias exercem suas funções intramuros em excelentes condições de trabalho. Acreditamos mesmo que poucos lugares possa ser tão seguro quanto ao aspecto social e moral, devido ao clima de disciplina que ali se respira. Por experiência, como bibliotecária no campo penal, posso afirmar que as condições de trabalho numa Penitenciária são as melhores possíveis; um clima de respeito, consideração e até gratidão é comum, motivando e dignificando o nosso trabalho. (CARVALHO, 1972, p. 43).

Na concepção de Carvalho, a cooperação da biblioteca com a unidade prisional é direcionada a diversos setores. A biblioteca se configuraria, portanto, como matriz de material bibliográfico, atingindo não só os internos, mas os setores de saúde, disciplina e educação.

Sendo portanto o bibliotecário o responsável pela seleção, organização e coordenação de todo o material bibliográfico de que necessitará a Instituição, é ele um cooperador indispensável de todos os departamentos ali existentes: educacionais, clínicos (psicologia, psiquiatria, etc) de instrução (incluindo vocacionais), religiosos. Em nítida consonância portanto, com as metas atuais da pedagogia correcional o bibliotecário de prisão é a mola de realização de seus objetivos. (CARVALHO, 1967, p. 13).

A contribuição da biblioteca aos serviços clínicos se daria por meio de métodos como a biblioterapia, o bibliopsicologia e o bibliodiagnóstico. A atuação do bibliotecário seria no sentido de promover a saúde mental e emocional dos

internos, “[...] desenvolvendo-lhes a personalidade, as capacidades positivas de recuperação, confiança em si mesmos, etc.” (CARVALHO, 1967, p. 13-14).

Nesse sentido, a leitura adequadamente orientada aparece como uma colaboradora terapêutica, educacional e psicológica, que promove a aceitação de novos conceitos éticos, morais e sociais (CARVALHO, 1967). A hábil indicação de leituras “adequadas” evidencia a relevância da biblioteca e do bibliotecário no contexto prisional e coloca a formação de leitores como mais um de seus objetivos.

Preparar o leitor do futuro, despertar o interesse sempre salutar da leitura, é tarefa que deve ser iniciada desde logo. Levando-se em conta o grau de instrução modifica e influi na medida das responsabilidades, aumentar o conhecimento dos indivíduos é, por conseguinte, aumentar também sua capacidade de discernir. Caminho seguro para que reconheçam o alcance de suas obrigações perante Deus e os homens. A própria lei reconhece que a ignorância, embora não seja diretamente da responsabilidade, é, entretanto, uma atenuante. (CARVALHO, 1969, p. 32).

Despertar o interesse “salutar da leitura” se faz necessário, pois os livros são considerados importantes no processo de recuperação. A biblioteca exerceria uma função de mediação entre o livro e o leitor, a fim de contribuir para a regeneração do sujeito.

Os livros são, portanto, fatores importantíssimos nos processos de recuperação, de reajustamento, de afirmação e de sociabilidade. E, por todos os benefícios que podem trazer as Bibliotecas Correcionais, podemos deduzir que elas deverão ser em realidade um órgão vivo dentro do Regime Penitenciário, devidamente entrosadas com todos os serviços dos demais Departamentos componentes da Instituição. (CARVALHO, 1967, p. 12).

A aquisição de novos conhecimentos, a autorealização e o autoconhecimento são outros fatores positivos associados à leitura e à aprendizagem, ações também associadas à atuação da biblioteca.

Outra consideração que não pode escapar como fator psicológico de suma importância é o de proporcionar ao leitor realizar parte de sua aprendizagem autodidaticamente, tornando os progressos conseguidos de grande alcance psico-pedagógicos; paralelamente aos progressos didáticos estarão também usufruindo os benefícios que advirão de sua auto-realização como inevitável surgimento de uma força de vontade atuante, desejo de aprender incentivado ao máximo, reencontro de suas capacidades desde aprendizagem, confiança em si mesmo, esperança de melhores dias por meio da instrução adquirida. (CARVALHO, 1967, p. 10).

A leitura e o contato com “bons autores” podem resultar também na descoberta de novos talentos, por meio da escrita, por exemplo. Ou, ainda, possibilitar continuidade de trabalhos já iniciados antes do aprisionamento

E que dizermos das felizes consequências também, do aparecimento muitas vezes, de verdadeiras vocações literárias até então escondidas e que surgem das oportunidades proporcionadas agora com mais intensidade no convívio com bons autores? Muitos têm encontrado ambiente para continuarem seus trabalhos interrompidos, para realizarem seus estudos a suas obras; aptidões naturais ou habilidade adquiridas, os países estão cheios de exemplos desta natureza conhecidos de todos nós. Talentos maiores, menores ou nenhum, não é o que se conta no cômputo final, o que justifica e merece ressaltar é o Bem que cada um pode fazer a si próprio nestes reencontros, nestas tentativas, alheamento e fuga. (CARVALHO, 1967, p. 12).

Carvalho, em seus argumentos a favor das bibliotecas em presídio, chama a atenção para o que denomina “escritores prisioneiros”, encontrados em inúmeros países. Segundo a autora, a condição de aprisionamento propiciou a descoberta de talentos ou a manutenção da prática da escrita.

Na história da literatura de todos os tempos podemos encontrar exemplos desta ordem, onde os muros das prisões não puderam tolher o talento de muitos autores. François Villon, uma das glórias da literatura francesa do século XV, e hoje naquele país, a figura de Jean Genet, discutido novelista, poeta teatrólogo, a quem Sartre tem dedicado uma série de ensaios e estudos críticos e que foi ‘dans la prison de la Santé’ que tomou a decisão de escrever. Em outros países vamos encontrar Boécio, Pelisson, Silvio Pelii. O. Wilde, Roquetin, Gide, Bunyan, William Pen, Fox, Cesar Cantu (todo o esquema e anotações de sua famosa História Universal realizou na prisão) Dostoievski, Jack London, Booth e muitos outros. Todos eles escritores-prisioneiros, visto não nos interessar aqui o motivo de suas prisões, mas estas como causa e oportunidade de experiências autênticas deixadas em suas obras. Muitas delas até hoje apreciadas e até estudadas como a de Dostoievski, cuja a obra ‘Recordações da Cada dos Mortos’ foi reconhecida por FERRI como ‘um verdadeiro tratado de psicologia criminal’. (CARVALHO, 1972, p. 44).

Carmen pontua que a biblioteca é uma mola para concretização da pedagogia correcional. A extensão cultural, a cooperação com programas educacionais e o incentivo a atividades artísticas também são ações que podem ser de apoio ou de iniciativa da biblioteca, em consonância com os métodos de regeneração.

A arte como atividade educacional deve ser, acima de tudo, considerada pelo alcance não só didático, mas psicológico e terapêutico. O conceito moderno de aprendizagem define as experiências artísticas como ‘um processo por meio do qual o indivíduo modifica o seu comportamento’. Modificação não somente exterior,

mas principalmente interior, resultante de uma maturação intelectual e psíquica. (CARVALHO, 1972, p. 47).

Também as atividades artísticas orientadas pela Biblioteca, são de grande efeito psicológico a par das possibilidades magníficas de realização interior, de evasão e reencontro consigo mesmo e com os demais. Acima de tudo não importam pelo seus resultados, mas pela experiência como resultado de um desafogo, da necessidade de comunicação assim justificando plenamente a sua inclusão nos métodos educacionais. (CARVALHO, 1967, p. 11).

A biblioteca é tida, ainda, como um local de criação de aptidões sociais e de manutenção de hábitos de viver em comum.

Enfim, o uso da Biblioteca oferece uma ótima oportunidade de criar no recluso aptidões sociais, para que não perca o hábito de viver em comum, em sociedade (o grande erro das prisões antigas, onde a reclusão era total acrescentada ainda da desumana ordem do silêncio) visto não ser só a reforma que se deve desejar, mas sobretudo a formulação de uma meta interior, sentimentos de comunidade e sociabilidade. (CARVALHO, 1967, p. 12).

Uma noção de hábito é discutida por Foucault (2013, p. 126) como uma maneira de organizar o poder de punir, “[...] no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo – não sinais – como os traços que deixa, sob a forma de hábitos, no comportamento”.

No entanto, mesmo que destaque a criação de hábitos que permaneceram no sujeito durante e após o aprisionamento, Carvalho coloca a biblioteca como um espaço de liberdade, uma espécie de fuga do contexto prisional, pois sobre ela não incidirão as mesmas cobranças disciplinares dos demais locais da prisão.

O indivíduo ao entrar para a prisão se vê nos primeiros tempos inteiramente perdido, sujeito, a disciplinas, horários rígidos, trabalho obrigatório, obediência total. Porém na Biblioteca, encontrará talvez a única oportunidade dentro das possibilidades limitadíssimas de sua reclusão, de praticar um ato livre e de agir independentemente ao beneficiar-se de qualquer de suas atividades. Inegavelmente este é um positivo fator para o seu reajustamento. (CARVALHO, 1967, p. 10).

Pode-se com facilidade concluir o quanto pode significar para o reajustamento de um indivíduo inteiramente subjugado a normas disciplinares, a oportunidade de agir independentemente ao procurar a sua Biblioteca, local onde sentir-se-á livre, podendo utilizar de todos os seus recursos, lugar onde nunca lhe será negada liberdade de ação, ao contrário, será sempre incentivado a agir livremente. (CARVALHO, 1969, p. 30).

Como vimos, estão fortemente presentes nos trabalhos de Carvalho as noções de ressocialização, ajustamento do sujeito e da obrigatoriedade das instituições penitenciárias corretivas em prover condições para que o preso esteja apto a retornar ao convívio social e gozar do benefício da liberdade (CARVALHO, 1966). Nesse sentido, ela coloca a Biblioteca como peça-chave para concretização da pedagogia corretiva.

O papel central que, por vezes, Carvalho (1972) atribui à biblioteca está ligado à sua descrição como fonte quase que exclusiva de informação, tanto para os internos como para os funcionários. A função do bibliotecário, nesse contexto, também extrapola a de incentivo à leitura e de tratamento técnico do acervo, mas se insere no processo pedagógico corretivo. A autora se espelha no modelo norte-americano, para destacar o potencial do bibliotecário em avaliar processos disciplinares e pedidos de liberação condicional.

[...] em alguns Departamentos Estaduais de Correção daquele país [Estados Unidos], o bibliotecário ainda faz parte dos Conselhos das Instituições ao lado do psiquiatra, do capelão, do médico, dos assistentes sociais e jurídicos, que juntamente com a direção estudam os processos disciplinares internos, os pedidos de liberação condicional a serem enviados aos Conselhos Penitenciários, etc. (CARVALHO, 1972, p. 43-44).

Nessa perspectiva, a função do bibliotecário estaria de fato inserida no processo punitivo, não apenas como um funcionário com uma atribuição educativa, mas sim como um agente com potencial de opinar sobre a libertação ou a não libertação de um detento, por exemplo.

Contraditoriamente, ou não, outro papel associado à função desse profissional é a de “missionário religioso”.

[...] su actividad se asemeja más a del misionero religioso que a del médico, apesar de mantener también con éste numerosas analogias [...] el bibliotecario de prisión tiene en sus manos la redención del delincuente, su regeneración y los medios para devolverlo a la sociedad capacitado para vivir en ella y aumentar, por el perfeccionamiento logrado mediante sus estudios en la prisión, el fruto do rendimiento de su trabajo. Para ello es indispensable em contacto del delincuente com el bibliotecário, no sólo le trae la revista y el libro com luz de la calle, sino que interrumpe además la soledad, el aislamiento que es así um grave mal para la formación de la personalidad. (LASSO DE LA VEGA, 1953 *apud* CARVALHO, 1972, p. 42).

A influência cristã na obra de Carmen Carvalho é evidente, inclusive com citações de encíclicas papais (CARVALHO, 1967). Ela destaca que os

detentos devem ser considerados “pessoas humanas no plano de Deus, que merecem que sejam reconhecidos os seus direitos de igualdade perante o criador.” (CARVALHO, 1967, p. 8). Mas ela não se baseia diretamente somente nos princípios cristãos para colocar os detentos enquanto portadores de direitos. Carmen fala a partir das *Regras Mínimas para o Tratamento dos Presidiários*, aprovadas no *Seminário Latino-Americano sobre a Prevenção do Delito e Tratamento dos Delinqüentes*, realizado pela ONU, no Rio de Janeiro, em 1953.

Estando, pois, a atuação do bibliotecário e a função da Biblioteca atreladas à metodologia corretiva, a leitura é tida como um meio para concretização desse método. Nesse contexto, surgem o detento-leitor (CARVALHO, 1969) e o escritor, sobre os quais o aprisionamento deixa marcas também nas obras produzidas (CARVALHO, 1972).

A pena de privação de liberdade figura como uma segunda educação, que deve ensinar o sujeito a viver em liberdade. Segundo D. Concepción Arenal (*apud* CARVALHO, 1967), “[...] não há criminosos incorrigíveis, e sim, incorrigidos”.

A contribuição do bibliotecário, nesse quadro, se configura como uma tarefa socioeducativa, ajudando o detento a conhecer a si próprio, sempre com a finalidade de facilitar a ressocialização.

[...] não está, no momento, preocupado com o avanço de outros conhecimentos senão o de si próprio, que não se sente motivado ainda a interessar pela conquista da Lua, pelos novos caminhos de Marte ou mesmo da Amazônia.... Está preocupado consigo mesmo, necessitando encontrar-se. Conquista que é nossa obrigação ajudá-lo a realizar, para que reencontrando-se possa ser mais facilmente ressocializado. (CARVALHO, 1972, p. 42).

Sem citar nenhuma ação ou discussão no contexto brasileiro sobre o tema, a autora apresenta dados e informações de outros países, como Estados Unidos, Suíça, França, Holanda, Inglaterra, Itália, entre outros, registrando, assim, um panorama sobre o tema. Num contexto em que não havia *internet*, Carmen apresenta informações que obteve, via correspondência, com um departamento correcional norte-americano, inclusive comentando sobre o convite que recebeu para participar de um evento no país (CARVALHO, 1966).

Aqui, no Brasil, Carmen menciona ter enviado cartas a quase todos os Estados do país, solicitando informações sobre a existência de bibliotecas e suas condições, não obtendo resposta da maioria deles. Chamam a atenção as

informações repassadas sobre a Penitenciária de São Paulo e, também, o Serviço de Extensão da Biblioteca Pública Estadual de Curitiba.

Sabemos, por carta, que gentilmente nos enviou o Exmo. Sr. Chefe do Dep. de Instrução da Penitenciária de São Paulo, datada de 27 de abril deste ano, [1966], existir em funcionamento nesta Instituição com grande proveito uma Biblioteca com 9.140 v. e sobre a qual presta a sua abalizada opinião quanto a sua importância e necessidade como obra de reeducação. Mas evidentemente, já esperávamos tal resposta em vista da situação privilegiada deste estado como um dos pioneiros do progresso e da cultura em nosso país. Também a Penitenciária Agrícola de Neves em nosso Estado [Minas Gerais], considerada modelo pelos seus reconhecidos métodos penitenciários os mais modernos, possui uma Biblioteca que, embora necessitando de ampliação e reformulação já presta benefícios, soubemos existir por meio dos Serviços de Extensão da Biblioteca Pública de Curitiba um serviço de atendimento à Penitenciária Estadual. Mas embora tenhamos de reconhecer o empenho destes Estados para atenderem a tão importante problema, temos de reconhecer também que representam muito pouco dentro da realidade nacional, com um quadro de população penal representado por uma comunidade segregada em 24 Penitenciárias, 10 Casas de Correção, 30 Presídios, 20 Casas de Detenção, 1880 Cadeias, 2.213 Xadreses e 11 Casas sem especificação, conforme dados do IBGE, Anuário Estatístico de 1962. Acreditamos não ser esta a realidade total, visto sabermos existir Bibliotecas em mais algumas Penitenciárias do Brasil (no Est. da Guanabara, por exemplo) mas, correspondências enviamos a quase todos os Estados e não obtivemos resposta, o que poderá significar uma triste evidência, sem dúvida. (CARVALHO, 1967, p. 6).

A produção de Carmen demonstra considerável abrangência, pelos dados e articulações apresentadas. Vale salientar que suas pesquisas ocorreram em um contexto menos dinâmico e instantâneo de comunicação entre estados e países. Ao se referir ao que ela chama de Biblioteca Correccional, Carvalho (1969) não só apresenta uma nova possibilidade de atuação ou conceito de biblioteca, mas também destaca a nova concepção da pena de privação de liberdade, elencando os “novos e modernos métodos corretivos”, para os quais a biblioteca é indispensável.

Cabe agora avançar no tempo e buscar compreender como as bibliotecas em presídios vêm sendo descritas e discutidas nas pesquisas recentes sobre essa temática no Brasil.

3.2.2 Pesquisas recentes

Encontramos dois trabalhos que foram apresentados em Congressos, sendo um de 1985, apresentado no XIII CBBBD por Maria Helena Hees Alves¹⁹, e outro de 1992, apresentado por Dulce Amélia de Brito Neves no *Congresso Nacional de Biblioteconomia e Documentação* em Salvador, que teve como tema central a biblioteca e o desenvolvimento econômico e social.

Infelizmente, não obtivemos acesso ao texto completo de Alves. Até o momento, conseguimos apenas os resumos dos trabalhos apresentados no evento, documento elaborado pela *Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo*. O resumo do trabalho *Biblioteca prisional: meios e objetivos na ressocialização dos detentos* deixa pistas sobre o local de atuação ou pesquisa da autora, sua abordagem e os destaques para a atuação do bibliotecário:

A importância da biblioteca prisional e o papel do bibliotecário como agente de informação e animador cultural dentro do presídio; aplicação da biblioterapia como recurso no processo de reintegração social do detento; relato de experiência com internos do Instituto de Readaptação Social Jair Etienne Dessaune (IRS) e recomendações aos profissionais da área correcional. (CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1985, p. 10).

Segundo o documento encontrado, a autora residia em Vitória, na Rua Elesbão Linhares, 52, no Espírito Santo. Seu trabalho pertencia ao eixo das bibliotecas especiais e foi apresentado em 17 de julho de 1985, às 17h35, no local do evento, o Hotel Pôr do Sol. Dentre os trabalhos do eixo, composto também pelas bibliotecas comunitárias e universitárias, o trabalho de Maria Alves foi o único sobre bibliotecas em presídios.

Além do resumo, encontramos informações mais detalhadas sobre a atuação de Maria Alves no trabalho de Dulce Amélia de Brito Neves, “Informação atrás das grades”, apresentado em 1992. Dulce Neves informa que Maria Alves buscou enfatizar o papel do bibliotecário

[...] como agente de informação e animador cultural, dentro do presídio [...] no início houve certa dificuldade de aproximação com os internos... pouco a pouco, compreenderam que era simplesmente um serviço, cuja finalidade é levar bons livros às pessoas. (ALVES, 1985, p. 7 *apud* NEVES, 1992, p. 40).

¹⁹ ALVES, Maria Helena Hees. *Biblioteca prisional: meios e objetivos na ressocialização dos detentos*. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, 13., 1985. **Anais** [...]. Vitória: Federação Brasileira Associações Bibliotecários, 1985.

Neves (1992) reproduz parte do relato de Maria Alves, em que a autora explica que, devido às carências do acervo, foi realizada uma campanha de doações, permitindo, assim, a distribuição de itens entre os internos, que demonstraram certa predileção por poesia e relatos de crimes (NEVES, 1992, p. 40). Os internos também puderam realizar empréstimos, foi feito um concurso de trovas e, segundo Alves (1985, p. 8 *apud* NEVES, 1992, p. 40), “[...] a bibliotecária passou a ser, para eles, um elemento de confiança a quem falavam os seus problemas e seus sofrimentos”.

Aparentemente, havia uma ligação entre o trabalho realizado no Instituto de Regeneração Social e a biblioteca pública local:

Diversas cartas elogiosas foram endereçadas às bibliotecárias e à diretora da Biblioteca Pública por parte dos internos. Ao término do primeiro ano de atuação, foi aplicado um questionário, onde pediu-se sugestões para melhorar o serviço, porém só ocorreram elogios e agradecimentos. (NEVES, 1992, p. 41).

Infelizmente, a tendência de descontinuidade na atuação do bibliotecário nas prisões, assim como veremos na temática no campo da pesquisa, também atingiu o trabalho de Maria Alves:

Após dois anos de funcionamento do programa, em 1983, houve grande redução de pessoal na Biblioteca Pública e o atendimento aos internos foi suspenso. ‘*Um abaixo assinado com mais de cem assinaturas foi enviado ao Governador*’, segundo Alves, mas não obteve qualquer resposta, o que pôs fim ao programa até então desenvolvido. (NEVES, 1992 p. 41, grifos da autora).

No artigo de Dulce Neves (1992), encontramos muita semelhança com o que ela discutiu na dissertação de que falaremos logo adiante, tratando dos dois trabalhos da autora conjuntamente.

A fim de vislumbrar o estado da arte das pesquisas brasileiras mais recentes sobre a temática, realizamos um levantamento bibliográfico na BRAPCI. Essa foi a base de dados escolhida, pois ela é considerada a maior da Biblioteconomia e Ciência da Informação, com artigos indexados desde 1972, apesar de não ter indexados os dois trabalhos apresentados anteriormente.

A busca foi feita com um termo simples: *Biblioteca prisional*. Optamos por esse tipo de busca pois esperávamos obter o maior número de resultados. Foram recuperados vinte e seis itens. Do total, dois foram desconsiderados, pois

um era repetido e o outro não se tratava de uma pesquisa brasileira. Os trabalhos selecionados foram:

- 1 – *Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e a cidadania* (SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011);
- 2 – *A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado* (TONIN; SOUZA, 2014);
- 3 – *Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social* (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015);
- 4 – *Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades* (COLARES; LINDEMANN, 2015);
- 5 – *Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário* (COSTA et al., 2017);
- 6 – *Comissão de Bibliotecas Prisionais* (LINDEMANN, 2017);
- 7 – *Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos* (CARVALHO; CARVALHO, 2017);
- 8 – *Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo* (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018);
- 9 – *Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO em foco* (SANTOS; PRUDENCIO, 2018);
- 10 – *Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa* (SOUSA; BENTES PINTO, 2018);
- 11 – *Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas* (SILVA, 2018);
- 12 – *Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017)* (CINQUE; OLIVEIRA; GRÁCIO, 2018);
- 13 – *Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de privação de liberdade* (COSTA; BARROS, 2019);
- 14 – *50 Tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere* (FERNANDES et al., 2019);
- 15 – *A leitura e o audiovisual como estímulo para liberdade* (ZAMITE, 2019);
- 16 – *O bibliotecário como membro de projetos de leitura em bibliotecas prisionais no estado de Santa Catarina* (TEIXEIRA; CAMPOS, 2019);

- 17** – *A constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária de Florianópolis* (COSTA; BARROS, 2019);
- 18** – *Bibliotecas prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades* (LINDEMANN, 2020);
- 19** – *Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM* (SIQUEIRA; LIMA, 2020);
- 20** – *Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da ciência da informação* (SOUSA; BENTES PINTO; FARIAS, 2020);
- 21** – *Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da ONU* (CINQUE; ALMEIDA, 2020);
- 22** - *Constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária de Florianópolis* (COSTA; BARROS, 2020)
- 23** – *Biblioteca prisional: um espaço heterotópico* (COSTA; SALES, 2021);
- 24** – *Descolonizando a justiça, democratizando a informação* (MOREIRA; ALMEIDA, 2021);
- 25** – *Diretrizes para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas prisionais: um estudo na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis* (COSTA; BARROS, 2021).

Os textos foram publicados de 2011 a 2021, em diferentes periódicos de Ciência da Informação e em uma revista da área jurídica. Os trabalhos têm, em média, 17 páginas e, além dos artigos, foram recuperados trabalhos apresentados em eventos, relatos de experiência ou relatos de trabalho em andamento e entrevistas. A partir da leitura e análise desses trabalhos, passaremos a descrevê-los por meio das palavras-chave utilizadas, dos métodos empregados, das temáticas discutidas e das questões levantadas.

As palavras-chave

As palavras-chaves atribuídas pelos autores aos trabalhos variam entre: Ciência Social Aplicada; Ciência da Informação; Biblioteconomia; Biblioteconomia Social; Bibliotecário; Papel Social – Bibliotecário; Competências Bibliotecárias; Bibliotecário Prisional; Agente do Devir; Mediação de Leitura; Leitura; Leitura em Unidades Prisionais; Formação e Desenvolvimento de

Coleções; Bibliotecas; Biblioteca Prisional; Bibliotecas Prisionais; Biblioteca no Cárcere; Bibliotecas Prisionais Femininas; Comunidade Carcerária; Usuário Apenado; Sujeitos em Privação de Liberdade; Informação; Seleção de Fontes de Informação; Educação; Cidadania; Inclusão Social; Reinserção Social; Ressocialização do Apenado; Direitos Humanos; Cidadania; Heterotopia; Espaços de Privação de Liberdade; Penitenciária de Florianópolis; Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa; Remição de Pena; Remição da Pena por meio da Leitura; Agenda 2030; Agenda 2030 da ONU; Organização das Nações Unidas; Sociopoética; Análise Bibliométrica; Análise de Conteúdo; Revisão Integrativa; Bases de Dados – BRAPCI – LISA; Base de Dados SCOPUS.

Por meio dos termos utilizados, vemos que os trabalhos estão localizados de fato dentro da Ciência da Informação, que, juntamente com a Biblioteconomia, integra o campo das Ciências Sociais aplicadas. É destacada atuação do profissional bibliotecário, inclusive sendo-lhe atribuído o termo bibliotecário prisional, provavelmente na tentativa de caracterizar as atividades desse profissional nesse contexto. No entanto, o contexto prisional propriamente dito não aparece nas palavras-chaves, a não ser pelo termo *espaços de privação de liberdade* ou para indicar as unidades prisionais, uma em Santa Catarina e outra no Ceará.

Além do termo *biblioteca prisional*, vemos mais duas variações para nomear a biblioteca localizada em unidades de privação de liberdade. Encontramos menção a ações de mediação de leitura, remição de pena por leitura e atividades relacionadas a acervos, como a formação e o desenvolvimento de coleções.

A informação e a seleção de fontes de informação também integraram os estudos e observações. Como veremos, a informação aparece como parte fundamental para o exercício da cidadania. Os autores mencionam a informação também como fator importante para ressocialização, reinserção, reintegração e como direito humano fundamental.

Os métodos

Apesar de, em sua maioria, os trabalhos selecionados utilizarem a pesquisa bibliográfica, com levantamento bibliográfico, documental e revisão de

literatura como métodos, encontramos trabalhos que utilizaram a pesquisa de campo (TONIN; SOUZA, 2014), a etnografia (COLARES; LINDEMANN, 2015), a sociopoética (SOUZA; PINTO, 2018), a análise bibliométrica (CINQUE; OLIVEIRA; GRÁCIO, 2018), o estudo de caso (TEXEIRA; CAMPOS, 2019; ZAMITE, 2019), o relato de experiência (FERNANDES *et al.*, 2019), a pesquisa-ação (LINDEMANN, 2020) e a revisão integrativa (SOUSA; BENTES PINTO; FARIAS, 2020). Percebemos que alguns trabalhos mesclam a pesquisa bibliográfica a outros métodos, tais como a pesquisa documental (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015) ou a pesquisa de campo (TONIN; SOUZA, 2014).

O questionário foi a ferramenta de coleta mais utilizada, geralmente com questões abertas e fechadas. Um trabalho usou a entrevista e, para análise, foi utilizada a análise de conteúdo, proposta por Bardin (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

Quanto ao caráter das pesquisas, a maioria se descreveu como exploratório-descritiva e qualitativa, mas um artigo mesclou a pesquisa qualitativa à quantitativa (TONIN; SOUZA, 2014).

Temáticas

Todos os artigos tiveram a biblioteca em presídio como ponto de partida e dela surgiram diferentes abordagens, recortes e perspectivas. Por exemplo, um trabalho (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015) discute o direito de acesso à informação, discussão que pode ser feita em inúmeros contextos, mas o olhar dos autores se voltou para as pessoas privadas de liberdade.

Ao falar da biblioteca em presídios, quase todos deram enfoque à atuação da biblioteca na transformação, na regeneração, na reintegração ou na reinserção das pessoas presas. A atuação da biblioteca nesse processo de mudança do indivíduo ocorreria por meio de ações de mediação de leitura e pelo acesso à informação relevante e de qualidade.

O acesso à informação também foi bastante discutido no âmbito do direito. Alguns trabalhos (SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011; TONIN; SOUZA, 2014; ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015; COLARES; LINDERMANN, 2015; SILVA, 2018; LINDERMANN, 2020) destacaram os marcos legais que instituíram

o acesso à informação como direito dos apenados: no caso brasileiro, via Lei de Execução Penais, e no contexto internacional, a partir das *Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos* ou da *Declaração Universal de Direitos Humanos*.

As pessoas reclusas, por exemplo, mesmo estando confinadas e com liberdade de ir e vir restringida têm direitos ao acesso à informação e a praticar a leitura, de forma a produzir a sensação de lazer e liberdade em um ambiente sufocante. (CINQUE; ALMEIDA, 2020, p. 78).

Já a atuação do profissional bibliotecário foi medida em Santa Catarina, onde os autores (COSTA *et al.*, 2016) levantaram informações com os diretores das unidades prisionais para saber se nas bibliotecas havia bibliotecários atuando. A pesquisa concluiu que não existiam profissionais atuando nessas bibliotecas, no Estado. No Rio de Janeiro, foi feito um estudo sobre o interesse dos alunos em trabalhar nas bibliotecas de presídios, quando formados (SANTOS; PRUDENCIO, 2018). Os participantes cursavam Biblioteconomia em três universidades públicas cariocas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A pesquisa apontou o pouco interesse dos alunos por essa área de atuação, atrelado a ínfima abordagem da temática ao longo da formação dos estudantes.

Esse tipo de biblioteca também foi discutido sob a ótica dos funcionários de uma unidade prisional. Costa, Pizarro e Barros (2018) averiguaram a percepção dos funcionários da Penitenciária de Florianópolis sobre a biblioteca da unidade. De acordo com as autoras, os funcionários destacaram a importância da biblioteca, tendo em vista a organização do seu acervo e o empréstimo de livros. Mencionaram, ainda, seu relevante papel educativo, social e cultural.

O papel social do bibliotecário e o cumprimento da Agenda 2030 (SILVA, 2018) da ONU tiveram destaque, já que o lema da agenda é “Não deixar ninguém para trás”. Segundo Silva (2018), esse lema, no campo da Ciência da Informação, implica levar informação também às pessoas encarceradas. Dois trabalhos tratam exclusivamente de unidades prisionais femininas (CARVALHO; CARVALHO, 2017; SOUSA; BENTES PINTO, 2018) e um trabalho incluiu uma unidade feminina e duas masculinas para discutir a seleção de fontes de informação nesses três espaços prisionais no estado de Alagoas. Tonin e Souza

(2014) concluem que, apesar de não haver documentos que especifiquem a política de seleção e desenvolvimento das coleções bibliográficas dos acervos, as obras são selecionadas criteriosamente.

Dos trabalhos que circunscrevem a pesquisa em um estado brasileiro, encontramos estudos que vêm de Alagoas, Ceará, Espírito Santos, Amazonas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Diante dessa informação, é relevante salientar que o Estado de São Paulo é a unidade da Federação que comporta o maior número de cursos de Biblioteconomia do país, sendo oferecido em dez instituições de ensino superior. Já o Sistema Penitenciário Paulista contém 179 unidades prisionais, conforme já mencionado, com mais cinco em construção, e mantém sob custódia 207.987 pessoas (BRASIL, 2021). São Paulo é o portador do maior sistema penitenciário do país (os outros dois são Minas Gerais, com 64.917, e Rio de Janeiro, com 48.642) e é a unidade federativa com maior potencial para formação de bibliotecários. Entretanto, apesar dos números, nenhum dos vinte e cinco trabalhos levantados, publicados entre 2011 e 2021, se referem a alguma pesquisa realizada no sistema penitenciário paulista. Na verdade, um dos estudos levantados foi realizado por estudantes da Universidade Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP – Marília), porém se trata de um estudo bibliométrico realizado na base Scopus para discutir as publicações sobre a temática das bibliotecas em presídios (CINQUE; OLIVEIRA; GRÁCIO, 2018), e não especificamente as bibliotecas do sistema penitenciário paulista. Apesar da ausência de artigos nesse período, em 2019, foi defendida uma tese sobre a temática, como veremos adiante.

Questões levantadas

Os autores apontam a não consolidação e efetivação da LEP quanto à existência de bibliotecas em todas as unidades prisionais brasileiras. Partindo, majoritariamente, dos dados oficiais que indicam a ausência de ações educativas e culturais e das más condições de aprisionamento, os trabalhos cobram por ações no sentido de garantir o direito de acesso à informação e educação.

Um dos trabalhos (SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011) se refere à relação entre biblioteca e prisão, entendendo que as duas instituições,

separadamente, voltaram sua atenção, ao longo do tempo, ao indivíduo. A primeira, por meio do acesso amplo à informação, e a segunda, por meio da “humanização” das práticas punitivas.

Quando falamos em bibliotecas e presídios, temos que recordar que ambas eram consideradas instituições distintas, portanto, inicialmente a existência de bibliotecas dentro de presídios era quase impossível, devido a seus objetivos. A primeira tinha o objetivo, na sua criação, de ser um local de salvar os livros, aos quais uma minoria tinha acesso. Já os presídios foram criados como local de castigo e suas finalidades eram de anular forças contrárias e não de reintegração ou recuperação social. (SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011, p. 56).

A prática cidadã somente se concretiza com o direito de acesso à informação, segundo os trabalhos. Este aparece como direito fundamental, meio de exercício da cidadania e ressocialização. Nesse sentido, os autores apontam a importância das bibliotecas no contexto prisional, tanto para a inclusão social, o desenvolvimento dos sujeitos e o apoio escolar, quanto para a ressocialização dos detentos.

[...] todos os cidadãos, independente de classe social, condição social, raça, cor, etc., devem ser tratados com igualdade, possuindo direitos humanos básicos que consolidem a dignidade da pessoa humana. Desse modo, os indivíduos que se encontram encarcerados também estão inseridos nesse contexto, devendo assim, serem tratados com dignidade, usufruindo de condições dignas de convivência, devendo o sistema prisional ser um local especializado para a ressocialização. (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p. 71).

Mesmo com ênfase em sua importância, pontuaram o desconhecimento de parte da população sobre as bibliotecas em presídios, o qual se estende também a estudantes e profissionais bibliotecários, mesclado ao medo, à pouca abordagem do assunto na formação dos profissionais e, ainda, à ausência de pesquisas e publicações a respeito da temática.

Definições

Nos tópicos anteriores, descrevemos as características e abordagens dos trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico. Agora, trataremos de definições apontadas pelos autores.

Analisando os trabalhos encontrados na BRAPCI, encontramos alguns pontos recorrentes, outros distintos, tanto do ponto de vista dos objetivos como das propostas de atuação. A seguir, reunimos o que chamamos de pontos

em comum, a saber: os objetivos, os papéis sociais, a informação, o acervo e o bibliotecário.

Os objetivos

Os objetivos das Bibliotecas em presídio aparecem de forma dispersa na literatura, não havendo, nas obras selecionadas para este estudo, um consenso entre os autores. Assim, para Silva Neto e Dias Leite, os objetivos ou a proposta da Biblioteca em presídio estão relacionados à reintegração social e, nesse sentido, ela se configura como um espaço de oportunidade.

A biblioteca nos presídios tem como proposta a reintegração social dos detentos através de atividades por ela desenvolvidas no espaço prisional. Assim, as bibliotecas prisionais podem ser caracterizadas como locais de oportunidades para os apenados, onde entre outras atividades, eles têm acesso à educação, à leitura, ao convívio social com os outros presos e com profissionais que atuam nesses espaços de apoio educacional. (SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011, p. 57).

Para Tonin e Souza, as ações e os objetivos desse dispositivo aparecem atrelados às atividades do núcleo educativo, tendo como objetivo a formação de leitores, ainda na perspectiva de uma oportunidade que pode ser ofertada pela Biblioteca.

Inserida no ambiente prisional, a biblioteca tem como objetivo dar suporte às atividades de ensino e aprendizagem fornecida pela instituição carcerária. De modo mais preciso, visa a criar leitores por meio de programas voltados ao incentivo, oferecer novas oportunidades aos apenados que buscam a bibliotecas como espaço de uso de fontes informacionais, promover os estudos e/ou simplesmente ocupar o tempo ocioso. (TONIN; SOUZA, 2014, p. 52).

Contudo, além de dar apoio à educação dos apenados, por meio do incentivo à leitura, configurando-se como um espaço de oportunidade, a Biblioteca teria ainda o objetivo de combater a ociosidade:

[...] em sentido amplo, que as bibliotecas prisionais objetivam combater a ociosidade dos encarcerados, oferecer uma nova visão de mundo, auxiliar na regeneração, desenvolver interesses por diferentes áreas, induzir a um pensamento mais reflexivo e, principalmente, desviá-los de uma formação violenta, típica do interior das prisões. (TONIN; SOUZA, 2014, p. 52).

Carvalho e Carvalho, apontam outro objetivo, ligado ao que denominam como apoio ao “processo de ressocialização”:

[...] as bibliotecas no cárcere têm por objetivo estimular a leitura, assegurar a democratização do acesso aos livros assim como servir de apoio para aqueles que estudam dentro da prisão. Ao aproximar a missão e os objetivos da biblioteca prisional fica evidente, portanto, o relevante papel deste último tipo de biblioteca, no processo de ressocialização de presos. (CARVALHO; CARVALHO, 2017, p. 148).

[...] constatou que as bibliotecas em centros penitenciários são agentes de reintegração, e para isso seus acervos devem ser desenvolvidos para cumprir tal objetivo, devendo possuir valor informativo e educacional, podendo oferecer também estímulo intelectual e recompensas aos reclusos. (SIQUEIRA; LIMA, 2020, p. 673-674).

Na perspectiva dos autores, a Biblioteca em presídio está ligada ao combate da ociosidade, à formação de leitores, ao apoio educacional e à participação no processo de ressocialização das pessoas presas.

Segundo a LEP (BRASIL, 1984, p. 1), a execução penal tem por objetivo “[...] proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Portanto, vislumbra-se, assim, um alinhamento entre o que apontam como objetivo da Biblioteca em presídio e o que a LEP institui como objetivo da execução penal. A Biblioteca em presídio, assim como a execução de pena privativa de liberdade, objetiva a reintegração social do apenado.

Nesse sentido, Carvalho, enfatiza que as funções da biblioteca em presídio devem estar enquadradas ao sistema normativo que ela integra.

[...] as bibliotecas de presídios integram um sistema normativo, que tem um papel ressocializador e reabilitador do preso, por isso suas funções devem estar enquadradas nessa perspectiva. Assim, a organização de atividades culturais, que podem abranger desde oficinas de escrita e leitura, até cinema e teatro, devem se nortear pelas funções da biblioteca prisional. (CARVALHO, 2009 *apud* SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011, p. 53).

Diante dessa perspectiva, a Biblioteca em presídio teria não só seus objetivos, mas também suas funções e práticas alinhadas aos da execução penal, sendo também a ela subordinada.

Os papéis sociais

Observamos que, ao descrevem o que chamamos de papéis da Biblioteca em presídio, os autores frequentemente utilizaram termos como: auxílio, acesso, apoio, amparo, suporte, orientação e incentivo. Silva Neto e Dias

Leite (2011, p. 48) falaram também em instrumento: “[...] as bibliotecas de estabelecimentos prisionais podem ser consideradas importantes instrumentos de desenvolvimento social, em razão de seu caráter formativo, enquanto principal instrumento de apoio educacional de detentos”.

Sousa e Bentes Pinto, também a colocam como instrumento e dizem que a inclusão desse dispositivo nas prisões se deu pela mudança no tratamento dado aos detentos.

A necessidade de um tratamento mais humano e o entendimento de que os encarcerados retornarão à sociedade, mais cedo ou mais tarde, têm provocado, mesmo que de maneira lenta e tardia, mudanças no sistema prisional, dentre as quais destacam-se a inclusão de biblioteca nesse cenário como instrumento capaz de contribuir para o bem-estar dos indivíduos presos, favorecendo o desenvolvimento de diversos aspectos desses sujeitos. (SOUSA; BENTES PINTO, 2018, p. 34).

Tonin e Souza apontaram que

[...] a biblioteca exerce um papel social fundamental e que sua inclusão no âmbito correccional é um feito importante a partir do momento que ela é vista como um instrumento de apoio em vários sentidos, não só o pedagógico, mas, notadamente, como meio de devolver ao apenado a oportunidade de se sentir um ser social, integrado junto aos autores, representados por suas obras, e aos outros presos que, no ambiente de uma biblioteca, tornam-se essencialmente usuários em busca de informação e conhecimento. (TONIN; SOUZA, 2014, p. 61).

Se o objetivo da biblioteca indica sua função ressocializadora, o papel a ela atribuído parece estar ligado à noção de instrumento. O uso do substantivo “instrumento” parece indicar que a biblioteca pode ajudar a levar a uma ação ou efeito. Ao que parece, a biblioteca seria o instrumento cujo efeito seria a ressocialização. Nesse sentido, a função da Biblioteca em presídio parece colocá-la como parte do que a literatura examinada toma como processo de ressocialização das pessoas presas, dentro de uma perspectiva utilitarista, ou seja, segundo a tradição adaptativa inaugurada por Bentham.

Informação

A informação no contexto prisional, segundo os autores, proporciona o contato com o mundo exterior, mas também é insumo para a concretização da cidadania e da percepção de cada sujeito sobre seus direitos e deveres.

A informação é condição básica necessária à geração de conhecimento e viabiliza a percepção acerca dos direitos e deveres dos cidadãos de uma nação, fato esse que garante a consolidação da cidadania, garantindo o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos, por conseguinte favorece o crescimento socioeconômico da sociedade. (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p. 81).

Informação e cidadania são temas em discussão, especialmente no contexto das sociedades democráticas, na qual os direitos e garantias fundamentais e a igualdade dos cidadãos são postos como indicadores de desenvolvimento social. Esses temas estão fortemente atrelados, pois a prática cidadã somente se concretiza quando há informação disponível e acessível sobre os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado. (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p. 67).

A perspectiva apresentada pelos autores se estende às pessoas que, mesmo privadas de liberdade, têm preservados os direitos não afetados pela impossibilidade de ir e vir. Já para Tonin e Souza (2014, p. 50), “O homem necessita de informação na medida em que essa é um fator impulsionador para o desenvolvimento pessoal e social. É, pois, a partir do acesso e de seu uso que esse desenvolve conscientemente ideias, personalidade, caráter e potencialidades”.

A informação, portanto, seria relevante não só no âmbito social, mas também no pessoal. Costa, Pizarro e Barros, falam da importância da informação para a elaboração de projetos de vida para dentro e fora da prisão:

[...] a disseminação da informação dentro dos espaços de privação de liberdade aos apenados, faz como que eles saibam seus direitos e deveres, envolve a comunidade carcerária com o ensino e a educação, auxilia na elaboração de projetos de vida em novas perspectivas e oportunidades para enquanto estiverem dentro dos espaços de privação de liberdade, quanto para fora dos mesmos. Auxiliará em momento de lazer e ações que envolvam as famílias e as visitas, incentivará à leitura e à escrita, à formação acadêmica e a prestar os vestibulares das Universidades que atuam dentro desses espaços. (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018, p. 385).

Para Leite,

[...] a informação é elo que permite que o presidiário possa acompanhar os desdobramentos do mundo exterior durante o tempo em que está privado de sua liberdade. Dessa maneira, o acesso à informação contribui com a função ressocializadora da pena, pois o condenado terá menor dificuldade em se adaptar a uma sociedade que não lhe é desconhecida, apesar do cárcere. (2004 *apud* SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011, p. 54).

O caráter ressocializador atribuído ao acesso à informação e, por analogia, à Biblioteca em presídio enquanto promotora desse acesso se dá no sentido da atenuação do descompasso entre o apenado e o mundo exterior, na

medida em que, com acesso à informação, o sujeito pode estar a par dos fatos extramuros.

A perspectiva desta autora, em parte, diverge da dos demais autores, pois o que ela destaca é o “uso” da informação para a continuidade de um contato com a realidade externa, mas não pressupondo mudança, transformação, regeneração do sujeito. Trata-se da não descontinuidade entre os fatos que ocorrem fora da prisão e o sujeito. Ou seja, os demais autores falam do acesso à informação no sentido de o sujeito se perceber enquanto cidadão imbuído de direitos e deveres e de elaborar outros projetos de vida, excluindo as condutas ditas criminosas. Tal fato pressuporia uma mudança por parte do sujeito e, por conseguinte, pode proporcionar uma nova relação consigo e com o mundo. A informação passa a ter função de redenção, estendida à biblioteca

Acervo

Falar do acesso à informação no contexto prisional, via de regra, está relacionado à informação impressa, geralmente em meio bibliográfico, compondo o que chamamos de acervo. Para Carvalho, o contexto prisional não impacta a constituição do acervo, pois ele é semelhante aos acervos das demais bibliotecas.

[...] as bibliotecas prisionais atendem a um público restrito e diferenciado que se encontra em estabelecimentos penitenciários, e que, portanto, vive sob limitações concretas, o aprisionamento. No entanto, o que se pode identificar é que os acervos dessas bibliotecas são semelhantes aos das demais bibliotecas, compostos geralmente por livros didáticos e revistas. (CARVALHO, 2009 *apud* SILVA NETO; DIAS LEITE, 2011, p. 52).

Já Tonin e Souza, apontam que a realidade prisional deve ser considerada, bem como as informações a serem disponibilizadas aos apenados, para que não acabem reforçando práticas reprováveis pelo sistema prisional.

Essas bibliotecas devem encarar esta realidade de forma diferenciada, preocupando-se com o tipo de informação contida nas diversas fontes que serão disponibilizadas para esse tipo de usuário. Ao mesmo tempo em que contribui com os processos educacionais e de inclusão social, podem contribuir com o desenvolvimento e a manutenção de pensamentos e práticas reprováveis pelo sistema prisional e pela sociedade. (TONIN; SOUZA, 2014, p. 48).

Os mesmos autores ainda completam:

Em relação aos usuários apenados, em particular, deve-se considerar as matérias prejudiciais à moralidade, essencialmente, aqueles que incentivem a violência, influenciem negativamente o comportamento dos presos e, por conseguinte, sejam opostos ao processo de regeneração social. (TONIN; SOUZA, 2014, p. 54).

Na perspectiva dos autores supramencionados, selecionar as informações a que os apenados terão acesso, a fim de que eles não tenham contato com materiais que possam influir negativamente sobre o processo de ressocialização, não se configuraria como uma tentativa de inibir ou limitar o acesso dos sujeitos à informação.

A LEP estabelece que todas as bibliotecas de unidades prisionais devem possuir livros instrutivos, recreativos e didáticos. Esse material irá dar suporte educacional ao preso e permitirá a ele discernir melhor o certo e o errado, ou, em outros termos, o aceito e o reprovado socialmente. Selecionar os materiais que irão compor o acervo, nesses termos, não interfere ou anula o direito que o prisioneiro tem de ler e ter acesso à informação. (TONIN; SOUZA, 2014, p. 54).

Tonin e Souza não mencionam de que maneira seria feita essa seleção e a quem caberia essa tarefa. Por sua vez, Silva, apresenta uma interpretação do que está disposto em apenas uma linha do texto da LEP:

Mesmo que o conceito de biblioteca apresentado seja redutivo, no sentido que seja visualizado apenas como acervo de livros, vale destacar que representa perspectiva muito promissora de construção de atividades em informação e leitura, visando transmissão de conhecimento para produção de determinadas habilidades na comunidade (instrução), atividades de entretenimento; lazer e diversão genérica [recreativo] e transmissão do conhecimento como atividade de ensino [didático]. (SILVA, 2018, p. 114).

O acervo aparece ainda como única fonte de informação na prisão, tratado sob perspectiva funcional e, de certa forma, técnica. Os mecanismos de sua constituição não aparecem discutidos além das formas convencionais, de certa maneira, naturalizadas ou obedecendo às concepções e aos preceitos de instrução e recreação dos documentos normativos.

[...] sabendo que o indivíduo está em ambiente controlado de informação, muita das vezes, o único acesso ao conhecimento é por meio do livro ou de outro item informacional proveniente da biblioteca. (FERNANDES *et al.*, 2019, p. 396).

O bibliotecário

Após falar do acesso à informação e do meio em que ela estará disponível, vale a pena destacar como foram descritas as ações e as atribuições do profissional bibliotecário, apontado como fundamental para atuar nas bibliotecas de unidades prisionais. Para Tonin e Souza, esse profissional é um agente de transformação, assim como já havia apontado Alves (1985).

A informação deve ser considerada elemento fundamental no processo formador de opinião e de cidadãos mais conscientes. A biblioteca e o Bibliotecário se configuram como agentes de transformação, oferecendo mecanismos que auxiliam no desenvolvimento sociocultural do indivíduo. (TONIN; SOUZA, 2014, p. 51).

De acordo com Souza e Pinto

A presença do bibliotecário nesses espaços ainda é incipiente, motivo que compromete as ações de leitura desenvolvidas pela biblioteca no cárcere, tendo em vista a imprescindibilidade deste profissional para que haja efetiva atuação na biblioteca nesse ambiente. (SOUZA; PINTO, 2018, p. 33).

A função/atuação do bibliotecário nesse contexto também é tida como a de um mediador ou educador. Todavia, apesar de dada como imprescindível pela literatura da área, não está prevista no corpo funcional das prisões brasileiras. As ações que atualmente envolvem o trabalho de bibliotecários são fruto de trabalhos voluntários, de pesquisas e atividades de extensão universitária que não configuram ações permanentes, relacionadas à existência de um quadro profissional estável.

Porém, ainda que, efetivamente, não haja bibliotecários atuantes nas prisões, os autores elencaram algumas características e perfis para este profissional. A presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, Catia Lindemann, em entrevista à *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, cita a diretriz da Comissão de Bibliotecas prisionais da IFLA, que se refere à atuação dos bibliotecários nesse contexto e o que se espera desse profissional:

Equilíbrio emocional; postura dinâmica; capacidade de adaptação (ambiente prisional); boa comunicação oral; capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos); interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística; gosto em trabalhar na educação de adultos; criatividade; sensibilidade e atenção; capacidade

inventiva e de abstracção; conhecimentos de Direito e de legislação penal. (LINDEMANN, 2017, p.124).

As autoras Santos e Prudencio, falam das atividades que o bibliotecário deve desenvolver e que estão entre mediação e implementação de programas de competência informacional, sem, no entanto, estabelecerem vinculações diretamente envolvidas entre esses termos:

É este profissional que reúne as competências, habilidades e deve desenvolver atividades que propiciem uma efetiva mediação entre o apenado e a informação. Ele que deve propiciar o encontro entre o livro e seu leitor, bem como, deve planejar e implementar programas de competência informacional que colaborem para que os usuários desenvolvam a capacidade de selecionar, validar e utilizar informações necessárias ao seu lazer, desenvolvimento humanístico e social. (SANTOS; PRUDENCIO, 2018, p. 215).

Já Santa Anna, Zanetti e Nascimento, destacam a atuação desse profissional no incentivo da prática leitora e seus impactos.

O bibliotecário como educador, no âmbito das bibliotecas prisionais, favorece o incentivo à leitura, podendo despertar no apenado uma nova consciência da realidade. Sendo assim, motivar a prática da leitura é um fazer biblioteconômico de fundamental importância, uma vez que a leitura pode representar uma atividade prazerosa e poderosa. (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p. 80).

Além de sugerir atividades, elencar habilidades a esses profissionais, Santos e Prudencio, apontam seu viés de atuação: “[...] a práxis profissional neste ambiente possui viés de inclusão social, com a finalidade de promover a reintegração social aos detentos, por meio de atividades de cunho educacional, cultural artístico e informacional.” (SANTOS; PRUDENCIO, 2018, p. 218).

Outros autores também salientam que a atuação do bibliotecário não pode estar engessada aos tradicionais fazeres biblioteconômicos e às suas técnicas, mas, sim, extrapolar essas práticas (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p. 79).

Por sua vez, Santos e Prudencio, apontam, ainda, a necessidade de algumas características, ações e estratégias desse profissional diante do contexto de atuação:

Os desafios estruturais da biblioteca prisional também demandam do bibliotecário a capacidade de produtividade e inovação. Sabendo que os recursos são escassos, o profissional deve desenvolver estratégias para desenvolver o acervo, buscando doações, desenvolvendo parcerias com editoras, ONG's, igrejas, escolas e também com a família daqueles que se encontram encarcerados. É uma maneira de

manter o acervo atualizado, com diversidade de documentos para atrair e tornar esse espaço convidativo ao apenado. (SANTOS; PRUDENCIO, 2018, p. 222).

Por fim, Silva, pensa esta atuação a partir de cinco eixos:

a) formação de leitores/alfabetização/letramento informacional – compreende dois aspectos: a leitura de mundo, a leitura da palavra. A atividade leitora é muito salutar no sentido de manter o preso com a mente ativa e incentivar a própria diminuição da pena via atividade educativo-cultural-informacional;

b) dinamização do acervo – envolve a práticas com acervos em seus mais diversos suportes/tipologias (bibliográficos, documental, iconográficos, audiovisual, vídeo gráfico e cartográfico) com respaldo de **aspectos disciplinares** (política de desenvolvimento de coleções, serviços de informação, estudo de usuários e fontes de informação) e **aspectos temáticos** (mediação da informação e competência em informação) e **aspectos técnicos** com a organização, representação e sinalização, tecnológicos (prática com acervos em ambientes digitais) e gerenciais (gestão e planejamento do acervo para otimização de serviços, tecnologias e pessoal);

c) trabalho/profissão/emprego – poderia atuar na promoção de cursos, palestras, serviços de referência e informação utilitária sobre profissões e atividades profissionais, estimulando que os presos já consigam aprender/aprender no próprio ambiente carcerário perspectivas de prática profissional para uma possível ressocialização;

d) entretenimento e lazer – os maiores sinônimos do presídio estão associados ao isolamento e falta de liberdade. É interessante uma atuação de biblioteca no sentido de incentivar formas de lazer e entretenimento cultural para a comunidade carcerária a fim de estimular novas formas de ocupação do preso após ser reinserido no ambiente social externo;

e) relações humanas – a biblioteca pode atuar via serviços e produção de informação, bem como na educação de usuários e ações culturais mostrando as vantagens na otimização das relações entre os sujeitos dentro e fora do presídio. (SILVA, 2018, p. 116-117, grifos do autor).

As considerações de Silva (2018) são abrangentes, pois pensam a relação do sujeito com o meio prisional, como também projetam o uso dos conhecimentos aprendidos no futuro. Vemos que, para esse autor, assim como para Carmen de Carvalho, a atuação da Biblioteca estaria ligada a mais de um aspecto da vida da pessoa presa. São quase unânimes as indicações de que, nesse contexto, o profissional deve extrapolar as práticas tradicionais e apresentar características específicas para atuar em um ambiente tão diferenciado. O que significaria, todavia, esse gesto de extrapolação, sem que o estatuto do dispositivo seja examinado histórica, social e politicamente? Eis a questão que fica sem resposta ao ser abordada a profissionalização dos bibliotecários em presídios, no país.

3.2.3 Dissertações e Tese

A dissertação de Dulce Neves, *Biblioteca em presídio: a informação na casa de recuperação feminina de João Pessoa*, apresentada ao curso de Mestrado em Biblioteconomia (CMB – 1977-1995), em 1988, até o momento, é a dissertação mais antiga que encontramos sobre essa temática. Apesar de esse dado histórico não ter sido nosso objetivo aqui, convém lembrar que está para ser feita uma pesquisa apenas com essa finalidade, que vá fundo no levantamento, na busca pelo surgimento dos programas de pós-graduação em Biblioteconomia, Ciência da Informação, bem como de áreas conexas, verificando se outros trabalhos foram defendidos antes de 1988. Porém, no nosso universo bibliográfico, o TCC de Carmen Carvalho (1966), a dissertação de Dulce Neves (1988) e a tese de Ciro Monteiro (2019) foram os primeiros de cada titulação.

Desde o início, Dulce Neves aponta para seu posicionamento contrário ao papel do profissional bibliotecário, que se restringe apenas a um “[...] detentor de técnicas que viabilizam o acesso à informação.” (NEVES, 1988, p. 1).

Na perspectiva da autora, o bibliotecário é um agente de mudança que está inserido em um instrumento ideológico, a biblioteca. Ela relata que, a partir desse posicionamento, houve o interesse em trabalhar com grupos socialmente marginalizados e que, a partir da disciplina *Serviços Especiais*, teve o primeiro contato com internos do Instituto de Psiquiatria Forense da Paraíba.

Dessa experiência partiu o interesse em elaborar uma proposta visando a atuação do bibliotecário em presídio. “Inicialmente escolhemos o Presídio do Róger como campo para nossa pesquisa, por tratar-se da única instituição penitenciária, em João Pessoa, dispondo, oficialmente, de uma biblioteca.” (NEVES, 1988, p. 1-2). Porém, não houve sucesso nessa tentativa e a pesquisadora foi encaminhada à Casa de Recuperação Feminina.

Neves elaborou então um estudo participativo que partiu da identificação das necessidades informacionais das participantes e da produção/compartilhamento de informações por meio de círculos de cultura, segundo a perspectiva freireana.

Além do método participativo, a autora discute sobre o papel da biblioteca a partir de duas concepções: a tradicional e a popular. Segundo ela, a biblioteca tradicional reproduz a exclusão do não público, pois é um espaço para letrados e, por natureza, da elite.

[...] é um lugar onde se encontram livros, é um reduto da civilização do alfabeto, excluindo, portanto, aqueles que não sabem decodificar a escrita, ou seja, é o local de uma elite. Pouco são os que a ela recorrem, por ser um espaço cercado por fortes muralhas do autoritarismo e da elitização do Brasil [...] pode-se inferir que a biblioteca tradicional é um dos instrumentos do Estado, para a manutenção do 'status quo'. Por essa razão, torna-se difícil uma relação mais participativa com a comunidade na qual ela se insere. Sua opção torna-se manipulativa e domesticadora, o que faz com que o não-público continue a ser marginalizado e esquecido. (NEVES, 1988, p. 11-12).

Por não público podemos entender os não alfabetizados que não possuem as habilidades de decodificação dos códigos da escrita. Também por entender a biblioteca como um instrumento ideológico, a autora aponta que, na concepção tradicional, existe certa intenção de domesticação e manipulação por parte da instituição que, “[...] pretendendo ser neutra e apolítica, na verdade não o é, uma vez que sua prática é bem diversa de tal ato, pois, além de ser, pela própria natureza, uma instituição do Estado, sua estrutura está sujeita aos seus controles.” (NEVES, 1988, p. 11). Ela justifica esse posicionamento salientando que essa e outras instituições de Estado atuam para manter o *status quo*.

Neves aponta a pouca produção da pesquisa brasileira a respeito da temática, quase todos os autores que cita são estrangeiros e, em suas considerações, ressalta que a perspectiva de biblioteca adotada por eles é a tradicional, voltada aos já leitores, reproduzindo a lógica vigente. Ela ressalta que mesmo a grande maioria dos trabalhos indicando o baixo nível de escolarização das pessoas presas e as dificuldades em ler e escrever, nenhum deles propõe ações que sejam específicas para lidar com esse público ou o uso de materiais não impressos (NEVES, 1992).

A biblioteca tal como é vista por esses autores, jamais será usada por aqueles que não possuem a prática da decodificação da escrita: os marginais da civilização do alfabeto, os não-usuários da biblioteca tradicional, que são também marginalizados socialmente. Pelo visto, a biblioteca do presídio nada mais é que um alongamento da biblioteca tradicional, justificada tanto no Brasil quanto em países desenvolvidos para elevar o espírito das pessoas, com o uso de 'bons' livros. Esta é uma perspectiva da classe dominante, que julga e define qual

biblioteca servirá ao povo, a partir de uma posição autoritária. (NEVES, 1988, p. 20).

Quatro anos depois, no trabalho apresentado no congresso em Salvador, a autora reafirma seu posicionamento por uma biblioteca em presídio com o perfil da biblioteca popular, em que a informação pode ser vivida de modo diferente do que ela critica na biblioteca tradicional:

Observa-se que até mesmo a biblioteca do século XX, apesar de ter evoluído de um conceito de biblioteca – museu para biblioteca – serviço, continua sendo essencialmente, um lugar onde as pessoas vão buscar informações quando precisam, e não um centro ativo de informações. Ela é um lugar onde se deposita informação, em vez de onde se pratica informação. (NEVES, 1992, p. 34).

Como quase todo seu referencial teórico se constitui a partir da produção internacional, a autora observa que, mesmo em outros países, biblioteca em presídio apresenta os mesmos problemas em função do meio em que está inserida.

A maioria da literatura aqui citada diz respeito a bibliotecas em prisões de países desenvolvidos. Nota-se, porém, que elas apresentam problemas semelhantes aos nossos, como sejam: analfabetismo, superlotação, censura, violência e precárias condições físicas. Podendo, assim, inferir que, apesar das diferenças sócio-econômicas e culturais, a instituição carcerária permanece com as mesmas características no contexto de uma sociedade classista, seja esta desenvolvida ou subdesenvolvida. (NEVES, 1992, p. 41).

Em suas considerações sobre a prisão, a autora destaca as más condições das prisões brasileiras e a instituição prisional, discorre sobre os mecanismos de controle, principalmente a partir do trabalho dos “técnicos de dominação”, termo que ela utiliza para descrever os funcionários da Casa de Recuperação Feminina (NEVES, 1988).

Ao longo dos oito meses em que realizou a pesquisa na unidade, Neves (1988), além de buscar saber as demandas das mulheres presas, se ocupou em mapear o interesse dos funcionários em ter uma biblioteca no local.

Quanto ao interesse em possuir uma biblioteca na Casa de Recuperação Feminina, os técnicos alegam ser de grande importância, *‘para que através da leitura, as internas possam se reintegrar à sociedade com mais facilidade’*. Além disso, a biblioteca também teria o objetivo de *‘melhorar o nível intelectual, podendo despertar a sensibilidade artística e moral das internas’*. Dentro dessa visão, a biblioteca é tida como instrumento de reforço para a manutenção da ordem vigente. Isto não nos surpreende, pois devemos lembrar que estávamos lidando com os técnicos da dominação, que são os guardiões do ‘status quo’. (NEVES, 1988, p. 43, grifos da autora).

Ela fez uso do método participativo e, após a identificação dos interesses e necessidades das internas, num primeiro contato, retornou à unidade prisional para a realização de círculos de cultura que ocorreram ao longo de seis meses, a partir dos seguintes temas geradores: aspectos jurídicos, educação, comunicação, recreação, relações familiares e informações gerais (NEVES, 1988, p. 47-59).

[...] a avaliação do nosso trabalho, na Casa de Recuperação Feminina era efetuada a cada três círculos de cultura, utilizando-se técnicas dialógicas e questionamentos, objetivando-se despertar criticidade do grupo de internas, não só quanto ao desenrolar da pesquisa, como também das situações por elas vivenciadas, dentro e fora do presídio. (NEVES, 1988, p. 60).

Neves comenta que, mesmo participando das atividades e as avaliando positivamente, as mulheres presas na unidade não apoiaram a ideia da montagem de uma biblioteca.

[...] apesar de avaliarem a biblioteca como um órgão de grande importância no seu cotidiano, as internas rejeitaram a nossa proposta de organizar um pequeno acervo no presídio. Segundo afirmaram, no momento em que o material bibliográfico estivesse disponível, pertenceria à Instituição, aos seus técnicos, o que dificultaria o acesso. Assim, só aceitariam a nossa sugestão, caso existisse um bibliotecário, comprometido com o grupo, para ficar a frente da biblioteca. (NEVES, 1988, p. 62).

Segundo Neves (1988, p. 62, grifos da autora), elas diziam “[...] os livros são muito bons, têm informação que a gente não sabia, mas a gente precisa de alguém para orientar a usar esses livros”. Conforme comenta a autora, as internas sentiam falta de um elemento de ligação, um mediador, bibliotecário, que seria como uma ponte entre pessoas analfabetas e semianalfabetas e os materiais impressos. Por se tratar de uma pesquisa participante, o desejo das internas foi acatado e não foi instituída uma biblioteca, nos moldes propostos na pesquisa, na unidade.

Em 1999, Josinaldo José Fernandes Malaquias defendeu a dissertação *Informação e cidadania na Penitenciária e Presídio do Róger*, também pelo CMB (1977-1995), da UFPB. A Penitenciária do Róger é, até hoje, a maior da Paraíba. Apesar de a dissertação ter sido defendida em um curso de Mestrado em Biblioteconomia, o trabalho de Malaquias (1999) está bastante alinhado à Ciência da Informação. O autor analisa as práticas de informacionais

de um grupo de 23 detentos da unidade, utiliza como instrumentos de coleta entrevistas semiestruturadas e questionários e, como técnicas de análise, a história de vida e a análise de conteúdo.

Basicamente, traçando paralelos entre as informações dadas pelos entrevistados e o noticiário sobre a unidade prisional em questão, o autor encontra situações de flagrantes violações de direitos humanos. Malaquias explicita que a informação é parte estruturante da cidadania e que o confinamento nas prisões tem como efeito a “prisionização”, que, segundo ele, leva os sujeitos a integrarem um código próprio e local, para uso, produção e disseminação de informação, e que só faz sentido para os de dentro, os que integram o que o autor conceitua como cidadania carcerária, na qual os internos se comportam ora como produtores, ora como receptores de informação, a mesma que utilizam como meio de sobrevivência, protesto e resistência (MALAQUIAS, 1999).

Em 2008, Marcos Gomes da Silva defendeu a dissertação *Informação e a população carcerária: estudo de usuários de informação na Penitenciária José Maria Alkmin, Ribeirão das Neves – MG* pelo programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG.

A partir do estudo de uso e de usuário da informação, o autor buscou mapear como a informação é gerada e utilizada no contexto prisional. Tomando como norte a variável informação e criminalidade, Silva (2008) recorre às Ciências Sociais para caracterizar a instituição prisional e a sociedade dos cativos. Marcos Silva ressalta que, na prisão, os sujeitos estão de posse de uma variada gama de fontes, formais e informais, de informação, a saber: advogados, familiares, grupos religiosos, colegas de cela, televisão, rádio e mídias impressas (SILVA, 2008).

Nesse sentido, o autor se interroga: “[...] como são as rotinas de necessidade, de aquisição e de uso de informação da população carcerária mineira e qual o papel dessas rotinas na construção da realidade social dos apenados?” (SILVA, 2008, p. 4-5).

Segundo ele, “[...] a biblioteca da penitenciária é utilizada secundariamente para fins educacionais. Sua imagem é associada à leitura de lazer.” (SILVA, 2008, p. 125). Como principais lacunas informacionais descritas pelo grupo, se refere, majoritariamente, ao “apoio jurídico, ao trabalho e à

educação técnica.” (SILVA, 2008, p. 128). Nesse contexto de ausências, as familiares se comportam como mediadoras de informação.

No caso de suas demandas por dados informacionais jurídicos, foi citada, principalmente, a atuação da família no papel de mediadora, responsável pelo levantamento de pena e contato direto com as outras instituições. Secundariamente outras fontes são utilizadas, como a pesquisa direta em legislação e o próprio apoio de colegas detentos e de agentes penitenciários. (SILVA, 2008, p. 130).

Seguindo uma linha não muito distante da de Marcos Silva, Andreza Gonçalves Barbosa defendeu em 2017 a dissertação *Práticas informacionais das apenadas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade de Vespasiano-MG*, no mesmo programa que Marcos Silva, uma década antes.

As práticas informacionais, mais especificamente, compreender as estratégias de busca, acesso, apropriação e compartilhamento de informações das mulheres gestantes e em privação de liberdade de Vespasiano, configuram o objeto e objetivo de pesquisa de Barbosa (2017). O que levou a autora a tomar conhecimento do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL) foi uma conversa com uma funcionária, responsável pelo envio de caixas-estantes à unidade prisional em questão. A partir desse projeto, e a respeito das especificidades do público da unidade, configurou-se o problema de pesquisa de Barbosa (2017).

[...] em uma condição de privação de liberdade, quais são as práticas informacionais empreendidas pelas apenadas do CRGPL para satisfazer suas necessidades informacionais? Partindo do pressuposto de que as apenadas gestantes têm necessidade de se informar sobre a gravidez e sobre a relação que poderão manter com a criança, bem como sobre sua pena, sua saúde e da criança; e que elas façam – ainda que pouco – uso da biblioteca e da caixa-estante, seja para atender tais necessidades ou para lazer, pretende-se investigar essa realidade buscando, numa perspectiva que avalie o ponto de vista das próprias apenadas, respostas a esse questionamento. (BARBOSA, 2017, p. 18).

A partir da observação participante, e fazendo uso de diário de campo, juntamente com entrevistas semiestruturadas, realizadas em quatro dias, com 11 mulheres, constatou que elas possuem uma postura ativa na busca por informação.

[...] as presas do CRGPL são mulheres ativas no tocante à busca por informação. Uma das fontes mais significativas identificadas durante a pesquisa e, sobretudo, utilizadas pelas presas é a família. Durante as visitas que acontecem aos domingos, elas

mantêm-se informadas sobre outros familiares, sobre os filhos que geralmente estão sob os cuidados das avós maternas, sobre as novidades do ambiente externo e a respeito dos companheiros que, geralmente, encontram-se presos em unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. (BARBOSA, 2017, p. 118).

Já sobre o perfil etário, escolar e os interesses das entrevistadas, o nível educacional declarado por elas era maior do que a média nacional, segundo o censo penitenciário.

A predominância à época da pesquisa era de mulheres entre 19 e 47 anos, cuja maior parte encontrava-se em idade gestacional avançada. [...] Com relação à escolaridade, a média entre as entrevistadas variou da quarta série do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, melhor dizendo, uma média relativamente alta se comparada aos níveis nacionais de pessoas encarceradas, segundo o Infopen. Notou-se entre essas mulheres expressivo interesse em obter conhecimento, o que poderá ajudá-las dentro e fora do cárcere. Muitas delas demonstraram entusiasmo em fazer o Enem prisional vislumbrando um curso superior, como alternativa, segundo elas, de promoverem uma mudança em suas vidas. (BARBOSA, 2017, p. 117).

Já sobre a biblioteca e a leitura, observou-se certa tendência ao escapismo e o interesse por temáticas relacionadas às questões prisionais.

Com relação à leitura e à utilização da biblioteca, percebeu-se uma inclinação das apenadas por livros que abordam direitos e prerrogativas prisionais. Além dos livros, tais temáticas também são as preferidas em filmes, programas e telenovelas. Para muitas delas, a leitura torna-se um acalanto quando a solidão, o medo e o vazio se fazem presentes. A biblioteca, desse modo, funciona como um aparato de distração nas horas vagas. (BARBOSA, 2017, p. 118).

Dois anos após Andreza Barbosa, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo Fernandes defendeu, em 2019, pelo PPGCI da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a dissertação *O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais*, a partir da pesquisa realizada no Presídio Feminino de Sergipe (PREFEM-SE).

Fernandes (2019) teve como objetivo o desenvolvimento de um modelo de dinâmica cultural para incentivo à leitura de itens informacionais. A autora se valeu de estudo fenomenológico, abordagem qualitativa e, para coleta de dados, usou questionários e entrevistas. A partir das informações coletadas, elaborou um diagnóstico para balizar a intervenção, que foi desenvolvida com três grupos, de dez mulheres cada, leitoras e não leitoras, nas quais foram apresentadas temáticas selecionadas a partir do que foi percebido como relevante para as participantes, a saber: violência doméstica, feminismo e

maternidade no cárcere. Após os ciclos de discussão das temáticas, que tiveram como base o uso de textos impressos e a exibição de curtas-metragens, as participantes foram convidadas a se expressarem sobre as discussões, por meio da produção de cartazes, manifestando a sua interpretação sobre as atividades realizadas (FERNANDES, 2019).

Dentre os objetivos do trabalho, estava no horizonte

[...] proporcionar uma aproximação dos livros por intermédio das artes e funcionando como uma ferramenta de disseminação do empoderamento feminino e de proporcionar noções de cultura e saber e, principalmente, dinamizar o potencial da biblioteca da unidade por meio das ações e atividades. (FERNANDES, 2019, p. 120).

Fernandes disponibiliza um guia, elaborado a partir de 14 meses de visitas à unidade, duas vezes por semana, com a metodologia desenvolvida a partir da intervenção, atendendo as exigências do mestrado profissional, que consistem em quatro etapas: pesquisa bibliográfica, diagnóstico, planejamento da mediação cultura e análise dos resultados.

Durante todo processo de realização dessa ação de intervenção, muitos aspectos foram notados, as nuances que os curtas-metragens traziam como ganchos para serem trabalhados nos textos e como estes assumiram um lugar possível no sentido da leitura como expressão e oralização, além de, como a biblioteca com sua função social dentro do presídio conseguiu reunir, por intermédio de reuniões do clube do livro e das atividades da ação de intervenção, mais de 90 mulheres que ocuparam um espaço de conhecimento, de saber e de abrigo. Os sentimentos transferidos mediante a leitura, a expressão dos cartazes, a identificação dos filmes foi sentida e vivida dentro do espaço da biblioteca, ou seja, tornou vivo um espaço que estava em inércia. (FERNANDES, 2019, p. 121).

No mesmo ano, 2019, Ciro Athayde Barros Monteiro defendeu a tese *Informação encarcerada: o jovem da “geração internet” e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão* pelo PPGCI da UNESP.

A pesquisa de Monteiro (2019) investigou as práticas informacionais de 14 jovens, entre 18 e 20 anos de idade, encarcerados no CDP de Serra Azul, no interior do Estado de São Paulo, no que se referia à mediação e à apropriação dos dispositivos informacionais, antes e durante o aprisionamento. A partir da experiência como funcionário do sistema prisional paulista, ou como “pesquisador infiltrado” (MONTEIRO, 2019), o autor averiguou as limitações e possibilidades da biblioteca em presídio, tendo como referência um clube de

leitura e um projeto de produção de poesia, presentes no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) no qual trabalhava à época da pesquisa.

Os alunos de biblioteconomia, em sua maioria, não eram frequentadores assíduos de biblioteca, alguns jamais haviam pisado em uma dessas maravilhas, outros estavam no curso por gostar de tecnologia. A estrutura curricular era composta por disciplinas como 'ciência da computação', 'bibliotecas digitais', 'catalogação automatizada', 'informação digital', entre outras. Logo percebi que estava diante de novos desafios e que havia uma necessidade latente de entender essa nova geração, pois se os alunos do curso de biblioteconomia não frequentavam as bibliotecas, como se dava a relação dos jovens menos favorecidos com acesso e uso da informação, como a biblioteconomia iria promover a inserção desses novos jovens no universo da leitura e apropriação da informação, principalmente em uma perspectiva voltada à inclusão informacional. (MONTEIRO, 2019, p. 28).

O objeto de análise do pesquisador era a apropriação dos dispositivos informacionais pelo grupo de jovens em privação de liberdade. Um estudo qualitativo, descritivo-exploratório, que, por tentar compreender as interações sociais e as práticas cotidianas, encontrou na etnografia a metodologia mais adequada (MONTEIRO, 2019). Para tanto, o autor entrevistou individualmente, por cerca de 45 minutos, cada um dos 14 participantes, aplicando também um questionário sociodemográfico.

Na realização desta etapa da pesquisa, Monteiro (2019) teve uma oportunidade ímpar, possível para poucos pesquisadores, já que na unidade ele não era um estranho, uma pessoa de fora, mas sim um colega, um funcionário que já atuara naquela unidade e que pertencia à mesma categoria de trabalho.

O diretor de disciplina disponibilizou uma sala com banheiro e mesa, o que facilitou a coleta de dados, já que eu pude ficar sozinho com o preso entrevistado, fechar a porta e não ser incomodado. Tal situação não aconteceria se eu não fosse um 'infiltrado', pois com pessoas externas ao sistema, geralmente, seguem o procedimento padrão que é fazer a entrevista no parlatório (setor onde acontece atendimento de advogado, psicólogo, assistente social, oficial de justiça, etc. que separa o entrevistador do preso por uma tela de ferro), pois os funcionários são responsáveis pela segurança do entrevistador. Durante os três dias que permaneci na unidade, não foi necessário mais do que isso pois tive facilidade de acesso aos presos e dados, fui muito bem recebido e tive longas conversas com funcionários da minha época, o que foi ótimo do ponto de vista etnográfico. (MONTEIRO, 2019, p. 91).

Nos resultados, Monteiro (2019) aponta que, quando em liberdade, os jovens, majoritariamente, faziam uso do dispositivo celular para se informar, ouvir música, falar com os amigos, familiares, e se divertir nas redes sociais. Já em

privação de liberdade, seus principais dispositivos passaram a ser a carta, a televisão e o livro.

Aqui é só carta, só assisto TV quando saio para o sol, assisto Jornal Hoje, Mais Você, Sessão da Tarde. Eu leio livro, peguei um que é 'Poemas Escolhidos' [Sandro, 20 anos, Entrevista, fevereiro de 2018]. (MONTEIRO, 2019, p. 126).

[...] eu gostava de usar whats e facebook pra conversar com as novinha, com os parceiro. No face gostava mais de postar fotos, gostava de ver vídeos, as novinha dançaaando... só acessava a página do MC TWF, tá ligado. Assistia na tv, pânico na band e no rádio só funk [Gustavo, Entrevista, fevereiro, 2018]. (MONTEIRO, 2019, p. 175).

Em 2020, Amabile Costa, do programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), defendeu a dissertação *Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis: um estudo de caso*, uma pesquisa exploratória, qualitativa, que, além de um estudo de caso, também foi documental. Teve como objetivo analisar a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, buscando descrever as condições gerais do ambiente e temáticas contempladas, bem como mapear proveniência e conhecer os critérios de seleção das obras (COSTA, 2020).

A pesquisadora realizou uma visita à biblioteca da unidade prisional para levantar informações, colhidas por meio de um guia de observação, com as seguintes questões: “Possui bibliotecário? Se sim, quantos?”; “possui estagiários ou auxiliares de biblioteca?”; “possui banheiro?”; “quais móveis compõem essa biblioteca? Como estão distribuídos?”; “quantas estantes?”. Também aplicou três questionários, por meio do *google forms*, para profissionais da educação (com 17 questões), da segurança (com 25 questões) e da biblioteca do Complexo Penitenciário de Florianópolis (com 25 questões). Como resultado, apresentou o que chamou de diretrizes para desenvolvimento de coleção na biblioteca em presídio, a partir das observações realizadas, dos questionários respondidos e da revisão de literatura sobre a temática, sobretudo de produção internacional (COSTA, 2020).

FIGURA 4 – Linha do tempo dos trabalhos de pós-graduação relacionados às bibliotecas em presídios



Fonte: Elaboração da autora.

Por fim, em 2021, Francisca Liliana Martins de Sousa, do PPGCI, da Universidade Federal do Ceará (UFC), defendeu a dissertação *Mediação da informação no cárcere: atuação do bibliotecário para reinserção social dos*

apenados²⁰. Como a pesquisadora desenvolveu seu estudo a partir das respostas de bibliotecários atuantes em unidades prisionais, tendo como um dos respondentes a autora desta dissertação, optamos por apenas mencionar o estudo, mas não nos aprofundarmos em suas questões e resultados.

3.3 Considerações sobre um campo de pesquisa no país

Dos vinte e cinco artigos que citamos e foram indexados na BRAPCI, os descritores variaram entre artigo, entrevista, pesquisa em andamento e comunicação. Do total, cinco deles foram descritos como artigos, mas nesse grupo apenas dois eram textos dissertativos, no sentido de apresentarem uma questão e desenvolverem uma ideia a partir de argumentos, referências e dados. Um dos textos apresentados em um evento, o *Painel de Biblioteconomia de Santa Catarina*, também manteve a estrutura dissertativa.

Os demais trabalhos são narrativos, pois falam a partir de uma experiência, descrevem uma ação ou os resultados obtidos a partir de um levantamento ou aplicação de um questionário. Essas pesquisas estão mais centradas em um local demarcado, relatam questões locais e suas especificidades.

O que observamos nesses textos foi a ausência de problematização teórica do objeto, da universalização de uma questão que inclui aprisionamento e suas consequências, dos significados do acesso à informação em tais circunstâncias, do sentido possível da biblioteca, da leitura e da escrita, vale dizer, da cultura, em tais situações. Já que essas questões podem ser discutidas sob diferentes perspectivas, em diferentes contextos, incluindo o prisional, pensar a relação entre confinamento e informação, por exemplo, no sentido amplo, poderia dar mais subsídios para a discussão das Bibliotecas em presídios do que unicamente reportar as observações factuais, a partir de um local específico. Que relações existiriam entre confinamento social e confinamento cultural? Seriam homólogas? Necessariamente coincidentes?

²⁰ SOUSA, Francisca Liliana Martins de. **Mediação da informação no cárcere**: atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Humanidades, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58019>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Nesse sentido, percebemos que as ausências, no que se refere à existência de bibliotecas em presídios, estão também relacionadas às pesquisas sobre o tema ou ao desconhecimento do que já foi realizado e pesquisado. Das pesquisas que ocorreram, ainda que vários aspectos relevantes sejam ressaltados, além de faltar-lhes arrojo teórico-conceitual, falta-lhes também contextualização em relação à própria produção sobre o tema, conforme veremos. Os textos examinados, em geral, não resgatam o que já havia sido feito na área, ou então, majoritariamente, se restringem a recortes locais, o que não é necessariamente um demérito, mas, certamente, um limite.

Para que possamos progredir no campo das pesquisas sobre essa temática, faz-se necessário que discussões mais aprofundadas, com aporte de diferentes áreas do conhecimento, façam parte dos estudos. Foi observada, por exemplo, a ausência de explicações sobre a prisão enquanto instituição, passando pelas perspectivas históricas, sociais, jurídicas e suas respectivas implicações. Da mesma forma, pouco se discutiu sobre a Biblioteca como instituição social e culturalmente delimitada, tomada, portanto, como categoria abstrata, a-histórica, valor universal, independentemente de suas concepções, configurações e dinâmicas. Olhar a biblioteca em presídio sem antes pensar a prisão e a própria biblioteca pode levar a discussões descoladas do objeto e de suas realidades, implicando na menor aplicabilidade de ações pensadas para as realidades enfocadas.

Apesar de, já ao final da década de 1960 e início da década de 1970, Carmen Pinheiro de Carvalho ter defendido seu TCC, participado de congressos, feito contato com profissionais estrangeiros, publicado artigos e, dentre outras coisas, atuado como bibliotecária na Penitenciária Agrícola de Neves, não temos, hoje, esta profissional e pesquisadora como referência nos estudos e ações relacionadas às bibliotecas em presídios. Ao encontrarmos a referência de seu trabalho de conclusão de curso, soubemos que, por pouco, a única cópia existente não havia se perdido em um incêndio. Esse único exemplar não estava catalogado, o que fez com que durante meses nos informassem sobre a sua inexistência. Verifica-se, assim, a ausência de sistematização e meios de preservação da área para com pesquisas dessa temática. O mesmo se observou com a impossibilidade de acesso ao artigo completo de Maria Alves, de 1985.

Para uma temática de estudo relativamente recente no Brasil, em que vemos repetidas afirmações de pouca produção, é essencial buscar preservar e sistematizar os trabalhos disponíveis, pois a ausência de resultados diante de um levantamento bibliográfico ou os poucos dados sobre a presença efetiva e permanente das bibliotecas no sistema penitenciário brasileiro podem causar a falsa impressão de que essa temática passou a ser discutida no âmbito brasileiro apenas dos anos 2000 em diante ou, até, a partir de 2011, data do artigo mais antigo sobre o tema, indexado na BRAPCI.

Retomando a fala já citada do Dr. Agostinho de Oliveira,

[...] ao felicitar, calorosamente, Carmen P. Carvalho, pelo êxito de suas pesquisas, saliento que elas se enriquecem de oportunidade, agora que se vai reformular a legislação penal e processual penal brasileira, com a emancipação de um código das execuções criminais. Mas, é preciso que esta monografia seja divulgada! (CARVALHO, 1966, [p. 7]).

Observamos, assim, que há descontinuidade entre as pesquisas realizadas. Claro que temos que considerar fatores temporais, a distância e ausência, à época de trabalhos pioneiros como o de Carvalho, de tecnologias como a *internet* e a digitalização, mas, ainda assim, os custos, do ponto de vista da pesquisa, dessa descontinuidade são altos, pois nos impedem de observar nossos avanços e podem nos levar à estagnação.

Nos trabalhos de pós-graduação, a mesma descontinuidade foi observada. Identificamos que, desde a composição das bancas de avaliação das dissertações e da tese, apenas um avaliador se repete. Listamos 36 professores e professoras, doutores e doutoras, que, de 1988 a 2021, participaram das bancas, orientaram ou coorientaram os trabalhos, e apenas um esteve em duas bancas como avaliador, o professor Carlos Alberto Ávila Araújo, da UFMG.

Neves (1988) cita em sua dissertação três artigos de Carmen Carvalho e o artigo de Maria Alves. Foi essa dissertação, inclusive, que nos levou a buscar mais a fundo por trabalhos além dos que constavam na BRAPCI. Quando, em 1999, Josinaldo Malaquias, do mesmo programa de Dulce Neves, defendeu sua dissertação, Neves, Alves e Pinheiro não integraram seu referencial teórico, nem para falar sobre informação na prisão, tampouco sobre biblioteca. Já Marcos Silva (2008) citou amplamente Malaquias (1999) ao longo de sua pesquisa e se referiu à escassez de trabalhos sobre a temática. Mesmo

sendo da UFMG, mesma instituição de Carmen Pinheiro, a autora foi mencionada apenas nas referências da dissertação, não aparecendo no corpo do trabalho. E Carmen atuou e realizou suas pesquisas a partir da mesma penitenciária que Marcos Silva pesquisou, mais de 40 anos depois. A dissertação seminal de Dulce Neves também não aparece citada, mas apenas um de seus trabalhos apresentado em um evento (NEVES, 1992), que só integra as referências.

Na dissertação de Barbosa (2017), também da UFMG, Silva (2008) foi citado e um mesmo professor participou da banca, mas nas discussões dos trabalhos as semelhanças ou a retomada do assunto discutido na década anterior são pouco perceptíveis. Barbosa (2017) foi a primeira a citar os artigos que encontramos na BRAPCI, indexados a partir de 2011, e que praticamente se tornaram o referencial teórico das pesquisas subsequentes de Fernandes (2019), Monteiro (2019) e Costa (2020), provavelmente por serem mais acessíveis.

Falamos em descontinuidades nas pesquisas, pois Fernandes (2019), Barbosa (2017) e Monteiro (2019) não citam Neves (1988), Malaquias (1999) e Carvalho (1966; 1967; 1969). As únicas conexões encontradas foram entre Marcos Silva e Malaquias; Andreza Barbosa e Marcos Silva; Costa (2021) e Malaquias²¹; Sousa (2021) e Monteiro. Apesar de não citarem os trabalhos de pós-graduação, Fernandes (2019) e Monteiro, por exemplo, citam, consideravelmente, artigos levantados na BRAPCI. A seguir, apresentamos uma tabela para melhor visualização:

²¹ O acesso de Costa (2021) à dissertação de Malaquias (1999) se deu em um contexto de trocas informais de referências em que a autora da presente dissertação compartilhou com a pesquisadora catarinense, ainda em 2018, alguns dos seus achados recentes. Quando localizada a referência ao trabalho de Malaquias, o texto completo ainda não constava em nenhum banco de dados, e somente após nosso contato com a Seção de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFPB a pesquisa foi digitalizada e passou a integrar a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Esse caso ilustra nossos apontamentos sobre a precariedade da documentação e sistematização das pesquisas sobre a temática, mas também ressalta a importância do compartilhamento entre pares e a necessidade de formação de grupos e parcerias de pesquisa para integrar os estudos sobre as bibliotecas em presídios que estão dispersos por todo o País.

TABELA 1 – As pesquisas de pós-graduação e suas referências

Autor/referência	Neves	Malaquias	Silva	Barbosa	Fernandes	Monteiro	Costa	Sousa
Neves								
Malaquias								
Silva		X						
Barbosa			X					
Fernandes								
Monteiro								
Costa		X						
Sousa						X		

Fonte: Elaboração da autora.

Não foi nossa pretensão fazer um estudo bibliométrico aprofundado das referências de cada trabalho mencionado, na verdade, essa breve explanação sobre os autores, os anos de publicação e os títulos dos trabalhos foi no sentido de evidenciar a descontinuidade das pesquisas a esse respeito na Biblioteconomia e CI. Observar essa descontinuidade nos leva a pensar sobre suas implicações, se há uma incidência sobre o avanço das discussões a respeito das Bibliotecas em presídios e se essas implicações permeiam as práticas que buscam efetivar a Biblioteca nos espaços de privação de liberdade pelo país.

O que podemos apurar até aqui é que, no âmbito das pesquisas, também ocorre uma ausência de diálogo entre os trabalhos, ausência que dificulta o avanço da reflexão sobre a problemática. Nesse sentido, é necessário que a academia contribua também com a parte que lhe cabe, conferindo à temática estatuto científico compatível com sua importância social.

Entretanto, lendo o que dizia Carmen de Carvalho, na década de 1960, e comparando com o que dizem os autores, a partir da década de 2010, percebemos algumas semelhanças, mesmo sem ter havido a retomada dos trabalhos anteriores. A Biblioteca e a atuação do bibliotecário aparecem em torno dos eixos social-cultural-educativo, como integrantes do processo de ressocialização. Já o acesso à informação e à educação é descrito como direito

inalienável. O avanço em relação a tais posicionamentos pode ser notado sobretudo com o trabalho de Neves (1988), que abre perspectivas críticas e epistemológicas que procuramos explorar neste trabalho, passadas várias décadas da realização da instigante dissertação.

Enquanto Carmen anunciava a nova pedagogia corretiva e solicitava a inclusão das bibliotecas na Lei, os autores recentes afirmam que, mesmo prevista há mais de três décadas na legislação brasileira, as bibliotecas ainda não são uma realidade.

Se temos observado um aumento das publicações, nos últimos anos, a respeito da Biblioteca em presídio; se é possível observar o teor mais ou menos elevado dos textos, o conjunto de publicações recentes revela uma certa recorrência irrefletida em relação aos papéis atribuídos às bibliotecas em presídios e, quanto aos seus objetivos, ao contrário, é possível identificar certa dispersão. Ao mesmo tempo, por se tratarem de trabalhos narrativos, em sua maioria, encontramos, no conjunto, abordagens pontuais, permanecendo ausentes aqueles que, como Neves (1988), busquem conceituar a biblioteca em presídio de forma crítica, inserida em tramas sociais de construção de significados, no mais das vezes, sob as lentes da adaptação social.

Sem o aprofundamento em questões conceituais, a problematização das relações sobre o contexto prisional e a Biblioteca, vemos serem repetidos termos como “regeneração” ou “transformação”, sem entender, ou questionar, o sentido de “regeneração”, a que e a quem isso serve, da mesma forma que a “transformação”, conceitos vazios quando está em causa a concretude dos contextos prisionais, especialmente em países como o Brasil. Cremos que exista uma linha tênue entre essa dita “transformação” pela leitura e a “docilização”, descrita por Foucault (2013) como característica fundante das ações tomadas a efeito em situações de prisão, em nosso país.

Outros aspectos a serem considerados têm relação com o método e as ferramentas de pesquisa. O uso majoritário da pesquisa bibliográfica pode indicar que os protagonistas, portanto as pessoas encarceradas, foram pouco ouvidas. Quando foram consideradas, as opiniões das pessoas presas tiveram como mediação uma ferramenta que não pressupõe uma relação entre pesquisador e pesquisado, como o questionário que pode, inclusive, impor certo

distanciamento, dificultando a apreensão do que os participantes da pesquisa podem informar ao pesquisador.

As lacunas que encontramos sobre o conceito de bibliotecas em presídio, por exemplo, podem estar relacionadas a uma certa tendência do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, enquanto Ciências Sociais Aplicadas, que primam pelos fazeres técnicos, em detrimento das questões teórico-conceituais. Assim, ao privilegiar o estudo de um objeto, conseguem vislumbrá-lo mais por sua aplicação prática do que a partir de suas questões conceituais. Evidentemente, essa tendência pode ser observada na maioria das pesquisas e vem dificultando o avanço de estudos que poderiam tornar mais abrangente nossa visão sobre esse objeto e mais eficazes nossas propostas para ele.

4 METODOLOGIA

Ao longo dos primeiros meses desta pesquisa, possibilidades de alteração do projeto foram se desenhando, até que trabalhar na temática da Biblioteca em presídio e discutir como práticas de leitura e escrita poderiam ser aí trabalhadas numa perspectiva de direitos universais à educação e à cultura pareceu ser recorte adequado aos objetivos pretendidos.

Para tanto, buscamos contato com uma unidade prisional localizada na região metropolitana da cidade de São Paulo e demos início aos trâmites burocráticos para a realização de uma pesquisa participante no local. Essas movimentações ocorreram a partir de agosto de 2019 e, em novembro do mesmo ano, uma visita à unidade prisional foi realizada, conforme relatado na Parte II.

Os planos de pesquisa eram dados como certos até que, a partir do terceiro mês de 2020, em função da pandemia produzida pelo coronavírus, as escolhas, especialmente as metodológicas, tiveram que ser repensadas.

Desse modo, diante da limitação de acesso à unidade prisional em função da quarentena, foi preciso fazer escolhas que nos permitissem continuar e que não comprometessem nosso objetivo principal: tratar das Bibliotecas nos contextos prisionais, sob a ótica dos direitos à educação e à cultura.

Nesse sentido, uma alternativa viável foi o aproveitamento de experiências já vivenciadas pela pesquisadora em períodos anteriores, entre 2014 e 2021, mais especificamente, sua recuperação sob a forma de relatos e, a partir deles, buscar responder às nossas questões de pesquisa envolvendo as relações entre Biblioteca e contextos prisionais.

Os relatos que se seguem são, portanto, nossos dados de pesquisa, construídos a partir de observações, narrativas, descrições e racionalizações de vivências com a problemática desde aluna de graduação em Biblioteconomia, na ECA/USP, quando o assunto passou a nos interessar, durante a Iniciação Científica (IC), e quando tivemos uma atuação como voluntária num centro de detenção provisória.

O recorte temporal realizado entre 2014 e 2021 retoma o primeiro momento, quando surgiu a interrogação sobre a existência das bibliotecas em presídios. O episódio inicial já foi sintomático, pois o primeiro contato como aluna de biblioteconomia com uma tipologia de bibliotecas aconteceu por acaso, ao

assistir um filme que, aparentemente, não guardava nenhuma relação com a temática. Se, por ventura, esse filme não tivesse sido indicado pela bibliotecária da ECA, em situação fortuita, talvez não tivesse surgido ali o envolvimento da pesquisadora com a temática. Ou seja, a biblioteca em presídio não compôs a formação por meio das ementas, dos programas das disciplinas ou da grade curricular, deveu-se a um documentário que possibilitou uma interrogação e que deu início e sentido à formação de uma pesquisadora, como veremos nos relatos do capítulo 5, que foi, no entanto, acolhida em seu interesse, tanto na graduação como na pós-graduação, por meio de projetos de iniciação científica e de mestrado.

O modo inusitado e casual de contato com a temática é um dado que não pode escapar de nossos relatos, pois demonstra uma lacuna na formação dos profissionais da área. Do mesmo modo, escrever sobre as vivências nas diferentes unidades prisionais, e em diferentes momentos, se fez necessário, pois os tipos de unidade prisional, Penitenciária e CDP, nos forneceram pistas diversificadas a respeito das bibliotecas em presídio, já que sua existência nas prisões também está condicionada a aspectos de infraestrutura e rotinas das diferentes unidades. Da mesma forma, as questões relacionadas ao gênero também não escaparam de nossas observações, já que estivemos em duas unidades masculinas e em uma feminina.

Entretanto, para além das tipologias, em retrospecto, percebemos, nesses diferentes momentos e espaços prisionais, a existência de um *continuum* de privações de direitos e arbitrariedades que se colocavam estruturalmente, como inerências do sistema prisional, e não apenas circunstancialmente, como particularidades de certos locais.

Desse modo, fez-se necessário rememorar e relatar nossas experiências, pois os diferentes cenários nos forneciam dados significativos diante da proposta. Para tanto, valemo-nos de orientações pautadas pelos princípios do “paradigma indiciário”, teorizado por Ginzburg (1989), e com nossos relatos buscamos responder à nossa principal questão de pesquisa.

Segundo Leandro e Passos (2021, p. 4), o paradigma indiciário “[...] não se baseia nas características mais vistosas, da situação pesquisada, porém atenta em indícios, às vezes imperceptíveis, em sintomas, em signos pictóricos, em pormenores, em dados marginais e em pistas”. Nesse aspecto, os relatos

apresentados na Parte II, mais que documento narrativo e descritivo de uma situação geral, cumprem o papel de destacar evidências que, reunidas em um quadro interpretativo maior, na Parte III, permitem o acesso a profundidades que só o vislumbre atento de marcas às vezes imperceptíveis é capaz de revelar.

Caracterizando-se como uma abordagem qualitativa, o paradigma indiciário faz o “[...] recorte [do] objeto em escala microscópica, mas explorando tal objeto à exaustão, de modo a desvendar o universo de uma sociedade para além do próprio protagonista do estudo.” (COELHO, 2014, p. 3 *apud* LEANDRO; PASSOS, 2021).

Na obra *O queijo e os vermes*, Ginzburg (2006) seguiu rastros documentais sobre a vida do italiano Menocchio, um moleiro italiano que viveu no século XVI e que foi julgado pela Inquisição Católica. A partir das informações que coletou, Ginzburg construiu uma narrativa sobre o moleiro e, entre o micro (o individual) e o macro (o universal), apresentou o mundo visto por Menocchio, a fim de saber quais eram seus pensamentos, sentimentos e temores (LEANDRO; PASSOS, 2021).

Desse modo, os relatos que compõem esta dissertação buscaram, por meio dessa mesma dialética, a partir do ponto de vista da pesquisadora, com trechos inclusive autobiográficos, traçar relações que excederam a experiência individual. Esse paradigma, de natureza evidentemente qualitativa, segundo Leandro e Passos (2021), é entendido como flexível, em seu rigor, dependendo em muito da habilidade do narrador, o que não deixa de se constituir em um desafio a mais para a pesquisa, ao assumir a importância do olhar e da capacidade narrativa como instrumento metodológico de prospecção da realidade.

O resgate de “indícios e sinais”, nos termos ginsburgianos, foi colocado em diálogo com o narrador sucateiro de Walter Benjamin:

[...] esse narrador sucateiro, não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância e nem sentido, algo que a história oficial não sabe o que fazer. (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

Por outro lado, a ideia de retomar as vivências reflexivamente veio de necessidades originadas pela pandemia, mas também da carência de tecer relações (MENEZES, 1987), buscar causalidades e ousar esboçar e reinventar

o presente (GAGNEBIN, 2009), apesar das limitações impostas pela crise sanitária. Assim como as pessoas que se encontram aprisionadas e das quais trata esta dissertação, sua autora foi também – sob outro formato, claro – aprisionada pela quarentena. Para sobreviver, tal como as personagens do *Decamerão*²², diante da terrível peste negra que assolou a Europa medieval, teve que se valer de suas histórias e memórias para superar os limites e não ser imobilizada pelas adversidades, abandonando, assim, suas esperanças. Sua biblioteca pessoal, constituída por histórias colhidas durante dias e mais dias passados em contato com pessoas presas durante anos, mostrou uma faceta até então submersa: vitalidade, meio de enfrentamento e superação de infortúnios, forma ativa e afirmativa de construção de conhecimentos em tempos de incerteza.

²² BOCCACCIO, Giovanni. **O Decamerão**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.

PARTE II

5 RELATOS DE UMA BIBLIOTECÁRIA NA PRISÃO

Largando linhas pra nem morto ser calado
Djonga²³

O presente capítulo, que compõe a segunda parte desta dissertação, contém uma série de relatos que correspondem a diferentes períodos de experiências de uma então aluna de graduação, depois bibliotecária e mestranda, em unidades prisionais paulistas. Os relatos estão, basicamente, divididos em dois momentos, o primeiro ocorrido em uma penitenciária feminina, durante a pesquisa de IC, e o segundo em um centro de detenção provisória masculino, no contexto de um projeto de remição de pena pela leitura, como voluntária da Pastoral Carcerária de São Paulo. A decisão de retomar e sistematizar as memórias, como já mencionado, partiu da necessidade de readequação da pesquisa em função do quadro sanitário mundial a partir de 2020, que restringiu, ainda mais, o acesso às prisões. Esse desvio de percurso, especificamente nesse contexto, possibilitou mais ganhos do que perdas. Ao revisitar, com as ferramentas de hoje, minhas experiências, vislumbrei que, nesses quase dez anos de interesse pela temática, as questões relacionadas aos direitos humanos – o direito à cultura e à educação – sempre estiveram entrelaçadas às minhas vivências nas prisões, conduzindo-me à constatação de que, a despeito de algumas práticas sociais e dos textos legais, o acesso das pessoas presas a direitos básicos, essenciais e inalienáveis está mais associado à concessão e à exceção do que à regra e à garantia de direitos.

Ao longo dessas experiências, estive academicamente amparada por três orientadores, professores do Departamento de Informação e Cultura (CBD/ECA/USP): o primeiro orientador conduziu a pesquisa de IC, realizada sem bolsa, entre 2015 e 2017; a segunda orientadora esteve a cargo do TCC, no meu último ano de graduação, portanto em 2016; e o terceiro foi o orientador desta pesquisa, entre 2019 e 2022.

Comecei a narrativa a partir do recorte inicial da pesquisa de mestrado, que motivou, ao final de 2019, a ida à penitenciária em que realizaria a pesquisa de campo. Diante da pandemia, retornei ao primeiro dia em que me

²³ ESQUIMÓ. Intérprete: Djonga. Compositor: Djonga. *In*: HERESIA. Intérprete: Djonga. Belo Horizonte: Ceia, 2017. 1 CD (33 min).

perguntei sobre a existência das bibliotecas em presídios. Depois, retrocedi ainda mais para descrever aspectos de minha adolescência e criação até o ingresso na Universidade, momentos que, definitivamente, influenciaram o meu modo de ser e estar no mundo.

Passei pela primeira ida a uma unidade prisional, depois pela penitenciária feminina, pelo ingresso na Pastoral Carcerária e nos movimentos sociais, cheguei ao projeto de remição de pena pela leitura no CDP, atividade interrompida a partir do decreto de quarentena no Estado de São Paulo. Portanto, iniciei meu relato em 2019, posteriormente voltei a 2012 para avançar até 2014, e assim progressivamente, até chegar em 2021.

Seguir os conselhos de Drummond²⁴, chegar mais perto e contemplar as palavras, cada uma com “mil faces secretas sob uma face neutra”, não foi tarefa fácil, ainda mais em um contexto de fragilidade emocional. Mas, ao aceitar o desafio, busquei seguir também a receita do ferrageiro de Carmona²⁵, não usei a forma, mas a mão para “domar o ferro à força”.

Como não estive a fazer poesia, diferente do que recomendou Drummond, falei de acontecimentos, e confesso que, ao revolver minhas memórias, algumas já dissipadas e outras cristalizadas, forcei-as para saírem do limbo. Portanto, de agora em diante, convido a leitora e o leitor a uma imersão pelos relatos de uma bibliotecária na prisão, mas, antes, a cada um(a) pergunto: “Trouxeste a chave?”.

²⁴ ANDRADE, Carlos Drummond. Procura da poesia. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond. **Nova reunião**: 23 livros de poesia. 7. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013. v. 1, p. 141-143.

²⁵ MELO NETO, João Cabral de. O ferrageiro de Carmoma. *In*: MELO NETO, João Cabral de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2020.

INÍCIO

No final de 2018, prestei o processo seletivo para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCI/ECA-USP). O projeto apresentado para o ingresso almejava discutir as possíveis liberdades no cárcere, tomando a biblioteca como um espaço dessa possibilidade.

Ao longo do processo, o projeto foi se precisando em função de uma série de circunstâncias e acabou me levando a investigar aspectos da leitura e da escrita no contexto da biblioteca em presídio. Para tanto, propus uma oficina a ser realizada com 15 pessoas em privação de liberdade em uma penitenciária da região metropolitana da cidade de São Paulo. Assim, procurei fazer contato direto com a penitenciária escolhida, a fim de submeter um projeto bastante adequado às possibilidades locais, e dei início aos trâmites burocráticos para ingressar na unidade.

Após meses de tentativa e espera, consegui, finalmente, uma visita à penitenciária, que se deu no dia 29 de novembro de 2019.

VISITA

A penitenciária Metropolitana III, inaugurada em 1998, ocupa uma área de 13.136,08 m² e tem capacidade para abrigar 921 pessoas em privação de liberdade, contudo, segundo a contagem do dia 19 de novembro de 2019, disponível no *site* da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), a população da unidade era de 1.927 pessoas.

A Metropolitana III faz parte de uma espécie de complexo de instituições totais de uma certa cidade na região metropolitana de São Paulo, que conta, ao todo, com nove unidades: um hospital manicomial, uma Fundação CASA, três penitenciárias mais afastadas do centro, quase na divisa com o município vizinho, e outras quatro, sendo um Centro de Detenção Provisória (CDP), um Centro de Progressão Penal (CPP) e dois Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), que estão mais próximos do centro.

De acordo com dados do censo de 2010 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada da cidade à

época era de 131.604 pessoas. Já as informações no *site* da SAP, em 2019, a cidade dispunha de sete unidades prisionais sob a responsabilidade da Secretaria mantinham sob custódia 9.998²⁶ pessoas. Portanto, a população encarcerada correspondia a 6,4% da população, contudo, resta saber se o IBGE computava como parte da população da cidade as pessoas encarceradas.

A visita aconteceu depois de mais de três meses de espera do primeiro *e-mail* enviado à unidade, em 2 de agosto de 2019, após tratativa com Irene²⁷, da Diretoria do Centro de Trabalho e Educação (CTE). Em 27 de novembro de 2019, recebi um *e-mail* da Alessandra, Agente de Segurança Penitenciária (ASP), se desculpando pela demora na resposta e informando que eu poderia visitar a unidade ainda naquela semana. Formada em Ciências Biológicas, Alessandra trabalhava como ASP há nove anos. À época, exercia função administrativa junto à Direção Geral (DG) e, provavelmente, substituiria Irene no cargo que ocupa na Diretoria do CTE.

A unidade era composta por um prédio administrativo e três pavilhões interligados por um grande corredor com muitos portões, sempre duplos, entre um pavilhão e outro.

O pavilhão 1 era exclusivo para os detentos que trabalhavam ou estudavam. Segundo os termos locais, esse pavilhão era chamado de *Brasil*, e o pavilhão 2 e 3 eram a *Venezuela*. No primeiro pavilhão, além das atividades educacionais e laborais, os internos tinham maior contato com os ASPs, o que geralmente era malvisto pelos demais. Eles também contavam com algumas “regalias”, como a de poder controlar o uso da luz na cela e mantê-la acesa durante a noite, por exemplo.

Da minha casa, segui de trem até a estação mais próxima à unidade prisional. Como em 2014, quando conheci a Metropolitana I, tive que esperar por mais de 1 hora pelo ônibus que me conduziu da estação até o presídio, optei, cinco anos depois, por chamar um carro pelo aplicativo de transporte. O tempo de deslocamento foi de 40 minutos, num trajeto de pouco mais de 25 km. Durante o percurso, o motorista, Cosme, me indicou as unidades prisionais do centro da

²⁶ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Secretaria da Administração Penitenciária**. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

²⁷ Todos os nomes são fictícios, desde as pessoas até as unidades prisionais.

cidade, na verdade, foi ele que me chamou a atenção para o número expressivo de unidades prisionais na região. Ele morava no município vizinho, mas conhecia todo o local desde a década de 1980. Ao longo do percurso, me perguntou se eu era psicóloga ou professora. Imaginei que Cosme estava curioso para saber qual razão me levaria até uma penitenciária numa sexta-feira de manhã.

Expliquei que era bibliotecária e que estava realizando uma pesquisa sobre bibliotecas em presídios. Acabamos enveredando por diversos assuntos relacionados ao trabalho dele e ao transporte de pessoas até as prisões. Cosme me contou que uma familiar de uma pessoa presa comentou sobre uma ordem interna proibindo qualquer pessoa de fazer mal aos motoristas de aplicativo, pois eram eles que transportavam as famílias a qualquer lugar: às favelas, aos morros e até às cadeias. Ele me disse que, de certa forma, essa fala o deixava mais tranquilo para realizar o seu trabalho.

Depois de um período de estrada, entramos à esquerda em uma rua, passamos por um portão e ele disse: “vamos ver até onde eu consigo te levar”. À nossa esquerda, havia barracas de madeira, onde li “guarda-volumes”. Segundo ele, aos fins de semana aquela área ficava lotada. Essa informação, para mim, não era inédita. Imaginei muitas mulheres – já que a maioria esmagadora das visitas a pessoas em privação de liberdade é realizada por mulheres, sendo mães, filhas, esposas, irmãs, tias –, vestidas de rosa ou vermelho, regra presente em muitas unidades prisionais de São Paulo para diferenciar quem está preso de quem está visitando a prisão. Certa vez, acompanhei uma fila de visita em um CDP, a fila feminina dobrava a esquina, enquanto que apenas 15 homens compunham a masculina, valor considerado elevado pelas visitantes. Imaginei-as carregando grandes sacolas transparentes com potes de comida e refrigerantes. Aquela era a região de comércio de roupas, marmitas, refrigerantes e os demais itens alimentícios que eram permitidos adentrar nas unidades aos finais de semana. Os preços geralmente são elevados e, quando um item não atende às regras da unidade prisional, para não chegarem até seus entes queridos de mãos vazias, muitas famílias acabavam comprando. Em muitos desses casos eram mães e esposas que vinham do interior, passando seis, oito ou até mais horas na estrada para visitar os filhos e companheiros. Muitas delas madrugam nas filas para poderem aproveitar ao máximo o dia de visita.

Naquele dia estava tudo vazio e com um certo aspecto de abandono. Havia barracas improvisadas num canteiro da estradinha, algumas eram guarda-volumes usadas basicamente por todas as visitantes, já que, para entrar nas unidades, elas só podem subir com o *jumbo*, a alimentação que levam para seus familiares, junto da carteirinha da unidade e da carteira de identidade (RG).

Seguindo rua acima, vimos três homens num barranco, usavam calça cáqui e camiseta branca. Foi quando me dei conta de que estávamos próximos à Metropolitana II e me lembrei de que ali existia uma ala de regime semiaberto. Os homens que estavam trabalhando provavelmente cumpriam pena nesse regime. Na esquina havia uma placa amarela com palavras em vermelho que indicavam Metropolitana I e Metropolitana III. Informei que estava a caminho da Metropolitana III. Cosme virou à esquerda e subimos mais um pouco. Ele estacionou, pediu que eu confirmasse se estávamos no local correto, e eu disse que tinha certeza. Me despedi, contornei o carro e fiquei de frente para a entrada do presídio. Eram dez horas da manhã.

A visão que tive da entrada, poucas pessoas presas podem ter tido. Geralmente, quando chegam às unidades prisionais, estão dentro dos veículos de transporte penitenciário, os *bondes*. Esses veículos são completamente fechados, com várias camadas de grades. Mencionei que as pessoas presas não veem a entrada da unidade, pois costumam entrar e sair nos *bondes*. Muitas vezes, uma pessoa cumpre a pena em unidades diferentes, mas desses lugares só avista os corredores, os pavilhões e o céu. Em algumas delas, a vista do céu também é perpassada por grades para evitar fugas aéreas e/ou recebimento de pacotes via drones ou arremessos.

Na entrada, três bloqueios indicavam que o acesso não era para carros. Caminhei em direção ao que parecia ser uma portaria. Quando me aproximei, ouvi uma voz feminina: “pois não?”. Me aproximei da grade e vi uma mulher com uma camiseta preta em que se lia “Agente”.

“Bom dia, eu me chamo Léia, tenho uma reunião com a Alessandra.”

Ela me pediu para esperar enquanto perguntava a um colega o ramal da Alessandra. “Ela não tá no ramal? Vou chamar no rádio. QAP Alessandra?”.

Dei um leve sorriso ao ouvir “QAP”. Por meses, no CDP Capital, quis saber o que essas três letras significavam.

A agente saiu da guarita, “A senhora é de onde?”. “Eu sou da USP”, respondi. Observei a unidade, curiosa. Tentei, discretamente, fazer algumas fotos. Ela retornou e me convidou a entrar. Passei pelo primeiro dos muitos portões que teria de vencer até chegar à biblioteca.

A moça me levou até uma sala com um computador para fazer meu cadastro, informei a ela que eu tinha carteirinha de acesso para assistência religiosa e humanitária pela Pastoral Carcerária. Ela pediu para verificar e respirou satisfeita. O fato de eu ter a carteirinha poupou-lhe o trabalho. Ela informou que, como o cadastro era único, com aquela carteirinha eu poderia passar pelo *scanner* de todas as unidades prisionais do estado de São Paulo.

A funcionária, então, registrou meu horário de entrada e me pediu para avisá-la quando fosse embora: “você vem aqui *pra* eu dar saída pra você, tá?”, e, indicando o caminho, disse: “agora você já pode ir, vai até aquele portão escrito SAP”. O portão era bem grande, as letras SAP também, era quase impossível não notar. Agradei e segui até o local indicado, foram, no máximo, dezesseis passos.

Quando me aproximei, fiquei um pouco perdida, pois não havia uma campainha como nos CDPs que costumava visitar como membro da Pastoral Carcerária. Decidi aproximar meu rosto de uma pequena área gradeada, com vista para dentro, e vi um funcionário uniformizado. Ele abriu o portão, entrei, ele fechou-o atrás de mim e, em seguida, abriu o da frente.

Agradei e disse bom dia. Ele não me olhou nem me respondeu. Me dirigi a um balcão e cumprimentei: “Bom dia!”. Outro funcionário de azul-marinho me atendeu: “A senhorita vai aonde?”. Informei sobre a minha reunião com a Alessandra. Ele pegou um papel em cima da mesa: “senhorita Léia Santos?!”, perguntou com certa ênfase. Confirmei. Ele pediu para que eu guardasse os meus pertences no armário, olhou meu RG e me entregou uma chave.

Minutos depois, uma mulher loira e branca passou por um dos portões, me olhou e perguntou: “Léia?”. Respondi: “Bom dia, Alessandra”. Ela me beijou e me abraçou. Eu informei que precisava guardar minha bolsa no

guarda-volumes, mas antes perguntei se poderia levar caderno e caneta. Eu tinha levado uma caneta vermelha de tubo transparente, pois tinha certeza de que com ela eu conseguiria entrar. Acertei! Como a cadeia tinha grades azuis, as pessoas presas e as visitantes eram proibidas de adentrar com canetas azuis ou pretas.

Guardei minha sacola, segui a Alessandra, passando pelo mesmo portão de onde ela tinha vindo, e subimos um lance de escada. Ela me fez perguntas genéricas, como, por exemplo, se tinha sido difícil chegar até ali. Subimos mais um lance e encontramos um rapaz limpando o chão, ele estava todo de branco e me cumprimentou, assentindo com a cabeça. Depois de mais um lance de escadas, chegamos a um grande corredor, também mal iluminado, como os corredores da Metropolitana I, pois o chão era escuro e as portas todas pintadas em azul-escuro. Um corredor, aliás, com muitas portas à esquerda e à direita. A sala a que a Alessandra me levou ficava à esquerda.

Entramos e sobre a mesa principal vi uma placa de madeira em que se lia “Irene”. A placa estava coberta por um terço branco de plástico. A sala era cheia de móveis, paredes pintadas de azul, combinando com as portas. Na mesa mais próxima da janela, além da placa com o nome da Irene, havia dois computadores. A Alessandra me convidou para sentar numa segunda mesa com cadeiras em volta. Ficamos uma de frente para a outra. Sobre a mesa, uma casinha e barcos de madeira que, mais tarde, descobri que haviam sido feitos pelos internos em oficinas de trabalhos manuais, com palitos de sorvete.

A Alessandra começou me perguntando se aquela era a primeira unidade prisional que eu visitava. Expliquei que a primeira vez havia sido em 2014, na Metropolitana I; que em 2016, durante a Iniciação Científica, tinha realizado uma pesquisa na Penitenciária Feminina; e que, desde 2017, visitava o CDP da Capital com a Pastoral Carcerária.

Creio que ela ficou mais tranquila em saber que eu já tinha experiência em visitar cadeias. Passei a explicar o porquê daquela visita e um pouco da pesquisa de mestrado. Ela me falou sobre a estrutura da unidade, o número de salas de aula, os programas educacionais, o número de livros na biblioteca. Segundo o que ela me informou, aquela unidade possuía o segundo maior acervo das bibliotecas de presídios do Estado. Então ela foi até o computador,

atrás de uma tabela que indicava o número exato de livros: 10.534 itens. Do modo como a Alessandra explicou, entendi que, no sistema penitenciário paulista, a biblioteca e a prestação de informações a respeito dela estavam vinculadas ao setor educativo.

Ela me disse que precisava trocar a bateria do rádio para que pudéssemos descer à ala escolar. Após a troca, organizou algumas coisas e então nós descemos. Passamos pelo mesmo balcão de antes, mas entramos numa porta à esquerda. Fomos até o que eu percebi ser a área de revista. Na unidade havia dois aparelhos de *body scanner*. Alessandra se dirigiu a uma salinha, na qual havia um funcionário. Ele estava de frente para um monitor grande e um teclado. Eu não consegui ouvir o que o outro ASP perguntou a ela, mas a escutei respondendo: “A Léia é uma pesquisadora da USP”.

Alessandra gesticulava enquanto falava, como uma professora, quando explica e enfatiza coisas. Em seguida, ditou um número a ele e se dirigiu ao *scanner*. Assim que o procedimento dela terminou, me aproximei do funcionário e comecei a falar o número do meu CPF, assim como fazia nas outras unidades. Ele me interrompeu, perguntando: “mas esse número é do quê? É a sua matrícula?”. Expliquei que era meu CPF, finalizei a sequência de números e também segui para o aparelho. Subi um degrau. Na borracha preta onde eu pisava, procurei pelas marcas que indicavam onde deveria posicionar meus pés. Quando as encontrei, afastei as pernas, mantive a coluna ereta, abri as mãos com as palmas viradas para a frente, respirei fundo e esperei. Ele me avisou: “vou ligar, moça!”. A esteira se moveu, passou pelo arco do *scanner*, a câmera capturou meu rosto, o raio X exibiu no monitor toda a visão interna do meu corpo, com ossos e cavidades. O ASP verificou a imagem para assegurar que não carregava nada ilícito em meu corpo. Fui liberada.

A Alessandra me levou para mais um portão e, depois de passarmos, ficamos num corredor pequeno e gradeado. O portão se fechou e logo outro se abriu à nossa frente. Ela me perguntou se me importava que ela parasse para fumar um cigarro, disse que não. Perguntei se ela se importava que eu fizesse anotações enquanto conversávamos. “Claro que não, fique à vontade!”, foi o que ela respondeu. Estava me sentindo à vontade, mesmo com todos os

procedimentos. Já tinha me acostumado com as cadeias e, geralmente, me sentia à vontade nelas, por mais estranho que possa parecer.

Dois rapazes que estavam numa oficina com a placa “manutenção” a cumprimentaram, “Oi, Alessandra!”. Eles a chamam por Alessandra mesmo, sem usar “dona” ou “senhora”. Isso me chamou bastante atenção, pois nas outras unidades fui tratada, a contragosto, por senhora. Não só as mulheres, mas também os homens, todas as pessoas que, numa prisão, não estão na condição de pessoa presa costumam ser tratadas por senhor ou senhora, o que Goffman (2015, p. 30) chama de “padrão de deferência”.

Então, peguei meu caderno e comecei a tomar notas. Foi estranho escrever tudo em vermelho, acredito que as pessoas presas devam estranhar também. Perguntei a quantidade de pavilhões da unidade e a quantidade de detentos. Ela falou do número de unidades prisionais da cidade e sobre o fato de a Metropolitana III ser considerada uma unidade modelo, mas que, por estar numa área isolada, os drones geravam muitos problemas. “O drone pode *vim* com celular, com droga, mas também com arma! Como a gente vai saber? Como a gente vai ter certeza e arriscar liberar visita?”

Ela me disse isso um pouco sobressaltada, enquanto comentava que, recentemente, um drone tinha chegado ao Pavilhão 2. Perguntei se o pavilhão estava de castigo. “Castigo não, a gente não pode falar castigo aqui, o pavilhão dois está em observação”, ela me respondeu com um leve sorriso, enquanto colocava a mão em meu braço, como quem faz um carinho. “Quem quer tirar a cadeia tranquilamente, detesta o drone, muitos presos não gostam porque todo mundo paga por isso. E o pior que eles são tão organizados que, quando cai uma caixa, se forma um grupo e o conteúdo se espalha, a gente não consegue ver nem o que é e nem *pra* onde foi, simplesmente cada um fica com uma parte.” Eu perguntei se havia câmeras no pavilhão e ela me respondeu que sim; perguntei se não havia grades, para impedir a entrada de objetos pela parte de cima, como já tinha visto anteriormente.

As grades que fecham, por cima, um *raio*, uma seção da unidade prisional, foram as que mais me causaram estranhamento na primeira vez que entrei em um CDP. Apesar de ser a única mulher na minha primeira visita, entrar em um raio destinado ao sexo masculino com mais ou menos 400 pessoas e ter

a sensação de que todos me olhavam ao mesmo tempo, quando o último portão, que nos separava, se fechou atrás de mim, olhar para o céu azul, mas primeiro ver as grades, me causou mais incomodo do que os muitos olhares, os muitos cheiros do lugar e o barulho das trancas. Depois de um tempo, confesso que me habituei, mas sempre me lembro de uma jovem da Penitenciária Feminina que dizia, enfática, “Na minha casa não vai ter grade, não aguento mais ver grade, vou tirar todas das janelas”.

Alessandra disse que estão estudando a possibilidade de implantação de grades ali, mas apontou que houve, em uma outra unidade, o caso de um embrulho que ficou em cima da grade, então os internos fizeram uma pirâmide humana e a cortaram: “a grade era daquela fininha, igual de galinheiros, sabe? O AEVP²⁸ até atirou, mas não conseguiu deter, foi aquele bando de mulher correndo e chorando, aquela gritaria, imagina fazer isso num dia de visita?”.

O cigarro durou de seis a sete minutos. Seguimos para mais um portão, dessa vez o que dava acesso a um grande corredor que interligava toda a unidade. A cada determinada quantidade de metros havia uma dupla de grandes e grossos portões azuis. As paredes eram brancas, o piso parecia cinza, como de cimento queimado. No chão, havia algumas poças de água, mas, de modo geral, o prédio parecia conservado.

À nossa esquerda, ela indicou onde era a enfermaria e a cela de castigo, o *pote*. Nos aproximamos de mais uma sequência de dois portões. Um pouco antes, ela indicou um vidro: “se você quiser dar uma espiadinha, esse é o pavilhão 1”. Era quase como um sistema panóptico, tenho certeza de que os que estavam dentro não me viam. Alguns homens se movimentavam em uma quadra, todos de camisa branca e calça cáqui, parte deles usava agasalho também cáqui ou branco. De cada lado, havia dois andares com portas que pareciam ser chapadas e não gradeadas, como nos CDPs que eu visitava. As portas na cor azul-marinho e as paredes brancas. Me impressionei com o tamanho e perguntei à Alessandra quantas celas eram e quantas pessoas haviam naquele pavilhão. Ela não tinha certeza da informação, então passamos por mais dois portões e nos aproximamos de dois agentes, para os quais ela

²⁸ Agente de Escolta e Segurança Penitenciária.

repetiu a pergunta. Um deles respondeu que eram 88 celas e o outro completou: “529 vagabundos”.

À nossa esquerda, mais uma porta azul. Entramos na ala da escola. Eu me espantei com a aparência, cheguei a sorrir. Um corredor limpo, bem iluminado, todo decorado e colorido. Diferente do que eu conheci em outras unidades. O cheiro de cadeia que guardo na memória é, na verdade, uma mistura de cigarro, fezes humanas, desinfetante, suor e fossa. Nos lugares mais abafados, essa mistura chegava a me arder o nariz. Ali, no teto, lápis de cor bem grandes eram decorativos e indicavam a entrada para as salas de aula e biblioteca. À minha direita, uma parede com um mural verde, vermelho e amarelo. Apesar de as paredes serem parecidas com a do corredor principal, em termos de cores, parecia que eu estava em outro lugar. Aquela ala não tinha o cheiro de cadeia que sempre senti em todas as prisões que visitei. A variação de cores também era uma novidade; mesmo sendo parecida, era diferente, pois geralmente as cores que via em outros locais eram tons de azul, preto, branco, cinza e cáqui.

Depois de alguns passos, chegamos em uma porta dupla, com uma das metades aberta e a outra não. Se ambas estivessem fechadas, daria para ler, em vermelho, “Sala de leitura”, e ver a imagem completa de uma pomba branca.

Entramos já dizendo bom dia. Vi quatro homens jovens, vestindo calça cáqui e blusa cáqui ou branca. Três eram brancos e um negro de pele clara.

O mais velho deles estava preso há menos tempo, oito meses. Era alto, magro e comunicativo, de riso fácil, alguns cabelos grisalhos e crespos. Ele me disse que morava em Diadema.

Na primeira mesa, ao lado da porta, estava um jovem branco, de olhos claros e cabelos loiros. Ele era quieto e sério, disse que tinha vindo do Paraná e que recebia a visita da família uma vez ao mês. “Elas vêm de avião”.

Numa pequena mesa ao lado da anterior, outro jovem branco de cabelos castanhos escuros. Ele era simpático e comunicativo. Falava sorrindo, sabia tocar violão, organizava saraus e concursos de desenho na unidade. Ele me explicou um pouco sobre o sistema de empréstimo da biblioteca e sobre o sistema MiniBiblio. Já tinha prestado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

três vezes e disse que queria cursar faculdade de música ou de informática. Morava no centro da cidade de São Paulo.

O quarto jovem usava óculos de lentes grossas, daquelas que diminuem um pouco os olhos, a armação era preta e grande, o que escondia um pouco seu rosto. Ele tinha uma tatuagem no pescoço, “mãe e pai”, com aquelas letras gregorianas. Os cabelos tinham um leve topete, como aqueles *nerds* de filme americano. Ele vinha da zona sul de São Paulo, tinha um sorriso largo e dentes tortos. Ele me olhava sempre enquanto eu falava e não me chamava de senhora, apenas de Léia. Fiquei muito grata por não precisar pedir que eles falassem comigo sem criar hierarquias.

Permaneci em pé diante deles por um tempo, a Alessandra ao meu lado. Ela me indicou quatro prateleiras, a sala era funda e as estantes iam até o final. Havia livros de ambos os lados, de cima a baixo. A Alessandra comentou que faltavam estantes e espaço para mais livros.

Nós interrompemos o trabalho que estavam fazendo. Eles separavam poesias escritas pelos outros internos para um sarau. Numa pasta transparente se lia: “Sarau 2019”. Perguntei de quanto em quanto tempo ocorriam os saraus. “A cada seis meses, né?”. “É semestral”, dois deles me responderam.

O que tocava violão me falou um pouco mais sobre o sarau e explicou que o tema do semestre era “revolução”. Fiquei feliz e surpresa com o tema, então ele elencou personagens históricos que inspiraram a escolha: “Einstein, que revolucionou a ciência”, “Martin Luther King e Gandhi” foram alguns dos citados.

A biblioteca era toda pintada de azul com desenhos de nuvens. Eu brinquei, perguntando se eles tratavam aquele espaço como um pedacinho do céu. Eles riram e concordaram com a cabeça. Ali havia dois computadores de tubo, daqueles antigos, sem acesso à internet, três mesas, duas perto da porta, como já citei, e uma no canto da sala. A Alessandra se dirigiu para a mesa que ficava mais ao canto e eu a segui, me sentei e fiquei de frente para o monitor mais velho e para o moço de óculos.

Perguntei se todos tinham acesso à biblioteca e descobri que aquela biblioteca era de acesso fechado. A Alessandra e os moços se alternaram para responder minhas perguntas, nossa conversa foi bastante fluida, eles eram bem diferentes das pessoas presas com os quais já havia tido contato. Não demonstravam certa timidez, bloqueio, conforme observei, em relação a quem vinha de fora. Eles me olhavam diretamente e falavam com naturalidade, o que me chamou bastante atenção, pois mantinham a postura mesmo estando diante de uma funcionária em posição de chefia. Agora, resta saber se quem propiciava esse clima era a Alessandra, que sempre se mostrava aberta; o fato de eles se sentirem seguros no espaço que ocupavam; ou o modo como nossa aproximação se deu.

Alessandra explicou: “aqui é que nem aquelas bibliotecas de antigamente, que a pessoa pedia pelo livro e o bibliotecário entregava”. Eu demonstrei ter compreendido a explicação e comentei que ainda existiam bibliotecas assim por aí. Perguntei como os livros chegavam aos pavilhões. Eles apontaram o carrinho, que era como aqueles bens comuns de bibliotecas. Pelo que entendi da explicação deles, a dinâmica da biblioteca era a seguinte:

- Todos os livros estavam catalogados no sistema MiniBiblio, ou seja, o catálogo era automatizado, porém o registro de empréstimo não;
- Os leitores dos três raios da penitenciária estavam cadastrados no sistema pelo número da matrícula SAP, que é como um CPF no sistema penitenciário paulista, e, uma vez recebido, será guardado para o resto da vida;
- Havia um catálogo impresso da biblioteca dentro de cada raio;
- Os leitores solicitam os livros via folha de requisição, na qual preenchem algumas informações do tipo: nome, matrícula, título do livro e código;
- Um dos dois funcionários que trabalham na ala da escola eram quem levavam o carrinho de livros até os raios 1, 2 e 3.

A Alessandra se referiu a eles como “leitores”. Os dois falaram comigo rapidamente, foram simpáticos e pareceram gostar de trabalhar naquela ala. O

mais velho pareceu ser cordial com os monitores. Todos deram a impressão de se entenderem.

O moço que morava no centro e tocava violão me mostrou o formulário que era preenchido para solicitação dos livros. Eu não entendi se o código era atribuído pelo sistema, MiniBiblio, como um número de tomo ou se se referia a uma classificação por assunto. Foi uma pergunta importante que não fiz, mas ao mesmo tempo tentei não reproduzir a lógica da biblioteconomia naquele espaço. Queria mais entender do que comparar.

Eles informaram que o tempo de empréstimo era de 7 dias e que a média de empréstimo semanal era de mais de 100 livros. Os empréstimos podiam ser renovados, mas o livro precisava voltar à biblioteca uma vez por semana, para depois ser devolvido novamente.

Eles também me entregaram um catálogo para que eu visse como era. Tratava-se de um calhamaço de folhas de papel sulfite em formato A4, reunidas numa espécie de fichário, e na capa se lia “Catálogo Raio 1”. Os livros estavam listados numa espécie de tabela. Não consigo me lembrar exatamente do cabeçalho, mas sei que havia colunas para autor, título e código. As tabelas estavam divididas pelas classes de assunto. Anotei uma a uma, enquanto conversava com eles:

- Infantil
- Filosofia
- Pedagógico
- Literatura (muitas páginas que se alternam em meio a outras classes de assunto)
- Contos
- Erótico (exemplo de título: *Falsa submissão*)
- Biografia
- Poesia & poemas
- Romance
- Católicos
- Evangélico
- Budismo

- Esoterismo
- Ocultista
- Cunho religioso
- Espírita
- História
- Autoajuda
- Psicologia
- Filosofia, sociologia, psicologia
- Informática
- Política
- História e geografia
- Profissionalizantes
- Botânica, zoologia e saúde
- Saúde e meio ambiente
- Gramática, matemática, comunicação, ENEM
- Curiosidades
- Fotos e imagens
- Cultura e artes
- Música
- Ciência

Esses quatro monitores eram funcionários da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP)²⁹ e recebem 2/4 de um salário mínimo e remição de pena por trabalho, quando a cada três dias de trabalho, a pessoa presa têm um dia de pena remido³⁰. No setor de educação, as atividades que exerciam consistiam em organizar as solicitações de livros, montar o carrinho, alimentar o sistema MiniBiblio, fazer empréstimo e devolução. No caso de renovações, deviam verificar se o livro não estava sendo usado para guardar objetos ilícitos. Outras atribuições desse trabalho eram a de “semear” novos

²⁹ FUNAP. Sobre a FUNAP. Disponível em: <http://www.funap.sp.gov.br/index.php/sobre-a-funap/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

³⁰ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço**: saiba como funciona a remição de pena. Saiba como funciona a remição de pena. 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

leitores no raio e a de atrair mais pessoas para as atividades educativas. Na nossa conversa, a Alessandra colocou essa atividade como imprescindível.

Os monitores também ministravam aulas no Programa de Educação para o Trabalho (PET). O mais velho foi o que mais falou sobre isso. Ele disse que eram 10 módulos, 1 por mês, cada módulo com um tema. Ele usou o PET como exemplo para explicar que às vezes era preciso conduzir e apartar as discussões que ocorriam durante as aulas. Perguntei quais eram os temas mais polêmicos e ele respondeu que eram os de política, relações sociais e desigualdades.

“Eles te chamam de professor? ”

“Alguns sim, outros não”, ele respondeu mexendo a cabeça.

“E como você se sente ao ser chamado de professor?”

Ele não escondeu o sorriso largo: “Ah, é gratificante! ”.

Pelo que entendi, os quatro se ajudavam para dar conta também das aulas de xadrez, desenho e violão. Havia ainda curso de informática, que eles faziam em módulos de vídeo-aulas, sem *internet*. A Alessandra comentou que depois fazia o *backup* do que cada um realizava no curso e lançava as notas para que os participantes recebam um certificado.

O rapaz que mora no centro disse que organizou um concurso de desenho. Quando voltamos à sala da Alessandra, ela o descreveu como um menino prodígio, fez muitos elogios a ele, mas também falou do crime pelo qual ele foi condenado. Eu preferia não saber, mas não me manifestei e ela contou: “Vamos ver se você lembra o crime dele, passou na TV”. Ele foi condenado a 25 anos. A acusação foi de matar uma pessoa homossexual, com pancadas de *skate*, na saída de uma balada LGBTQIA+, no bairro da Bela Vista. Segundo ela, o rapaz fazia parte de um grupo que assaltava pessoas na saída de baladas. Pelo que entendi, o assassinato foi o resultado de uma briga. Não escondi uma espécie de decepção ao saber do crime, de homofobia.... Acho que, se fosse ele me contando, eu reagiria de outra forma. Não gosto de saber dos motivos que levaram alguém ao cárcere, mas, se for para saber, prefiro saber pelo suposto autor, caso ele desenvolva confiança em mim para dizer, de outro modo, me

parece fofoca ou nem sei o quê. Não sei explicar o motivo, mas detesto saber por terceiros, deve ser porque se trata de uma narrativa já viciada, como a dos jornais sensacionalistas.

A Alessandra me informou que os critérios para seleção de monitores da educação eram:

- Ter ensino médio completo (penso que, talvez por isso, 3 dos 4 eram brancos);
- Saber usar o computador;
- Ser aprovado numa entrevista (à época, feita por ela mesma);
- Ter destaque positivo nos cursos da unidade;
- Ser neutro em relação aos coletivos³¹.

Dos critérios, apenas os três primeiros parecem ser diretamente da FUNAP. Sobre a neutralidade em relação aos coletivos, perguntei à Alessandra, quando ficamos sozinhas: “essa cadeia é do PCC³²?”, ela sabia o que eu queria dizer quando usei esse verbo, e respondeu que “sim”, sem pestanejar, sem se fazer de desentendida, um “sim” apenas, claro, resoluto e sem ênfases.

Para saber o perfil dos internos que podem ser monitores, eram colhidas informações desde o Setor de Inclusão. Na Metropolitana II, a inclusão era uma das primeiras portas do corredor principal. Tinha dúvidas sobre como os ASPs conseguiam selecionar os trabalhadores, já que o contato com eles era quase mínimo. A funcionária explicou, então, sobre a inclusão, aliás, sobre o mínimo contato entre as pessoas presas e os funcionários, fazendo críticas à automatização das celas. Os guardas da unidade passaram a abrir e trancar as celas via mecanismos eletrônicos. Anteriormente, cada uma era trancada por um funcionário³³, o que gerava certo contato entre os grupos, ao menos o contato visual. “Eu não gostei dessa automatização, não, não existe mais contato com o preso, parece que eles tão prendendo bichos.”

³¹ Biondi (2010).

³² Primeiro Comando da Capital.

³³ Indico a leitura da tese Monteiro (2019), em que relata seu primeiro dia como ASP, fechando celas prisionais.

Eu apenas concordei, mas essa fala despertou em mim uma série de questões, todas elas relacionadas a críticas à posição da prisão na nossa sociedade. Não cheguei a comentar com ela, mas me recordei da fala de uma moça comum, que se autodenomina leiga no assunto das prisões. Segundo a moça, que relacionou a forma como nós lidamos com as pessoas presas ao modo como lidamos com o lixo, a sociedade não quer ver e saber como ou para onde ambos vão, apenas quer que sumam, o lixo e as pessoas presas.

Enfim, a Alessandra comentou que, devido à automatização das trancas, os termômetros da prisão que, antes, eram os agentes, passaram a ser os monitores, que tinham contato com ambos os grupos. Não cheguei a mencionar para eles, mas soube que no CDP da Capital que, para a massa carcerária, os internos que trabalham na prisão eram chamados de KGB, uma associação com a organização de serviços secretos da antiga União Soviética, onde atuavam os espiões. O monitor mais velho comentou que na população carcerária “tem preso que não entende” ser possível uma relação com os funcionários e que ele evitava falar e fazer certas coisas perto de outros detentos para não ser mal interpretado. Afinal, ninguém quer receber o título de que “*corre com os guardas*”.

Como todos os monitores me disseram que concluíram o ensino médio “na rua”, perguntei se eles já tinham a prática da leitura antes da prisão. A resposta unânime foi que não. Os mais jovens se referiram ao uso excessivo do celular em suas justificativas de não leitura, sem associar leitura aos meios digitais. A falta de tempo e de estímulo na escola e em casa também foi apontada. Na verdade, a leitura na escola foi descrita com apontamentos negativos sobre a obrigatoriedade de ler e a perda do prazer causada por essas ações. Quando em liberdade, a biblioteca não era um ambiente frequentado por eles. Modalidades contemporâneas de leitura não eram consideradas como tal pelo grupo. Ao que pareceu, a leitura estava fortemente ligada ao impresso.

Sobre a remição por leitura, eles me informaram que existiam dois grupos para esse tipo de remição na unidade, um da Faculdade Anhanguera e outro da editora Companhia das Letras. Na remição pela leitura, com o auxílio

da Faculdade, havia uma lista com várias opções de livros, o interessado poderia escolher o de sua preferência, mas a leitura era feita sem orientação ou acompanhamento de um grupo ou de um mediador. A contribuição da Faculdade era, na verdade, dos alunos que, voluntariamente, corrigiam as resenhas e emitiam pareceres de aprovação ou reprovação. Assim como no caso da Anhanguera, existia uma parceria entre a Companhia das Letras e a FUNAP. A diferença era que, com a editora, um grupo lia o mesmo livro. Não existia encontro semanal para discutir sobre o livro ou explicação de fatos importantes da obra, mas existia o momento da partilha com o grupo que leu o título selecionado em cada mês.

O monitor que toca violão disse que participa das resenhas. Antes ele fazia pela Companhia das Letras, mas naquele momento fazia com a Faculdade Anhanguera. A Alessandra brincou com essa possibilidade de eles poderem escolher com qual grupo queriam fazer e poderem mudar de grupo. O rapaz também me informou que dos projetos de remição pela leitura participavam de 60 a 70 leitores.

Como os monitores trabalhavam das 8h às 16h, o tempo que lhes resta para a leitura era no período noturno, na cela. O rapaz do centro comentou que gostava mais de livros teóricos do que literários, e também de obras relacionadas à tecnologia. Ele citou um livro do autor Yuval Harari. Pela descrição, perguntei se era o *Homo Deus*, mas ele falou que eu estava confundindo. Não consegui anotar o título que ele citou, mas acredito que seja *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Como ele comentou que gostava mais de livros teóricos, resolvi indicar um título do Dráuzio Varella, *Borboletas da alma: escritos sobre ciência e saúde*. Um amigo, na época em que trabalhava como ASP, comentou ter sido muito impactante para um leitor CPP em que trabalhava.

Citei para eles relatos de pessoas presas que ouvi de outros colegas bibliotecários que atuam em prisões. Comentei sobre um que começou a desenhar e, com isso, conseguiu lidar melhor com os sintomas de abstinência do *crack*. Falei sobre um flerte por escrito que uma colega, bibliotecária,

encontrou dentro de um livro. Expliquei que ela chamou aquela conversa de *Tinder*, mas os monitores não sabiam o que era o *Tinder*. Expliquei que se tratava de um aplicativo de relacionamento. Também comentei sobre o vestibular que a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) promovia nos presídios catarinenses e do acompanhamento feito pelo programa Novos Horizontes, que recebia esses alunos na Universidade. Eles eram do regime semiaberto e deixavam a prisão, diariamente, para estudar.

Eu acabei informando aos monitores que esses estudantes vinham do regime fechado, eles estranharam, mas depois eu descobri que realmente estava enganada. Comentei com eles que esses estudantes que saíam da penitenciária e iam para a Universidade não podiam ter acesso à *internet*. Todos nós rimos, debochando da proibição absurda e impraticável. Falei para eles, orgulhosa, que o curso de Biblioteconomia da UDESC tinha quatro alunos que estavam cumprindo pena em regime semiaberto.

Ainda enquanto olhava o catálogo, perguntei para eles sobre um dos primeiros itens que apareceu, *Toda Mafalda*. Eles me disseram onde estava, pegaram o livro rapidamente e me entregaram. Perguntei se aquele livro podia ir para o raio, eles disseram que não, por conta da capa dura. Eu contei que na Penitenciária Feminina existia a mesma proibição e, em seguida, perguntei se eles já tinham achado algo de inusitado ou proibido nos livros. Todos responderam que não, quase se esquivando. Não sei se a ausência da Alessandra faria diferença, o fato é que me arrependi de ter feito essa pergunta, pois logo percebi que ela gerou certo desconforto. Em seguida, perguntei se eles conheciam a personagem Mafalda, todos disseram que não. Expliquei um pouco sobre ela, que ela era argentina, que as tirinhas eram publicadas no jornal e que aquele livro era a reunião de todas as tirinhas, eles pareceram se interessar pelas informações. Li para eles a primeira tirinha, pois foi essa que impressionou uma das minhas irmãs, quando ela pegou o meu livro em casa, e, a partir dessa primeira, leu várias outras, o que foi significativo para mim, já que ela não era muito chegada em leitura, como costumava dizer.

IMAGEM 11 – Primeiro dia de aula da Mafalda



Fonte: QUINO, 2010.

Eles se impressionaram com o que li: “nossa!”, “meu Deus, ela tem quantos anos?”, “é uma criança?”. Eu contei também que na Universidade fiz uma disciplina sobre história em quadrinhos e que o professor disse a uma aluna que a vida dela não faria mais sentido, já que ela havia lido a versão inteira de *Toda Mafalda: da primeira à última tira*. Também comentei que as tirinhas eram muito utilizadas nos vestibulares, e que, no ano em que prestei o da Fuvest³⁴, havia uma questão baseada numa tirinha sobre nepotismo com uma pegadinha sobre o significado de despotismo e nepotismo. O jovem de óculos me perguntou o que era nepotismo, eu expliquei, e um dos monitores me ajudou.

Aliás, esse moço de óculos me disse que a escola da prisão é mais bonita e organizada que muitas escolas públicas da rua. Eu perguntei o motivo e ele respondeu: “ah, é a disciplina, né? Acho que na escola falta disciplina”.

A Alessandra se levantou para cumprimentar um dos funcionários que haviam chegado na sala, ele era um dos “reitores”, um senhor já mais velho e calvo. Ele não usava uniforme de agente e se parecia muito com os inspetores que haviam na minha escola de ensino fundamental. Ele passou na frente da biblioteca, pois tinha ido liberar os alunos que estavam em aula para o almoço. Muitos alunos começaram a passar na porta da biblioteca, alguns nos olhavam pelo vidro que havia na parede lateral. A nossa conversa continuou até que todos da escola saíssem, em seguida a Alessandra disse que precisávamos ir, pois era o horário de almoço.

³⁴ A Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) é uma fundação brasileira de direito privado ligada à Universidade de São Paulo, fundada em 1976 em São Paulo, cujo objetivo principal é a realização dos exames vestibulares para admissão a essa instituição.

Me levantei e me despedi, dizendo que talvez no ano seguinte estaria de volta com uma Oficina que faria parte do meu projeto de pesquisa. Desejei que eles não estivessem lá no meu retorno, mas que, se estivessem, seria um prazer ter a participação deles. Todos sorriram e se despediram. A Alessandra comentou: “ah, minha filha, tem uns aqui que ainda vão ficar um tempinho...”.

Saímos e viramos à direita, ela queria me mostrar as salas de aula. Elas eram grandes e comportavam, em média, 40 alunos, o que, segundo ela, não acontecia nas outras penitenciárias, “eles não têm espaço e no máximo conseguem colocar entre 20 e 25 alunos numa sala”. Eu comentei que as salas se pareciam muito com as da minha escola, e ela disse: “sim, aqui também é uma escola”. Eu não quis ser rude, na verdade, o que eu achei parecido tinha razão de ser. Há escolas com mobiliário fabricado nas prisões, nas oficinas de trabalho. E as mesas e cadeiras das escolas onde estudei eram idênticas àquelas.

Passei por um corredor onde havia uns dez computadores, cinco de cada lado, ali ocorriam as aulas de informática. Todos os computadores eram aqueles antigos de tubo, já meio amarelados, mas funcionavam, e os cursos ocorriam, apesar de a tecnologia utilizada não ser muito atual.

Nos encaminhamos para a saída da ala, perguntei se ela havia sido pensada como um espaço para celas e a Alessandra disse que não, que desde o começo havia sido pensada para ser mesmo uma escola. Passamos por uma sala com muitos livros didáticos, ela me informou que quem separava os livros que seriam usados por cada turma também eram os monitores e que, antes de cada turma chegar para a aula, os materiais já estavam disponíveis. A sala dos livros didáticos também era a sala dos funcionários que a Alessandra chamava de reitores. Os muitos livros didáticos contavam como parte do acervo, com mais de 10 mil itens.

Saímos da ala e ela indicou onde ficavam outras salas que hoje se destinam a atividades de trabalho manual, mas que ela queria que se tornassem salas de aula. Após isso, fizemos, então, o caminho de volta por todos os portões que havíamos passado. Cumprimentei e agradei a todos os funcionários que

encontramos no caminho. Alguns responderam, outros não. Certa vez comentei com um ASP, do CDP Capital, que a minha impressão era de que os funcionários sempre se incomodavam muito com a minha presença na unidade. Ele respondeu que, na verdade, muitos funcionários eram sérios, pois precisavam se concentrar e reparar se as pessoas que entravam, na unidade ou no raio, eram as mesmas que estavam saindo, com os mesmos itens, utensílios e roupas. Creio que essa seja uma parte dos fatos...

Saímos do corredor, eram muitos portões, e me lembrei de uma fala do Drauzio Varella sobre isso, no livro *Carcereiros*. Paramos novamente na área descoberta para a Alessandra fumar outro cigarro. Havia um trabalhador de camisa branca e calça cáqui capinando. Ela me disse que ali, antigamente, havia uma horta, mas que o trabalhador responsável cometeu uma falta, então a horta acabou. Ele havia plantado muitas coisas, inclusive abóboras, muitas abóboras. Do corredor principal, de onde viemos, saiu mais uma mulher. Era a nutricionista que trabalhava na cozinha da unidade. Ela disse à Alessandra que faria novamente uma horta para plantar temperos e dar mais sabor à comida. A Alessandra pareceu gostar da notícia, mas disse que naquele local havia muitos gatos e que elas precisavam encontrar outro espaço. Só ali eu já havia visto três gatos e a Alessandra comentou que muitos outros estavam dentro dos raios, que nem todos eram dóceis ou se deixam ser pegos, “mas eles acabam com os ratos, não temos ratos por aqui”.

Caminhamos as três em direção ao prédio administrativo e subimos novamente para a sala da Alessandra. Retomamos nossa conversa. Eu disse que fiquei feliz e surpresa com a unidade. Ela não escondeu o sorriso de satisfação. Nos sentamos à mesma mesa de antes e eu disse que, em casa, havia formulado algumas perguntas e que gostaria de falar com ela sobre as dúvidas que não foram respondidas na nossa conversa com os quatro monitores.

Fiz, então, perguntas sobre o cotidiano na instituição e que eram fundamentais para o meu trabalho. Ela foi respondendo, sem dificuldades, oferecendo dados importantes para caracterizar o contexto em que seria desenvolvida a pesquisa:

– *Quantos presos costumam participar das atividades formativas ou oficinas na unidade?*

A escola tem 200 alunos matriculados. Cada curso costuma ter de 25 a 30 participantes. Portanto, algo em torno de 300 pessoas participam de atividades formativas na unidade.

– *Eles podem usar essas atividades formativas como remição por estudo?*

Sim, a única coisa que não entra para remição é o curso de xadrez. (Eu não anotei, mas fiquei com a impressão de que o curso de desenho e de violão também não contavam como remição.)

– *Existe biblioteca na unidade? Podemos desenvolver atividades nesse acervo?*

Sobre desenvolver atividades, é possível, mas não há espaço na biblioteca, então você precisará usar uma sala de aula.

– *Como é feito o uso da biblioteca? Tem bibliotecário?*

O uso é feito via empréstimo que chega no raio. Pelo esquema de solicitação e empréstimo, como me explicaram. “Os monitores são nossos bibliotecários.”

Eu comentei que, apesar de alguns bibliotecários reclamarem e até se ofenderem com o fato de uma pessoa em privação de liberdade, sem formação específica, ser chamado de bibliotecário, eu não via nenhum problema e procurava respeitar a lógica local. (Escrevendo este relato, me veio à cabeça que a biblioteca e o bibliotecário na prisão não são tidos como ultrapassados, como “na rua”. Realmente, no contexto prisional, os objetos e dispositivos passam a ter uso diferente, podem ser ressignificados.)

– *Quais materiais costumam entrar na unidade?*

“Qualquer coisa!”. Ela respondeu como se fosse óbvio. Achei engraçado. A Alessandra explicou que existia a obrigatoriedade de alguns itens serem contados na entrada e recontados na saída, mas que, fora isso, não existia problema. Ela comentou que poderia, inclusive, levar tesoura, mas sem ponta, e que o uso de materiais de papelaria era livre.

– *Como se dá a questão da frequência nas atividades?*

Três faltas injustificadas no mês acarretam a perda da vaga. Por isso, a frequência dos participantes era alta. A perda da vaga significa também a remoção do raio 1 para a *Venezuela*. Ela comentou que muitos rapazes pediam para entrar na escola apenas para mudar de raio e, depois, acabam largando as aulas. Daí a ação era a de enviá-los de volta ao raio anterior, para que, assim, não ficassem no raio 1 os que não queriam estudar, que só queriam ter acesso às “regalias”.

Por falta justificada a Alessandra considerava questões de saúde que levavam à enfermaria, ida à audiência, ao fórum, visita do advogado, atendimento com a assistente social e afins.

– *Todas as pessoas presas têm acesso à biblioteca?*

“Sim, né? Eles não vão até lá, mas é como se fossem, porque existe um catálogo para cada raio e na enfermaria também”.

Mesmo os alunos da escola não pegam o livro diretamente na biblioteca. A Alessandra associava essa possibilidade à bagunça do acervo. Portanto, todos acessavam via catálogo. Pensei que esse não deveria ser o único motivo, provavelmente devia existir alguma imposição do setor de disciplina.

Depois de responder às perguntas, a Alessandra me chamou para almoçar. Fomos para o corredor esquerdo e entramos em um refeitório. Vários funcionários estavam almoçando, todos de uniforme azul-marinho. A Alessandra não usava camisa de agente, mas, sim, uma roupa florida, porém estava vestida com uma jaqueta da SAP. Já eu estava com roupas que costumava usar para visitar a prisão: calça mole, utensílios sem metais, roupas folgadas, que não marcavam o corpo, e em cores que não se pareciam com as roupas das pessoas presas, dos agentes ou das visitas.

Para almoçar havia arroz, feijão, macarrão, bife acebolado, mandioca frita e salada. Comemos enquanto a TV noticiava o sepultamento do

apresentador Gugu Liberato e apresentava os demais famosos que estavam enterrados no Cemitério Gethsêmani.

Terminamos de comer juntas, após a Alessandra ter repetido, dizendo que a comida estava gostosa; eu concordei, disse que era melhor que as quentinhas que eu como toda segunda, no CDP da Capital. Quando estávamos para deixar a sala, ela perguntou se eu queria sobremesa, as opções eram gelatina e goiabada. Recusei.

Voltamos à sala dela. Comentei novamente sobre o que eu pretendia fazer na unidade: uma oficina de leitura e escrita que estivesse relacionada à produção de pequenas autobiografias. Ela balançou a cabeça de forma afirmativa e disse que a unidade podia, sim, receber a atividade que eu queria propor. Em meio a isso, comentamos sobre a submissão ao Comitê de Ética da SAP e o tempo que isso podia levar. Ela concordou, meio que lamentando a demora.

Enquanto conversávamos, ela me ofereceu água e saímos para buscar no corredor. No caminho, encontramos um rapaz que pediu a ajuda dela. Após atendê-lo, ela foi até uma sala perguntar a que horas partia o próximo ônibus para a estação de trem. Eu fiquei parada no corredor com o copo de água na mão, estava bem fresquinha, bebi satisfeita. Aquele rapaz todo de branco, que eu tinha visto no começo, agora estava limpando o corredor, então me olhou nos olhos e perguntou: “você vai vir trabalhar aqui com a gente?”. Sorri. Respondi que ainda não sabia, mas esperava que sim. Ele disse: “vai conseguir, sim!”. E fechou o punho como quem quer me transmitir força. Fiquei feliz e surpresa com as palavras e a abordagem.

A Alessandra voltou com a informação de que o ônibus partia às 13h40. Eu não sabia, mas entendi que aquele era o ponto final da linha e ela tinha ido se informar sem que eu tivesse pedido, achei bastante gentil a atitude.

Falamos mais sobre algumas pesquisas que são feitas nas prisões, ela criticou uma pesquisadora que esteve lá dizendo que os índices de reincidência diminuíram entre os adultos, relacionando isso à maturidade das pessoas, mas a Alessandra comentou que, na verdade, essas pessoas passam

a trabalhar no comércio lícito do PCC, em postos de gasolina, por exemplo. Aliás, ela comentou que, na cidade dela, a gasolina dos postos do PCC “é da boa”.

Ela também falou dos casos de algumas mulheres com as quais teve contato quando trabalhou nas prisões femininas. Uma das moças havia comentado que começou a traficar drogas porque mal tinha dinheiro para comer e a avó não tinha condições de mantê-la e aos irmãos. O envolvimento dessa jovem aconteceu ainda na infância, levando drogas de um lugar a outro na mochila. Logo veio o envolvimento amoroso com um dos traficantes. Quando foi para a cadeia, o coletivo passou a sustentar sua avó e a mantê-la na prisão, já que os gastos eram muitos. A Alessandra me disse que essa jovem havia chamado a atenção dela, pois “ela não tinha cara de bandida”. Ela descreveu uma mulher branca, o que me incomodou, pelo teor racista da fala, mas fiquei quieta. Ela disse que perguntou à jovem por que não largava o crime e ela lhe respondeu que não tinha escolha. Segundo a Alessandra, como os custos para manter a família, e se manter na prisão, eram altos e perdurariam por anos, a moça já sabia que, assim que saísse, teria que traficar para pagar a dívida acumulada. Percebi que os olhos da Alessandra ficam marejados com o relato. Ela se referia a essas pessoas como “escravas do tráfico”.

A Alessandra também comentou sobre o trabalho de seu marido, que era marceneiro, e das coisas ilícitas de armamento, por exemplo, que ele já tinha visto nas casas de clientes muito ricos ligadas ao crime. A agente contou que nem passava pela cabeça dele denunciar, ele fingia que não via nada. Certa vez ele foi praticamente obrigado a fingir que não conhecia um assaltante de banco que, à época, era uma grande fonte de renda ao Partido do Crime, que não permitiria que ele fosse preso.

Nossa conversa fluiu bem e, quando nos demos conta, não faltava muito para dar o horário do ônibus. Ela perguntou se eu já queria ir descendo, e eu disse que sim. Ela se ofereceu para me levar até a saída. Descemos, mas ficamos alguns minutos sem poder deixar a escada, pois o portão estava trancado. A Alessandra se sentou nos degraus e eu fiquei em pé. Um funcionário veio e pediu para que esperássemos “um minutinho”, com aquele jeito de falar usando diminutivos. Senti o cheiro de banana, um cheiro muito forte, como que ocupando todo o pátio de entrada, depois vi caixas e mais caixas de bananas

muito maduras, já escurecidas, que seriam revistadas antes de chegarem aos raios.

Um rapaz também tentou descer a escada, mas logo se sentou para esperar que o portão fosse aberto. Ele estava com um *notebook* e uma caixa de som. A Alessandra comentou conosco que a unidade estava cheia de moscas. Eu disse que devia ser por conta das bananas. No CDP da Capital, sempre havia bananas, aliás, era a única fruta que eu via nas prisões.

A Alessandra começou a contar algumas coisas sobre os hábitos dos insetos, que só quem mora no campo sabe. Depois disse que morava numa chácara. Quando o portão se abriu, o rapaz seguiu para a revista. Fiquei curiosa para saber qual atividade ele desenvolvia ali.

Passei o portão e me dirigi novamente ao balcão, dessa vez para assinar meu horário de saída. Percebi que o horário e o local que eu havia preenchido haviam sido rasurados e alterados. Não entendi o motivo, mas deixei para lá. Peguei minhas coisas no armário, devolvi a chave e, junto com a Alessandra, caminhei para a saída. Me despedi e agradei aos funcionários da portaria, mas fui ignorada, não chegou a ser uma surpresa.

Quando passamos pelo portão, ela parou e me mostrou um ninho entre os arbustos. Acho que tinha dois ovos, fiquei com pena, pois ela me disse que ele tinha sido abandonado. Me lembrei daquele pássaro que o personagem Brooks, do filme *Um sonho de liberdade*, criou na prisão. Acredito que aqueles pássaros não teriam a mesma sorte. Seguimos para a saída principal. Eu me dirigi à primeira sala por onde passei. Disse à moça que estava de saída. Ela disse que ia dar minha saída. Eram 13h35. A Alessandra me levou até o primeiro portão por onde passei. Eu agradei pela atenção, me desculpei pelo tempo que havia tomado e ela respondeu: “Que isso! Estamos aqui *pra* isso”. A resposta me aliviou um pouco. Ela me abraçou e eu disse que provavelmente no início de 2020 enviaria o projeto da Oficina que pretendia desenvolver na unidade. Ela fez um joinha e sorriu. Acenei e caminhei em direção aos bloqueios. Liguei meu celular e comecei a fotografar a unidade de outros ângulos.

Após encerrar a visita, minha cabeça estava fervilhando. Estava contente pela recepção da Alessandra, aliviada por ter conseguido realizar a visita depois de tantos meses de espera. Senti também esperança e entusiasmo por parecer ser possível realizar as atividades da pesquisa naquele local.

Passaram-se aproximadamente cinco minutos, o ônibus apareceu. O sol estava a pino. Fiquei com receio de tirar muitas fotos e levar uma bronca. Fui até o ônibus e o motorista me deixou subir, mas disse que faria uma pausa de dez minutos para almoçar. “Mas eu só vou almoçar, tá?”, ele me informou com um semblante de quem pede. Ele usava uniforme da EMTU³⁵, camisa azul-claro e calça cinza, devia ter uns 40 anos, não muito alto, cabelos curtos, crespos e grisalhos. A barba estava por fazer e ele tinha um sinal acentuado no queixo.

Embarquei. Ele pegou a marmita que estava enrolada num pano de prato daqueles com versículos bíblicos. Enquanto me dirigia até a catraca, perguntei sobre os horários daquela linha. Ele me explicou que eram dois carros para cumprir os dois horários. A linha era a 075 – Penitenciária-Estação de trem, da Viação Ladeiras. Comentei que essa era a última empresa em que meu pai tinha trabalhado antes de se aposentar. Começamos uma conversa, ele me perguntou se eu ia começar a estagiar na unidade, expliquei que era pesquisadora. Gentilmente, o motorista me deixou tirar uma foto dos horários da linha.

Ele se sentou no assento de passageiros para comer. Eu passei a catraca e perguntei como era ser motorista de uma linha que se chamava Penitenciária. Ele deu um sorriso de deboche enquanto mastigava. Comentou que, a princípio, não queria trabalhar naquela linha, que quase ninguém queria. “Essa linha aqui é triste, as pessoas são estressadas.” Acredito que ele se referia aos funcionários e aos familiares de pessoas presas. Eu disse que imaginava o estresse deles e que devia realmente ser muito estressante trabalhar numa cadeia.

Ele concordou. Depois, numa conversa com meu colega pesquisador, fiquei sabendo que a profissão de agente penitenciário estava em segundo lugar no *ranking* das mais estressantes, perdendo apenas para a de professor!

³⁵ Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo.

Falamos das famílias também, ele disse que às vezes tentava não ouvir ou não interagir muito com o que elas contavam, pois, as histórias eram muito tristes, e ele não queria ficar doente. “A gente começa a ficar com dó dos caras, é cada história pior que a outra, você nem imagina.” Eu apenas ouvi e concordei, queria que ele falasse mais do que eu. Mas fiz algumas perguntas sobre a relação dele com as pessoas presas³⁶, por exemplo, “ah, eles são de boa, eles só falam não senhor e sim senhor”.

Ele comentou que era alta a quantidade de carona que dava para os homens que deixam a penitenciária. Perguntei se era esse mesmo o procedimento, já que eles saiam com um salvo-conduto. Ele disse que não. “Você não paga passagem? Então, eles têm que pagar também, mas muitos não pagam, alguns têm dinheiro do pecúlio, mas me dizem que não têm dinheiro, eu vou falar o quê? Dou carona, né? Teve uma vez que eu disse para um cara que ele precisava conversar com o fiscal da linha, levei ele até o ponto final. Daí quando chegou lá o fiscal falou que abriria uma exceção, mas que aquilo não podia se repetir, porque a empresa lucra com as passagens e, meu, quase que o fiscal apanha do cara.” Ele parou de comer para narrar o ocorrido, enquanto segurava uma coxinha de frango e, com a mesma mão, e gesticulava. Com a outra, segurava a marmita.

O motorista me contou sobre um assalto que sofreu e disse que discordava do discurso que basicamente coloca as pessoas presas como vítimas da sociedade. Disse que nasceu na favela e cresceu no mesmo lugar. Quando comprou uma moto, passou alguns anos pagando um valor que equivalia à metade do seu salário. Mas, três meses depois da quitação da dívida, foi vítima de um assalto. O assaltante disse que o estava roubando porque ele era “boy”. “Vai, vai andando aí, quero ver como é a sensação de matar um cara.” Ele disse que essas foram as palavras do assaltante para ele. “Olha como ele me atrasou,

³⁶ Na verdade, as pessoas que deixam a prisão são consideradas egressas, mas na conversa com o motorista não usei esse termo. Segundo a LEP, são egressos “[...] o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento”, e “[...] o liberado condicional, durante o período de prova” (BRASIL, 1984). Nesta pesquisa, adotamos o termo sobrevivente para nos referirmos às pessoas que conseguem deixar as unidades prisionais com vida, pois as chances de morrer na prisão são maiores que as de morrer nas ruas e por observarmos os mecanismos de controle e morte perpetrados pelo sistema de justiça brasileiro.

levou minha moto, meu dinheiro na carteira com todos os meus documentos, eu precisava daquela moto *pra* sair do trabalho e chegar no horário da aula, eu fazia ETEC de logística.” Ele contou isso com um leve tom de revolta, enquanto mastigava. “E você parou de estudar?”, perguntei já um pouco tocada com a história. “Não, eu continuei chegando atrasado, mas continuei. O meu pai viu o que tinha acontecido, foi no banco e financiou um carro *pra* mim. Eu paguei em 60 vezes e ainda tinha que pagar a pensão da minha filha. Sabe quando eu terminei o financiamento? Só ano passado.”

Ele terminou de almoçar, bebeu bastante água e organizou seus utensílios. Levou poucos minutos até sairmos do ponto final. A parada seguinte era a da Metropolitana I, onde embarcaram duas mulheres e, ao longo do caminho, alguns homens.

Peguei o celular, comecei a ouvir *Comptine d'un autre été, l'après-midi*, música que me habituei a escutar quando vou à prisão. Dessa vez, não seria diferente.

Vim no ônibus ainda excitada com tudo que tinha visto, conversado, anotado, observado. Comecei a pensar que as prisões eram como uma fábrica, só que não uma fábrica que lida com recursos inanimados, mas, sim, com seres humanos. Na verdade, eu meio que li isso no livro *Manicômios, prisões e conventos* (GOFFMAN, 2015). Seguindo essa lógica, aquele ônibus era como aqueles fretados que levam os trabalhadores até as fábricas. O meu amigo pesquisador diz que as prisões são máquinas de moer gente ou se refere a elas como a Casa dos mortos. Eu sempre concordo.

Após mais ou menos 50 minutos, chegamos no ponto final perto da estação de trem. As ruas e lojas estavam cheias, vi um homem carregando um colchão novo de casal na cabeça. Era dia daquelas promoções de *Black friday*. Andei pela cidade e então embarquei no trem de volta para casa. Cheguei perto do horário em que começava a tranca das pessoas nas celas. Eram dezesseis horas.

PANDEMIA

Eu não sabia muito bem o significado da palavra pandemia até 2020, aliás, nesse ano aprendi e ressignifiquei muitas palavras e termos, como *lockdown*, Covid-19, álcool em gel, máscara, distanciamento social, protocolo, vacina, *live*, isolamento, vírus, *delivery*, *drive-in*, oxigênio, taxa de transmissão, contaminação, SARS-CoV-2, paciente zero, imunização coletiva, transmissão comunitária, paciente assintomático e quarentena.

Descobri que uma quarentena não precisa durar 40 dias, pode ser menos ou muito mais, entendi os movimentos das curvas e do achatamento delas, mas esse achatamento, diferente dos exercícios de matemática, não representavam apenas números a menos, mas vidas a mais.

Um dos principais meios de prevenção da Covid-19, o mais imediato e possível naquele início de 2020, eram o distanciamento social, o isolamento, a quarentena. Os serviços não essenciais foram fechados, lojas, parques, cinemas, escolas, bibliotecas, nos restando apenas hospitais, farmácias, padarias, mercados e mecânicos, ou seja, serviços essenciais, que possibilitavam nossa alimentação, saúde e o pouco transporte.

As aulas na Universidade tomaram o formato virtual, descobrimos novas ferramentas, novas possibilidades que permitiam o diálogo, mas não o contato. *Shows*, eventos, congressos e reuniões passaram a ser feitos por meio de *lives*, e os encontros com familiares por chamadas de vídeo.

As pessoas em privação de liberdade se mantiveram ainda mais isoladas, apesar de os mandados de prisão não deixarem de ser expedidos. Novos detidos e detentos foram chegando às unidades prisionais. Já as visitas de familiares e demais atividades de pessoas externas à prisão foram suspensas, assim como aulas, pesquisas, cursos, palestras e projetos de cunho educativo, por exemplo.

Apesar da visita do ano anterior à penitenciária, da submissão do projeto à Plataforma Brasil e da autorização da Secretaria de Administração Penitenciária, o início da pesquisa de campo, que ainda aguardava alguns estágios do processo, estava suspensa. Por ora, pensamos.

Os meses correram e o escopo da pesquisa começou a ser posto em questão. Poderia ser mantido? Haveria tempo e condições de realização? Nos

primeiros meses, a incerteza ainda não havia vestido as vestes da impossibilidade. Cheguei ao exame de qualificação em junho com um capítulo de revisão sobre a pesquisa em biblioteca em presídio no Brasil, o relato de todas as atividades realizadas ao longo do primeiro ano de curso, a proposta de continuidade da pesquisa e o Anexo A³⁷, que relatava a visita realizada na unidade prisional em novembro de 2019.

De todos os apontamentos da banca, os mais acalorados foram sobre o Anexo, sobre a visita, texto que, por pouco, não ficou de fora do relatório, pois eu tinha receio de que não fosse bem aceito, de que passasse a impressão de que estava ali apenas para acrescentar volume. A ideia de incluí-lo veio nos momentos finais do fechamento do texto, o orientador havia insistido para que o texto fizesse parte do corpo do relatório, já que a intenção era descrever, retratar o contexto da pesquisa, familiarizar a banca com o universo prisional tão pouco conhecido e com o qual eu tinha contato há anos em minhas ações pela Pastoral Carcerária, mas acabei mantendo mesmo ao final do relatório, escolha questionada pelas examinadoras.

O contexto epidêmico não escapou da discussão, o prazo final de depósito era agosto de 2021, tinha mais de um ano para fazer planos. A expectativa era de que até o final de 2020 o cenário se estabilizasse, que as atividades pudessem ser retomadas no início de 2021 e que até agosto a pesquisa fosse concluída. Nos minutos finais da banca, pouco antes de nos despedirmos e após várias discussões sobre o prosseguimento, diante da pandemia, uma das professoras, tal como ponderara anteriormente meu orientador, sugeriu que, caso eu não conseguisse realizar a pesquisa na unidade prisional, seria possível trabalhar a partir de experiências que eu já havia realizado anteriormente, em diferentes unidades prisionais. Confesso que a ideia me pareceu interessante, mas apenas como plano B.

Os meses foram se passando após a qualificação. Continuei o trabalho com as leituras, os fichamentos e as dúvidas sobre o modo de prosseguir e concluir o trabalho. Continuaram as aulas, as *lives*, a participação em eventos e os infinitos protocolos de segurança. Só não despontava no

³⁷ Nesta dissertação o Anexo A foi intitulado como *Visita*.

horizonte a possibilidade de resolução, de retorno ao “normal”. Na verdade, um “novo normal” se impunha, e nós passamos a conviver com um altíssimo nível de mortes diárias, em decorrência das complicações causadas pelo vírus. Aos sobreviventes restaram as sequelas, aos familiares, o luto, à população, o medo do contágio, ao mesmo tempo que lidávamos com a negligência de parte dos governantes, somada a discursos negacionistas.

Se, como dizem, o primeiro estágio do luto é negar o fato como a primeira saída diante da realidade que se impõe, eu também me encontrava em estado de negação. Não conseguia aceitar que a pesquisa, do modo como havia sido planejada, não mais aconteceria. Frustração, ansiedade, incerteza, angústia, decepção, todos esses sentimentos somados a meses de isolamento, acompanhados de notícias assoladoras, me levaram a um período de profunda melancolia e estagnação no quesito acadêmico, estado do qual só pude sair quando entendi que relatar minhas experiências, o tal plano B, a partir das vivências como mediadora de leitura, de livros e de bibliotecas na prisão, poderia ser uma forma de contribuir para a produção de conhecimento sobre a temática.

A proposta da oficina que seria realizada na unidade prisional buscava compreender vínculos entre os participantes e suas trajetórias de vida, traçando relações com a biblioteca, a leitura, a escrita, dentro e fora da prisão. Guardadas as devidas proporções, a escrita de minhas experiências como mediadora de leitura em prisões oferecia dados que, devidamente descritos e sistematizados, me permitiriam avançar na compreensão das relações entre instituições de mediação da cultura escrita, como as bibliotecas, com a sociedade, com leitores em situações de aprisionamento; o retorno às minhas experiências, me permitiriam pensar questões como a identidade do bibliotecário – “guardador do patrimônio”/“agente de transformação”, da Biblioteca, no contexto como o brasileiro e suas múltiplas formas de aprisionamento político, econômico, social, cultural; além disso, voltar às experiências vividas poderia me ajudar a lidar com os efeitos do isolamento e com tudo o que deixou de acontecer em função das restrições sanitárias, me colocando novamente na posição de pesquisadora. Buscar “indícios”, “pistas”, “sintomas” colocou-se como possibilidade de conhecimento, desafio e conforto. Passei a revisitar, reler e reescrever uma história que já durava pelo menos sete anos, na esperança de aí encontrar

elementos capazes de produzirem respostas a antigas e novas inquietações que o tempo só fez avolumarem-se e complexificarem-se. Seguem, aí, portanto, “escrevivências” a que fui levada pela pandemia, mas que se mostraram como caminho não apenas possível, mas promissor de processos de produção de conhecimento (SOARES; MACHADO, 2017).

PERGUNTA

Ponho linhas no mundo,
mas já quis pôr no pulso.
Emicida³⁸

O meu primeiro contato com uma unidade prisional se deu em 2014, quando cursava o terceiro ano da graduação em Biblioteconomia. Eu estagiava no arquivo jurídico de uma grande empresa de cosméticos e morava onde moro até hoje, em um bairro periférico da cidade de São Paulo. Mas, para falar do que passou a ocorrer a partir de 2014, é preciso voltar um pouco no tempo.

Desde 2009, havia deixado de transitar apenas no entorno do meu bairro, pois passei a estudar em uma escola estadual bastante tradicional, localizada no bairro da Pompéia, onde cursei todo o ensino médio. Quando concluí, prestei vestibular e, aprovada, passei a estudar Biblioteconomia na reputada Universidade de São Paulo. O ano era 2012, e muitas mudanças aconteciam para uma jovem preta e periférica, de 17 anos de idade. Tive certa dificuldade em me apropriar das novidades imensas e cheias de facetas de então e, na verdade, acredito que essa apropriação ainda não se deu por completo, mesmo depois de dez anos.

No segundo semestre de 2012, passei a cursar a disciplina *Resumo: teoria e método*. Em uma das aulas em que discutíamos resumos de filmes para base de dados de bibliotecas, uma das bibliotecárias da Escola de Comunicações e Artes (ECA), unidade da USP onde o Curso de Biblioteconomia é oferecido, nos apresentou uma base de filmes chamada *Cena*. Ao longo de

³⁸ AMARELO. Intérpretes: Emicida; Majur; Pablo Vittar. Compositores: DJ Duh; Emicida; Felipe Vassão. *In*: AMARELO. Intérprete: Emicida. São Paulo: Sony Music, Laboratório Fantasma, 2019. 1 CD (48 min).

sua exposição, ela nos mostrou também alguns filmes produzidos por alunos e ex-alunos da Escola, sendo um deles *O prisioneiro da grade de ferro: autorretratos*, dirigido por Paulo Sacramento³⁹.

Me interessei imediatamente pelo título, mas não sei dizer exatamente o porquê. Uma vez li um texto do Drauzio Varella (2012) que dizia: “[...] eu gosto de cadeia”. Não sei se chego a me identificar totalmente com ele, mas o fato é que, quando mais nova, tive uma fase muito extensa de interesse por filmes policiais, de guerra, *westerns* e afins, muito por influência do meu pai e do meu irmão. Esse interesse perdurou por muitos anos, até que, na Universidade, passei a ter uma percepção do cinema enquanto arte e da função do diretor. Conforme fui aprendendo, minha audiência para filmes hollywoodianos diminuiu consideravelmente quando conheci Glauber Rocha, Truffaut e Goddard, por exemplo.

Anotei o título e acredito que no mesmo final de semana peguei o DVD para assistir em casa. Sim, em 2012 havia um aparelho de DVD em casa, e eu o usava muito aos domingos, quando todos iam para a igreja à noite e a TV ficava livre. Foi nesse ano que eu disse para a minha mãe que não acreditava em Deus e que deixaria de frequentar os cultos. Minhas duas irmãs não chegaram a fazer uma objeção quando eu disse que não iria ao templo, mas provavelmente estranharam, pois não usei os estudos como desculpa para ficar em casa. Aquela seria apenas a primeira de muitas outras recusas, até culminar na conversa com a minha mãe. Então, aos finais de semana, passei a assistir a filmes que emprestava na biblioteca às sextas-feiras. Lembro-me perfeitamente do dia em que assisti *A liberdade é azul*⁴⁰, o primeiro da trilogia das cores e a primeira vez que troquei um culto por um filme.

O prisioneiro da grade de ferro prendeu minha atenção já nos primeiros instantes. O documentário era sobre o Carandiru e começava com a implosão dos pavilhões, ocorrida em 2001. As filmagens internas foram feitas já em meio ao processo de desativação do complexo, pelos próprios homens

³⁹ O PRISIONEIRO da grade de ferro: autorretratos. Direção: Paulo Sacramento. São Paulo: Olhos de Cão Produções Cinematográficas, 2003. 1 Mini-DV (123 min), son., color., 35mm, 1:1.85, Dolby Digital.

⁴⁰ A LIBERDADE é azul. Direção: Krzysztof Kieślowski. França: MK2 Productions, 1993. 1 fita de vídeo (94 min), VHS, son., color., 35 mm., 1.85:1, Dolby SR.

presos, que aprenderam as técnicas de filmagens durante oficinas ministradas no local. Por serem eles próprios os cinegrafistas, a penetração nos locais e a coleta de informações pareciam mais fluidas e aprofundadas. As rotinas de trabalho, cultos, limpeza, visitação, alimentação e esporte são apresentadas sob diferentes prismas. Em um dado momento, foram mostradas algumas prateleiras de livros. Nada foi dito, ninguém foi entrevistado, a câmera apenas percorreu as estantes.

Essa breve menção foi o suficiente, arrisco dizer, para dar sentido à parte significativa da minha vida. Dessa imagem vieram o *insight*, o comichão, o arrepio e a pergunta: existe biblioteca em presídio? Essa foi a primeira de muitas perguntas, que até hoje não deixei de fazer.

A questão me levou ao *Google* e, depois, a comentar com uma pessoa próxima sobre as possibilidades. Foi quando ouvi a primeira de muitas falas desencorajadoras: “Eu acho que existem outras prioridades na prisão”. Mas as minhas buscas continuaram. Falei do assunto com colegas da Universidade que formaram, sem saber, um círculo de apoio fundamental para que não desistisse do tema.

Nos trabalhos finais das disciplinas, com escolha livre de tema, passei a associar os conteúdos das matérias à biblioteca em presídio e, assim, a explorar possibilidades. Nesse período inicial, as buscas por informação foram aleatórias, sem saber muito como pesquisar, o que ler e como ler. Mas recebi uma dica muito preciosa de uma colega de curso. Ela me aconselhou a fazer uma imersão na temática, em todos os aspectos a que tivesse acesso. Passei, então, a procurar tudo sobre prisão e atividades de educação e cultura no contexto prisional, tendo contato com filmes, livros, reportagens, matérias, entrevistas, documentários e artigos.

PENITENCIÁRIA MASCULINA

As buscas, iniciadas em 2012, se mantiveram em 2013, até que em 2014 busquei um primeiro contato com uma penitenciária. Conforme mencionei, em 2014, trabalhava como estagiária em um arquivo jurídico. Eu e minhas colegas de trabalho formávamos um grupo heterogêneo: uma era testemunha de Jeová, outra, monja Zen Budista, e eu, meio que ateia. A fé, ou a ausência

dela, não importava, quando o assunto era arquivar contratos e patentes, e mesmo em situações de outra ordem, convivíamos sem grandes dificuldades. Consigo me lembrar da empolgação com que dei a notícia a elas: “uma pessoa da penitenciária me respondeu, vou fazer uma visita!!!”.

No início de novembro daquele ano, havia encaminhado o seguinte e-mail a duas unidades prisionais, a Penitenciária Metropolitana I e a Metropolitana II:

5 de nov. de 2014

9:16

Olá, bom dia!

Meu nome é Léia Santos, sou aluna do curso de Biblioteconomia pela USP e tenho interesse em pesquisar bibliotecas penitenciárias.

Gostaria de saber se nesta unidade há biblioteca/sala de leitura ou a intenção de construir algo nesse sentido?

Gostaria de saber ainda, se há escola?

Minha ideia é fazer meu TCC sobre esse assunto e venho tentando contato com penitenciárias, mas ainda não consegui nada, caso vocês conheçam alguma penitenciária que conta com biblioteca e bibliotecário trabalhando, por favor me informem o contato.

Desde já agradeço imensamente

Atenciosamente,

Léia Santos.

Enquanto explorava o site da SAP, vi que, além do nome e do endereço de cada unidade, havia telefones, e-mail e informações populacionais, como a quantidade de vagas e de custodiados, dado atualizado a cada período determinado. Antes de enviar o e-mail para as unidades, liguei no telefone disponível no site e perguntei se havia biblioteca. A resposta foi positiva em ambos os casos, o que já me causou uma enorme felicidade, mas mesmo assim

repeti a pergunta por e-mail. Horas após o envio, recebi uma resposta do Felipe Sousa, funcionário da Penitenciária Metropolitana II, e não poderia deixar de ficar satisfeita, já que a resposta da outra unidade nunca chegou.

5 de nov. de 2014

10:19

Estimada Léia,

Vi seu interesse, aguardo seu contato telefônico para agendarmos uma visita.

Atenciosamente,

Felipe Sousa

Diretor Técnico II – Centro de Trabalho e Educação

Penitenciária Metropolitana II

Depois de comunicar às minhas colegas de trabalho a boa nova, encaminhei o e-mail do Felipe às minhas amigas da Universidade e todas se empolgaram com a novidade, já que eu passava boa parte do tempo falando das bibliotecas em presídios.

5 de nov. de 2014

10:43

Olá, Felipe, muitíssimo obrigada pelo retorno!

Vou te ligar, mas gostaria de saber até qual horário posso ir.

Até breve!

Léia Santos

5 de nov. de 2014

11:21

Fico aqui de segunda a sexta das 8 às 17.

*Atenciosamente,
Felipe Sousa*

5 de nov. de 2014

11:29

*Ok, assim que possível eu entrarei em contato com você.
Obrigada novamente.
Léia Santos*

Então liguei e combinamos a visita para a sexta-feira, dia 14 de novembro de 2014.

11 de nov. de 2014

11:22

*Olá, Felipe, bom dia!
Gostaria de confirmar minha visita à penitenciária na próxima sexta, dia 14/11. Pretendo chegar por volta das 11h. Meu nome completo é LÉIA SANTOS e o número do meu RG é ...
Obrigada e até lá
Att.,
Léia Santos*

11 de nov. de 2014

11:23

*“Ok, Leia. Confirmado”
Atenciosamente,
Felipe Sousa*

No dia da visita, saí de casa um pouco atrasada. Lembro-me de estar vestindo uma calça preta, tênis e uma camisa vermelha com um decote que à época não me parecia um problema numa visita à prisão. No trem, mandei um e-mail para o Felipe, avisando que me atrasaria.

14 de nov. de 2014

11:37

Felipe, bom dia!

Estou atrasada, mas estou a caminho. Já estou no trem, logo desembarcarei na cidade.

Até mais!

Léia Santos

14 de nov. de 2014

12:01

Ok

Atenciosamente,

Felipe Sousa

Meu aparelho de celular era um *Iphone 3*, já antigo, no qual havia poucas músicas, então fiquei ouvindo a mesma ao longo do caminho, *Comptine d'un autre été, l'après-midi*, composta por Yann Tiersen e trilha sonora do filme *O fabuloso destino de Amélie Poulain*⁴¹. Quando finalmente desembarquei, ainda pouco familiarizada com a cidade vizinha, saí perguntando sobre o ponto final da Linha Penitenciária. O ponto era marcado por um totem de madeira. Não me lembro se chegou antes ou depois de mim, mas havia um senhor baixo e com os cabelos já quase todos brancos que também esperava pelo transporte. A princípio, achei-o simpático, pois ficou conversando comigo ao longo da demorada espera pelo ônibus. Não sei muito bem como, mas me convenceu a acompanhá-lo até o mercado que ficava próximo do ponto final. Para que a simpatia se convertesse em inconveniência, não levou muito tempo. Do estabelecimento era possível avistar o ponto de ônibus, então fiquei o tempo todo olhando para lá. Rapidamente, retornei ao ponto levando as poucas compras e me sentei na guia da calçada. A essa altura, já havia entendido que a espera poderia ser mesmo extensa, minha ansiedade só contribuía para

⁴¹ O FABULOSO destino de Amélie Poulain. Direção: Jean-Pierre Jeunet. França: Claudie Ossard Productions, 2002. 1 DVD (123 min), son., color., 35 mm., 2.39:1, Dolby Digital.

aumentar a sensação de espera interminável. Preocupada com o atraso, escrevi mais um *e-mail* ao meu anfitrião:

14 de nov. de 2014

12:32

Felipe, estou há muito tempo esperando o ônibus e ele não passou ainda

Att.,

Léia Santos

14 de nov. de 2014

12:58

rsrs...

Bem vinda à nossa cidade!

Fique tranquila.

Atenciosamente,

Felipe Sousa

Continuei esperando o ônibus como quem espera Godot e ao mesmo tempo conversando com o meu companheiro inconveniente, com quem fui falando amenidades. Em um determinado momento, ele foi bem direto e perguntou: “você vai lá visitar seu namorado?”. Respondi que não, e expliquei, em linhas gerais, o que estudava e que queria fazer um projeto na biblioteca da unidade. Sorri, mas com certo incômodo. O ônibus finalmente chegou, embarquei com frio na barriga, pressa e empolgação. Paguei a passagem, girei a catraca e me sentei ali perto, pois precisaria de orientação para desembarcar no local correto.

Quando embarcou, o motorista caminhou em direção à catraca, me olhou e em voz alta, fazendo sinal negativo com o indicador, afirmou: “Hoje não tem visita não, senhora”. Fiquei angustiada com a fala dele, que não me deixava responder, afirmando que a minha viagem seria em vão. Naquele momento, não entendi muito bem o porquê de mais uma pessoa me associar, tão rapidamente, a uma visitante e não a qualquer outra coisa. Acredito que a cor da minha camiseta, coincidentemente vermelha, tom geralmente utilizado pelas visitantes,

possa ter se somado a outro fator, o racismo, levando a uma associação tão imediata entre uma mulher negra e a condição de familiar de uma pessoa presa.

Fiquei no assento da janela e fui o caminho todo ouvindo aquela música, muito curiosa com o percurso e mais ainda com o destino. Me avisaram sobre o ponto de desembarque e, já na porta, conversei com uma moça que também desembarcaria. Ela me disse ser estagiária de psicologia. Vestia branco, tinha os cabelos longos e tingidos de loiro, me lembrou a Geisy Arruda. Fiz algumas perguntas sobre a unidade e sobre as pessoas presas, acredito que, se fosse hoje, minhas questões seriam outras, mas, até então, não sabia muito o que dizer ou o que questionar.

Do ponto de parada até o primeiro portão da unidade percorri alguns metros. Quando chegamos próximo ao primeiro guichê, ela se despediu e entrou à esquerda. Continuei caminhando, mas em minha direção veio um agente com os braços cruzados na altura do peito. Seu avanço fez com que eu recuasse, como talvez fosse mesmo sua intenção. Ele me disse algo como “pois não?”, informei meu nome e que estava ali para falar com o Felipe. Foi então que o próprio Felipe, que já estava entre os demais funcionários no guichê, veio ao meu encontro. “Olá, Léia, como vai? Sou o Felipe”.

Nos cumprimentamos com um aperto de mão. Ele vestia uma camisa de manga curta, com botões e listras verticais em cores claras. Usava uma calça jeans azul-marinho e uma espécie de sapatênis marrom. Observei suas mãos grossas, um pouco calejadas, e os cabelos pretos, lisos, quase num corte tigelinha, caindo um pouco sobre o rosto. Passamos pelo primeiro portão do tal guichê e seguimos em direção ao segundo, que era enorme, azul-marinho, com um logo da SAP, igualmente grande.

Entramos e logo subimos para o andar superior, um longo corredor com o piso marrom, o que deixava o ambiente bastante escuro. Fomos até a sala dele, um ambiente também escuro, cheio de pastas, papéis, prateleiras e móveis em madeira igualmente escuros, na cor marrom e que pareciam ser antigos. Nos dirigimos à mesa, no canto oposto à porta. Atrás havia uma grande janela, de onde era possível avistar o guichê de entrada. Ele se sentou à mesa em uma cadeira preta, daquelas giratórias e com encosto alto. Sentei de frente

para ele e iniciamos nossa conversa. Eu segurava um caderno de notas, mas anotei bem pouco, apenas telefones e *e-mails*.

Informei ao Felipe o pouco que eu sabia sobre o que pretendia fazer, o que eu chamava de “projeto”. Expliquei sobre o meu interesse em estudar as bibliotecas em unidades prisionais e sobre meu curso universitário. Naquele momento, havia duas possibilidades, a Iniciação Científica e o Trabalho de Conclusão de Curso, mas só me formaria em 2016, então ainda levaria tempo. O Felipe instruiu que eu enviasse o projeto à SAP, oficializando a atividade. Ele falou sobre sua função como CTE, explicou o que vinha fazendo e o que ainda pretendia fazer. A organização e o uso da biblioteca estavam entre essas atribuições. O meu “projeto” poderia ser um meio para organizar e fazer funcionar o serviço da biblioteca já existente. Me pareceu que ele não tinha muita noção ou experiência sobre o assunto, mas havia interesse e, hoje, vejo que uma certa pressão para que ele fizesse a biblioteca funcionar.

Ao longo da conversa, o Felipe mencionou que me levaria para conhecer a “biblioteca” do semiaberto. “A do fechado não, melhor não... é o seu primeiro dia aqui, não quero que você se assuste...”. As falas pareceram de uma pessoa que queria me proteger, ter cuidado comigo. Passei algum tempo com isso em mente, pensando no quanto ele havia sido atencioso, mas depois entendi que ele poderia, na verdade, estar protegendo aquela unidade, e a sua imagem, do olhar de uma jovem universitária que lhe era estranha.

Deixamos a sala. Durante o nosso diálogo, o Felipe fez muitas menções a roupas e tipos de comportamentos impróprios na prisão. Segundo ele, minha roupa estava adequada. Enquanto descíamos, perguntou se meu sutiã era meia-taça e se havia metais nos meus trajes. Informei que não. No primeiro piso, fui revistada por um detector de metais, daqueles que percorrem o corpo. Ouvi o Felipe falando pelo rádio: “Avisa lá pra eles colocarem a camiseta”. Ele não me explicou naquele momento, mas depois eu entenderia que na presença de mulheres não é permitido estar sem camisa, não sendo essa uma norma do sistema prisional, mas sim dos próprios internos.

BIBLIOTECA

Sáimos e viramos à direita; se tivéssemos ido em linha reta, chegaríamos ao guichê no qual o encontrei. Ao longo do percurso já era possível ver as instalações da biblioteca. Uma parede de cor clara, uma porta simples de alumínio e uma janela extensa. O cômodo era coberto por telhas de amianto. Ao lado, havia uma área gradeada. As grades eram simples, daquelas em formato de losango. Nesse espaço lateral havia alguns homens vestindo camisa branca e calça cáqui. Eles faziam parte da “população do país das calças bege”, como diz Mano Brown. Pelo que entendi, aquele era um pátio para os que cumprem pena em regime semiaberto. Eles estavam ali reunidos em pequenos grupos como se estivessem no intervalo da escola. Alguns deles estavam encostados nas grades e, quando me aproximei, notei que muitos, ou quase todos, me olhavam. Eu também os olhava. O olhar era de curiosidade de ambas as partes, mas eu era apenas uma, eles não sei quantos. A situação me causou um certo constrangimento, ansiedade, algo que eu aprenderia a lidar com mais facilidade nos anos seguintes.

Entramos em uma sala que não era muito larga, mas bastante comprida e arejada, já que a janela ocupava quase toda a parede. Do lado oposto, havia uma extensa prateleira que, de cima a baixo, estava cheia de livros, com alguns espaços entre eles.

Ali estava uma funcionária da FUNAP, dona Fátima, uma senhora já de idade, cabelos soltos, quase todos brancos. Estava de óculos e usava avental branco com dois bolsos na frente, como aqueles de professora. Fui apresentada e eles passaram a falar da biblioteca, da sua organização e do que vinha sendo feito, porém sem mencionar se eram realizados empréstimos. No canto direito da sala havia um computador de tubo, já amarelado e coberto por um plástico. Segundo a dona Fátima, a intenção era ter um catálogo e fazer o controle dos empréstimos virtualmente. Durante esse trecho da explicação, o Felipe falou dos inconvenientes e das limitações necessárias para o uso do computador.

Notei que os livros estavam arrumados. Perguntei quem os tinha organizado daquela forma e me disseram que havia sido um dos internos, que foi chamado para falar comigo. Quando ele apareceu, estava usando calça cáqui e camiseta branca. Homem branco, mas com a pele bastante avermelhada,

marcada pelo sol e com muitas linhas de expressão. Notei seus cabelos brancos, que pareciam ter sido loiros há não muito tempo. Nariz fino, comprido, lábios finos, magro, no rosto e no corpo. Eu o vi apenas de perfil, pois em nenhum momento ele me olhou diretamente nos olhos, mas ficou, o tempo todo, com o rosto voltado para o acervo e as mãos para trás. Eu também olhava para o acervo. Ficamos conversando apenas de lado e, como ele era alto, eu olhava para cima para vê-lo de perfil. Perguntei se tinha sido ele quem organizara os livros, como ele havia feito e como estavam divididos nas prateleiras. Minha questão era mais sobre o processo do que sobre o resultado, eu queria entender a lógica que ele havia criado e o interesse dele diante daquela atividade.

Quando olhei mais atentamente as prateleiras, vi muitos livros repetidos, muitos deles religiosos, principalmente espíritas e católicos, e livros antigos, de capa dura. Como minha visita ali não era para analisar o acervo, não detive muito meu olhar, até porque estava acompanhada e atenta a outras questões.

REMIÇÃO

A dona Fatima e o Felipe aproveitaram aquele encontro na biblioteca e começaram a falar sobre a remição de pena por leitura. Ela estava destacando no acervo as obras que poderiam ser lidas, já que havia uma grande quantidade de itens disponíveis. Comentei sobre uma matéria da colunista Mônica Bergamo que tinha saído na *Folha de S. Paulo*, em 2013, com a manchete “*A menina que roubava livros é obra mais lida nas penitenciárias do Brasil*”⁴². Comentei que, no texto, a jornalista se referia a uma lista de livros que compunham o projeto de remição e perguntei se eles conheciam a tal lista, mas a resposta foi negativa. Inclusive, a dona Fátima me passou o *e-mail* dela para que eu enviasse a lista, caso a encontrasse. Comentei que, quando li a matéria, enviei um *e-mail* à jornalista, mas ela não havia me respondido.

⁴² BERGAMO, Mônica. ‘**A Menina que Roubava Livros**’ é obra mais lida nas penitenciárias do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/07/1315586-a-menina-que-roubava-livros-e-obra-mais-lida-nas-penitenciarias-do-brasil.shtml>. Acesso em: 16 fev. 2022.

O que me levou a falar da matéria da Bergamo, publicada no mesmo ano da Resolução n. 44 (BRASIL, 2013), foi um incômodo que tive a partir do diálogo entre os dois funcionários. Naquele momento, inclusive, passei a refletir sobre as arbitrariedades das prisões e sobre o despreparo de seus funcionários.

A dona Fátima apontou *No caminho para as núpcias*⁴³ como possível obra para ser lida no próximo ciclo do projeto de remição, já que havia vinte exemplares. Mas o funcionário recusou o título, comentando que a palavra “núpcias” provavelmente fazia menção ao ato sexual. Eu também não conhecia o contexto da obra, mas me chamou a atenção que o funcionário não chegou a ler a sinopse ou buscar alguma informação sobre o livro, apenas fez uma suposição a partir do título, o recusou e ficou por isso mesmo.

AGENTE

Encerrada nossa conversa na biblioteca, fomos os três – eu e os dois funcionários – para a sala do Felipe, que ficava no segundo piso. Ele reforçou a necessidade de o projeto ser enviado ao Comitê de Ética da SAP. Também sugeri que eu buscasse trabalhar na prisão para poder promover atividades culturais. “...Mas como eu faço para trabalhar com educação na prisão?”, perguntei, querendo saber se havia um concurso específico. “Você presta o concurso para agente”, ele me respondeu. “Agente? Agente penitenciária? Não, eu não quero ser carcereira!”, eu disse no auge da minha espontaneidade juvenil, que não sobrepunha gentileza à sinceridade. O Felipe apenas se limitou a sorrir e, meio sem graça, olhou para o chão e mexeu um dos pés. Após esse episódio, nossa conversa se encaminhou para o final.

No corredor, antes de chegar à escada de acesso ao piso inferior, passamos por uma sala em que um grupo de rapazes trabalhava com documentos. Todos vestiam calça cáqui e camiseta branca. Paramos rapidamente, enquanto o Felipe comentava sobre o trabalho deles. Cumprimentei todos eles, que responderam sem me olhar diretamente. O

⁴³ LEONARD, Linda Schierse. **No caminho para as núpcias**. São Paulo: Paulus, 2000.

mesmo aconteceu com outros moços que encontrei no caminho; ou eles baixavam a cabeça ou olhavam, resignadamente, para a frente.

Depois de passar, mais uma vez, pelo guichê de entrada, saí da unidade com um certo incômodo por esse meu contato com as pessoas em privação. Ainda sem entender o porquê de tamanho distanciamento na postura deles, fiquei frustrada por termos nos falado pouco e por me sentir ignorada. Atravessei a avenida e segui até o abrigo do ponto de ônibus, me sentei e, enquanto esperava a condução, escrevi em meu caderno:

14/11/2014

Relato da visita: (Assim que saí da penitenciária)

Não posso esconder a minha decepção com esse primeiro contato. Achei que teria um maior contato com os presos, que a biblioteca seria de outra maneira e que as pessoas seriam melhor orientadas.

Senti que mesmo as pessoas que trabalham no administrativo estão com dificuldades para entender como funciona o sistema, mesmo eu não estando no cárcere me senti acorrentada, mas pela burocracia.

PASTORAL CARCERÁRIA

Minutos depois, avistei duas mulheres vindo em direção ao ponto. Uma delas loira, visivelmente estrangeira. As duas me cumprimentaram e então confirmei que se tratava mesmo de uma estrangeira. Conversei um pouco com a brasileira, e ela me contou que era voluntária da Pastoral Carcerária. Até então essa organização me era desconhecida, mas o meu ateísmo juvenil me limitou a associar a Pastoral à Igreja católica, me fazendo ser hostil aos comentários da Beth. “Você sabe que pela Pastoral as coisas seriam muito mais rápidas, muito mais fáceis pra você, né?”, me disse a voluntária. Eu agradei, dizendo que preferia tentar pelas vias oficiais. Arroubos de juventude!

Apesar da minha falta de educação, conversei com as duas por algum tempo. Fiquei impressionada quando a Beth comentou que sempre almoçava com os homens presos e que comia da mesma comida que eles, mas então veio a condução e nossa conversa foi interrompida, pois não nos sentamos muito

próximas. Voltei a ouvir a mesma música da ida, enquanto observava os passageiros, em sua maioria homens com roupas na cor azul-marinho que embarcaram nas paradas seguintes. Já no trem, Beth e eu voltamos a conversar. Tentei sanar todas as minhas dúvidas e curiosidades sobre a unidade e também sobre o trabalho delas junto com a Pastoral, e a Beth me deu um cartão de visitas com o seu contato. Quando chegou minha estação, desembarquei e elas seguiram.

Já em casa, fiz mais algumas considerações sobre o que tinha sido aquele dia. Avisei minha irmã que tinha chegado em segurança, ela era a única pessoa da família que sabia onde eu tinha ido, pois minha mãe não poderia nem sonhar com essa possibilidade. Estas foram minhas anotações:

14/11/2014

(Um pouco mais tarde em casa)

Vejo que o que vi é um reflexo de más condições do sistema prisional brasileiro, mas no quesito aparência, pelo menos das dependências em que estive, não havia nada de errado. Gostei da aparência inclusive. Acho que o trabalho que quero fazer não foi realizado ainda em SP e penso que temos que começar com o mais básico e depois progredir com os presos e com a penitenciária. Acho que ambos os lados precisam desse projeto que ainda não existe. Eu mais ainda.

O mês era novembro, período da reta final do meu sexto semestre de graduação. Não realizei o “projeto” nem consegui dar um encaminhamento objetivo a partir da visita. Com o Felipe não estabeleci mais contato. Pelas anotações que tenho no meu caderno de notas, vi que no mesmo dia da visita fiz o fichamento de um artigo, o que passei a fazer mais regularmente nos meses seguintes. Segui tentando formalizar meus achados e minhas buscas, que estavam relacionadas às bibliotecas em presídios. A minha “escolha”, portanto, foi pela bibliografia.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Ao longo da graduação em Biblioteconomia, não sei dizer exatamente a partir de que momento surgiu o desejo de fazer pós-graduação. Sonho que eu via como sendo distante e inatingível, mas, como estudar na USP havia deixado de ser algo inalcançável, a pós-graduação passou a ser uma possibilidade.

Fui informada de que a IC era o primeiro passo para quem se interessasse pela pesquisa e que era quase como um passaporte para o ingresso na pós. Apesar de me interessar pelas bibliotecas em presídio, também gostava das disciplinas ligadas à temática de organização da informação, por isso, no primeiro semestre de 2015, eu e uma amiga tentamos ingressar em um projeto já existente, mas não deu certo. Então, no segundo semestre, tentei novamente, mas dessa vez queria propor a temática, e não ingressar em algo que já existia. Certa noite, após a aula, voltando para casa, encontrei um dos meus professores no metrô. Ele tinha retornado ao Brasil há pouco tempo, após um ano no exterior. Conversamos bastante durante o trajeto do Butantã à Barra Funda, e ele falou sobre a viagem, sobre as aulas que ministrou. Eu já estava pensando nele como um possível orientador de IC, mas tive vergonha de falar pessoalmente. Nos despedimos na Barra Funda e, quando embarquei no trem, escrevi um *e-mail* para ele:

6 de abr. de 2015

23:01

Oi,

Teve uma coisa que eu não disse ao Sr. pessoalmente, mas que era pra ter dito. Gostaria que o Sr. fosse meu orientador na iniciação científica.

Eu sei que o que eu quero pesquisar não é sua área de pesquisa, mas essa não é a área de pesquisa de nenhum professor do departamento, pois o assunto é a biblioteca penitenciária.

Talvez o Sr. seja um dos professores que, ao meu ver, tem maior facilidade para lidar com coisas diferentes, desconhecidas. Infelizmente considero meus outros professores mais fechados.

Eu acho que preciso fazer iniciação não só porque é requisito pro mestrado, mas também porque penso ser uma boa forma de se debruçar sobre o tema e de ter contato com o “fazer científico”, não me permito sair da minha primeira graduação sem essa experiência!

Enfim, se pudermos conversar a respeito eu ficaria muito feliz, quando o Sr. voltar a sua rotina aqui no Brasil, e tiver um tempo, por favor me avise.

Bem vindo de volta!

Léia Santos

Para minha felicidade, a resposta do professor foi positiva, marcamos uma reunião e ele ficou de verificar as possibilidades para iniciarmos a pesquisa. Informe-me que queria fazer IC sem bolsa, pois já tinha um estágio remunerado, trabalhava na biblioteca de um hospital. Esse fator facilitou as coisas, certamente. Conversamos sobre como seria o projeto, sobre o que tinha interesse em pesquisar. Em uma de nossas conversas, ele fez uma espécie de entrevista comigo. Comentou que aquele era um modelo norte-americano para seleção de candidatos, ou algo assim. Essa informação me deixou um pouco nervosa, eu disse que não conseguia responder e, sem graça, comecei a rir. O professor, agora mais sério, pediu para que eu me concentrasse. “Por que você se interessou pelo tema?”. Até hoje não sei bem responder a essa questão, mas naquele momento falei sobre o documentário e comentei do incômodo que sempre me acompanhou quando ouvia as narrativas policiais nos programas sensacionalistas da TV, que, aliás, meu pai sempre assistia. Não poder ouvir a versão do “criminoso”, não saber sobre eles, mas apenas o que era narrado, sempre me inquietou. Também comentei sobre as condições das prisões, como sendo algo que me incomodava e chamava atenção. Diante da minha resposta, o professor perguntou: “então seu interesse está relacionado aos Direitos Humanos?”. Meio que me perguntando se era isso mesmo, apesar de não ter refletido anteriormente sobre isso, me pareceu coerente, então concordei.

O professor não sabe, mas essa entrevista ampliou muito o meu olhar sobre as possibilidades do meu interesse de pesquisa, pois atrelar a leitura e o acesso à educação aos direitos humanos foi algo que passei a fazer e faço até

hoje. Essa mesma perspectiva, que passei a ter a partir da nossa conversa, fez com que, anos mais tarde, eu me aproximasse da Pastoral Carcerária e da Associação de Familiares e Amigos de Presos/as (AMPARAR⁴⁴), me levando a conhecer o cárcere a partir de outros prismas.

Ele também me perguntou se alguém da minha família já tinha sido preso e se vinha daí meu interesse de pesquisa, ao que eu respondi negativamente, mencionando que não sabia de nenhum parente próximo que passou ou tivesse passado pela prisão. Nessa conversa, soube que ele já tinha visitado muitas unidades prisionais com a Pastoral Carcerária, o Carandiru, inclusive, e que passou um tempo visitando e enviando cartas a uma de suas professoras, que havia assassinado alguém. Fiquei impressionada com essas informações, não fazia ideia delas, e até reclamei por ele nunca ter me contado. Fiz algumas perguntas sobre o Carandiru que, de todas as prisões, foi a que sempre me chamou mais a atenção.

Foi nessa conversa que também ficou definido que eu faria a pesquisa em uma unidade prisional feminina. Fato que aceitei com muita relutância. Não porque fosse insensível ao aprisionamento feminino (ou talvez até fosse àquela época), mas por só conseguir imaginar minha pesquisa e atuação em unidades masculinas. Aliás, certa vez, um dos meus professores comentou sobre minha “preferência” com a seguinte afirmação: “Freud explica”. Hoje penso que a minha tendência a ações na prisão masculina estava atrelada a um imaginário que destaca mais o encarceramento masculino, que coloca determinadas ações criminosas como sendo praticadas apenas por homens. Acho que isso está ligado às distinções criadas entre crimes praticados por homens e crimes praticados por mulheres, sendo, inclusive, punidos de formas diferentes. As mulheres, tidas como loucas ou incapazes, chegavam a ser enviadas a manicômios ou ficavam sob custódia da igreja, por exemplo.

⁴⁴ Associação de Familiares e Amigos de Presos/as é um movimento social composto, majoritariamente, por mães e familiares de pessoas presas que lutam pelos direitos de seus familiares. O grupo começou na década de 1990, quando os filhos das fundadoras cumpriam pena na antiga Febem. À medida que os filhos foram crescendo e passando ao sistema prisional, a Associação foi deslocando seu campo de atuação que hoje, além das filas de visita, incluiu a articulação com outros grupos ligados à pauta prisional e de direitos humanos, buscando dar visibilidade e garantindo o respeito aos direitos das pessoas privadas de liberdade, tendo como horizonte de ação o fim das prisões.

Após nossa conversa inicial, elaboramos um projeto simples para apresentar ao comitê de pesquisa da ECA. O passo seguinte foi submeter os documentos ao comitê de ética da SAP, fazer um cadastro na Plataforma Brasil e também ter o projeto aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade. Quem cuidou desses processos foi o professor, já que era ele quem respondia como pesquisador principal. Aliás, ele me disse que eu seria sua primeira aluna de iniciação científica. Brinquei e perguntei se ele seria como aqueles pais de primeira viagem que derrubam as crianças, que não sabem dar banho e coisas do tipo. Ele me respondeu que os pais de primeira viagem também costumam mimar mais os filhos. Fiquei curiosa para saber como seria...

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Em uma conversa posterior, resolvi levar uma pasta de textos que vinha alimentando desde 2012. Eu a exibia com um certo orgulho, mas na reunião ela nem chegou a ser aberta. A pasta parecia abarrotada, mais pela pouca largura da lombada do que pela quantidade de textos, propriamente. Confesso que não sabia muito como era uma reunião de orientação, achei que veríamos o material juntos. Ao final, saí com a impressão de que ele não tinha dado muita bola para o meu pequeno tesouro, mas, ao mesmo tempo, achando que havia passado a impressão de que sabia um pouco sobre o tema.

Posso dizer que, durante a IC, mas também além dela, a *prisão* foi o que me despertou maior interesse, mais investimento em tempo de leitura e pesquisa, em detrimento da *biblioteca*. Isso porque imaginava que esta já me era conhecida, afinal cursava Biblioteconomia. No entanto, isso só era parcialmente verdade. Hoje penso que olhar mais para a prisão faz com que a minha crítica aos trabalhos em Ciência da Informação (CI), sobre esse tema, seja maior, pois almejo por uma biblioteca que não seja deslocada da realidade prisional. No final das contas, a biblioteca segue sendo um mistério e percebo a necessidade de me apropriar de questões sobre leitura, escrita, mediação, memória e afins.

Tempos depois, soubemos da aprovação do projeto pela ECA, mas, sobre a aprovação pelo Comitê de ética da SAP e quanto à plataforma Brasil, ficamos em suspenso. Sob a instrução do professor, acessei os *sites* de todas

as revistas de Ciência da Informação com *Qualis* entre A1 e B3 para buscar artigos sobre biblioteca em presídio. Encontrei dois trabalhos, por mim já conhecidos. A busca nesses moldes serviu, ao menos, para que eu conhecesse as revistas da área, me familiarizasse com o *Qualis* CAPES e observasse a carência de pesquisas e de produção bibliográfica sobre bibliotecas em presídio.

TERMO

Em algum momento, o professor chamou a atenção para as diferenças entre os termos *biblioteca prisional* e *biblioteca em presídio*. Sua explicação partiu do aspecto gramatical. O adjetivo (prisional) tem por função qualificar o substantivo (biblioteca), ao passo que a preposição “em” localiza o substantivo, neste caso, *em* presídio. A diferença entre os dois termos, basicamente, é que o primeiro se refere à biblioteca que tem como característica ser prisional e o segundo, à biblioteca que, preservando suas características “originais”, está no perímetro de uma unidade prisional. Ao final da explicação, ele me perguntou qual perspectiva de biblioteca seria adotada em minha pesquisa. A conclusão, evidentemente, foi de que o termo *biblioteca prisional* ia no sentido contrário às minhas proposições, pessoais e acadêmicas, sobre a função de uma biblioteca no contexto de encarceramento.

Confesso que, até aquele momento, nada de parecido havia me passado pela cabeça. É importante salientar que a gramática nunca foi o meu forte na escola, e que não estava em questão discutir com um professor graduado e pós-graduado em Letras, até porque a explicação dada havia sido bastante convincente. O que me restou como argumento final foi dizer: “Mas todo mundo fala biblioteca prisional!”. Ao que ele me respondeu, quase como um incentivo: “tudo bem, você será a primeira a questionar o uso do termo, esta será mais uma contribuição da sua pesquisa!”.

Veio dele também a provocação para que eu olhasse as diferenças nas demandas por informação na prisão feminina e na masculina. Ele chegou a brincar comigo, “nossa, eu que sou homem olhei pra isso e você que é mulher não se atentou?”. Acredito que ele tinha a impressão de que eu era uma feminista empoderada. E não que eu não fosse feminista, mas empoderada, eu

realmente ainda não era. Somente anos depois ouvi de um colega – branco – que eu era uma mulher empoderada, afirmação com a qual concordei, pois parecia ser algo bom e positivo.

O fato é que, àquela altura, meu olhar não estava aguçado para ver as questões a partir da perspectiva de gênero. Aliás, nem de gênero nem de raça. Talvez de classe apenas. Só fui me familiarizar com a interseccionalidade depois de formada e por meio dos movimentos sociais, participando de protestos e discussões. Foi quando conheci o feminismo negro e o movimento negro. Fica evidente que este relato de memórias não é apenas sobre como se constituiu minha trajetória de pesquisa, mas também sobre como esta pesquisa me constituiu e vem constituindo.

ESPERA

O período inicial de elaboração do projeto, busca de artigos e definição de atividades foi bastante movimentado. Mas, após as submissões, aguardávamos para poder começar a atividade empírica na unidade prisional, conforme sugerimos no projeto de pesquisa. Porém, infelizmente, ao final de um ano, ainda não tínhamos autorização para entrar na unidade, o tempo de espera parecia longo e indefinido.

Geralmente, o tempo de duração de uma IC é de um ano, mas pode haver prorrogação do prazo. Como não havia nenhuma movimentação expressiva no percurso burocrático para podermos iniciar na prisão, elaborei o relatório referente a um ano de trabalho e disse ao meu orientador que não havia sentido em continuarmos, já que parecia não existir a possibilidade de entrar na penitenciária. Porém, dias depois, recebemos a informação de um progresso no trâmite burocrático, o que reacendeu as esperanças e fez com que pedíssemos a prorrogação. Mesmo com o prazo já extrapolado, deu certo.

Com a entrega do relatório de um ano, participei da primeira etapa do 24º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (SIICUSP). Na sala em que apresentei, apenas minha pesquisa tinha relação com o sistema prisional. Ao final das apresentações, quase todas as perguntas das professoras foram direcionadas a mim. Meu orientador estava na plateia me assistindo e apoiando nas respostas. Ao final, apesar de termos ainda um relato parcial da

pesquisa de IC, recebemos uma menção honrosa como melhor trabalho daquele grupo.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Faltava um semestre para me formar. Nesses seis meses, até o final de 2016, houve pouco progresso, apenas um contato com o setor de educação da penitenciária, via *e-mail*, mas com alegações de que o projeto ainda não havia sido aprovado e que nós precisávamos esperar.

Passei a dar maior enfoque ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual relacionei os estudos de usuários às bibliotecas em presídios. Nosso pressuposto de pesquisa, depois de muitas discussões com a professora orientadora, era a de que os estudos de usuário, nos moldes dos três paradigmas estudados, não davam conta de mapear as necessidades informacionais das pessoas em privação de liberdade que, via de regra, no Brasil, pertencem a grupos marginalizados, ou seja, poderiam se tratar de não usuários da informação, demandando outras abordagens, nos estudos de usuário, para que suas necessidades informacionais fossem entendidas e atendidas. O trabalho intitulado *A biblioteca em presídio e suas especificidades* (SANTOS, 2016), caracterizou esta biblioteca como especial, elencou as carências do sistema prisional brasileiro e apresentou critérios a serem discutidos para a criação de bibliotecas em estabelecimentos prisionais. O trabalho foi bem avaliado pela banca, que era composta por um professor da UNESP e por uma Doutora em Ciência da Informação, diretora de uma das bibliotecas da USP.

Depois de formada, por questões familiares, no início de 2017 precisei passar dois meses em Sergipe. Levei na bagagem *Memórias do cárcere*⁴⁵, *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2013) e *Prisões, manicômios e conventos* (GOFFMAN, 2015).

⁴⁵ RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 49. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TERNURA

Mesmo fora de São Paulo e já graduada em Biblioteconomia, a pesquisa de IC ainda estava em andamento, possibilidade viável em uma pesquisa sem bolsa. Preocupada com a perspectiva de chegar ao final do segundo ano de pesquisa sem progressos significativos, em uma tarde de sábado, único dia em que conseguia ter acesso à *internet* em Aracaju, enviei um *e-mail* de cobrança à unidade prisional, aos cuidados da mesma pessoa com quem vinha falando desde dezembro:

25 de mar. de 2017

18:41

Olá Damares, gostaria de saber se há alguma novidade sobre a aprovação do projeto de pesquisa e da data em que poderemos fazer as visitas.

Essa pesquisa é muito importante para mim e para o meu orientador, mas além disso creio que seja importante para o presídio e também pro sistema carcerário brasileiro como um todo, que desde o começo do ano vem passando por problemas⁴⁶.

[...]

Mas diante de tanta burocracia e de trâmites demorados, não há boa vontade nem prazos das universidades que resistam.

Infelizmente logo mais chegará o prazo de entrega no meu relatório final de Iniciação Científica, sem que ao menos eu tenha tido contato com as internas... Não terei como progredir na pesquisa, logo nada a contribuir com a sociedade que financiou minha formação numa

⁴⁶ Me referia aos massacres ocorridos em unidades prisionais, a partir de janeiro de 2017, no Rio Grande do Norte, Roraima e Amazonas, conforme amplamente noticiado, como na matéria a seguir: BOM DIA BRASIL. **Mortes em presídios do país em 2017 já superam o massacre do Carandiru.** G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/01/mortes-em-presidios-do-pais-em-2017-ja-superam-o-massacre-do-carandiru.html>. Acesso em: 18 jul. 2022.

universidade pública, e isso não se deve à falta de vontade de minha parte.

Por favor, aguardo por informações com data e prazo.

Desculpe o desabafo.

Att.

Léia Santos

Fato é que, após o envio do *e-mail*, me encarreguei de fazer mais um relatório de IC, referente ao segundo semestre de 2016, que, como previsto, pouco havia mudado em relação ao semestre anterior. Com a mensagem enviada, tudo poderia ter ido por água abaixo, os funcionários poderiam simplesmente não ter gostado do tom e ignorado minhas questões até que o prazo acabasse. Esse alerta me foi dado, posteriormente, por meu orientador. Ele me disse para fazer, sim, cobranças, “*pero sin perder la ternura*”.

Porém, com ou sem ternura, a resposta ao *e-mail* veio com a sugestão de uma reunião com o núcleo educativo da penitenciária feminina no dia 18 de abril de 2017, às 10 horas.

PENITENCIÁRIA FEMININA

Na data marcada, encontrei o professor na entrada da unidade. Eu nunca tinha ido até lá, estava um pouco ansiosa e sem saber muito bem como as coisas seriam. Passamos pelo guichê da entrada, de lá não dava para ver quão antigo era todo aquele conjunto. Seguimos rumo à entrada principal, por um caminho que se converteu em um extenso estacionamento, cercado por árvores. Desde a entrada era possível avistar a fachada, sobre um grande portão, em que se lia “INSTITUTO DE REGENERAÇÃO”.

Ao final do estacionamento, viramos à esquerda e andamos até encontrar uma pequena entrada para uma espécie de recepção. Nos identificamos, entregamos nossos documentos, guardamos os objetos pessoais no guarda-volumes, passamos pelo detector de metais e por uma revista corporal simples. Aguardamos a liberação para seguir, até confirmarem que iríamos ao núcleo de educação.

Nesta recepção, trabalhavam mais ou menos quatro funcionários, mais mulheres que homens, uma delas ficava com o livro de registros que assinamos com a nossa entrada na unidade. O espaço não era muito claro nem muito arejado. O teto, alto e com janela apenas na parte superior, contribuía para a pouca iluminação que vinha de luzes amareladas. O chão escuro, as paredes no mesmo tom acinzentado e o guarda-volumes em verde-escuro e cinza deixavam o ambiente ainda menos luminoso.

Conseguimos prosseguir após as verificações e fomos direcionados até o final de um corredor um pouco estreito, mal iluminado e sem janelas. Ao longo do caminho passamos por portas entreabertas, vi alguns guardas olhando para televisões, outros em computadores. Ao final desse breve trajeto, mais uma parada, mais uma identificação, mais um portão.

Sáimos em um espaço aberto, um jardim, na verdade. Ele não era muito arborizado, mas bem cuidado e colorido. Avistei um cercadinho com alguns gansos e flores à nossa esquerda. À nossa frente, um enorme edifício destinado às atividades administrativas. Nos dirigimos à escada de acesso ao edifício, onde a funcionária Damares nos esperava. Subimos até o primeiro andar. Chão de taco, portas altas, instalação antiga com ares de museu.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO

A conversa com as funcionárias do núcleo de educação ocorreu de forma tranquila. Além da Damares, com quem vínhamos conversando por *e-mail*, havia mais uma funcionária, Mariana, atuante no setor de segurança, mas também auxiliar no núcleo, pelo que entendi. Mariana me pareceu bastante inteirada sobre os programas educacionais da penitenciária. De modo geral, ambas foram bastante simpáticas e fizeram muitas perguntas sobre como seriam as atividades. De nossa parte, perguntamos sobre a biblioteca, o ENEM e sobre o funcionamento do núcleo.

A Damares mencionou que uma das carências da unidade era o não acesso à biblioteca por parte da população dos pavilhões 2 e 3, pois a biblioteca estava centralizada no pavilhão 1. Ela disse que gostaria de nossa ajuda para superar essa dificuldade, e perguntou se poderíamos ajudar com isso e também com o catálogo.

Para as atividades que faríamos, a funcionária informou que seria preciso enviar, sempre com três dias de antecedência, um *e-mail* com a lista de materiais que pretendíamos utilizar. Minha rotina estaria sujeita às rotinas da unidade. Em dia de *blitz*, por exemplo, a entrada era proibida e a atividade cancelada, não sendo possível saber sobre a *blitz* com antecedência, já que até os funcionários locais eram surpreendidos. Só me restaria ir até o local e contar com a sorte.

Ficou decidido que nossos encontros na biblioteca seriam às sextas pela manhã, com um grupo que poderia variar entre 15 e 20 participantes. A função das funcionárias seria divulgar a atividade. Elas não comentaram conosco, mas as interessadas só participariam se fossem aprovadas pelo setor de disciplina da unidade. Nesse sentido, a “amostra” já seria viciada, permeada por filtros que, geralmente, nenhum pesquisador consegue contornar⁴⁷, pois as seleções podem ser arbitrárias, como “bom comportamento”, classificação que nem sempre é justa e condizente com a realidade.

BIBLIOTECÁRIA

Depois da reunião, seguimos para conhecer a biblioteca. Havia ali duas moças, uma delas era a bibliotecária, Duda, que fazia o catálogo manualmente, planilhando em uma folha de caderno os seguintes dados: título, autor, ano e editora. Fui informada de que o acervo continha mais de três mil itens.

A biblioteca tinha o formato de um corredor, não exatamente um corredor, mas um formato retangular. Comprida, com três estantes médias, logo na entrada, com obras infantojuvenis. Mais à frente, uma outra sequência de estantes, agora maiores, com obras de literatura brasileira, estrangeira e ciências humanas, como sociologia, pedagogia, geografia e história. Notei também uma variedade de livros religiosos e uma prateleira inteira apenas com material de preparação para o ENEM. No espaço havia ainda três mesas com pufes coloridos em volta e outros pufes espalhados pelo local. Os livros estavam dispostos no acervo com base na Classificação Decimal de Dewey (CDD),

⁴⁷ Apesar de o trabalho de Monteiro (2019) ter sido realizado enquanto o pesquisador atuava também como agente penitenciário, nesse caso talvez tenha sido possível remediar os filtros.

perguntei sobre isso à bibliotecária, ela mostrou uma folha em que estavam listadas as principais classes da Classificação e me informou que a D. Lourdes, funcionária da FUNAP, havia lhe dado as instruções sobre as classes e de como preencher a planilha. “Eu olho no quadro”, disse ela, enquanto apontava para a ficha catalográfica e explicava sobre a classificação dos assuntos.

Conhecemos também as três salas de aula: uma destinada ao fundamental I outra ao fundamental II e a terceira ao ensino médio. Uma sala mais vazia que a outra. As funcionárias disseram que as internas “não são muito interessadas” e que “não levam as atividades até o final, como fazem os presos”. Damares nos disse que havia 100 vagas na escola, porém menos de 60 alunas. Passamos pelas oficinas de trabalho, estas estavam cheias.

MÉTODO

Como possibilidades metodológicas, meu orientador e eu, preterimos abordagens que impossibilitavam o contato direto e prolongado com as participantes. Portanto, um trabalho de revisão de literatura, a aplicação de questionário ou entrevista, feitos em apenas uma conversa, não nos parecia suficiente para dar conta da complexidade da temática. Mas, como também necessitávamos de um fio condutor da ação, elaboramos uma série de questões e as diluímos em meio às atividades semanais programadas. Fizemos uma pergunta a cada encontro, o que nos levou a mais de três meses de pesquisa em campo. As atividades de cada encontro foram planejadas a partir das demandas que elas apresentavam, e as questões foram as seguintes:

- Qual o seu nome?
- Você gosta de ler?
- Você já esteve em alguma biblioteca?
- Quando você pensa na palavra biblioteca, qual a primeira coisa que lhe vem à cabeça? Descreva.
- O que você faz para passar o tempo aqui na prisão?
- Você já foi à escola?
- Você já leu algum livro?

- Você se lembra de algum título de livro que leu, gostaria de ler ou do seu preferido?
- Você participa de atividades de leitura promovidas nesta penitenciária?
- Na sua opinião, quais são os benefícios da leitura?
- Se você pudesse indicar algum livro para esta biblioteca, qual seria?
- Você tem interesse em aprender alguma coisa nova? Qual?
- Que tipo de material você acha que poderia existir na biblioteca para lhe auxiliar a aprender coisas novas?
- O que a biblioteca representa para você aqui na cadeia?

OBJETIVO

No projeto de pesquisa apresentado à Comissão de pesquisa da ECA/USP, propusemos investigar as possibilidades de atuação nas bibliotecas em presídios; averiguar a existência de uma biblioteca na unidade prisional escolhida; mapear as atividades já desenvolvidas, bem como a participação das participantes da pesquisa nessas atividades. Ainda, observar e elencar as especificidades de uma biblioteca em unidades prisionais femininas, a partir do Estado de São Paulo; averiguar a possibilidade de iniciar um programa de atividades culturais e educativas, considerando as possibilidades da unidade prisional e as demandas apresentadas pelas mulheres aprisionadas na Penitenciária Feminina.

PESQUISA EMPÍRICA

No dia 5 de maio de 2017, iniciamos, finalmente, a pesquisa empírica. Aguardamos mais de trinta minutos para entrar, porque o documento sobre a nossa visita não estava na portaria. Depois de um tempo chegou Felícia, outra funcionária do núcleo de educação, mas que ainda não nos conhece e ficou de conseguir os tais documentos. Entramos depois de alguns minutos, mas, antes, tivemos que deixar nossos RGs em um dos portões.

Quando chegamos à biblioteca, lá estavam a bibliotecária, Duda, e a D. Lourdes, funcionária da FUNAP. Conversamos com elas sobre a atividade, mas elas não sabiam informar nada, até que uma agente apareceu com as

participantes. Vieram 13. Nos cumprimentamos e sentamos em roda, nos pufes e em cadeiras adicionais trazidas pela Duda. O professor começou a explicar o projeto de pesquisa e eu fiz algumas adições. Após nossa fala, li todo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fazendo algumas pausas para explicações. As meninas fizeram perguntas sobre a remição, e se o “Juiz vai saber das atividades” que elas estariam fazendo e de como elas seriam.

PERFIS

Estela, Eduarda, Fernanda, Tamara, Do Carmo, Rosana, Gabriele, Dayane, Soraia, Andreia, Cristina, Nicole e Francisca. Esses foram os nomes anotados em pedaços de papel para nossa primeira dinâmica de apresentação. Com os nomes anotados, fizemos um sorteio e, em seguida, cada uma apresentou/descreveu a colega sorteada. Inicialmente, apresentei meu orientador: “Esse é o Professor, dá aula na USP, é casado, tem 50 anos e gosta de futebol”. Ele me corrigiu, disse ser divorciado, ter 48 anos e não gostar de futebol, mas de música.

Em suas apresentações, as participantes, a princípio, pareciam constrangidas, com um certo receio do que seria dito sobre elas. Então a Fernanda avisou: “o que acontece no pavilhão fica no pavilhão”. Esse passou a ser o lema na atividade e confesso que fiquei com receio de haver qualquer constrangimento, que o clima ficasse pesado. Gabrielle sugeriu como deveriam ser as apresentações e, assim, elas foram se voluntariando e falando das colegas, como em um amigo secreto, mas sem presente. As descrições foram, basicamente: “mora no meu pavilhão”, “conheci na escola/oficina/PET”, “tem bom coração”, é “quieta”, “falante”, “estabanada”, “observadora”, “tímida” e “metida”. Depois, cada uma teve a oportunidade de se descrever, falar de seus gostos. As descrições foram algo como: “gosto de ler”, “tenho filhos”, “estou presa há tantos anos”, “vou para o semiaberto”, “minha cadeia já abriu” e “voltei a estudar na cadeia”.

Ao longo dos meses de pesquisa, algumas participantes deixaram a atividade e outras passaram a frequentar. Poucas delas permaneceram ao longo de todos os encontros, mas vou aqui descrevê-las, algumas com mais detalhes que outras, devido ao tempo de contato, que foi variado.

Eduarda, ou Duda, como todas a chamavam, era a bibliotecária da unidade. Pele clara, cabelos pretos, lisos e longos. Sempre vaidosa, deixava os cabelos soltos, usava brincos, perfume e pintava as unhas. Costumava estar sempre com um avental por cima da roupa, era seu uniforme de trabalho. Estava presa há muitos anos. Em suas falas, deu a entender que sua família tinha boas condições e começou a praticar atos ilícitos pela adrenalina.

Rosana, voz grave, alta, corpulenta, geralmente séria, mas ao mesmo tempo risonha. Cabelos tingidos de vermelho, tatuagens pelo corpo, muitas gírias na fala. Falava dos filhos e da mãe com carinho e orgulho. Do marido, que a levou à prisão, com ressentimento.

Fernanda, muito expressiva e engraçada, bastante participativa nos primeiros encontros, chamava a nossa atividade de “Projeto biblioteca”. Nascida na zona leste da cidade de São Paulo, costumava falar bastante sobre sexualidade e dos receios de voltar à rua, de passar por viaturas da polícia, de andar nas ruas, que ela temia não mais reconhecer. Ela dizia que em sua casa não haveria mais grades.

Nina, cabelo curto, pele escura, um diastema e os lábios escurecidos. Sempre comentava sobre as condições da prisão e falava dos direitos das pessoas presas. Muito expressiva e firme em suas falas, interagia muito com a Rosana e a Fernanda. Infelizmente, não integrou muitos encontros.

Gabrielle teve um filho tomado e encaminhado para adoção, episódio que comentava frequentemente. Ela também falava do companheiro, que a tirou das ruas, e da esperança de recuperar o filho. Pele clara, baixa estatura, magra e de cabelos loiros, um dia narrou sua trajetória, que incluiu uso de crack e prostituição.

Assim como Gabi, Do Carmo esteve mais nos primeiros encontros. As duas eram próximas e tinham uma trajetória de vida semelhante, com uso de crack e prostituição.

Iolanda, branca, cabelos lisos e castanhos que mantinha sempre amarrados. Muito risonha e carinhosa, falava sempre do que faria quando saísse

da prisão. Costumava ler bastante, era formada em ciências contábeis e me ajudava a fazer contas quando precisava. Quase ao final da pesquisa, passou a trabalhar na biblioteca junto com Eduarda.

Jeniffer foi uma enfermeira padrão, como ela costumava sempre destacar. Estava na prisão há alguns anos, mas nunca comentou a razão. Só dizia ser da terceira idade, aposentada e que recebia visita do marido, companheiro há 45 anos, e de suas duas netinhas.

Francisca, cabelos bem curtos, pele escura e brilhosa, não tinha quase nenhum dos dentes, o que não a impedia de sorrir. Tinha mais de 50 anos, estava na primeira série, havia começado a estudar na prisão e citava sempre um livro de 400 páginas que gostaria que tivesse no acervo da biblioteca.

Andreia, de origem asiática, marcada pelos traços e no sobrenome, devia ter, no máximo, 19 anos. Era visitada por toda a família, gostava de Harry Potter e costumava ficar em silêncio durante os encontros.

Nicole, cabelos loiros, pele clara e marcada por espinhas. Sotaque do interior do estado de São Paulo, falava bastante dos filhos e do marido que estava preso. Bastante participativa nos encontros, mas com pouca interação com as colegas, dizia que precisava sair do crime, pois já havia perdido muitos anos na prisão. Deixou de participar das atividades, pois passou a trabalhar.

Marilene, do interior, aposentada, bastante quieta nos encontros. Comentou que não enxergava muito bem, então nós escrevíamos para ela nas atividades. Cabelos claros, pele clara, costumava falar do filho e que estava presa no mesmo *B.O.* que ele.

Glória falava como se estivesse na igreja pregando, alta, de voz grave e firme, cabelos longos que ela mantinha sempre enrolados em um coque. Certo dia, me disse que eu era uma escolhida de Deus para liderar multidões. Em suas falas, a igreja, as atividades missionárias e os planos para o futuro, na presença do Senhor, eram o que mais apareciam.

Soraia gostava de sudoku, parecia ser bastante tímida, gostava de ler e estava presa há seis meses. Dizia estranhar bastante a prisão e ainda estar aprendendo a como *proceder*.

Tamara, pele escura, sorriso largo e bastante quieta, foi descrita como observadora pelas colegas e confirmou dizendo que era de pouco papo. Tinha 25 anos e estava condenada a quatro anos.

Dayane, pele escura, seios fartos, cabelos alisados e dentes pequenos. Tinha o sonho de ter um filho e foi condenada a três anos de prisão. Ela sempre comentava que gostava de músicas internacionais e que trabalhava como babá quando estava em liberdade.

Cristina, aos 25 anos, só falava em voltar a estudar, em fazer diferente e entrar na faculdade. Bastante simpática com todos, volta e meia comentava que estava na prisão por ter traficado drogas, mas que queria recomeçar.

Thaís, assim como Duda, sempre usava avental, às vezes fazia atividades na biblioteca e outras vezes na escola. Estava quase sempre maquiada, nariz grande, cabelos escovados. Falava pouco nas atividades, mas interagia bastante com as colegas.

Estela, já aposentada, costumava falar sobre o mercado de trabalho e a vida na rua. Era bastante sincera em suas colocações, com certos maneirismos, como fazer falas típicas de quem concorda com a fala dos demais.

Giovana esteve conosco mais nos primeiros encontros, sempre bastante quieta durante as rodas. Tinha as maçãs do rosto saltadas, sobrancelhas espessas e voz de contralto. Parecia esperar ansiosa pelo intervalo para poder ir fumar, ou *carbonar*, como ela dizia.

Felipa, Nataly, Ana, Maria, Heloísa, Melissa e Ismália, foram mulheres que passaram pelas atividades, mas com quem não pude estabelecer muito contato.

SUGESTÕES

A pesquisa foi marcada por descontinuidades, por encontros mais íntimos, mais profundos, mas também por breves contatos com diálogos interrompidos.

Cada encontro foi estruturado para ser composto por um grupo de atividades, que geralmente começavam por uma conversa de retomada, em seguida, apresentação de obras literárias, e depois a discussão do tema do dia, sugerido por elas. Em algum momento do encontro era feita uma das perguntas da sondagem, e normalmente encerrávamos com alguma atividade de fechamento. As dinâmicas realizadas ao longo dos meses foram as mais

variadas, com o intuito de aproximação, quebra de gelo, brincadeira e, em alguns momentos, como forma de conhecê-las melhor.

No primeiro dia, levei um mapa e uma canetinha para marcar a origem de cada uma delas. O mapa era do Brasil, mas, como quase todas tinham nascido no estado de São Paulo, a visualização não ficou muito boa e as marcações ainda piores. Basicamente, todas eram da capital, muitas da zona leste, as demais da baixada ou da região metropolitana. Apenas a Rô era de outro estado, Pernambuco.

Após a dinâmica inicial, começamos uma conversa, já como uma questão da sondagem, sobre o nível de escolaridade. As respostas variaram entre primeira série e ensino médio completo, sendo a Cristina a única, naquele dia, a ter concluído o ensino médio em liberdade e a Francisca a que começou a estudar na prisão.

Como uma parte da nossa programação diária de atividades seria composta por assuntos e interesses das participantes, passamos a anotar as sugestões sobre o que gostariam de aprender ou discutir. As menções foram: nova ortografia, como fazer uma biografia, gêneros literários, como usar a biblioteca, ENEM, Histórias em Quadrinhos (HQs), como se portar numa entrevista, assuntos jurídicos, mais especificamente, direitos, multas, progressão de regime, como procurar os códigos, auxílio-reclusão, sindicâncias e castigos.

BONDE

Na semana seguinte, ao chegar no presídio, ainda no primeiro portão, um senhor me perguntou quem eu era e o que queria. “Eu sou Léia, sou pesquisadora, vou ao núcleo de educação.” Ele me olhou sem esboçar qualquer reação. “Posso ir?”, perguntei quase que incisivamente. Ele se virou para a frente e, sem me olhar, respondeu que “sim”. Estranhei essa abordagem logo no primeiro portão. Das outras vezes, ao passar por ali, mal haviam notado a minha passagem.

Andei calmamente e, no caminho, percebi um edifício amarelo à minha esquerda. Muito bonito, aliás, ainda não o havia notado e nunca soube o que tinha nele. Mais adiante, passei por uma viatura da polícia penitenciária, responsável pela escolta, pelo transporte e pelas transferências das pessoas

presas. Os agentes me olharam, eu os olhei, mas não dissemos nada. Quando virei à esquerda, havia uma outra viatura que, a princípio, não reconheci. Ela tinha dois lugares na frente e uma parte traseira mais alta, na qual havia o logo da SAP. Notei que as portas traseiras estavam abertas e fiquei pasma ao perceber que aquele espaço apertado e escuro era para transporte de pessoas. Vi que dentro havia dois bancos, provavelmente levava mais de uma pessoa por assento. No meio havia uma grade, dividindo o veículo em duas partes. As laterais eram reforçadas e, além da porta traseira do veículo, havia, na parte de dentro, mais uma grade. Parecia ser muito quente, apertado, claustrofóbico. Depois desse dia, sempre que vejo um *bonde*, me lembro do título daquela música de O Rappa, *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*⁴⁸.

LADO DE DENTRO

Apesar de ter dito no primeiro portão que eu iria ao núcleo de educação, meu real destino era a biblioteca. Mas, ao chegar no andar superior, tudo estava fechado. Fui até o espaço da escola, encontrei três pessoas na sala dos professores, inclusive um professor muito bonito, que me disse “as meninas só chegam 8h30, 8h40”. Fiquei do lado de fora da biblioteca. Dali era possível ver os livros e as estantes, mas as grades pesadas, antigas, grossas e pintadas em azul me faziam lembrar que eu não estava em uma biblioteca qualquer, em um lugar comum, mas sim em uma prisão. Apesar de estar ali, em alguns momentos era como se não estivesse. O que reforça a ideia da cadeia, para mim, não é o contato direto com as pessoas presas, mas com os funcionários da entrada, a burocracia, os trâmites, os procedimentos de “segurança” e, principalmente, a incerteza. Incerteza se vou conseguir entrar, se as participantes conseguirão vir, se chegaremos ao final dos encontros...

Fiquei ansiosa pela chegada delas, mas, como não chegavam, fui até o corredor onde geralmente as pessoas fumam. Pela janela vi um dos pavilhões, as roupas penduradas, as janelas antigas ainda com aquele formato arredondado, as paredes escurecidas com partes tomadas pelo musgo. Percebi

⁴⁸ TODO camburão tem um pouco de navio negreiro. Intérprete: Marcelo Falcão. Compositor: Marcelo Yuka. *In*: O RAPPA. Intérprete: O Rappa. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1994. 1 CD (63 min).

o quanto aquele presídio era antigo e como tinha lugares mal cuidados. Pensei que, se um dia dissesse isso, se fizesse uma queixa, seria apenas a minha versão contra a do Estado, que não teria provas, pois transpor os muros, transpor a fronteira do fora para dentro, é perpassado por uma série de mecanismos. Tenho a impressão de que esse mesmo sentimento de quase impotência pode ser experimentado por pessoas presas e seus familiares, ao fazerem denúncias, ou por quem escreve um livro e relata suas memórias do período de encarceramento. Esse é o jogo, as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) disputam espaço com a Memória Oficial. Resta buscar saídas para que o subterrâneo emerja.

UNIFORME

Após alguns minutos, a funcionária Mariana apareceu. Ela abriu a sala e eu fiquei ali sozinha, arrumando os lugares. Do lado de fora passaram as alunas da escola, me olhando com curiosidade.

Finalmente chegaram Duda e Thaís. Era a segunda vez que eu via Thaís, e só nesse dia percebi que ela era uma pessoa presa, e não uma funcionária, como eu havia imaginado. No nosso primeiro encontro, ela vestia um casaco, estava maquiada, com o cabelo escovado, e se manteve séria durante toda a atividade, o que me causou, confesso, um certo incômodo, por imaginar que estávamos acompanhadas de uma agente, ali tão de perto. Acabei interagindo pouco com ela, até por uma certa distância que parecia existir entre os funcionários e eu.

Apenas no segundo encontro reparei na cor de suas calças e em seus chinelos. Tive que me conter, lidar com a surpresa para não comentar nada. Apesar da maquiagem, do cabelo escovado e do “estojo de identidade” que ela usava para exercer o controle sobre a maneira que se apresentava diante dos outros (GOFFMAN, 2015, p. 28), sobre ela ainda estavam as determinações da instituição que, para fins de uniformização e padronização, obriga o uso de uniformes. Segundo Goffman (2015, p. 44), a autoridade nas instituições totais se dirige para um grande número de itens de conduta, sendo a vestimenta uma delas. Apesar de a Thaís fazer uso de itens de sua escolha, havia uma mescla entre suas escolhas e as determinações da prisão.

MEMÓRIAS DO CÁRCERE

Chegaram as participantes do dia e, após saber como estavam, comecei o encontro mostrando três livros autobiográficos que havia levado. O primeiro foi escrito por André do rap, *Sobrevivente André do Rap (do massacre do Carandiru)*. Falei por alto sobre como a obra estava organizada, fazendo relações com a produção de uma biografia ou autobiografia. Li uma carta que havia anexa, mostrei as imagens, e elas se interessaram bastante por elas.

O segundo livro foi *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*, escrito por William da Silva Lima. Elas demonstraram não conhecer a história do Comando Vermelho (CV), então expliquei por alto a questão histórica das pessoas presas no período ditatorial, que ficaram no presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Falei do William, o professor, que hoje está em liberdade, e que suas entrevistas estão disponíveis no *YouTube*.

Quando comentei que o lema do CV estava em sintonia com o lema do PCC, mas que não me lembrava exatamente das palavras, a Rô me lembrou que “Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade”⁴⁹ eram o do coletivo paulista (BIONDI, 2010). Mencionei que, até onde sabia, ambos eram parecidos e que “corriam pelo certo”. Todas riram sarcasticamente, como que duvidando. Nicole se limitou a responder: “ah, tá!”. A Rô falou que “o crime hoje em dia tá sujo” e a Gabi que “o crime é errado, mas não é injusto”.

Algo semelhante ao dito por Rosana foi comentado por Duda quando narrei o período em que membros do CV assaltavam bancos para arrecadar fundos para um caixa que financiava o resgate de pessoas presas, o pagamento de advogados e afins. “Então eles faziam como os daqui, que com o tempo também se corrompeu, por isso eu não me envolvo mais, mas já estive envolvida”. De modo geral, todas pareceram apontar para o crime antes como uma causa e hoje como algo corrompido.

Passei o livro *Quatrocentos contra um* para elas olharem e peguei o terceiro e último livro do dia, *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos.

⁴⁹ Atualmente “Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União” (FELTRAN, 2018).

Comentei sobre outras obras escritas pelo autor, falei do Vargas, do Estado Novo, da liberdade de expressão, da perseguição ao autor e da queima pública de seus livros. A impressão que tive foi de que esse último título chamou menos a atenção delas. Enquanto falava do Graciliano, o livro de William passava de mão em mão, até que a Nicole me interrompeu para perguntar se havia mesmo um livro chamado *Diário de um detento*, ela tinha visto o título do livro na contracapa do *Quatrocentos*.

Respondi que sim, e que o autor era o Jocenir, o mesmo que compôs a música *Diário de um detento*, gravada pelos Racionais MC's. Falamos das letras dos Racionais e a Rô começou a cantar "São Paulo, dia primeiro de outubro/ De mil novecentos e noventa e dois/ oito horas da manhã". Então continuamos junto com ela: "Aqui estou mais um dia/ Sob o olhar sanguinário do vigia/ Você não sabe como é caminhar/ Com a cabeça na mira de uma HK." (RACIONAIS MC's, 2018, p. 82).

Após a apresentação dos livros, passamos à pergunta da sondagem, que era "Você já esteve em uma biblioteca antes?". Apenas duas já tinham ido à biblioteca do bairro: a Gabi e a Do Carmo. Algumas falaram que usaram a da escola para fazer trabalhos ou que a da escola não era acessível. A Marilene e a Thaís nunca tinham frequentado. A Duda lia livros, mas não os da biblioteca. A Dayane frequentava um ônibus biblioteca que era itinerante. A Rô disse que na infância não havia frequentado, mas que uma vez entrou na biblioteca da cidade em que morava. Ela descreveu o lugar como sendo muito bonito e comentou que só entrou para olhar e saiu.

920

Depois de apresentar os livros, nos levantamos e perguntei se elas sabiam onde estavam as biografias no acervo da biblioteca. Algumas foram na direção correta, outras no sentido oposto. Apresentei a seção e falei das biografias: Carmem Miranda, John Lenon, Che Guevara, Freud, Hillary Clinton, Paulo Betti e muitos outros. Fui mostrando mais ou menos como eram, indiquei a leitura para fins de inspiração. Expliquei que não havia uma regra, que a

decisão de como seria a obra poderia ser do autor ou com a participação do biografado. Algumas delas comentaram que nunca tinham reparado naquela estante e que iriam emprestar os títulos. Parte das minhas explicações incluiu a CDD e a classe 920, de biografias, e as demais classes do acervo, principalmente a 869, de literatura em língua portuguesa.

BIOGRAFIA

Já sentadas, entreguei a cada uma meia folha de papel sulfite, tamanho A4, e pedi para que formassem duplas. Elas se dividiram em: Do Carmo e Gabi; Nicole e Duda; Dayane e Marilene; Rô e Thaís. Cada uma narrou para a parceira a sua história e a ouvinte a escreveu. Uma vez escrito o texto, os papéis se inverteram.

Depois, em roda, quem escreveu, leu a história da colega para o grupo. A Nicole foi a primeira e leu a história da Duda. Em seguida, a Duda leu a da Nicole. A Nicole explicou um pouco sobre como conheceu seu atual parceiro, mas Duda falou muito pouco sobre sua vida. Eu li a história da Gabi, pois a Do Carmo saiu para ir ao dentista, e ela nos falou um pouco do Nicolas, seu companheiro que havia lhe tirado das ruas quando usava crack. A Rô fez algumas perguntas à Gabi, e cada uma foi interagindo um pouco com a história da outra. Depois, a Gabi leu a história da Do Carmo, a Rô leu a da Thaís, que não quis comentar, nem a Rô quis comentar a sua. Eu li a história da Dayane, pois a Marilene não enxerga muito bem e disse que não queria escrever. Enquanto eu lia, a Dayane chorou. Ela havia escrito a sua própria história e a de Marilene e, em seguida, a leu para nós.

Após as leituras, perguntei a elas qual tinha sido a sensação de narrar sua própria história e depois a ouvir sendo partilhada. A Rô disse que entendia mais o que contavam quando ouvia e não quando lia. A Nicole disse ter se sentido uma estrela e a Duda, que já estava acostumada a ver outras pessoas falando e escrevendo sobre ela, disse não contar muito, pois “estou deixando o ouro para quando for escrever meu livro, aliás, já tenho até proposta”.

A Dayane disse que contar sua história foi um desabafo e que, ao ouvir as outras histórias, percebeu que muita gente já sofreu mais do que ela e que ainda assim continuam fortes. A Thaís disse que, ao ouvir alguém narrando,

depositou confiança, e que foi bom ouvir o outro lado da história de alguém, pois, no seu caso mesmo, ninguém quis ouvir o seu lado da história, só do que ela foi acusada e condenada. Mas, ao contar, “foi bom ter a atenção de quem me escutou”. A Gabi disse ter achado surpreendentes as histórias das colegas e que realizou um sonho ao contar a sua. A Marilene disse que achou bom contar e ouvir.

A seguir, alguns trechos das autobiografias, da forma com o escreveram:

“[...] Nunca fui do crime vim presa num B.O que não é meu, fui acusada de matar alguém que está vivo. Tem somente 1 polícia que me acusa, no qual ele mesmo tentou abusar de mim quando eu tinha nove anos. Fui julgada a revelia, sem mesmo ter sido ouvida, condenada a 16 anos.”

“[...] Devido as consequências do crack houve uma grande mudança em minha vida, me prostitui, muitas noites de bebida e sexo. Bom, conquistei muito dinheiro e amigos. Porém tudo tem seu preço e comigo não foi diferente. Hoje me encontro no cárcere devido a inúmeras loucuras: roubar, prostituir-me, traficar. Me arrependo muito tento conquistar a cura para esse inimigo íntimo cruel avastalador que se chama crack.”

“[...] Eu, hoje estou aqui presa por causa dele, no puro ódio, sentindo falta da minha família, dos meus filhos que amo tanto, vendo minha mãe passando por humilhação pra vir nesse lugar me visitar.”

“[...] Graças a esses vícios e a essas paixões avasçadoras eu mesma trilhei o meu caminho para detenção, somente hoje notei que existe pessoas na minha família que eu amo.”

“[...] Ela por sua vez procurou escrever seu próprio destino pois sua vida calma e tediosa ela deixou de lado, e começou a viver uma

aventura que queria sentir adrenalina, correr riscos ser aceita como ela queria e começou a praticar assaltos a joalheria.”

“[...] Na adolescência, se interessou por um moço de vinte e dois anos e sua família não aceitou pois além de ser ex-presidiário também era sete anos mais velho que ela. Seu nome era Luciano, e após quatro anos preso ele não se regenerou, continuou na vida do crime, praticando roubos e traficando.”

“[...] Não tenho mãe e meu pai, aos meus 08 anos foi preso, 12 anos no fechado artigo 157. Esse tempo tive que conviver com a minha madrasta aonde sofri demais. Dos 14 aos 19 morei na rua, em um albergue [...] mas mesmo assim consegui terminar meus estudos.”

“Vim presa com ele (tráfico). Anos depois fiquei viúva e me casei de novo e novamente vim presa, mas eu não sou do crime, vim presa pelo B.O. do meu marido e hoje me encontro aqui.”

Já tínhamos passado bastante do horário, eram mais de 11h40. Pedi para nos abraçarmos, fazendo um círculo. “Ai que quentinho”, disse a Nicole, e eu completei dizendo que calor humano era bom. Comentei sobre o dia das mães, que seria naquele final de semana, e pedi para que me dissessem, em uma palavra, o que era ser mãe ou filha, estando na prisão. As palavras ditas foram: “amor”, “parceria”, “carinho”, entre outras. Algumas delas choraram. Nos despedimos e, quando elas estavam saindo, pedi para que não me abandonassem, “... é mais fácil você nos abandonar”, respondeu a Dayane. Antes de ir, a Rô me agradeceu por ter ido.

DESABAFO

Durante a pausa que tivemos na atividade de biografia, fui procurada por Dayane, que, além chorar durante a leitura sobre sua vida, havia chegado chorando à biblioteca. Ela me falou que soube, há oito meses, ser portadora do vírus HIV e que não tinha para quem contar. Ela temia informar ao pai, pois ele

não podia sofrer fortes emoções, por conta da saúde fragilizada. Dizer às colegas também não era uma opção, pois ela temia sofrer discriminações, "... tem umas que passam a ter nojo". Ela começou a tomar a medicação em segredo e, para piorar, sua colega de quarto usava cocaína, "... muita cocaína". Dayane estava com medo de cair em tentação. Há dias não comia, e o médico a alertou que, se continuasse assim, seria internada. Desse jeito seu pai ficaria sabendo de tudo por outra pessoa, ela receava que ele não gostasse. Se sentia sozinha, sem ter a quem recorrer, com medo do que poderia lhe acontecer e, principalmente, medo de morrer na cadeia. Ela disse pensar em suicídio, já que os dias estavam cada vez mais difíceis.

Fiquei estarecida, pois ela disse tudo isso quase que de uma só vez. Me senti impotente por só conseguir ouvi-la. Tentei aconselhá-la para que tentasse comer, tomasse corretamente os remédios, que fosse à igreja, ela disse frequentar a Cristã do Brasil, e que, quando o pai viesse, buscasse contar a ele o que vinha acontecendo. Infelizmente, após nossa conversa, Dayane não continuou a frequentar os encontros, também não consegui saber por qual dos caminhos ela seguiu: da internação, da conversa, da cocaína ou do suicídio...

VIDAS DO CARANDIRU

Mais uma vez levei três livros para apresentar às participantes, mais uma vez livros relacionados à escrita biográfica ou autobiográfica de pessoas que passaram pelo sistema prisional, ao menos dois deles. O primeiro que apresentei, *Carandiru*, poderia ser lido pela chave da fé. Não foi uma surpresa que, dentre as três, essa tenha causado maior curiosidade, já que se tratava de um texto espírita, inspirado pelo espírito de Zeca, que desencarnou no dia 2 de outubro de 1992, sendo uma das vítimas do massacre. Apesar do interesse de muitas delas pela obra, a reação não foi das melhores quando se deram conta de que o livro não ficaria disponível para empréstimo ao final do encontro. A Nina foi a que mais demonstrou indignação e, enquanto eu segurava o livro e falava sobre ele, ela o olhava quase que vidrada. A fixação foi tanta que, em um determinado momento, já constrangida, pedi para que ela parasse e me desculpei por não poder deixá-lo, já que não tinha autorização para isso. Quando

terminei a exposição, coloquei o livro para circular na nossa roda, mas comecei pela minha esquerda, já que à direita estava a Nina e suspeitei que ela não o soltaria mais.

O segundo livro do dia foi o *Vidas do Carandiru*, de Humberto Rodrigues. Essa obra gerou algumas discordâncias, indignação e deboche, já que Humberto pertencia à classe média e, aparentemente, não estava acostumado a realizar tarefas relacionadas ao meio doméstico, como cozinhar, lavar roupa, entre outras. Esse fato gerou alguns comentários e reclamações, partindo, principalmente de Nina, que disse que, mesmo o autor sendo rico, deveria ver que ao seu redor existem pessoas em situação pior. O que mais chamou a atenção nesse livro foi o glossário com o vocabulário da prisão, que estava mais para o final do volume. Mostrei a elas e comecei a perguntar alguns termos para ver se conheciam. Alguns foram óbvios, outros nem tanto. Mostrei também os significados das tatuagens e ficamos discutindo se ainda valiam.

O terceiro – e último livro do dia – foi *O diário da tranca*, de José Diniz Jr. Neste, o glossário de gírias estava logo no começo, então começamos por ele. A palavra *jambrar*, por se referir ao ato sexual, foi a mais intrigante e despertou risos, principalmente entre Nina e Fernanda.

Encerradas as discussões sobre os livros, passamos à sondagem. Entreguei um pedaço de papel, pois fiquei com receio de sofrerem influência das colegas, e perguntei: “Ao pensar/ouvir na/a palavra biblioteca, qual a primeira coisa que lhe vem à cabeça?”. As respostas foram: “livro”, “futuro”, “conhecimento”, “pesquisa”, “ler”.

JOGO

A partir do pedido de trabalharmos a reforma ortográfica, levei um jogo sobre a nova ortografia. Falei da minha irmã mais velha, que é pedagoga, pois esse material tinha sido elaborado por ela, juntamente com outras professoras, durante um curso que buscava discutir ferramentas lúdicas para trabalhar as mudanças a partir do novo acordo. As professoras se inspiraram em um quiz, que já existia, com perguntas sobre o mesmo assunto, mas decidiram criar um

tabuleiro grande em que os pinos seriam os próprios alunos/jogadores. Daí a necessidade de fazer um dado grande que eu, cuidadosamente, levei junto comigo no ônibus, em pleno horário de pico.

Quando cheguei à biblioteca, esbaforida por correr da chuva, temendo estragar o jogo da minha irmã mais severa, percebi que o espaço livre na sala não era suficiente para o tabuleiro. A Duda me falou do salão de eventos, logo ao lado da biblioteca, espaço que eu ainda não conhecia. Então fui perguntar à funcionária, cujo posto ficava na entrada da escola, se nós poderíamos usar o salão. Quando cheguei à escola, encontrei um funcionário, o sr. Beto. Ele era muito parecido com o inspetor da escola onde eu havia cursado o ensino fundamental, parecidíssimo, na verdade. Ambos homens negros de pele clara, barrigudos, carecas e com marcas no rosto, daquelas deixadas por excesso de espinhas. O sr. Beto só era um pouco mais quieto que o inspetor. Pela boa lembrança, me senti mais à vontade com ele, que foi bastante gentil, autorizando nossa mudança e abrindo o espaço.

Busquei simplificar algumas das perguntas do jogo original. Entre as participantes do dia, foram formadas duas equipes, cuja representante era também o pino humano a percorrer o tabuleiro. A Nicole e a Nina foram escolhidas como representantes de cada uma das duas equipes, que contavam com outras cinco participantes. Antes de começarmos, dei explicações sobre as mudanças, as que tinham relação com o jogo, na verdade. Algumas das participantes já estavam familiarizadas com o assunto, pois frequentavam a escola da unidade.

Ao final, a equipe da Nicole, junto com Andréia, Duda, Thaís, Gabi e Francisca, foi a vencedora. Observei que houve um choque quanto à quantidade de mudanças, principalmente por parte da equipe da Nina, com Rô, Fernanda, Cris, Marilene e Giovana. A Fernanda demonstrou bastante insegurança, chegando a dizer que não sabia mais escrever. A ideia da atividade era a de chamar a atenção para as inúmeras mudanças, uma sensibilização, mas de um modo, digamos, mais dinâmico.

CARCEREIROS

Na semana seguinte, realizamos uma dinâmica chamada “meu vizinho”, em que a participante tinha que dar uma característica da vizinha à sua esquerda. Se a característica fosse, por exemplo, “legal”, todas as demais pessoas da roda teriam que dar características que também comessem com a letra L. Na roda estávamos eu, Nicole, Andreia, Rô, Fernanda, Marilene, Francisca, Estela, Gabi, Duda, D. Lourdes, Giovana, Thaís e uma nova participante, a Iolanda.

A Nicole foi quem começou falando uma característica com a letra H. Na segunda rodada a letra era L e, na sua vez, a Duda disse que a vizinha era lésbica. Todas riram, pois a vizinha condizia com a descrição. A Fernanda e a Rô, em todas as rodadas, ficavam “brigando” pelas características que se atribuíam, o que foi bastante engraçado. Na vez da letra A, uma vizinha foi caracterizada como assassina. No total, foram 13 rodadas, atingindo o objetivo de interação e riso.

Estando já todas descontraídas, comecei a apresentação de mais três livros, como um fechamento da série de livros que tinham a prisão como pano de fundo. Os escolhidos foram a trilogia escrita pelo doutor Drauzio Varella, *Estação Carandiru*, *Carcereiros* e *Prisioneiras*. Este último havia sido lançado há poucos dias.

Começamos pelo *Estação Carandiru*. Mostrei as figuras, falei que a obra era uma reunião de episódios descritos pelo autor em primeira pessoa. Li algumas partes e, como as imagens despertaram muito interesse, comentei sobre uma exposição a que havia ido, no Museu da Casa Brasileira, em que havia artefatos oriundos do Carandiru. No museu, estava em discussão como as pessoas presas organizavam sua “casa” em cada uma das celas. Nessa hora, a Fernanda comentou: “nossa, professora, a senhora só se liga em coisa de cadeia, né?”. Foi mais ou menos a mesma coisa que meu orientador me disse, quando comentei ter ido ao Fórum Criminal da Barra Funda⁵⁰ para assistir a um julgamento no Tribunal do Júri.

⁵⁰ Complexo Judiciário Ministro Mario Guimarães – Fórum Criminal da Barra Funda, Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313 – Barra Funda, São Paulo – SP.

Em seguida, passamos ao segundo livro do dia, *Carcereiros*. Iniciei comentando que achava que a ideia da trilogia era mostrar a cadeia sob diferentes perspectivas: a dos homens presos, a dos funcionários e a das mulheres presas. Comentei sobre a relação que o doutor criou com os agentes, sobre o hábito de beber nos botecos da região do presídio. Outro ponto da minha fala foi sobre as condições degradantes de trabalho, os baixos salários, enfim, destaquei os aspectos que o livro elenca.

Não soube ao certo o impacto das minhas palavras para todas as participantes, mas a Duda se manifestou veementemente, dizendo que trabalhar na cadeia era uma escolha deles, pois eram livres e podiam fazer qualquer coisa. E disse ainda que quando estavam “inconformados com os problemas da profissão, é na gente que eles descontam”. Nesse ponto, uma outra participante se manifestou, concordando com Duda.

Rebati a fala sobre a escolha da profissão, apontando que a ausência de qualificação acaba relegando os trabalhadores a profissões mal remuneradas e, por vezes, degradantes. Daí a dona Lourdes disse que todos os agentes tinham que ter nível superior ou que estavam em fase de formação, e que ela sabia do que estava falando, pois convivia com muitos. Afirmei que não era necessário ter nível superior para prestar concurso para a ASP e, então, a Estela se manifestou dizendo que a mãe dela havia feito uma prova para ser gari e que o nível superior foi exigido. Expliquei que talvez ela estivesse confundindo ensino médio com nível superior, mas fato foi que o clima se tornou péssimo, continuei ali tentando me explicar, mas o incômodo delas era latente. Acabei por me desculpar e fui logo guardando o livro, pois elas demonstraram não querer nem ter contato com o volume. A Nicole foi a única que pediu para vê-lo.

Com o clima pesado, segui adiante e passei a falar do terceiro livro, *Prisioneiras*. Esse livro pareceu despertar identificação e chamou bastante atenção delas. Sinceramente, até aquele momento, não conhecia obras autobiográficas ou biográficas de mulheres que foram encarceradas. E, mesmo depois, quando passei a estudar mais detidamente a literatura carcerária, a predominância masculina permaneceu.

Na volta para casa, refleti sobre todo o encontro, mas principalmente sobre o mal-estar em relação ao livro *Carcereiros*. Concluí que o que eu havia

feito era como se alguém me dissesse: “Léia, entenda o racista, ele não suporta te ver na universidade”, tenho certeza de que a minha reação teria sido muito pior do que foi a delas. Eu não podia querer que elas olhassem o ponto de vista de seu opressor e que o entendessem, pois não conseguiria fazer o mesmo. Infelizmente, essa reflexão só se deu depois de tê-las exposto a uma situação bastante desconfortável. Voltei a me desculpar por isso.

EMPREGO

A atividade programada para aquele encontro era sobre currículos e emprego. Comentei que a maioria das empresas não recebia mais currículos impressos e que elas podiam se cadastrar em *sites* de agências de emprego ou nos *sites* das próprias empresas. Como não havia computador na unidade e muito menos acesso à *internet*, me restou fazer *prints* das interfaces dos *sites* gratuitos mais conhecidos, como *vagas.com*; *currículo*; *InfoJobs*; *emprego.net*; *global empregos*; *BNE*, e levar impressas as imagens, a título de familiarização.

Expliquei que todos os *sites* tinham o mesmo princípio, sendo necessário criar um *login*, mas antes era preciso ter uma conta de *e-mail*. Depois, era preciso cadastrar os dados pessoais e se candidatar às vagas. A Duda não entendeu como faria para escolher as opções na tela, expliquei que ela usaria o *mouse*. “Mas o que é um mouse?”, ela perguntou. Depois entendi que ela estava presa desde antes dos anos 2000 e que não sabia o que era um *site*, *e-mail* ou *internet*.

Fiz um formulário a partir dos *sites* consultados com informações que elas provavelmente teriam que preencher e levei impresso. Durante o preenchimento elas foram esclarecendo as dúvidas. A Fernanda, por exemplo, não sabia o que era UF, e outras perguntaram o que era gênero. Algumas comentaram que no PET estavam aprendendo a fazer um currículo, mas que ainda não tinham preenchido um formulário como aquele. A Duda ficou em dúvida no campo pretensão salarial, então mencionei o direito ao salário mínimo, sobre o registro em carteira e de ter como parâmetro salários recebidos em empregos anteriores, exercendo funções semelhantes. Ela rebateu dizendo que no nordeste as pessoas ganhavam menos que um salário mínimo.

Elas seguiram com a atividade, mas comecei a notar certa resistência de Duda em concluir a atividade, e acabamos voltando, mais uma vez, à discussão sobre os salários, até que me coloquei como exemplo para explicar como informava minha pretensão salarial. “Ah! você é você, né, Léia? Não nós!”. Esse “nós” demarcou o abismo que nos separava.

A Estela não quis preencher e disse que não ia trabalhar mais, pois já era aposentada. Ajudei a Marilene a preencher e comentei que elas poderiam informar suas habilidades no currículo e, também, supus que, como experiência de trabalho, poderiam citar as empresas para as quais trabalharam na prisão, mas percebi que elas sabiam muito pouco sobre essas empresas, mal sabiam o nome e não tinham como provar nenhum vínculo, mesmo as que trabalharam durante anos.

A Thaís não preencheu o campo salário, mas nas áreas de interesse informou babá, auxiliar de limpeza e cuidadora de idosos. A Rosana informou “estética” como área de interesse e como formação o curso de manicure que fez na prisão. Andréia preencheu a área de recepção como interesse, sem pretensão salarial, e informou que tinha ensino médio incompleto e que cursou *Kumon* de matemática e espanhol.

Francisca colocou como objetivo profissional lavar defuntos, trabalhar no IML e R\$ 500,00 como pretensão salarial. Dos cargos anteriores que informou, todos eram como faxineira. O mesmo salário foi mencionado por Gabrielle, que concluiu o ensino médio na prisão, fez o curso de manicure na unidade e já teve experiência na mesma área. “Um bom emprego, que ganhe bem”, ela informou como objetivo profissional, já como área de interesse preencheu: “cuidadora de crianças”. Fernanda mencionou duas experiências como repositora de estoque e sua pretensão salarial era de R\$ 1.500,00. Nicole informou como seu endereço a penitenciária, ensino fundamental completo e um curso de auxiliar administrativo de 60 horas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Apesar de colocar o nome de duas empresas em que trabalhou como auxiliar de produção, provavelmente na prisão, informou como objetivo profissional “vendedora”, com pretensão de R\$ 2.500,00. Iolanda, a única do grupo com nível superior completo, informou sua formação em Ciências Econômicas, seu objetivo profissional em “Alta administração”, com

salário de R\$ 5.000,00, nas áreas de seleção em nível de gerência. Em casa, quando li os formulários, percebi que a Duda não havia entregue.

Terminada a atividade da ficha, como sondagem, perguntei o que elas faziam para passar o tempo na prisão. Basicamente, todas ficavam na escola o dia inteiro, à noite assistiam à TV, bordavam e liam. Aos finais de semana, iam à igreja. Limpavam a cela aos sábados. Já aos domingos, ficavam com as visitas, e as que não eram visitadas passavam o domingo todo na cela. As que iam à igreja comentaram sobre a denominação com a qual se identificavam. Fernanda arrematou dizendo: “eu roubei, eu matei, eu trafiquei, eu sou a Universal”.

FILME

Ao longo daquela manhã, havia comentado com as participantes sobre um documentário que inspirou minha pesquisa, *O prisioneiro da grade de ferro*. Foi então que a D. Lourdes falou que era possível assistirmos na unidade, pois na escola havia aparelho de DVD e uma televisão que poderíamos usar. Fiquei surpresa com a informação e as moças com a possibilidade. Eu também estava interessada em doar o livro inspirado pelo espírito de Zeca, então resolvi falar com a Damares, após um encontro, no núcleo de educação, para tentar conseguir as autorizações.

O encontro terminou tarde, meu estômago já roncava de fome, então, assim que me despedi, andei à paulistana, muito rápida, até a sala do núcleo. Desci as escadas, cheguei ao piso das oficinas, me despedi da guarda, saí a céu aberto, passei pela outra oficina de trabalho, a muralha se impunha do lado oposto, como sempre. Desviei das poças d'água, virei à direita e caminhei até o jardim, mas antes passei na traseira de uma das cozinhas, dava para sentir o cheiro da comida. Quando cheguei perto dos gansos, em vez de caminhar para o portão de saída, fui no sentido oposto, caminhei para o edifício que já havia visitado com meu orientador. Àquela altura, já caminhava um pouco sozinha pela unidade. Subi as escadas, cheguei ao primeiro piso. As escadas ficavam sobre um túnel por onde passavam os *bondes* que levam aos pavilhões 1, 2 e 3. No primeiro piso, chão de madeira, bastante lustroso. Ali era tudo muito opulento,

grande, espaçoso. O reflexo de uma São Paulo que buscava por luz e arejamento, sinônimos de higiene, organização e progresso. Apesar de tudo me chamar atenção, segui para mais um lance de escadas, que subi também correndo, fazendo um pouco de barulho. Virei à esquerda no corredor e passei por uma sala de espera em que muitos livros estavam expostos na parede. A sala seguinte era a de Damares.

Bati à porta, ela me convidou para entrar. A sala era bastante ampla, com três mesas, uma para Damares e as outras para Felícia e Mariana. Assim como a sala de Felipe, ali havia muitos papéis, documentos empilhados e armários que pareciam abarrotados de documentos. Ela pediu que eu sentasse à sua frente. Damares era baixa, tinha cabelos castanhos e curtos, na altura das orelhas. Usava óculos, tinha dentes tortos, seios fartos, voz suave, mãos e bochechas macias e pele clara. Fazia frio, e ela usava uma cacharrel cor creme que, por ter gola alta, parecia diminuir ainda mais o seu tamanho.

Ela me escutou pacientemente e, com a voz tranquila de sempre, informou que era possível doar o livro, que eu poderia entregá-lo a ela, para que fosse deixado juntamente com outros livros que a unidade havia recebido como doação, mas que deviam passar, primeiramente, pelo núcleo, para que fossem avaliados pelas funcionárias, e, uma vez aprovados, seriam enviados para serem catalogados pela Duda. Se elas achassem que um livro não era adequado para o acervo, ele era encaminhado a outra instituição.

Já o filme ela não conhecia, mas, com base em minha descrição, disse que eles buscavam evitar filmes sobre aquela temática, que pudesse causar algum tipo de “comoção”, “reação”. Enfim, para ser mais precisa, Damares afirmou que aquele filme não poderia ser exibido, pois poderia gerar “tristeza” e “indisciplina”. Também mencionou que os diretores não aconselhavam tais exposições, ela evocou o imperativo de segurança (GOFFMAN, 2015). Obviamente, não gostei da negativa e tampouco da justificativa. Ela me sugeriu procurar filmes de pessoas presas com histórias de superação. Quando, na semana seguinte, dei a notícia às participantes, só nos coube superar mais essa negativa.

O PROCESSO

Dias depois, fizemos uma dinâmica que consistia em cantar o trecho de uma música, mas terminar com o verso “debaixo da saia da dona Maria”. Uma delas citou “Diário de um detento”, o que resultou em “aqui estou mais um dia, debaixo da saia da dona Maria”. Quando todas entenderam e engatamos, passou a ser bastante engraçado, fiquei com a impressão de que elas gostaram de cantar. A partir dessa atividade, Rô, Nina e eu passamos a falar sobre rap, elas citaram alguns grupos que me eram desconhecidos e eu comentei que poderíamos fazer alguma atividade, a partir de algum rap, nas próximas semanas.

Passou um tempo até que finalmente comecei a falar do livro que tinha escolhido apresentar: *O processo*, do Kafka, livro que escolhi dentre os disponíveis no acervo. Contei por alto o começo da história e, a princípio, elas ficaram curiosas, mas, quando comecei a leitura de alguns trechos que havia separado, pareceram não gostar. A Estela disse que perdeu o interesse em ler, a Nicole ficou olhando os livros na estante, a Fernanda foi a única que interagiu. A Duda fez alguns comentários pontuais, a Marilene e a Giovana eram já mais quietas mesmo e assim se mantiveram. Comentei até sobre a parte em que o Sr. K. recebe uma intimação para se apresentar num domingo.

Depois, comecei a falar sobre a *Cartilha do preso* e de direitos, sobre o surgimento da noção de direitos humanos, de como alguns grupos enxergavam as pessoas presas, do famoso “bandido bom é bandido morto”, discutimos bastante sobre isso. E também sobre como o Estado era responsável pela saúde, alimentação e segurança dos reclusos. Sobre a segurança, a Fernanda comentou: “segurança até demais”. A Estela reclamou do fato de a dieta dela não ter menos sal, já que é hipertensa, e falou que já foi atingida por um tiro na cabeça e que a bala ainda estava alojada. Estela disse ter ficado foragida da polícia, a Nicole e a Duda também.

Na sua opinião, quais são os benefícios da leitura? Essa era a questão da sondagem, e pedi que elas escrevessem em um pedaço de papel. As respostas foram:

Francisca: Ler, distrair a mente, sair da solidão na cadeia.

Marilene: Muito bom, aprender coisas que não sabe. (Ela me disse que nunca leu um livro.)

Fernanda: Aprender a se comunicar com palavras corretas, emoções com as histórias e descobrir coisas que ainda não conhecia ou que não entende.

Estela: O bom é que nós temos mais conhecimento, aprendemos mais, distrai a mente e acalma a mente também. É muito bom.

Giovana: Conhecimentos, distrai a mente, sair da solidão, saber mais e mais sobre tudo.

Nicole: A forma de saber escrever correto. Com a leitura eu aprendo muitas coisas entre elas, tipo de cultura, lições de vida... há não sei explicar, mas é muito bom, pois aprendemos de tudo. Eu gosto muito de ler.

Gabi: Gosto de ler porque aprendo a escrever melhor. O livro é meu grande amigo nas noites tristes e solitárias e me diverte muito, distrai a cabeça.

Duda: Conhecimento, se expressar melhor, melhora a gramática, aprender a leitura oral.

Iolanda: Além da melhora da gramática, nos transporta a histórias que nos ensina e nos ajuda com conceitos. Culturalmente, através de conhecimentos, até mesmo mudando de países. Conhecer e aceitar certas atitudes de pessoas diferentes.

Andreia: Eu acho a leitura maravilhosa, existem vários benefícios em ler: o conhecimento, o entretenimento, a distração, as descobertas. É certo que cada leitura traga algo diferente, mas todas elas fazem a gente refletir e a conhecer mais, ler é realmente interessante.

Depois que elas responderam, fizemos um *tour* pela biblioteca. Falei para elas andarem um pouco pelo espaço e passei a perguntar onde estavam livros de artes, fotografia, administração, romance espírita. Minha intenção era, por meio de uma dinâmica, destacar as variedades e os assuntos que,

aparentemente, elas não sabiam que existiam no acervo. Mas não ocorreu exatamente como eu havia planejado, já que não entendia a lógica de como estavam dispostos os livros na biblioteca. Mais uma atividade que eu tive que testar primeiro para, depois, saber que não funcionava.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Na semana seguinte, levei a versão de *O processo* em história em quadrinho (HQ) e, com base nela, explorei outras partes da história. Com os quadrinhos foi mais fácil, destaquei a parte em que o Joseph K. visitou o pintor e viu o quadro da justiça com as asas e o trecho em que o capelão conta ao protagonista a história do homem que queria entrar no prédio da Justiça. Discutimos bastante esse trecho, elas falaram sobre a experiência delas com a justiça – ou com a ausência dela.

Falamos também sobre a biografia do Kafka e sobre *O processo* ser uma obra inacabada. Creio que, de todas as atividades que desenvolvi no presídio, essa foi a mais infeliz, provavelmente porque não estava bem preparada para trabalhar a obra. Elas interagiram pouco, não sei se por desinteresse ou porque não entenderam o pouco que consegui explicar, daí que conduzir uma discussão, a partir das respostas delas, não foi muito proveitoso, beirando o desconfortável. Acredito que teria sido melhor se eu tivesse escolhido um texto mais “leve”.

Passamos então ao tema do dia, que foram as obras em quadrinhos. Pedi para a Duda que nos trouxesse as HQs do acervo, que eram: *Toda Mafalda*, *Persépolis*, *Maus* e *Calvin e Haroldo*, mas este último estava em inglês. Comecei pela obra do Quino. Li algumas das tiras, descrevi os personagens, destacando a própria Mafalda, o Manolito e aquela menina que só pensa em se casar. Expliquei um pouco o esquema das tiras, que elas eram publicadas no jornal e que cada uma delas tinha um fim em si mesma, por isso elas podiam ler aos poucos ou partes soltas. A Duda comentou que não sabia dessa possibilidade e a Thaís disse que o tamanho do livro assustava. Pelo que percebi, elas gostaram do livro e da Mafalda, mas, enquanto nós trabalhamos esse livro, soube que ele não saía da biblioteca, por ser de capa dura e ter uma lombada reforçada. O item

já havia sido utilizado para guardar um objeto proibido, feito de *mocó*, como elas costumam dizer. Então a circulação dele ficou restrita. Minha sugestão foi que elas lessem no intervalo da escola, lá mesmo na biblioteca. Parecia ser a única alternativa possível, infelizmente.

Em seguida, falamos sobre *História da música: em quadrinhos*, que eu tinha levado de casa, e *Persépolis*, mas quem falou mais sobre a história foram a Duda e a D. Lourdes. A penúltima HQ foi *Maus*, contei um pouco da história, em que os nazistas eram os gatos e os judeus, os ratos. A Duda interveio para dizer que o autor estava sendo preconceituoso, daí expliquei o porquê da escolha desses animais para representar judeus e nazistas. A Thaís disse que já tinha começado a ler, mas parou porque achou muito triste. Por fim, vimos *Calvin e Haroldo*. Mostrei um pouco as ilustrações e lemos as tirinhas sem palavras, pois o livro estava em inglês. Expliquei que o Haroldo era como um amigo imaginário para o Calvin, algumas acharam isso fofo, então aproveitei o gancho para perguntar se elas também tinham tido amigos imaginários. A Francisca perguntou se eu levaria os livros embora e me criticou por mostrar livros que elas não poderiam ler. Acredito que essa crítica não valeu só para as HQs, mas, sobretudo, para os livros anteriores.

Dos quadrinhos, passamos à sondagem do dia. Pedi para que elas escrevessem sugestões de títulos/gêneros para a biblioteca. As respostas foram:

Romance, Espionagem, Frederick Forsyth, Irving Wallace, As crônicas de Nárnia, Prisioneiras (muitas vezes), Zíbia Gasparetto, Harry Potter, Carandiru (muitas vezes), 50 tons de cinza, O matuto, 11 negrinhos, Quando a vida acontece, Uma queda para o alto, O paraíso dos loucos, Jogo da vida, Instinto de morte, A droga da obediência, Esmeralda (biografia), A luz no fim do túnel, O amor venceu.

Nos encontros, de todas as dinâmicas que realizamos, creio que *recital das almas gêmeas* foi a preferida, a ponto de ser repetida em outros dias. Nesse dia, cada uma recebeu 1/4 de uma folha de papel, em um dos lados escreveram quatro perguntas e, no verso, quatro respostas, todas sem conexão.

Na tentativa que fizemos no começo do dia, havia oito participantes, divididas em dois grupos, um formulava as perguntas e o outro dava as respostas. Comentei que conheci essa dinâmica na escola, com a minha professora de ensino fundamental, que brincava com a turma. Certa vez perguntaram: “Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?”, e a resposta foi “Léia Santos”. Fui zoada por meses por ser pré-histórica.

Na segunda rodada, em que elas já estavam mais soltas, passaram a fazer perguntas e dar respostas mais picantes, o que funcionou muito bem entre Fernanda e Rô, como na dinâmica de outra semana. Então fizemos de um modo que uma sempre perguntava e a outra respondia em seguida. As perguntas e as respostas repetidas foram suprimidas.

Perguntas:

Onde você gostaria de estar agora? Qual sua cor preferida? O que você gosta de comer? Qual a pior coisa que você já fez? Para onde deseja ir? Quando assiste a um filme pornô você sente? Quando você perdeu a virgindade? Para qual time você torce? Gosta de menino ou de menina? Para onde gostaria de viajar? E aí, bebê, vai chupar ou vai lamber? Qual a sua fruta preferida? Qual a sua fantasia? Por cima ou por baixo? Cueca ou calcinha? Um lance ou um romance? Sexo se resume em? Para ser feliz você precisa? O que você mais gosta de fazer entre 4 paredes? Qual a cor da sua calcinha? Qual foi a maior loucura de sua vida? O que você pretende fazer quando sair daqui? Quais são seus desejos? Qual é seu maior medo? Do que você sente mais saudade? Que zona você mora? Qual esporte você gosta? Prefere frio ou calor? Você gosta de amor sem compromisso? Já comeu? Agora ou depois? Como você faz? Relaxa e? Você é safada na cama? O que você quer? Suingue é? Qual a sua fantasia sexual? Qual o seu maior sonho? O que você faz pra se distrair? O que você faz pra conviver com a saudade? Do que você gosta? Gosto de orgia? Quer fazer agora? Gosta de chupar? Em que local você não gostaria? Qual é o seu maior defeito?

Respostas:

Os olhos dele. Abraço. Quatro. Língua. Eu sou linda. Ilha Bela. Orgia. Comer. Uma paixão do destino. O diabo veste Prada. Nas quatro estações do ano. Amo muito. Boca. Com força. Pela manhã. Com carinho. 25 anos. Rosa. São Paulo. Beijo. Eu adoro. Gosto de comer. Crack. Amo sexo. Amor. Sonho. Desejo. Saudade. Luxo. Amar. Azul. Saudades. Duas vezes por dia. Como uma lasanha. Todos os tipos. Quero agora. Amo sexo. Quero. Língua. Viagem. Sonho. Gosto. Tenho prazer. Chupeta. Engulo tudo. Paris. Praia. Só a dois.

Antes de terminarmos, uma participante que havia ido ao banheiro informou que já eram 11h. Eu não entrava na prisão com relógio, então, para saber as horas, alguém tinha que ir até a escola. Ela também informou que a agente de plantão era a Camila, então terminamos às pressas. Fizemos em seguida o aaaachuá e eu as abracei bastante, pois não tinha certeza se conseguiria vê-las na semana seguinte, por conta da greve no transporte, e, se assim fosse, só as veria em agosto, já que haveria recesso de férias da escola, período em que a biblioteca ficaria fechada. Antes de ir embora, a Andreia se despediu, dizendo que talvez iria no próximo *bonde*. A Marilene também se despediu, dizendo que o semiaberto dela foi aberto.

GÊNERO

Logo após ter chegado à biblioteca, a Francisca me olhou e perguntou: “você foi na parada gay? Tem glitter na sua cara!”. Respondi que sim, e foi um alvoroço. Comentei como tinha sido o evento e elas me fizeram muitas perguntas. A Fernanda quis saber se eu vi a Anitta, comentou que fazia sete anos que não ia à parada, pois estava presa. Pelo visto, ela conhecia bem a dinâmica, citou a ordem de alguns carros. Comentei que vi a Fernanda Lima, elas queriam saber sobre as pessoas famosas. Outra curiosidade foi sobre o porquê da minha ida ao evento. Expliquei ser bissexual, o que gerou manifestações entre Francisca, Fernanda e Rô. Algumas das moças falavam abertamente sobre a orientação sexual, parte delas era tratada pelas colegas por pronomes masculinos. Aliás, seus vulgos representavam o respeito à

orientação sexual de cada uma. Conforme passei a conhecê-las, os adotei também. Já as funcionárias da prisão, quando as tratavam pelo nome, faziam uso do nome do registro. Em um dos encontros, falando sobre o Grupo de Intervenção Rápida (GIR)⁵¹, Fernanda comentou sobre quando o grupo invadia as celas para a revista e as arrancavam, sob agressões, dizendo: “Você não é homem? Então vai apanhar como homem”.

PRISÕES

Por coincidência, na noite anterior, o programa *Profissão Repórter* da TV Globo tinha sido sobre as condições das prisões em todo o Brasil. Fizeram também comparações com prisões de outros países. Então aproveitamos o encontro para que elas falassem sobre as condições da penitenciária e chegaram à conclusão de que, apesar dos problemas, a unidade tinha condições melhores que as demais prisões brasileiras expostas na reportagem, onde pessoas tinham sarna, estavam em celas superlotadas, com pessoas com tuberculose, sem isolamento ou sem tratamento, como pessoas portadoras do vírus HIV, aspectos que abalaram a Thaís. A Duda disse se recusar a assistir a programas sobre essa temática, e o mesmo se dava para leituras. “Eu já estou na prisão, não quero nada relacionado a isso aqui”. Já outras participantes pareciam impressionadas com as condições de algumas prisões da Europa, em que havia um frigobar na cela, cursos de gastronomia e espaços bonitos. Porém, mesmo com todos os aparentes luxos, o discurso geral foi de que, ainda que as grades fossem de ouro, continuava sendo uma prisão.

REDES SOCIAIS

Gabrielle era de uma pequena cidade do interior de São Paulo. Tinha três filhos, 32 anos e uma história de amor com aqueles desencontros de novela. Dos pouco mais de 30 anos, metade vinha passando em reclusão. Começou com a medida socioeducativa na Febem e, anos depois, teve sua prisão televisionada pela rede de TV local. Quando narrou esse episódio, falou do

⁵¹ O Grupo de Intervenção Rápida é uma força especial da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

constrangimento e de como a notícia correu rapidamente por toda a cidade. Também falou da necessidade de sair do crime, dos anos perdidos na prisão, sem ver os filhos, o companheiro e a família. Apesar das três décadas de vida, o semblante ainda era de menina, os cabelos bem amarelos e lisos, espinhas pelo rosto, mas as mãos um pouco calejadas. Geralmente as moças participavam dos encontros usando chinelos, em dias de calor, e meias e chinelos, nos dias frios, mas Gabi, como costumava chamá-la, estava sempre com um tênis com detalhes cor-de-rosa. Nos encontros, ela interagiu bastante comigo, mas sempre tive a impressão de que não se dava muito bem com as outras participantes, principalmente com Fernanda e Rosana.

Certa vez, durante um encontro, perguntou se eu tinha *Facebook*, eu disse que sim e ela perguntou como estava meu perfil. Informei, sem pensar no porquê da pergunta. Dias depois, em um dos intervalos em que ficamos sozinhas na biblioteca, ela comentou sobre um aparelho de celular que guardava na cela para manter contato via *WhatsApp*. Se fosse pega, além das possíveis agressões que poderia sofrer, extraoficialmente, pelos funcionários do GIR, oficialmente, poderia receber um ano de castigo. Se estivesse prestes a progredir para o regime semiaberto, por exemplo, o castigo poderia custar mais um ano em regime fechado, sem falar que uma falta grave poderia macular seu histórico de comportamento e ser base para a negativa de futuras solicitações. A relação entre o cumprimento de pena e o peso dos prontuários na concessão de benefícios ou na sua supressão é descrita por Fernando Salla (2006), já desde os primeiros anos da penitenciária do Estado, a primeira de São Paulo. Rafael Godoi (2017) também discorre sobre os impactos das faltas na experiência de aprisionamento e o quanto elas podem ser determinantes para o prolongamento das penas.

Segundo Gabrielle, seu aparelho não tinha sido encontrado, mesmo com as revistas periódicas. Sabendo do risco que corria, fiquei impressionada por ela ter me revelado aquele segredo, que ela nem chegou a pedir que eu guardasse, não era preciso.

SANTA CATARINA

Logo que retornei daquela viagem a Sergipe, antes de iniciar as atividades na Penitenciária Feminina, soube de um evento que aconteceria em Florianópolis, o I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional (SIAEP), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Eu nunca tinha enviado um trabalho para um congresso, minha única experiência, aliás, havia sido com a IC. O prazo de submissão do resumo estava próximo, então, no segundo dia de volta a São Paulo, passei a trabalhar no resumo. Tempos depois, com a informação de que o resumo havia sido aceito, passei a trabalhar no artigo⁵², escrito a partir de meu trabalho de conclusão de curso. Avisei as participantes da pesquisa que ficaria uma semana sem comparecer à unidade, pois iria a Florianópolis, cidade que ainda não conhecia, portanto, a participação no evento possibilitou uma mistura de atividade acadêmica com o conhecimento de uma cidade que seria uma grande novidade para mim. Na ocasião, conheci pesquisadores e ativistas de várias partes do país que tinham a biblioteca em presídio como seu campo e área de interesse. Esse contato foi essencial, pois, até então, experimentava a solidão de não ter um colega, na USP, que pesquisasse o mesmo assunto. Já no evento, conheci pessoas, do norte, sul e nordeste do país, com os mesmos interesses. Durante um almoço, relatei a necessidade de mapearmos as iniciativas de atuação e pesquisa sobre as bibliotecas em presídios no país, comentário que me rendeu um convite para integrar a primeira gestão da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), vinculada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), atividade que exerci ao longo de um mandato de dois anos.

CHEIRO

Fazia muito frio naquela manhã. Peguei emprestado da minha irmã o mesmo casaco que havia levado na viagem a Santa Catarina, uma semana

⁵² SANTOS, Léia. A biblioteca em presídio e suas especificidades. *In*: Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional, 1., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Editora UDESC, 2017. p. 35-52. Disponível em: <https://siaep2017.wixsite.com/siaep2017/anais>. Acesso em: 11 abr. 2022.

antes. Apesar do frio, cheguei à biblioteca com calor, após correr em decorrência do meu atraso e para escapar da chuva. Tirei o casaco e dei início às atividades. Ao longo da conversa, percebi que a Francisca estava bastante encolhida, tentando se manter aquecida. Perguntei se ela queria meu casaco e ela aceitou.

Francisca me lembrava Carolina Maria de Jesus, com suas histórias de uma São Paulo do passado, com o mesmo lindo tom de pele, e com seu semblante de pessoa mais velha, como em algumas fotos da autora. Ela era a mais velha do grupo, cantava uns sambas, falava da saudosa Brasilândia e de suas andanças pela cidade. Diferente de Carolina, Francisca ainda não sabia ler, começou a estudar na prisão, não fazia muito tempo. Sua fala era quase como um canto, havia certa cadência em suas palavras. Também gesticulava bastante, com uma certa ginga. Com o casaco, ficou performando, se fazendo passar por um segurança. Foi muito engraçado.

Ao final das atividades, quando eu já estava de saída e tive que pegar de volta o agasalho, ela o devolveu agradecendo, mas de modo bastante acalorado. Dentre suas palavras, mencionou: “Muito obrigada, Léia, na sua roupa eu consegui sentir o cheiro da rua, e fazia muito tempo que eu não sentia esse cheiro”.

GOSTO

Nossos encontros semanais costumavam durar quatro horas. Como estabelecemos horário de intervalo, passei a levar uma fruta para lanche. Certa manhã, cheguei na unidade e coloquei uma mexerica no bolso do casaco. Passei pela revista normalmente e fizemos a primeira parte das atividades na biblioteca, até que, no intervalo, saquei a fruta do bolso para comer ali mesmo. Estava frio, quase ninguém quis deixar a sala. Com a fruta nas mãos, muitas delas me olharam impressionadas. “Nossa, uma mexerica!”, “Como você conseguiu entrar com ela?”, “Nossa, não vejo uma mexerica há anos!”. Fiquei sem entender os comentários até me explicarem que a entrada de frutas cítricas era proibida, pois elas podem ser utilizadas na fabricação da *Maria louca*, a cachaça da prisão, feita a partir da fermentação de alguns alimentos. Portanto, além da mexerica, muitas delas estavam há mais de quatro anos sem provar o sabor do abacaxi, morango, kiwi, laranja e limão. Enfim, perguntei se estavam servidas e

repartimos os gomos. Iolanda comeu com tanta satisfação que até elevou as mãos ao alto.

Estando presas, não é só do direito de ir e vir que estão privadas, suas sensações também são afetadas. Além dos gostos, as cores, os sabores, os cheiros, as texturas... E aí reside uma das grandes contradições da prisão, que se propõe a atingir os objetivos de “regeneração”, “transformação” e, ao mesmo tempo, de “retribuição do dano causado”. Para punir um indivíduo retribuitivamente, é preciso injuriá-lo, e para reformá-lo, é preciso melhorá-lo, só que os sujeitos não são melhorados por meio de injúrias (THOMPSON, 1980).

CONTATO

Dessa vez havia muito trânsito. Cheguei às 8h20 e ainda tive um pouco de dificuldade para entrar, pois demoraram para encontrar o memorando que supunham não estar com o setor de revista. Além disso, no último portão, um agente não queria aceitar meu documento de identificação. Eu tinha perdido o RG, estava apenas com a carteira de trabalho, mas, felizmente, após algumas reclamações, soando como broncas, me deixou seguir. A impressão que eu tinha era de que a cada semana havia um funcionário diferente naquele último portão e que toda vez teria que explicar a razão da minha entrada, do modo mais simples e convincente possível, para que assim pudesse passar. Era como se não importassem os tantos outros portões que eu transpunha para chegar até ali. Pareciam ignorar o trabalho dos colegas que os antecediam, então cabia a mim explicar até obter mais uma permissão. Todos faziam uso do seu poder de mando, parecido com o que Goffman (2015, p. 45) descreve como autoridade escalonada.

As respostas, após minhas explicações, variavam. Observei certo deboche, descrédito, mas, por vezes, também houve um certo encantamento ou surpresa. É uma pena que as reações negativas tenham sido as mais frequentes, as que ficaram mais vívidas na minha memória. “Biblioteca? Elas nem ligam pra isso?” “Livros pra quê?” Esses momentos, invariavelmente, me levavam a pensar o quanto à existência, a permanência e a efetividade de bibliotecas em espaços de privação estavam sujeitas à vontade de pessoas com perfis semelhantes aos agentes do último portão; o quanto uma opinião contrária à existência da

biblioteca poderia significar a violação de direitos e a piora na experiência de aprisionamento de um considerável número de pessoas.

Consegui finalmente passar, segui e, quando dobrei à direita, no corredor dos gansos, vi um agente em cima, na muralha, nos olhamos, ele acenou com a cabeça e eu com a mão. Passei pelo andar das oficinas e, chegando no pavimento da biblioteca, me deparei com a agente Camila, a chata. Ela não parecia ser nada receptiva com as pessoas externas à prisão, o completo oposto de Mariana. Duda e Camila conversavam. Abracei a Duda e a agente pediu para que ela chamasse as demais na sala da escola. Quando ouvi a ordem da agente, achei que havia um engano, mas de repente todas as meninas saíram de uma das salas fazendo barulho, principalmente a Fernanda, que reclamou da possibilidade de eu tê-las abandonado. Abracei todas e entramos na biblioteca. Notei o estranhamento da agente quando ela, já mais de longe, me viu abraçando as pessoas. Ela comentou algo com outra agente, quase que apontando para nós com um quê de reprovação ou desprezo. Quando abraçava Fernanda, que era mais alta e corpulenta do que eu, me sentia pequena; todas as vezes ela me abraçava, me envolvia, mesmo quando me colocava na ponta dos pés para diminuir a distância, e imagino que o estranhamento da funcionária se devia ao fato de, entre ela e as mulheres presas, não haver contato corporal. Na verdade, havia um abismo. E ambas as partes pareciam querer preservar. Não havia somente ausência de contato, não havia diálogo, apenas ordens e comandos.

Me desculpei pela demora e pelo trânsito, estava bem perdida e cansada também. Aproveitei o momento para comentar que havia trabalhado todos os dias da semana e do final de semana, e me desculpei também por estar cansada, mas infelizmente a tendência era que eu estivesse ainda mais cansada nas semanas seguintes. A Fernanda aproveitou para perguntar se eu iria deixar os encontros, mas eu disse que não.

Mais para o final do encontro, a Fernanda perguntou se faríamos o aaaaachuá. Fazia alguns dias que vínhamos fazendo. Conforme aprendi nas aulas de teatro, ao final das aulas, cada membro do grupo ia ao centro da roda, enquanto os colegas estendiam as mãos e percorriam com elas o corpo da pessoa que estava ao centro, gritando aaaaaaachuá! O intuito era descarregar

as energias. No começo, assim como no teatro, rolou um certo estranhamento, muito receio e pudor, mas depois acabou virando rotina. Eu também me acostumei a abraçá-las antes e depois dos encontros, um momento muito gostoso, não só porque gosto de abraços, mas porque o abraço delas tinha uma mistura de sentidos, cheiros, principalmente. Já estávamos atrasadas para encerrar o encontro, fato que só era uma preocupação no plantão da Camila. Quando começamos o *aaaachuá*, ela ficou na porta da biblioteca com aquele mesmo olhar de reprovação, que se manteve a cada abraço de despedida.

CAFÉ

Durante uma roda de conversa, ouvimos um barulho vindo da janela que me assustou consideravelmente, dei até um leve pulo. Elas riram da minha reação e a Gabrielle começou a brincar com o fato de que eu estava com medo da cadeia *virar*, que houvesse um motim, uma rebelião, comigo lá nas instalações. Eu disse que não havia pensado nisso, só que me assusto com facilidade mesmo. Coincidentemente, enquanto descontraíamos, a agente Camila passou em frente à biblioteca, nos olhando, e, quando se afastou, a Nina começou a dizer quais seriam as consequências para a agente, assim que a cadeia virasse. Me limitei a observá-las. A Fernanda começou a me perguntar quais eram os caminhos, quantos portões passavam até chegar à biblioteca. Ela não conhecia a parte frontal da unidade, assim como nenhuma de suas colegas. Comentei sobre a quantidade de portões, e ela pareceu frustrada. Foi então que a Fernanda perguntou se eu gostaria de tomar um café na cela delas. Respondi que sim, mas sem entender o porquê da pergunta. “Ah, no dia em que a cadeia *virar*, a gente leva você pra tomar café lá na cela, você vai ser nossa refém”. Ela riu da possibilidade eu informei que minha mãe ficaria preocupada. “Mas não precisa, a gente não vai fazer nada com você, vamos ligar a TV, você vai ficar sentadinha, segura”. Eu disse que tudo bem, então, perguntei se podia mesmo confiar nela, e ela me garantiu que sim.

CRÍTICAS

Quando completamos pouco mais de um mês de atividades, final de junho de 2017, pedi às participantes que avaliassem nossos encontros, que fizessem críticas e sugestões. Basicamente, só ouvi elogios: “produtivo”, “construtivo”, “interessante”, “bom”, “ajuda”, “atende às expectativas”. Então, perguntei se havia alguma crítica, e a Duda disse que seria interessante se eu lesse os livros antes de trabalhá-los com elas, porque assim aproveitaríamos mais as discussões. Além da Duda, responderam Rosana, Nicole, Iolanda, Andreia, Gabi, Fernanda, Francisca, Marlene, Estela e Thaís.

Em nosso último encontro, em 21/09/2017, repetimos a avaliação. Dessa vez havia 14 pessoas, mas participaram da avaliação Duda, Iolanda, Rosana, Marilene, Jennifer, Glória, Thaís, Maria, Nataly e Ana. A avaliação foi em grupo, estávamos em roda e a pergunta foi aberta. As respostas variaram entre comentários sobre a minha aparência, como meu “cabelo de lã”, meu sorriso e olhos brilhantes, minha sinceridade, praticidade e objetividade. Já outras fizeram recomendações sobre a minha postura, foco, centralidade, objetividade. Disseram para que eu não confiasse em todo mundo, tivesse mais malícia e pediram que eu continuasse incentivando os jovens a ler.

Especificamente sobre nossos encontros, Iolanda apontou como interessante “conhecer o trabalho de uma bibliotecária”, e as demais se queixaram da impossibilidade de ler os livros que apresentei nas primeiras oficinas, os escritos por pessoas presas. Optei por não responder, mas o fato é que, mesmo se eu quisesse, com exceção dos livros de Drauzio Varella e Graciliano Ramos, os demais não seriam aceitos pelo núcleo de educação, assim como o filme a que não pudemos assistir. Acredito que a entrada daqueles livros escritos por homens presos e sobreviventes do sistema prisional também só não foi impedida porque eu não informava à Damares os títulos que levaria, apenas colocava a quantidade na lista de materiais e, por sorte, os funcionários não atentavam para os títulos na revista, apesar de folhearem os livros para ver se havia algo dentro. A ideia de levar livros escritos por pessoas que já tinham passado pela prisão foi no sentido de buscar identificação com a trajetória de alguém que esteve preso e quis escrever sobre essa experiência, assim como elas manifestaram ter interesse em fazer. Como boa parte dos livros levados

pertencia à biblioteca pública municipal, a todo momento foi incentivado e encorajado o uso desse e de outros dispositivos públicos, instigando-as a conhecer e emprestar livros como aqueles, caso quisessem.

A Iolanda e a Duda disseram que faltou falarmos de política e que queriam que eu tivesse levado jornais e atualidades. A Rosana lembrou as sugestões que haviam feito no primeiro dia e achou que todas foram atendidas. Algumas delas haviam começado a participar havia poucos dias, dois ou três encontros no máximo, então não puderam avaliar todo o período.

Finalizada a avaliação, a última atividade que elas realizaram na última vez em que estive como pesquisadora naquela unidade prisional foi escrever uma carta para si mesma no futuro e fazer uma lista de planos para quando estivessem em liberdade.

PLANOS

Duda – “Cápsula do tempo: Tomara que inventem um elixir da juventude. Tomara que as grandes nações, principalmente Europa e U.S.A, tenham a humildade de assinar o tratado contra o ‘efeito devastador’ que está assolando o mundo e que seja próximo a 2020. E que até 2024 não exista mais doenças incuráveis nas crianças. E até 2050 exterminem todos os homens perversos da terra! Lista do que quero e pretendo fazer: Primeiramente estar com meu filho. Comprar roupas novas. Comprar cremes de boa marca. Tomar sol. Cuidar do meu filho. Programar e disciplinar minha vida. Vê minha netinha. Comer peixe. Tentar palestrar sobre o que passei. Ir ao médico. Tirar a gordurinha do abdômen. Viajar com minha irmã. Estudar Ciências sociais. Abrir uma poupança. Reorganizar a vida de forma positiva. Evitar a vida ilícita. Trabalhar. Ganhar \$\$.”

Rosana – “Eu no futuro. Eu daqui a 1 ano vou estar com minha vida financeira estabilizada, vou tá trabalhando de cuidadora que é o que eu gosto, vou comprar uma casa na praia pra mim poder ficar com os meus filhos e minha mãe, vou ser feliz, vou ter tudo que eu desejo, não vou ter mais problemas com nada errado, esta parte da minha vida já foi apagada da minha vida.

Lista de coisas que vou fazer quando sair daqui: 1º Vou ficar e curtir meus filhos. 2º Fazer meu curso de cuidadora. 3º Comprar uma casa na praia pros meus

filhos e minha mãezinha. 4º Quero fazer um almoço pra minha família. 5º Limpar meu nome com a justiça.”

Iolanda – “Hoje encontro-me privada de liberdade. Apesar de toda frustração, ainda encontro alegria no trabalho que hoje me encaixo. Fui selecionada para trabalhar na biblioteca, e estou muito grata!

Quando você estiver no ano que vem, no máximo, estaremos juntas à beira de uma piscina, pois hoje, está muito sol, e a primavera está gloriosa. Estaremos juntas com nossa família, fazendo churrasco, correndo atrás das crianças, cuidando para gelar as bebidas, passando protetor solar e falando muito, muita besteira e inutilidades. Te vejo lá!

Lista de coisas que quero fazer: Abraçar muito, muito, muito, muito, muito meus filhos e minha cachorra. Ir à melhor pizzaria, tomar um excelente vinho, extremamente gelado e saborear a melhor pizza. Ir à praia. Ir à chácara para o churrasco. Passear à noite pela beira mar, sem pressa, curtir a brisa, e fazer amor, muito muito amor!”

Marilene – “Eu quero ir embora, cuidar da minha casa, ajudar a cuidar dos meus netos.

Lista: Tomar sorvete. Comer churrasco. Macarrão com creme de leite. Maionese. Tomar suco de laranja. Bolo. Ir na igreja.”

Nicole – “Meus planos, já colocando eles em prática aqui, é de estudar concluir o estudo e fazer faculdade ao sair, pois sem um estudo minha cidade é muito pequena e simples então se eu quero um futuro melhor para meus filhos tenho que ser alguém, já com a escola aqui dentro do sistema eu decidi estudar para não ficar aqui com o tempo perdido. Como ao sair eu ainda terei anos na faculdade pretendo estudar e trabalhar e daqui uns 10 anos já estarei com um diploma exercendo a profissão, sendo uma boa mãe, esposa, profissional e bem sucedida. Também quero dar uma ajuda a ex-presidiários pois é muito ruim ao sair não termos oportunidades.”

Jennifer – “Já sou uma senhora madura da 3ª idade mas cheia de sonhos, e esperança de anos vindouros melhores! Para o futuro eu pretendo ficar com

minhas netas de 15 e 14 anos. Sonhar com uma vida e um mundo diferente bem melhor com novas curas para doenças graves. Ir viajar no tempo e tentar recuperar todos esses anos que passei privada de liberdade. Ao lado do meu amor de 46 anos juntos. Espero que logo mais eu estarei com a minha família. Tempo, tempo, tempo! Como as vezes você dói, machuca e nos dá esperança!"

Ismália – “O dia de amanhã a deus pertence mas eu acho que quando eu sair daqui vai ser tudo diferente, quero terminar meus estudos, casar, ter filhos eu quero mas na verdade eu quero que no primeiro final de semana tomar uns copos de grau curtir um baile e depois ir visitar meu marido que está preso parece até loucura né mas não aí eu acho que minha mãe vai pega no meu pé vai ficar com medo de eu sair e apronta mais de verdade quero sair e daqui e fazer tudo corretamente quero trabalhar, ter dinheiro limpo não dinheiro do tráfico por que isso não é vida por que conquistei meu espaço na biqueira com 15 anos e hoje é muito difícil de sair daquele tráfico pois eu sou muito fraca por que só deus. Ai eu não sei fazer esse negócio não de fala o que eu vou fazer quando eu sair quero sair daqui beber refrigerante come salgado, maionese, caldo de cana, bolo de chocolate, sorvete, lasanha, chocolate, queijo, arroz cozido ao forno. Só isso. Professora eu não sei escrever direito e muito menos fala o que eu vou fazer quando eu sair.”

Felipa – “Minha mudança futura, voltarei a cursar o que desde a infância pretendi, ser enfermeira, no caso pela minha idade farei serviço social, para que possa trabalhar voluntária a alguma ONG. Dar um pouco de mim ao meu próximo, seja orfanato, para ser mais clara são muitos que vão precisar de mim. Farei com amor e carinho, zelo.

Lista que desejo ao sair do cárcere: Abraçar e beijar minha mamãe com 95 anos. Amar, Deus sempre te peço essa oportunidade. Resolver tudo, recomeçar minha nova história. Trabalho voluntário. Continuar meu vínculo com a comunidade Franciscana.”

Ana – “Ana espero que daqui pra frente, daqui há alguns anos que seu futuro seja diferente que até daqui há 5 anos seja mudado seja feliz que tenha uma vida diferente que daqui há 5 anos sua família estará te esperando que ficarão

muito feliz com sua chegada, sua filha daqui há 5 anos vai está com 7 anos, que você vai está trabalhando vai ser uma empresária, com seus estudos, formada, com faculdade formados. Que sua filha vai está orgulhosa da mãe que ela tem! Lista de coisas que quero fazer quando eu sair: Quero curtir um parque com minha filha. Quero beijar muito. Quero pedir perdão há minha mãe de tudo que eu fiz ela sofrer. Quero dizer que amo minha mãe. Quero comer 5 barras de chocolate. Quer comer um muse. Quero curtir muito minha liberdade.”

Nataly – “Eu espero que quando você sair daqui, seja feliz e não volte a fazer nada de errado e usar drogas, arrume um trabalho e cuidar do seu filho fazer cursos e me profissionalizar e me ampliar profissionalmente e cuidar da minha Avó que vai precisar de mim, pois já está velhinha precisando da minha ajuda.”

Melissa – “Daqui a 10 anos estarei edificada na fé em Jesus Cristo serei uma ótima mãe e uma excelente esposa profissionalmente vou estar fazendo o que gosto trabalhando com comida. Serei uma missionária levando as pessoas o amor de Deus e que elas possam conhecer verdadeiramente o que é viver sem sofrer tanto. Meus filhos cresceram com o amor de Deus e futuramente também levaram para o próximo. Melissa, missionária do futuro.

Lista de coisas que quero fazer? Conhecer a Deus profundamente. 15 dias na praia. Comer todos os frutos do mar. Viajar o mundo. Chupar um saco de laranja lima. Doce de batata doce caseiro. Conquistar uma vida financeira farta de tudo que é bom. Passear com meu filho, cuidar da minha mãe, pai, avô e filho. Orar a Deus para prolongar os meus dias na terra.”

Glória – “Eu Glória no futuro serei uma grande pregadora do evangelho e irei ganhar muitas almas para o reino de deus, irei me casar e construir uma família e serei uma grande empresária, e não mais voltarei para este lugar e a cometer os mesmos erros que cometi antes, amém.

Lista de coisas que quero fazer: Abraçar minha filha e família. Andar descalça, pisar na terra. Viajar para um hotel fazenda. Ir num restaurante japonês. Tomar suco de laranja e Coca-Cola.”

Maria – *“Maria em 2019. Vou pra um semi-aberto, vou coloca o pé lá fora depois de 3 anos e pouco pretendo mudar de cidade, conhecer minha neta que ainda não conheço. Rever os amigos e familiares. E recomeçar a minha vida novamente com mais sabedoria e maturidade. Quando sair desse lugar quero arrumar um grande amor e fazer bastante amor satisfazer todo esse desejo. Curtir bastante meu filho. Curtir uma balada. Beber uma cerveja bem gelada. Comer um bolo de chocolate. Fazer um churrasco e degustar bastante. Comer um delicioso sorvete sem pressa pra terminar.”*

Heloísa – *“Eu Heloísa já estarei indo para o semi-aberto em junho de 2019. Neste período enquanto estiver aqui cumprindo minha pena no inicial fechado quero aproveitar todas as oportunidades principalmente concluir meus estudos e me qualificar em cursos profissionalizantes buscando conhecimento. Em 2019 quero iniciar uma faculdade a qual tanto sonho e assim realizar meu sonho de me formar em pedagogia e serviço sociais. Pois mesmo encarcerada descobri que os sonhos que foram interrompidos por algum motivo eles podem se tornar realidade basta acreditar e querer. E eu quero me formar e vou me formar e depois de formada através dos Serviços Sociais prestados as famílias carentes dizer a todos que nunca deixe de sonhar pois mesmo com as impossibilidades do dia a dia você é capaz de realizar seus sonhos.*

Lista dos meus desejos: Esta com minha família a todo tempo. Trabalhar. Fazer natação e etc. Aproveitar a minha liberdade a cada minuto, segundo...”

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA

Estava nos meus planos, desde o início de 2017, me aproximar da Pastoral Carcerária de São Paulo, assim que havia feito encaminhamentos para iniciar as atividades na Penitenciária Feminina. Busquei um meio de contato com a Pastoral, pois havia decidido ser voluntária. Em uma ligação, me informaram que eram necessários um curso de formação e o encaminhamento/aprovação de documentação. Uma nova edição do curso de formação ocorreria no final do primeiro semestre, então me restava aguardar.

Por sorte, os primeiros seis meses de 2017 foram cheios de eventos e atividades relacionados à pauta prisional, então passei a participar deles

semanalmente, em diferentes instituições, para discutir o encarceramento feminino, denúncias de casos de tortura, ações contra a privatização de prisões, medidas pelo desencarceramento, alimentação no sistema prisional, educação, atendimento psicológico, direitos humanos, o papel das familiares, os movimentos sociais em torno da temática. Foi um curto e intenso período de uma nova e diferente imersão, dessa vez longe dos livros. Conheci uma série de instituições, de militantes, de sobreviventes do sistema prisional e me familiarizei com algo totalmente novo: o Abolicionismo Penal.

Perto da data que me haviam informado, meses antes, entrei novamente em contato com a Pastoral e fui orientada sobre o início do curso em um endereço próximo ao marco zero da cidade, na Praça da Sé. Nesse primeiro dia, estivemos com o Padre Benício, que nos falou dos princípios cristãos e do quanto Jesus foi revolucionário. Relatou muitas de suas experiências nas prisões, fez recomendações sobre vestimenta, postura, ações que deveríamos incentivar ou evitar, e também formas de abordagem. O segundo encontro, na semana seguinte, foi sobre os aspectos jurídicos, os tipos de unidades prisionais, o abolicionismo penal, o trabalho de denúncia e relatórios produzidos pela Pastoral.

Antes do terceiro e último encontro de formação, haveria uma reunião com todos os já voluntários da Arquidiocese de São Paulo, e os participantes da formação foram convidados a participar. Estive presente e, após o encontro coletivo, no qual reencontrei Beth, aquela que conheci no ponto de ônibus em 2014, as equipes que visitavam cada unidade foram agrupadas. Nesse segundo momento, me reuni com os voluntários que visitavam o CDP da Capital, que eu já conhecia de ver na televisão, mas não imaginava ser tão grande, com tantos raios e voluntários. Nessa segunda reunião estavam Mariza e Juliano, eles eram os coordenadores das visitas pastorais na unidade. Dentre outras pessoas, conheci Dário e Heitor, que relataram como estava sendo o início do projeto de remição de pena por leitura no raio 3 da unidade. Fiquei muito surpresa com a conversa, pois não imaginava que na Pastoral houvesse essa iniciativa. Então, perguntei se poderia participar junto com eles.

ENCONTRO

Os demais agentes pastorais foram muito acolhedores e providenciaram um ofício junto à SAP para que eu pudesse entrar no CDP da Capital, mesmo sem a carteirinha de agente, me identificando como parte da assistência humanitária e religiosa. Na segunda pela manhã, logo após a reunião do final de semana, encontrei com Dário e Heitor na estação de trem mais próxima do CDP e seguimos juntos até o local. Era minha primeira vez por lá, era também a primeira vez que eu entraria mesmo em uma unidade prisional, indo além dos setores administrativos.

No guichê de entrada, já com os celulares desligados na mochila, apresentamos nossos documentos e meu colega mostrou o ofício autorizando minha entrada. Seguimos até o segundo portão, no qual nos identificamos novamente, só que pela grade. Finalmente um portão se abriu, entramos e ele foi fechado, para que o próximo fosse aberto. Mais um guichê, bons-dias, documentos, identificações e explicações. “Essa é a Léia, ela é nova na Pastoral e tem um ofício autorizando sua entrada”. “Tudo certo, guardem os pertences, aguardem na sala de espera”, essa foi a orientação. Após alguns minutos fomos chamados à sala de revista por *scanner*, até então um procedimento estranho para mim. As instruções me foram dadas calmamente: “suba na esteira, vire em direção à porta, afaste as pernas, separe os braços do corpo, vire as mãos para frente e não se mova”. Após alguns minutos, ouvi: “Senhora, vou ligar!”. Uma luz vermelha se acendeu, a esteira me moveu para a direita, uma imagem em raio-X ficou disponível para o funcionário, a revista terminou com a verificação dela. O mesmo se repetiu com Caio e Heitor. Aguardamos até que os materiais com os quais entraríamos também fossem revistados, mas em outro aparelho. Seguimos, passando primeiro pelo arco do detector de metais, que não foi acionado. Mais um portão se abriu, passamos; mais um portão se fechou para que o dianteiro fosse aberto. Passamos a um pequeno pátio e, de lá, só saímos quando outro agente veio nos escoltar. Fomos acompanhados o tempo todo. Aguardamos chegar o funcionário e mais um portão se abriu. Seguimos por uma espécie de ruazinha ladeada; à nossa frente, uma grade cercava o corredor por onde transitavam as pessoas presas. Após esse corredor, um grande muro cercava o pavilhão prisional. À nossa esquerda, um pequeno jardim, atrás, outra

grade para um cachorro, pastor alemão, que corria de um lado para o outro e latia para nós. Por fim, depois do canil, a muralha que cercava todo o CDP; em cima, andando por ela, vimos um guarda circulando.

Viramos à esquerda, passamos em frente à sala da Inclusão, mais uma virada à direita para, basicamente, contornarmos o muro do pavilhão prisional. Logo adiante estava a entrada para o raio à direita e, à esquerda, uma sala toda gradeada, conhecida como *gaiola*, um espaço de espera para movimentações. Nela, um grupo de homens de calças caquis e camisetas brancas aguardava. Ainda estávamos um pouco longe, mas consegui avistar alguns perfis e reconhecer um deles. Meu coração pareceu sair pela boca. Olhei com descrença e choque. Quando me aproximei um pouco mais, também fui reconhecida, ele olhou na minha direção, mexeu o pescoço, franziu o cenho em sinal de interrogação e surpresa, como quem diz: “você!?”.

Eu, Dário e Heitor paramos do lado oposto à *gaiola*, esperando até que o portão de acesso aos raios fosse aberto, então aproveitei a pausa e comentei: “tem um vizinho meu aqui, ele tá ali na *gaiola*”. Todos lamentamos a surpresa.

Fomos chamados pelo funcionário, passamos por mais um portão e entramos em um corredor largo e mal iluminado, a *radial*. Num primeiro momento, vimos duas entradas laterais que davam acesso às celas de castigo, o *pote*. Mais à frente, havia uma mesa e alguns bancos em que estavam alguns agentes. Ao final do corredor, viam-se três portas chapadas, sem grades, a do centro dava acesso à cabine dos guardas de onde partem os comandos para se abrirem as celas e os raios, automaticamente. Dessa cabine, os agentes conseguem avistar a parte interna dos raios, por câmera e por um vidro insufilmado. As portas laterais davam acesso a dois raios diferentes, entramos no raio 3. O guarda informou aos que estavam dentro sobre a presença da “Pastoral feminina”. De onde eu estava, ouvi os gritos lá dentro “pastoral femininaaaaaaa”. Aguardamos alguns instantes para que providências fossem tomadas a partir dessa informação, ou seja, basicamente que todos os internos vestissem suas camisetas. Na mesa, onde havia algemas, chaves e livros de registro, nos identificamos, mais uma vez, com nome completo e número de RG. Caminhamos até o acesso ao raio 3, a porta foi aberta, passamos para um corredor gradeado onde já podíamos avistar todo o raio, pátio, as celas e mais

ou menos 500 detentos que estavam circulando no espaço. Dali em diante não seríamos mais acompanhados por um agente.

Assim que entramos no corredor, conhecido como *viúva* ou *aquário*, olhei em direção ao céu e só vi grades. Senti um nó na garganta que percorreu todo o meu esôfago. Baixando o olhar, avistei o segundo piso de celas em que, numa espécie de parapeito, havia um grande número de rapazes. Parecia que todos me olhavam, os de cima e os de baixo. Me senti ilhada, à minha frente um grande número de pessoas a me fitar, curiosos, às minhas costas, o portão acabara de ser fechado. Senti um frio na barriga, agitação, coração disparado, tudo somado àquele nó na garganta. Então, o portão dianteiro se abriu, não havia mais volta. Foi a primeira vez que cheguei tão longe em uma prisão. Seguimos em direção à última barreira entre nós e eles. Entramos.

Fomos recebidos por um grupo de rapazes, Heitor começou a cumprimentá-los e segui fazendo o mesmo, conforme fui ensinada pelo padre: aperto de mão firme, olhos nos olhos. Não senti medo, eram pessoas. Meu choque com a imagem anterior, de tantas grades e tantas pessoas me olhando, se dissolveu à medida que comecei a apertar aquelas mãos com diferentes texturas. Informamos a razão de nossa visita, e então um círculo se formou à nossa volta. Começamos a explicar o que é a remição de pena por leitura e ficamos ali mesmo no pátio, numa roda em pé debaixo de sol. Algumas vezes nos ofereceram água, em uma delas aceitei, o cheiro de cloro é acentuado, mais do que o da torneira de casa.

“Vocês precisam ler um livro e depois entregar uma resenha. Caso ela seja aprovada, serão remidos quatro dias da pena.” “O que é uma resenha?”, um deles perguntou. “É um texto com quatro parágrafos, mais ou menos, em que você apresenta um resumo da história e dá a sua opinião a respeito”, respondi. “Mas o que é um parágrafo?”, outro perguntou.

Aquela não era a primeira visita de Dário e Heitor para falar sobre remição de pena por leitura; na semana anterior outros três agentes já haviam tratado do assunto. Nessa visita sortearíamos os que poderiam participar. Eram 20 vagas, pois tínhamos conseguido arrecadar 20 volumes de *Capitães da areia*.

Terminadas as tratativas sobre a remição, começamos a conversar com eles sobre suas demandas: alguns pedidos de ligação para os familiares, pedidos por canetas, papéis, terços, orações ou verificação da situação

processual⁵³. Segundo Rafael Godoi (2017), os agentes pastorais estão entre os vasos comunicantes entre o dentro e o fora.

Antes de partirmos, nos reunimos em roda novamente, demos as mãos e rezamos um Pai Nosso. Nos despedimos com a informação de que na semana seguinte retornaríamos com os livros.

Seguimos para a *viúva* e passamos pelos três portões, até que voltei a ver meu vizinho na *gaiola*. Ele não me viu sair. Nos despedimos dos agentes, agradecemos e desejamos bom trabalho. Antes de pegar o caminho de volta, olhei para trás e, então, nosso olhar se encontrou: acenei com a cabeça para o rapaz que conhecia, ele respondeu. Senti um mal-estar por ir embora e deixá-lo, sensação que me perseguiria por dias a fio.

REENCONTRO

Na semana seguinte, retornei ao CDP da capital com meus colegas da Pastoral. Levamos os livros para dar início ao projeto e também um suplemento de leitura que elaborei para auxiliar os leitores. O suplemento era composto por uma cruzadinha com 10 questões e outras 3 perguntas sobre o livro. Levamos também explicações sobre como elaborar uma resenha, um parágrafo e os critérios de avaliação que estavam listados na Recomendação n. 44.

Procurei por meu vizinho entre as pessoas do raio, não o encontrei, não sabia o seu nome, apesar de conhecê-lo de vista há mais ou menos 14 anos. No CDHU⁵⁴, onde moro, há no espaço de um quarteirão 32 prédios que abrigam 256 famílias. Passei a morar nesse conjunto quando estava na quarta série, ainda criança, assim como o rapaz que encontrei no CDP, que deve ser dois ou três anos mais velho que eu. A criação evangélica que recebi não incluiu brincadeiras na rua e interações com a vizinhança. Vivi numa redoma, e costumava sair de casa apenas para ir à escola ou à igreja. Minha mãe sempre viu com maus olhos minha proximidade com pessoas desconhecidas para ela, inclusive os colegas de escola. Meu comportamento sempre foi na contramão

⁵³ Sobre a relação da pessoa presa com o agente pastoral para a verificação de informações processuais, ver Godoi (2017).

⁵⁴ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

das recomendações maternas, evidentemente, mas só na escola, onde fiz muitos amigos. Já no CDHU, não, de modo que o conhecia de vista, mas nunca nos falamos; sabíamos um do outro, mas sem nunca termos trocado uma palavra. Ele fazia parte do grupo de que fui instruída a manter mais distância, o grupo que ficava nos cantos dos prédios, conversando dia e noite, ouvindo *funk*, rap ou pagode, empinando pipa, jogando futebol e, anos depois, jogando truco, bebendo, fumando e falando palavrões em voz alta. Tudo o que jovens brancos e universitários, das regiões centrais, também fazem, mas, quando é um preto, periférico, usando boné, bermuda e chinelo, a interpretação é outra. Minha mãe, assim como boa parte da população, temia o “perfil suspeito” (FELTRAN, 2018) ou “suspeito profissional”, como no Rap dos Racionais: “Eu me formei suspeito profissional [...] Quem é preto como eu, já tá ligado qual é nota fiscal, RG, polícia no pé.” (RACIONAIS MC’s, 2018, p. 100).

Na época de infância e adolescência, meu contato com esses grupos foi mínimo, para não dizer inexistente. Amigos que fumavam maconha, só fui ter mesmo na universidade, mas a noção de ser periférica veio antes. Na sétima série, o professor da sala de leitura nos apresentou a música *Da ponte pra cá*⁵⁵ e nos convidou a observar se o mundo era mesmo diferente no lá, além da ponte sobre o Rio Tietê, nossa referência de ponte, e no cá, no nosso bairro. Minha primeira aproximação da periferia, na verdade, o entendimento do central e do periférico, portanto, se deu pelo rap, ouvindo Racionais MC’s. Eu já estava no gueto, sempre estive, mas não sabia, a redoma não havia sido transposta.

As noções de classe social vinham sendo apreendidas aos poucos na escola, desde a terceira série, quando ouvimos *Admirável gado novo*⁵⁶, contato bastante marcante que causou um sentimento forte de indignação pelo povo marcado e infeliz. Já no período entre 6^a, 7^a e 8^a séries, aprendi sobre a Revolução Francesa, a Russa, o proletariado, a globalização e as diferenças entre os países de primeiro, segundo e terceiro mundo, de acordo com a nomenclatura à época. Também aprendemos sobre fluxos migratórios e inclusive assistimos, com o único professor negro que tive nesses anos, o filme

⁵⁵ DA PONTE pra cá. Intérprete: Mano Brown. Compositor: Mano Brown. *In*: NADA como um dia após o outro dia. Intérpretes: Racionais MC’s. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. 2 CD’s (88 min).

⁵⁶ ADMIRÁVEL gado novo. Intérpretes: Zé Ramalho. Compositor: Zé Ramalho. *In*: ZÉ Ramalho 2. Intérprete: Zé Ramalho. Rio de Janeiro: Epic, 1979. 1 CD (38 min).

*Um dia sem mexicanos*⁵⁷. Havia, portanto, uma noção de classe social se formando, somada à localização espacial. Contudo, mesmo o rap me permitindo identificar o meu local de pertencimento, não houve uma aproximação imediata com a vizinhança, não até me interessar pela prisão. Somente quando as visitas à cadeia começaram eu me aproximei realmente de tudo o que fui ensinada a manter distância, fazendo daquela música da Rita Lee, sobre a ovelha⁵⁸, minha trilha sonora.

Não o encontrei no raio, nem naquele em que estava, nem nos demais que visitei. A angústia e a tristeza por vê-lo uniformizado e encarcerado não iam embora e eu continuava sem descobrir nada sobre ele. Foi quando, em uma outra visita à unidade, um rapaz perguntou sobre o meu bairro, e descobrimos que morávamos muito próximos, a poucas ruas de distância. Então, ele me disse que o Renê também morava lá nos prédios e, pela descrição, entendi que o Renê era, na verdade, o meu vizinho, e que ele estava em um dos raios do CDP, trabalhando na faxina. Não cheguei a vê-lo novamente ali, muito provavelmente ele deve ter sido transferido para cumprir a pena em alguma penitenciária no interior, pois os CDPs são apenas a entrada (FELTRAN, 2018).

Em 2020, perto do final do ano, eu estava em meu quarto, próxima à janela, quando ouvi um garoto chamando por outro: “e aí, pé fino, o Renê tá dando um salve”. “É nada”, respondeu o outro rapaz, incrédulo. Fiquei feliz em ouvir a conversa, achei que se tratava de uma ligação telefônica, mas no dia seguinte vi o Renê. Quando o encontrei no CDP, ele era um rapaz forte, com braços definidos, até um pouco robusto. Mas dessa vez observei que ele estava magro, um pouco pálido e muito quieto, diferente do que era antes. Ele esteve nos prédios por alguns dias, era o período da saidinha de final de ano. Imagino que agora esteja nos estágios finais da pena. Em 2017, devia ser o início no CDP; em 2020, devia estar no semiaberto. Ouvi outras vizinhas comentando com condescendência sobre a magreza de Renê, sobre a mudança no corpo, sobre a sua possível relação com o tráfico de drogas, caminho já quase naturalizado

⁵⁷ UM DIA sem mexicanos. Direção: Sérgio Arau. EUA: Televisa Cine, 2004. 1 DVD (100 min.), son., color.

⁵⁸ OVELHA negra. Intérprete: Rita Lee. Compositora: Rita Lee. In: FRUTO proibido. Intérprete: Rita Lee; Tutti Frutti. São Paulo: Som Livre, 1975. 1 CD (37 min).

para o ingresso de jovens negros e periféricos no sistema prisional (ALEXANDER, 2017).

Passei por ele algumas vezes, mas sem conseguir me aproximar e me desculpar por não ter falado com ele adequadamente. Naquela primeira visita, não sabia muito o que fazer, não sabia se podia ir até a grade falar com ele e com os demais. Nos anos seguintes, faria isso com bastante naturalidade, já sabendo que possuía o consentimento dos funcionários. Aquele espaço sempre me traz o semblante de Renê à memória, passar por aquela grade se tornou rotineiro, já que a sala da biblioteca fica logo adiante, mas isso fica para um segundo momento; por agora, sigo aguardando para que possa reencontrá-lo nos prédios, mas dessa vez em liberdade.

PEREGRINO

Nada deixa um homem mais doente
Que o abandono dos parentes.
(RACIONAIS MC's, 2018, p. 86).

As visitas ao CDP da capital pela Pastoral costumam ser semanais. A cada visita, um ou dois raios são atendidos, alguns durante a semana e outros aos finais de semana, e os dias de visita são determinados pela unidade prisional. Em um determinado domingo, visitamos um raio de oposição que, no Estado de São Paulo, com hegemonia do PCC, é composto por outros coletivos que não *correm* com o Comando (FELTRAN, 2018), pessoas expulsas do grupo e os que foram presos ou condenados por atos não aceitos pelo coletivo, como estupro, assassinato por encomenda, pedofilia, entre outros. A esse variado grupo não é concedida a alcunha de ser humano, os *irmãos* do PCC os tratam por *coisa*. Assim também podem ser nomeados agentes prisionais e policiais. Esse raio, conhecido como *seguro*, também é composto por pessoas trans, as *monas* e uma série de outros perfis não aceitos nos raios do PCC. Na unidade há também mais uma segregação, um outro raio é destinado a ex-policiais, ex-agentes penitenciários, parentes de policiais ou pessoas com profissões relacionadas à segurança privada.

Nessa visita ao seguro no domingo, fomos convidados a ficar em uma das celas. Havia um grupo considerável de pessoas em um espaço de mais ou

menos 18 camas, as *burras*. Nessa cela havia muitas monas, muito receptivas, por sinal. Uma roda se formou no chão, que durante a noite serviu de cama para aqueles que estavam *na praia*, sem vaga para dormir nas treliches de concreto. Um agente Pastoral, Juliano, coordenou o encontro que se deu a partir da liturgia da missa daquele fim de semana. Alguns agentes costumam buscar nas paróquias a liturgia, mas as atividades variam; em alguns encontros contamos histórias, em outros, só conversamos e cantamos, variando de acordo com o grupo e o agente que encabeça o encontro. Apesar de haver uma roda e todos estarem voltados para ela, comecei uma conversa com apenas um dos participantes. Ele era alto, mas estávamos no mesmo nível, pois eu estava sentada na beirada da segunda cama, balançando as pernas no ar, e ele estava de frente para mim com os braços apoiados na *burra*. Aquela não era a cela dele, mas ele estava ali por conta da nossa visita. Ele se chamava Everton, cumpria pena há muitos anos, mais de 20 anos, com intervalos curtos de liberdade. Ele era da oposição; além de alto, era bastante magro, tendo as maçãs do rosto saltadas, dentes pequenos, amarelados, alguns faltavam. O olhar era um pouco estrábico. Vestia uma regata vermelha, daquelas bem cavadas, em que se consegue ver as costelas. Dentro dos raios era possível ficar sem uniforme, nas demais áreas, não.

Everton contou um pouco sobre sua vida. Ainda criança, presenciou um assassinato, e não demorou muito para que praticasse o seu primeiro. O relato era de uma infância marcada por desamparos e da iniciação bastante precoce em atividades ditas criminosas. Ele me disse que a sensação experimentada, após o primeiro assassinato, foi muito intensa, “o baguio é *loko*”, e que ficou na cabeça por dias, mas que nos demais episódios a sensação foi atenuada, beirando a frieza e a indiferença. Sua condenação era muito extensa, mais de 100 anos, muito mais, não consigo recordar o número exato, mas lembro que me chocou. Everton falou sobre sua religião, o Candomblé, e pediu um livro relacionado a ela. Apesar de o encontro estar acontecendo com todos, continuei falando apenas com ele; minha impressão era de que ele queria ser ouvido, e assim mantivemos nossa conversa, quase aos cochichos, para não atrapalhar o grupo.

Apesar de integrar a Pastoral, sempre dei maior privilégio para as atividades de cunho humanitário, o que de modo algum vai na contramão da

assistência religiosa, mas pode ser diferente. Nas visitas que integrei, busquei auxiliar as pessoas presas, atender suas demandas, muitas vezes apenas tendo uma conversa casual, oferecendo um abraço, levando algum item solicitado, mas permitido pela unidade, como terços, bíblias, folhas, envelopes e canetas. Em alguns encontros, cantei com eles, já que, devido à minha criação, meu repertório de canções evangélicas é vasto. Também participava das orações do Pai Nosso e Ave Maria, mas apenas segurando a mão dos participantes, fechando os olhos em sinal de respeito.

Perguntei ao Everton sobre sua relação com a família, ele me disse ter três filhos e se queixou por ter sido esquecido por eles, por não receber apoio. Ele é o que chamam de *peregrino*, um detento que não recebe *jumbo* ou *sedex* dos familiares. São pessoas sem recursos e que dependem do que é *pago* pela casa ou doado pelos colegas. A experiência de aprisionamento de um *peregrino* é, geralmente, muito pior, aliás, no contexto prisional, muitos fatores contribuem para diferentes experiências de aprisionamento (GODOI, 2017). Everton comentou que nas primeiras vezes em que foi preso, recebia apoio e visita da família e dos filhos. Com as detenções frequentes, idas e voltas, o apoio foi esmorecendo, os filhos, hoje já adultos, não o visitam mais. Perguntei se ele entendia os motivos da família e dos filhos, ele respondeu que não, que não os perdoava por isso. “Independente de qualquer coisa, sou pai deles e eles me abandonaram.” Essa fala não me pareceu expressar apenas ressentimento, mas um certo rancor.

Mesmo sendo já grande, sua pena pode aumentar ainda mais em função de um assassinato ocorrido no raio da penitenciária em que cumpria pena. Perguntei o que tinha acontecido, “você tem certeza de que quer mesmo saber?”. Disse que sim, se ele não se importasse em contar. Everton começou a falar sobre uma mona que foi acusada de ter delatado uma mãe que entraria na unidade com um celular na vagina no dia de visita. A senhora foi presa em flagrante e a mona, acusada e julgada no raio pelo tribunal do crime, como costumam descrever as manchetes sensacionalistas. Sua pena já era imaginada, pois pena para X9 é a morte. Ele relatou que na noite da execução, todos já sabiam o que ia acontecer, a tensão estava no ar. Participaram alguns rapazes, a mona foi morta, teve suas vísceras retiradas e o sangue separado para um ritual, no raio havia alguns satanistas, segundo Everton. A cabeça foi

decepada e amassada até que passasse pelo vão entre as grades da *viúva*, foi assim que os funcionários foram avisados do que havia ocorrido. Mais de uma pessoa foi a julgamento pela execução. Everton não assumiu o *B.O.*, já havia um combinado entre o grupo sobre quem assumiria, mas, mesmo assim, as investigações apontavam para ele. Se fosse acusado, perderia o benefício que já estava próximo de receber, a chance de progredir de regime após tantos anos recluso, mais de 12 contínuos. Perguntei porque mesmo assim ele participou, correu o risco, “porque era o que tinha que ser feito”, disse resignado, movimentando os ombros, como se fosse óbvio.

O tempo de visita foi chegando ao fim, minha conversa com ele também, participamos do encerramento com o grupo e, antes de deixarmos a cela, perguntei se podia lhe dar um abraço, ele consentiu. Deixei a unidade impactada com a conversa. Na rua, narrei o assassinato a um colega que, ao final, me perguntou: “será verdade ou ele só quis te impressionar?”.

OPERAÇÃO

A primeira tentativa de realizar o projeto de remição por leitura no CDP da capital não chegou a ser concluída. Nós entregamos os livros no dia 14 de julho de 2017, uma semana após o sorteio dos participantes. No dia da entrega dos materiais (livros, suplementos de leitura, folhas e canetas), também falamos sobre os critérios de avaliação e da escrita da resenha. No dia 21 de agosto de 2017, tiramos dúvidas sobre o projeto, discutimos os exercícios do suplemento e alguns pontos do livro. Esse encontro foi todo realizado em uma cela, onde sentamos no chão, em roda, e fomos ouvindo um pouco sobre a experiência de cada um com o texto. Do lado de fora, os rapazes jogavam futebol no pátio, o que, por vezes, chamou a atenção dos participantes ou fez com que alguns se ausentassem da roda.

Na discussão ouvimos diversos relatos, alguns com identificação, como um dos leitores que passou pela FEBEM e falou do seu incômodo ao ler os trechos em que houve agressão dos *Capitães* numa instituição com perfil semelhante. Outro relatou que também viveu parte de sua infância na rua, e um terceiro comentou da sua indignação com o capítulo *Carrossel*, quando percebeu que os personagens eram, na verdade, crianças.

No dia 28 de agosto de 2017, retornamos e fizemos uma discussão sobre as partes mais avançadas do livro; àquela altura, alguns já tinham, inclusive, terminado a leitura. Mas a elaboração da resenha ainda era uma questão, então levei um texto produzido por uma participante do clube de leitura da Penitenciária Feminina sobre outra história. Nossa conversa foi também com base no suplemento que elaborei em que havia a seguinte questão:

Sobre a primeira parte do livro em que os Capitães da areia são retratados como crianças ladronas pelos jornais, responda:

- a) Há menos abandono hoje nas cidades brasileiras?*
- b) Esses abandonados devem ser considerados marginais ou seriam vítimas?*
- c) Passaram oitenta anos desde a primeira edição de Capitães da areia, porque essa situação perdura há tanto tempo? O que poderia ser feito para mudá-la?*

Respostas para A

- Matias – Há mais hoje a população é bem maior e a desigualdade também aumentou muito.*
- Roberto – Hoje no Brasil ainda existem muitas crianças abandonadas em condições precárias e usuárias de drogas.*
- Caio – Não, na verdade só aumentou a diferença e a desigualdade social no país persiste.*

Respostas para B

- Matias – Vítimas. Todas as crianças de rua, na grande maioria são vítimas, por falta principalmente de uma boa educação, falta de uma boa estrutura familiar e falta de apoio dos governantes que sempre fogem às suas responsabilidades.*
- Roberto – Esses abandonados são considerados os dois, marginais e vítimas. Vítimas por serem abandonados e marginais porque encontraram, uma forma de sobrevivência onde eles tiveram que encontrar sozinhos.*

- Caio – *Não, pois não existe no Brasil nenhum trabalho social forte ou interesse político para levar a população mais pobre a sair dessas condições que leva boa parte à marginalidade. Então são vítimas de uma sociedade desigual.*

Respostas para C

- Matias – *Falta de uma boa educação, só assim podemos mudar esse quadro. Nossos governantes têm que assumir suas responsabilidades e dar às famílias a estrutura necessária para mudarmos esse quadro.*
- Roberto – *A qualidade de vida no Brasil pela minha visão de fora é “horível” para as crianças, os adultos e idosos de classe baixa, ou seja, quem é rico, mais rico fica, quem é pobre, mais pobre fica. Para que mudasse um pouco isso a igualdade e a compaixão deveria existir mais em nosso meio, mas nunca é assim, desde pequeno aprendemos alguns “macetes” que facilitam uma parte, mas prejudicam outra. Exemplo: no nordeste o maior “negócio” das famílias é ter filhos para ganhar dinheiro.*
- Caio – *O nosso país em alguns governos trouxeram evolução, mas infelizmente não me recordo de um governo que colocou em primeiro lugar em seus investimentos ou prioridade na educação. Uma população com conhecimento e com excelência de ensino público e com condições a todos com certeza teríamos um país com caminhos menos dolorosos. Educação, mais conhecimento, empregabilidade como mais facilidade a população, crescimento no profissional, no intelectual, pessoas mais dignas, famílias mais estruturadas e um país melhor, fugindo do crime que é o principal tema.*

Com exceção de Caio, Matias e Roberto, o grupo ficou de concluir as atividades propostas, apesar de não ser uma obrigação. Saímos da unidade com grande expectativa do que seria o primeiro resultado de um trabalho de meses para a efetivação do projeto. Minha participação foi só em campo, mas, antes de a proposta ser levada até os internos, muita gente da Pastoral atuou com os trâmites burocráticos por mais de um ano.

Infelizmente, na semana entre o dia 28 e o início de setembro, recebemos a notícia de que todas as pessoas que eram mantidas presas no raio

3 haviam sido transferidas da unidade, o raio foi completamente esvaziado por conta de uma operação policial que prendeu um grande número de pessoas e que, de acordo com uma solicitação da Polícia Civil, deveriam ficar juntas, sem contato com o restante da massa carcerária, o que levou à transferência de todos. Conseguimos recuperar alguns dos livros, mas o projeto basicamente acabou.

Primeiro veio a descrença com a notícia, depois a frustração com a forma como se deram os acontecimentos. Nada podíamos fazer a não ser aceitar. Não nos despedimos dos rapazes com quem vínhamos criando vínculo, não concluímos o trabalho iniciado após tanto tempo, não pudemos conhecer os frutos do nosso esforço nem eles se beneficiarem, nos termos da remição de pena, da atividade da qual participaram.

Nos reunimos com o DG da unidade, pessoa bastante séria, lembrava um advogado, pois costumava usar sempre terno. O Doutor, assim todos os chamavam, foi bastante receptivo e educado conosco, explicou o que havia ocorrido, lamentou nossa sorte e se colocou à disposição para retomarmos as atividades assim que o raio 3 fosse desocupado pelo grupo atual e novamente habitado por um contingente considerável. Nós, enquanto abolicionistas penais, por um lado, torcíamos para que esse momento não chegasse, por outro, entendemos que, dados os mecanismos de aprisionamento vigentes, logo chegaria.

RODA DE CONVERSA

As atividades do projeto de remição de pena por leitura ficaram suspensas, mas as visitas da Pastoral se mantiveram. A orientação era para que visitássemos sempre em duplas, no mínimo, e nos organizávamos para que assim ocorresse. Em uma das semanas, encontrei na estação de trem um colega que, até então, não conhecia. Ele era jornalista, viajava bastante a trabalho, mas naquele dia pôde me acompanhar. Depois de passar por cerca de dez portões, chegamos ao raio e fomos convidados a fazer o encontro em uma das celas. Esta, especialmente, bastante ampla, ficava ao fundo do raio, no canto oposto à *viúva*, o local de entrada.

Fizemos uma roda e sentamos no chão. A cela, apesar de larga, não era muito bem iluminada. O chão e as paredes eram de um cinza escuro, o espaço tinha um quê de úmido e uma forte mistura de odores de cigarro, fossa, suor e naftalina. Muitas pessoas vieram, alguns chegaram depois, outros iam e vinham, mas acredito que aproximadamente 40 rapazes nos acompanharam durante a conversa. Meu colega tinha levado uma bíblia e separado um versículo, com a intenção de lê-lo e ter uma conversa a partir daquele texto, mas nossa interação acabou sendo mais voltada às queixas que eles tinham em relação à unidade e ao sistema prisional brasileiro como um todo.

Como aquele raio era de trânsito, estavam ali pessoas de todo o sistema prisional paulista, que tinham sido levadas à capital para atendimento médico, audiências ou outras atividades. Os primeiros relatos foram sobre o transporte nos *bondes*, um dos rapazes vinha de uma unidade cujo tempo de viagem até o CDP da capital era de mais de 13 horas. Ele comentou que não havia paradas, que o *bonde* permanecia fechado o tempo todo e que eles tinham que conviver com as fezes e o vômito dos colegas. Quando os funcionários paravam para almoçar, às vezes o veículo ficava estacionado sob o sol, se convertendo num verdadeiro forno. Não há janelas ou ar-condicionado, só uma espécie de ventoinha que, via de regra, está quebrada ou funcionando sem dar conta da necessidade.

Nesse trajeto, conforme os relatos, eles também não são alimentados, não bebem água, apenas anseiam pela chegada ao destino, que pode também ser marcada por agressões, como um corredor polonês, por exemplo, ou uma série de outras violações. Cada um tinha um relato semelhante para contar, o que evidenciou a ausência de casos isolados. Pelo contrário, vislumbramos uma sistemática.

Eles se queixaram das arbitrariedades nos critérios para liberação do *jumbo*, da quantidade insuficiente de comida servida e de sua péssima condição. Na opinião deles, a revista por *scanner* é ruim, pois só há um aparelho, enquanto que na revista tradicional, a vexatória, mais mulheres são revistadas por vez. Resta saber se essa preferência é partilhada pelas mulheres que os visitam. Porém, em ambos os casos, a revista íntima se configura como um momento de violação, de corpos e de direitos, sem que ela iniba, expressivamente, a entrada de itens ilícitos nas unidades prisionais, que, comprovada e majoritariamente,

chegam por outras vias (GODOI, 2017). Eles também se queixaram da ausência de vagas de trabalho e da dificuldade em conseguir iniciar alguma atividade laboral e remunerada.

Perguntei sobre a biblioteca, e um deles respondeu que havia na unidade de que vinha, mas não soube falar muito a respeito, pois não a frequentava. Na verdade, de todos que responderam, senti um certo distanciamento da escola e da biblioteca. Não sei se por não terem realmente contato, ou se por julgarem que falar sobre esses dispositivos seria menos importante. Confesso que esse foi um momento que me remeteu à primeira fala de desincentivo que recebi, sobre a prisão ter outras prioridades que não a biblioteca.

Porém, apesar de não entrarem tanto no mérito da educação na prisão, a crítica deles ao Estado estava baseada na ausência de políticas públicas em saúde, segurança, educação, e na manutenção de um sistema prisional que não reeduca, mas, sim, gera revolta contra a sociedade.

Além de falar sobre eles, também se interessaram em saber sobre nossas razões para estar ali. Expliquei um pouco sobre os meus motivos e informei que visitava todos os raios do CDP da capital. Essa informação foi rebatida com a pergunta sobre o raio dos *coisa*, me perguntaram se eu tinha contato com eles. Informei que sim e pude ver um certo olhar de desaprovação. Eles começaram a me perguntar se eu me sentia segura e como era estar lá. Respondi que para mim não havia diferença, que eu me sentia acolhida e respeitada. Um deles começou a me dizer que eles, as pessoas do seguro, só agiam assim na minha frente, mas que, quando eu me ausentava, eles maquinavam coisas a meu respeito, mas não explicou que maquinações seriam essas. A impressão que tive foi de que todos estavam expressando certa desaprovação, e isso me deixou levemente angustiada.

Não preciso mencionar que ali eu era minoria, inclusive porque meu colega ainda não tinha visitado o raio em questão, então perguntei se eles se sentiam ofendidos com a minha atitude, quase que me desculpando, pois me pareceu que estavam bravos comigo. Prontamente, todos disseram que não, para que eu ficasse tranquila e que a fala deles, na verdade, era de preocupação com a minha segurança. “O que você acha que seria a primeira coisa que faríamos com a senhora se esse raio virasse?” Ou seja, se houvesse um motim.

Fiquei sem saber o que responder, então devolvi a pergunta com um leve sorriso de constrangimento. “Não sei, me diga você.” “A gente ia levar a senhora, em segurança, até a *viúva* e pedir para que fosse retirada.” “Ah, que bom, então posso confiar que estou em segurança? Porque na penitenciária feminina as meninas me disseram que eu seria uma refém, mas que elas me levariam pra tomar café na cela.”

Alguns riram. “As mina mete o loco.” O mesmo interlocutor me garantiu que nas prisões do Comando eu estaria em segurança. Respondi rindo: “Ah, que bom, fico mais tranquila”. Na verdade, eu já acreditava nisso, e sigo acreditando.

Na saída do raio, meu colega comentou sobre a diferença em conversar com pessoas presas que faziam parte do Comando, do quanto eles eram bem articulados e politizados.

BUENOS AIRES

Após alguns anos de leituras e pesquisas sobre a temática, parecia natural comunicar aos pares minhas proposições e descobertas. No Seminário que participei em Santa Catarina, soube que haveria um outro evento, ainda em 2017, relacionado às bibliotecas em presídio, mas fora do Brasil.

O 1er Encuentro Internacional de Tesistas e Investigadores en temáticas de cárceles y acceso a derechos educativos (EITICE) estava aceitando o envio de resumos. Entrei em contato com a organização para saber se poderia submeter o texto em português. Fui informada de que o resumo, o texto completo e a apresentação poderiam ser feitos em português, pois havia brasileiros na organização do evento. Aliás, brasileiros, argentinos, colombianos e mexicanos.

O meu resumo foi aceito, então escrevi o artigo⁵⁹ a partir das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mas dias antes da data máxima para submissão soube que o texto deveria estar normatizado de acordo com a *American Psychological Association (APA)*, muito utilizada fora do País e

⁵⁹ SANTOS, Léia. Bibliotecas no Sistema Prisional Feminino de São Paulo. *In: Encuentro Internacional de Tesistas e Investigadores en Temáticas de Cárcels*, 1., 2017, Buenos Aires. *Anais [...]*. Argentina: [s. n.], 2017.

com a qual eu estava parcialmente familiarizada, após trabalhar dois anos na biblioteca de um hospital auxiliando pesquisadores. Mesmo com os imprevistos, tudo correu bem e, após meses de trabalho no buffet, para juntar o dinheiro das passagens e hospedagem, embarquei para Buenos Aires. Até então, imaginava que esse era o nome de uma cidade, a capital da Argentina, mas, com a viagem, soube que se tratava também de um Estado. O evento ocorreria na *Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires*, no campus da cidade de Tandil, a mais ou menos cinco horas da capital.

Era a minha primeira viagem para fora do país, passar pela alfândega, ir a uma casa de câmbio e transitar por uma cidade desconhecida, sem saber falar o idioma local, fazia parte do desafio. Me hospedei no bairro de Palermo e logo me familiarizei com o metrô, pois precisava comprar as passagens para Tandil na rodoviária. Após um dia conhecendo a capital, segui para o local do evento. Da janela do ônibus, avistava os pampas.

Na fala de abertura, uma das organizadoras disse que haviam ficado impressionadas com a quantidade de interessados e de trabalhos submetidos. Logo na plateia, reencontrei uma brasileira que conheci em um curso de extensão, que fizemos na Faculdade de Educação da USP (FEUSP), sobre educação nas prisões brasileiras, aliás, era um pouco relacionada a essa temática a pesquisa de doutorado de minha colega e, nesse mesmo nicho, estava inserida sua apresentação no evento. Estivemos juntas ao longo das atividades, falei-lhe de algumas das ideias que tinha para o projeto de pesquisa de mestrado, àquela altura, estava buscando relacionar o método de Paulo Freire, do qual me aproximei após ler a obra de Augusto Boal, *O teatro do oprimido*⁶⁰, às atividades educativas e culturais no âmbito da biblioteca em presídio. Ela me falou para pesquisar sobre o Teatro Experimental do Negro e eu não escondi o meu desconhecimento sobre o assunto.

No EITICE, os trabalhos foram divididos em mesas temáticas, e na sessão em que apresentei minha pesquisa eu era a única brasileira. Durante minha fala, os colegas pediram para que falasse o mais devagar possível, pois eles tinham dificuldade em me compreender. Comecei por apresentar algumas

⁶⁰ BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

informações sobre o sistema prisional brasileiro e o paulista, e os presentes não esconderam o espanto quando constataram que o sistema de São Paulo mantinha mais pessoas sob custódia do que alguns países da América Latina somados. Apresentei também o método utilizado na pesquisa de campo na Penitenciária Feminina, as perguntas realizadas e as respostas obtidas, a fim de demonstrar os interesses daquelas mulheres presas e as atividades desenvolvidas na prisão. Concluí minha fala fazendo apontamentos sobre caminhos de atuação na biblioteca em presídio. A participação no evento foi uma oportunidade de mensurar as possibilidades ligadas às prisões, escolas, bibliotecas e toda sorte de atividades culturais. Voltei com a impressão de que, no Brasil, havia muito a ser feito, para podermos nos equiparar a nossos vizinhos latino-americanos, principalmente no âmbito das políticas públicas, em muitos países já instituídas.

Antes da viagem, quando foi publicado o edital para o PPGCI/ECA-USP, eu já me preparava para ir a Buenos Aires. Meu professor, orientador da IC, tentou me convencer a prestar o mestrado argumentando que muito do que havíamos feito durante a IC poderia ser desdobrado em outra pesquisa. Aleguei que não estava pronta para a pós-graduação, na verdade, estava em busca de outro recorte, de outra proposta. Também não via, confesso, a potência e as possibilidades do que havia coletado ali na Penitenciária Feminina. Para mim, um ciclo havia se encerrado com a comunicação dos meus resultados no EITICE.

FILA DE VISITA

A visita ao CDP metropolitano foi a primeira edição do *AMPARAR na fila* de 2019. Assim que chegamos na fila, falamos com algumas mães, mas só conseguimos maior adesão depois de aproximadamente uma hora de conversa com a Creuza, a responsável pela organização da fila, a *guia*.

Nas conversas que tivemos, as familiares destacaram a presença de detentos de outros estados do País. Os que passam pela unidade têm como destino final, majoritariamente, alguma penitenciária em Franco da Rocha. Três raios estão desativados há dois anos, e um deles, o 2, passou a ser a inclusão.

O CDP tem capacidade para 800 pessoas, mas detém cerca de 1.700, distribuídos ao longo de oito raios (cada raio com oito celas, o modelo compacto). Em cada cela há entre 32 e 49 pessoas.

Para visitas não há padrão de cor de roupa, mas é preferível que se use calça *legging*, a calça de moletom é proibida. Também é necessário que as mulheres usem camisetas mais compridas, que cubram as nádegas e a vagina. Camisetas com símbolo da facção (yin-yang, no caso do PCC), camisetas pretas, brancas, calças brancas ou camufladas e camisetas com gola em V também são proibidas.

As queixas que ouvimos por parte das familiares foram sobre redução dos itens e da quantidade do *jumbo* e sobre as arbitrariedades nos critérios do que era ou não permitido. Naquele dia, por exemplo, não podia entrar achocolatado *toddy*; arroz e feijão junto com macarrão, no mesmo pote. Na verdade, o macarrão e o molho também deveriam estar em potes separados, sendo permitidas apenas as massas dos tipos espaguete e parafuso. E o frango devia estar cortado em tiras. Se uma visita chegasse à unidade com os itens misturados, seu *jumbo* não entraria, a comida iria para o lixo, provavelmente. Os critérios variam de acordo com o plantão, que é de 12 por 36 horas. As familiares costumam classificar os plantões como “limpo” ou “sujo”, mas o desse domingo foi descrito como “sujíssimo”.

Sobre os *scanners*, elas informaram que, quando há suspeita de gases, aparecem como se fossem uma massa na imagem gerada pelo raio-X, e é feita a revista vexatória. Neste CDP, para passar no aparelho, todas devem abaixar a calça até mostrar a calcinha e levantar a barra da calça. Essa prática começou a ser realizada após uma visita ser pega com drogas nas barras do jeans.

Algumas falaram sobre a presença de percevejos na unidade, no ano anterior, e outras sobre o GIR, o grupo que entra nos raios uma vez ao mês para revistar as celas. Uma delas informou que, quando o café da manhã não vem, os detentos suspeitam que o GIR venha. A revista acontece no começo ou no final do mês. Creuza comentou que “não é o GIR que quebra as coisas dos presos, mas os funcionários que se aproveitam do momento em que os presos

estão em *formação*". Na passagem do GIR, as cobertas, que geralmente levam seis meses para serem entregues, são jogadas fora. As roupas ficam todas misturadas no centro do pátio, já que na formação todos ficam nus ou apenas de cueca, sentados no chão, com os braços atrás da cabeça e o queixo apoiado nos joelhos. Quando a revista acaba, os rapazes correm até as pilhas de roupa e procuram por seus bens, mas devem agir rapidamente, pois precisam retornar à cela antes que a *tranca*, que é automatizada, seja acionada. Alguns conseguem recuperar as roupas, outros não. Por garantia, eles costumam escrever seus nomes nas roupas, relatou uma esposa. Durante toda a operação, que pode levar horas, eles não são alimentados.

Creuza, que é responsável pela organização da fila, teve seu primeiro contato com o cárcere após a prisão do filho, que cumpriu boa parte da pena no CDP metropolitano. Ela trabalhava no setor de finanças de uma metalúrgica, mas, após o indiciamento do filho por roubo, foi demitida. Ela nos contou que, quando surgiu a oportunidade de ter uma barraca e comercializar produtos na frente da unidade prisional, aceitou, pois poderia passar mais tempo perto do filho, apesar de ser do lado de fora. Hoje ela organiza a fila e tem a barraca. Na venda, são comercializados os itens do *jumbo* para o almoço (arroz, feijão, macarrão, carne em tiras, refrigerante e afins) e os demais produtos que podem entrar no *jumbo* da semana, com os itens de higiene e vestimenta. Há também um guarda-volumes no valor de R\$ 3,00 para familiares deixarem bolsas e mochilas. Um pote transparente, conforme as normas da unidade, com macarrão custa R\$ 20,00, mas a embalagem é emprestada e deve ser devolvida ao final da visita.

Mesmo após a libertação de seu filho, Creuza continua trabalhando em sua barraca e comentou que o fator idade a impede de tentar outras formas de sustento. Na barraca, além de sua filha, trabalham uma esposa, que tem o marido detido ali no CDP, e uma mãe, cujo filho está em uma penitenciária no interior. As funcionárias comentaram que revezam entre si para conseguir visitar os parentes.

Uma jovem, que não se apresentou, estava visitando o marido preso há quatro meses, mas condenado a 13 anos. Eles se relacionam há quase dois anos. Ela cuida das duas filhas dele, de outra relação, e ainda visita o irmão, que

está no CDP da capital. Seu irmão já foi preso outras três vezes, ela é a única da família que o visita. Seus pais não iam e, segundo a moça, eles sempre disseram que não o fariam. Ela comentou que algumas vezes, devido à necessidade, precisa optar entre colocar itens no *jumbo* do marido ou no do irmão, mas que costuma escolher o irmão, por ser do mesmo sangue.

Nossa visita ao CDP metropolitano, assim como as filas de visita de outras unidades prisionais, teve como objetivo identificar as questões da unidade, de acordo com a perspectiva das visitantes. Nesses contatos, costumamos colher possíveis denúncias de maus-tratos e outras violações de direitos, que podem ser encaminhados, em um primeiro momento, por exemplo, à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, especificamente ao Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC), à Ouvidoria Pública do Estado ou à SAP. Nós convidamos as familiares a conhecerem um pouco sobre a AMPARAR, a nos procurar para orientações e deixamos nosso material impresso, no caso do CDP, uma cartilha que elaboramos sobre a prisão provisória.

Ao final do primeiro semestre, organizamos e realizamos o *I Seminário Internacional da AMPARAR*, evento que ocorreu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e contou com a presença de mães e familiares de presos da Argentina, dos Estados Unidos e, também, de outras partes do Brasil. No evento, as mesas foram compostas por pesquisadores, professores, advogados, defensores públicos, políticos e também por mães, familiares e sobreviventes do sistema prisional. As familiares não estavam ali como um objeto a ser estudado, mas, sim, como produtoras de conhecimento; articuladoras de ações para garantia de direitos; e retiradas da posição de marginalidade na qual são colocadas quando se tornam familiares de pessoas presas.

PEDAGOGO

Em dezembro de 2018, os responsáveis da Pastoral Carcerária pela assistência ao CDP da capital haviam recebido um *e-mail* da assistente social

da unidade perguntando se teríamos interesse em retomar o projeto de remição por leitura, pois o raio 3, *da casa*, estava novamente ativo.

Houve uma aproximação ao longo dos meses, até que, em março de 2019, finalmente, agendamos uma conversa com o novo DG da unidade, o Dr. Clóvis. Ele nos explicou que a direção da unidade havia mudado e que a assistente social que conhecíamos, desde 2017, e que havia retomado o contato conosco, não fazia mais parte do corpo de funcionários. Daquele momento em diante, trataríamos diretamente com ele, de quem partiu a iniciativa de retomar o projeto remição.

Ele me pareceu, à primeira vista, muito diferente do diretor anterior, bastante simpático e um tanto próximo, sem endossar a distância que havia entre nós, eu e minha colega da Pastoral, e ele, diretor geral e principal responsável pela unidade, no mais alto cargo.

No encontro, tivemos que começar do zero, eu não o conhecia, apesar de ele se lembrar das minhas idas à unidade anteriormente. Até ocupar o cargo de direção, Clóvis esteve envolvido com as atividades administrativas ligadas à educação e ao trabalho. Ele se mostrou bastante interessado nas atividades educativas, e nos informou que era pedagogo. Para se tornar DG, um funcionário deve ser graduado em Direito, Pedagogia ou Psicologia. Acredito que isso diz muito sobre a prisão.

Na reunião, definimos uma data para a retomada e as condições em que o projeto se daria. Desde 2018, após uma rebelião em que defensores públicos foram feitos reféns⁶¹, não podíamos mais adentrar nos raios, ir até as celas, nossa visita se limitava à *viúva*. Não abraçávamos mais os rapazes, pois havia uma grade entre nós.

Fomos, então, Mariza e eu, levadas para conhecer a sala de eventos, onde Clóvis disse que seria montada uma biblioteca. Ali havia um logo enorme da SAP afixado em uma das paredes: à frente do logo, um púlpito, no canto esquerdo, o da porta pela qual entramos, uma grande prateleira de madeira pintada em branco, que ocupava toda a extensão da parede. Deu para notar que

⁶¹ FOLHA DE SÃO PAULO. **Defensores são libertados, e rebelião em prisão de SP termina após 22 horas**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/defensores-publicos-sao-libertados-e-rebeliao-em-cadeia-de-sp-chega-ao-fim.shtml>. Acesso em: 2 jul. 2022.

as prateleiras estavam bem sujas e quase todas ocupadas por livros. Nas cadeiras, espalhadas pela sala, estavam pequenas pilhas de livros. Notei indícios de uma tentativa de organização do acervo, então perguntei o que vinha sendo feito e soube que um agente, cuja mãe era bibliotecária, tinha iniciado a organização dos livros, mas naquele dia ele não estava na unidade, talvez estivesse em férias, licença médica ou folga. Comentei sobre a minha formação e me coloquei à disposição para auxiliar com as atividades de organização do acervo, além das outras.

O Dr. Clóvis nos mostrou duas caixas grandes, com cerca de cem livros, nas quais havia colocado os títulos mais “atrativos”, como *O caçador de pipas*, *A cabana*, *Capitães da areia*... Os itens também eram todos em brochura, só assim poderiam ser deixados no raio 3. O DG nos informou que havia sido cobrado para disponibilizar às pessoas presas esse material. Posteriormente, comentou que essa cobrança/recomendação havia sido feita em uma reunião com os diretores gerais da regional à qual a unidade estava vinculada. Clóvis informou que planejava adquirir uma caixa para colocar os livros e deixá-la no raio. Fiquei imaginando a cena, os ASPs deixando os livros na *viúva*, mais ou menos como o fazem os detentos quando entregam as refeições. Os livros seriam apenas ali deixados, tendo como critério a atratividade, aos olhos do DG, sem mediação, sem contato com alguém que os pudesse auxiliar, apenas os livros em uma caixa.

A ideia era que eles escolhessem os livros e depois devolvessem a caixa com os que não foram emprestados. O prazo de devolução não estava definido, mas provavelmente seria quinzenal. Comentei que poderia tentar conseguir doações e mencionei uma biblioteca em que havia realizado um trabalho e que teria livros para doar, me responsabilizei por dar um retorno sobre essa possibilidade.

Como não poderíamos entrar no raio e ficar em uma cela, realizar a atividade na *viúva* seria impraticável, a sugestão era a de fazermos a atividade na sala de eventos. O diretor ficou de verificar essa possibilidade com o setor de segurança.

Desde a reunião, salientamos que nossa condição era que os participantes não estivessem algemados durante o encontro; o que para o DG parecia aceitável, para nós, não era. Não apenas por questões de ordem prática, como o fato de impossibilitar a escrita, mas também em pensar como os participantes se sentiam em ter que passar horas algemados. Mais uma condição que teria que ser verificada com o setor de segurança.

Na reunião, acordamos os seguintes pontos:

- *Nesta primeira edição, o livro lido será Capitães da areia, de Jorge Amado;*
- *Início em 06/05/2019 e término em 27/05/2019;*
- *As atividades ocorrerão às segundas das 9h às 12h;*
- *Com 20 participantes do raio 3;*
- *Realização na sala de eventos;*
- *O material será fornecido pela Pastoral Carcerária (folha, caneta, livro, suplemento de leitura e saco plástico);*
- *Os participantes poderão deixar o raio com o material por nós fornecido;*
- *Nosso intuito/esforço será para que os participantes não estejam algemados no decorrer das atividades;*
- *O Diretor providenciará a divulgação e o possível sorteio dos 20 participantes;*
- *A programação desta e das demais atividades será para que entre a entrega do livro e a realização da resenha decorram 4 semanas;*
- *Planejamos entregar um chocolate para os participantes no dia da resenha;*
- *Nossas orientações aos participantes para confecção da resenha serão baseadas nos critérios: Estética; limitação ao tema; clareza e compreensão; fidedignidade, conforme as recomendações do CNJ;*
- *A unidade se compromete a não transferir os participantes ao longo das 4 semanas;*
- *Os livros serão devolvidos no dia da realização da resenha;*
- *O Sr. se comprometeu a conversar com o juiz de execução sobre a edição da minuta (que segue em anexo, conforme solicitado);*
- *Com as rodas de conversa que serão realizadas ao longo das 4 semanas, fica dispensada a necessidade de arguição oral.*

CLASSIFICAÇÃO

A resposta ao *e-mail* foi positiva, apesar de os pontos mais sensíveis – quantidade de participantes, uso de algemas e transferências – terem sofrido ressalvas. O número máximo de participantes foi diminuído para 15, antes havíamos pleiteado 25, ele negociou 20, mas, após conversa com o setor de segurança, alegando estarmos em fase de teste, diminuiu ainda mais. A não transferência dos participantes não era exatamente uma garantia e o não uso de algemas ainda não era uma certeza.

Na mensagem, ele também falou sobre a possibilidade de eu contribuir com a organização da biblioteca e me pediu para que ligasse assim que possível. Liguei na mesma hora, já empolgada. Combinamos uma visita para o dia 8 de abril de 2019. Clóvis não estaria na unidade, mas me instruiu a procurar por Thiago Martins, o supervisor técnico.

Quando cheguei ao primeiro dos muitos portões que me separavam da futura biblioteca, percebi um estranhamento por parte dos funcionários quando mencionei meu destino. Um deles chegou a me dizer que eu estava no local errado.

Por sorte, uma servidora também aguardava na entrada e soube me indicar com quem eu deveria falar, pois eu tinha esquecido o nome do funcionário.

Ao passar pelo terceiro portão, fui recebida pelo Thiago, homem alto, um pouco grisalho, olhos claros, sério, mas simpático, ao mesmo tempo. De modo geral, ele me pareceu bem mais quieto e objetivo que seu chefe, o Dr. Clóvis.

Conversamos rapidamente e ele me levou para ser revistada via *body scanner*. O procedimento foi o mesmo de sempre: informar o meu nome, o número de um documento. Entrei no aparelho, fiquei ereta, de frente para a parede, de costas para o funcionário. Mãos abertas e viradas para a frente,

pernas afastadas. A máquina foi ligada, a esteira se deslocou... Tudo certo, segui adiante, passei por mais três portões rumo à biblioteca, e, durante esse percurso, Thiago e eu falamos brevemente. Aproveitei para comentar sobre o estranhamento dos funcionários da entrada quando mencionei que eu iria até a biblioteca. Ele respondeu que algumas ações naquela unidade ainda eram novidade. Fiquei com receio de comentar sobre os fatos recorrentes.

Mais adiante, logo após a *gaiola* em que havia encontrado meu vizinho, ficava a sala do setor de disciplina, onde fui apresentada aos funcionários, e a sala seguinte era a de eventos (ou a biblioteca). A porta estava fechada. Era uma chapão, como dizem os funcionários, de ferro, pesada, toda vedada, pintada em azul-marinho, como as grades. Ao lado, havia uma janela, mas também fechada. O Thiago solicitou que os funcionários abrissem a porta, entramos juntos e fiquei circulando pelo espaço, ainda pouco à vontade com a presença dele. Informei que a minha atividade seria um pouco demorada, então ele retornou ao seu posto de trabalho, deixando os funcionários das salas vizinhas à minha disposição.

Comecei olhando o que o Tadeu, o agente filho de uma bibliotecária, já havia separado. Ele fez listas com informações como título, autor e uma sequência numérica. Encontrei uma para as enciclopédias, mas só a das coleções completas. Havia também uma divisão espacial, os religiosos estavam em pilhas dispostas nas cadeiras que, como em uma sala de aula, ocupavam o centro da classe. Os assuntos variavam entre católicos, espíritas e evangélicos, sendo uma pilha considerável composta por bíblias com capas azuis que faziam menção à Igreja Mundial. Encontrei muitos volumes da bibliografia do Bispo Edir Macedo e outras obras dele também. Muitos livros católicos eram da editora Paulus, algumas edições chegavam a ter mais de vinte itens repetidos, ainda envoltos em papel pardo, como um material que chegou não se sabe quando e que nunca foi aberto. Esses títulos eram semelhantes aos da penitenciária Metropolitana II, que visitei em 2014.

Logo à frente, próximo ao painel da SAP, ao fundo da sala, numa grande mesa de madeira bastante antiga, estavam os livros de direito. Já na prateleira, que me pareceu bastante cheia, foram deixados os livros de literatura. Estes, todos clássicos da literatura mundial, na verdade, em sua maioria

européia, faziam parte de grandes coleções e edições completas, daquelas com capas vermelhas, verdes ou azuis, com as letras em dourado ou prateado. Obras impressas em folhas grossas já amareladas. Pelo que identifiquei, os autores eram ingleses, russos, franceses, italianos, espanhóis, portugueses... Também encontrei alguns títulos de literatura argentina e peruana.

À medida que ia identificando a origem dos autores, passei a fazer minhas pilhas. Das três horas que passei na unidade, mais de uma hora e meia, provavelmente, foi dedicada à separação desses livros. Os franceses e ingleses foram os mais representados. Da literatura brasileira, percebi que havia uma coleção das obras de Machado de Assis, muitos volumes, mas de outros clássicos também. Diferentemente das obras estrangeiras, no 869, literatura em língua portuguesa, havia maior diversidade de edições, autores, editoras, anos de publicação e períodos literários.

Além da literatura, encontrei sociologia, química, história, geografia, biologia (não sendo esses livros didáticos) e medicina/saúde. O último montante que identifiquei era composto pelo que o Tadeu classificou como “culturais”, dentre os quais encontrei catálogos de exposições, biografias, livros de fotografia, artes plásticas e um pouco de história também.

Alguns livros estavam carimbados com “Biblioteca Centro de Detenção Provisória/número de série”.

Fiquei pensando que, na biblioteca em presídio, um livro de referência, tido como infantojuvenil, pode ser considerado uma obra de referência, simplesmente. No CDP, por exemplo, há uma enciclopédia infantojuvenil sobre baleias, orquestras sinfônica, estrelas, jatos e foguetes que, penso, poderia ser útil aos interessados não necessariamente daquela faixa etária.

O Tadeu fez uma seção de livros que nomeou como “relacionados aos detentos”. Essa classificação me chamou a atenção. Os títulos selecionados foram:

- *Os 11 passos e as 12 tradições de narcóticos anônimos*
- *Fugindo da prisão*
- *Do vício ao crime: orientações para a prevenção ao uso de drogas*

- *Casamento e divórcio*
- *Adoção: de menor a criança, de criança a filho*
- *LACPS: crianças, jovens, famílias e AIDS*
- *Dicas para começar de novo: interior e litoral – Grande São Paulo e São Paulo*
- *Pai ocupado, filho culpado*
- *Mãe no cárcere: observações técnicas para a atuação profissional em espaços de convivência de mulheres e seus filhos*
- *Enfrentamento à violência contra a mulher?*
- *O método fácil para parar de fumar*
- *A mente de um viciado e os 5 passos de cura*
- *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores*

SISTEMATIZAÇÃO

Após o primeiro dia de seleção na biblioteca, entrei em contato com o Dr. Clóvis, via *e-mail*, para comunicar sobre a necessidade de mais dias para continuar o trabalho de organização da biblioteca. Comentei que a sala estava bastante suja, muito empoeirada e com uma quantidade considerável de fezes de rato no chão e nas prateleiras. Pedi autorização para entrar com luvas na unidade, mas ele me respondeu que disponibilizaria as luvas e pediria a um dos detentos, do setor de trabalho, para que a sala fosse limpa. Marcamos uma reunião para discutirmos sobre as próximas etapas da biblioteca, sobre a criação de um sistema de empréstimo e mais detalhes sobre o projeto de remição por leitura, que tinha início programado para maio, mas que teria que ser adiado para junho.

A reunião foi marcada para o dia 11 de abril, pois logo o Diretor entraria em férias. Ao chegar no primeiro portão da unidade, fui atendida por um agente e informei que tinha uma reunião com o diretor. Este foi o diálogo:

- Com o diretor? – perguntou quase que impressionado.
- Sim, com o Dr. Clóvis – respondi.
- Mas ele agendou com você? – perguntou franzindo o cenho.
- Sim, agendou comigo – respondi afirmando também com a cabeça.

– Olha, moça, vou ter que ligar pra confirmar. – E, me olhando mais uma vez, disse: – Mas você é o que do preso?

Me expliquei e disse meu nome pela segunda vez.

– Léia!? Léia da Pastoral Carcerária? Ah, sim! Já vi que tem uma *Léia* aqui na lista de voluntários da Pastoral Carcerária que fica com a gente.

Mesmo assim, ele ligou, o Dr. Clóvis confirmou a reunião e então, finalmente, consegui passar pelo primeiro portão. Segui rumo a mais dois. Lá dentro, fui atendida por um funcionário muito jovem, com um semblante quase de adolescente, os cachinhos caindo na testa. Ele me pareceu uma pessoa muito fofa para ser agente penitenciário. Me encaminhou para a sala de espera, que já estava ocupada por dois advogados e um religioso. Os advogados estavam discutindo artigos e casos em que já haviam trabalhado. Um deles tinha um hálito de quem não comia há horas e estava bastante malvestido. Já o outro era bonito, tinha bochechas rechonchudas e coradas, um forte sotaque paranaense. O tempo de espera foi longo, deu para começar a ler um texto da Michele Petit que estava na mochila, mas também para conversar com o advogado paranaense sobre as Cataratas do Iguaçu. Quando os advogados foram para o scanner, fiquei na sala com o religioso, vestido com roupa social e segurando uma Bíblia. Na TV, estava sendo exibido o Encontro com a Fátima Bernardes e o convidado do dia, o professor Leandro Karnal, discutia a diferença entre saudade e nostalgia.

Após um certo tempo, o Dr. Clóvis apareceu. Sempre simpático, estava usando um suéter verde, os óculos de sempre e a barba por fazer. Apertou minha mão e segurou um pouco meu braço, como num afago. Me convidou para subirmos para sua sala no primeiro andar e, no caminho, me ofereceu água e café. Na sala, sentamos um de frente para o outro. Na mesa, havia uma Bíblia aberta com um terço estendido, alguns cacarecos, potes com canetas e utensílios, um creme para as mãos, papéis e documentos.

Eu disse que estava ali para ouvi-lo, então, ele contou sobre a visita do Juiz Corregedor à unidade, uma visita de rotina em que aproveitou para falar do projeto de remição. Segundo ele, o Juiz falou da necessidade de oficializar o início do projeto por meio de um documento, detalhando as atividades a serem

realizadas, como no formato de um projeto. Conversamos sobre esse formato, o diretor me mostrou o que já havia escrito e me prontifiquei a ajudá-lo com o texto.

Depois me mostrou a lista dos interessados em participar do projeto de remição, 64 pessoas. Os nomes preenchiavam duas folhas inteiras, escritos em caneta vermelha, portanto, pelos próprios interessados. Pelo que vi, havia informações sobre o nível de escolaridade, variando entre o sexto ano do ensino fundamental e o ensino superior. Dos 64, 30 já estavam condenados, e esse grupo seria o prioritário. Como só poderiam participar 15 rapazes, o diretor faria um sorteio – ele não me disse, mas eu sabia que esses nomes precisariam ainda ser aprovados pelo setor de disciplina.

Sobre a automação dos empréstimos, ele me levou até uma espécie de setor de informática da unidade, que ficava em uma sala um pouco mais adiante, onde me apresentou a dois funcionários, Wellington e Vinicius, que estavam desenvolvendo um sistema de controle de movimentação das pessoas presas. Cabe explicar que o CDP da capital tem muitos raios de trânsito, chegando a ser movimentada, mais de uma centena de pessoas por dia. A criação de um sistema local tinha como intuito otimizar os registros. O diretor tinha conversado com os funcionários sobre a criação de um sistema para a biblioteca, que poderia ser usado sem acesso à internet, mas à rede da unidade. Assim, eu e, futuramente, um detento poderíamos acessar o sistema de um computador que seria instalado na biblioteca.

O diretor Clóvis me contou todos esses planos e me deixou ali com os funcionários. Os rapazes me mostraram o que já haviam feito. Um deles, Wellington, havia pesquisado sobre classificação e me perguntou se eu sabia o que era a Cutter. Sorri e respondi que sim. Falei das entradas que precisaria para a catalogação (autor, título, ano, editora, cidade e outros) e que ainda não havia decidido qual sistema de classificação usaria, mas estava pensando nas entradas principais da CDD, atrelada a uma tabela de cores. Discutimos bastante essa possibilidade, e o Wellington foi me mostrando os comandos que precisava inserir para criar a interface que eu gostaria. Conversamos durante algumas horas, quando o Dr. Clóvis reapareceu para me buscar. Comentei que os rapazes eram mais legais que ele. A essa altura, o diretor e eu já havíamos criado uma certa intimidade, assim, penso eu, minha brincadeira foi bem recebida.

Deixei o setor de informática com planos de retornar depois para acertarmos os progressos, pois o Wellington tinha anotado minhas solicitações.

QUESTIONÁRIO

Voltei à unidade no dia 19 de abril. Como o Dr. Clóvis estava de férias, fui recebida pelo Tiago, supervisor técnico da unidade, responsável pelas atividades de trabalho e educação, já que nos CDPs não existe o cargo de CTE, como nas penitenciárias. Ele me disse que precisava da minha ajuda para responder a um questionário que a unidade havia recebido da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo (Coremetro). Ele me acompanhou até a biblioteca, para que eu continuasse com a organização do acervo, e deixou o questionário para que eu respondesse quando tivesse tempo. Não eram todas as perguntas que eu precisava responder, mas copiei todo o questionário no meu bloco de notas. Estas eram as questões:

SAP

*Coordenadoria de unidades prisionais da região metropolitana de SP
– Coremetro.*

Grupo regional de ações de trabalho – GRATE

Acervo/Biblioteca

- 1- Quais estabelecimentos prisionais contam com bibliotecas?*
- 2- Qual é a quantidade, em média, do acervo de livros existente em cada um dos estabelecimentos prisionais?*
- 3- Quais são os gêneros de obras literárias mais comumente existentes nas bibliotecas?*
- 4- Como se dá a reposição das obras?*
- 5- Quem cuida dos livros e disciplina os empréstimos das obras em cada estabelecimento prisional?*
- 6- Há registros documentais de tais empréstimos?*

7- *Há alguma estratégia regular de divulgação à população carcerária da existência dos livros e da possibilidade de que sejam tomados em empréstimo (inclusive com a possibilidade de se pleitear a remição de pena)?*

8- *Há algum documento normativo no âmbito da SAP regulamentando o assunto? Em caso negativo, pretende-se sua elaboração?*

9- *Há algum tipo de proibição de que familiares e amigos dos presos levem-lhes livros?*

10- *Há expressa proibição aos agentes penitenciários para que não danifiquem livros levados pelos familiares e amigos quando da revista no acesso aos presídios, por ocasião das visitas?*

Fiquei sozinha na sala, como da outra vez, a porta e a janela estavam abertas e os agentes do setor de disciplina haviam me visto. Me sentei para copiar as questões e então um dos agentes foi até lá e pediu que eu não me aproximasse da porta ou da janela, não até que ele voltasse. Poucos minutos após ele me deixar sozinha novamente, eu, evidentemente, o desobedeci, caminhei na ponta dos pés até a janela e olhei para fora. Diante da cena, entendi o porquê da ordem do agente. Do lado oposto à sala de eventos, um pouco mais adiante da entrada do raio, havia um *bonde* com as portas abertas. Contra a parede, um corredor de homens nus, com o sexo virado para a parede. Com as mãos para a frente, cabeças inclinadas para baixo, quase todos de pele escura, corpos emagrecidos, marcados por furúnculos e picadas de percevejos. Estavam sendo revistados para poderem entrar no veículo de transporte. Os agentes chamavam aquela ação de *procedimento* ou de *pagar um pelado*. Corri de volta para a mesa com receio de a minha desobediência ser descoberta. O agente se esqueceu de retornar. Horas depois, quando já havia encerrado minhas atividades no acervo, fiquei perto da porta, chamando, até que um deles veio me atender e informar que o procedimento estava encerrado. Ele também me levou até a saída, não era permitido que eu andasse pela unidade sem *escolta*, como eles diziam.

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Não mencionei, mas na minha segunda ida ao espaço tudo já estava limpo, sem poeira ou fezes de rato, na verdade, os rapazes do setor de trabalho haviam até usado uma espécie de *bom ar*, o ambiente estava bastante cheiroso.

Com boa parte dos livros já “classificados”, a direção colocou um dos rapazes do setor de trabalho à minha disposição, para carregar as caixas de livros e me ajudar na organização da estante. O setor de trabalho é composto por seis pessoas, se não me engano. Eles não habitam o raio, não têm contato com a massa carcerária, como dizem. Gozam de maior mobilidade na unidade, pois são designados para limpar a sala do diretor, o refeitório dos agentes, levar o lixo para fora da unidade, fazer serviços como pintura, jardinagem e afins. As celas em que habitam ficam abertas durante o dia, mas ao final do expediente são trancadas. Com o trabalho, eles recebem uma remuneração, de acordo com a LEP, e também a remição de pena. Quando conheci os rapazes do setor, fui apresentada ao Sr. Estevan, o agente responsável por coordenar o trabalho dos seis detentos e, via de regra, por trancá-los nas celas ao final do expediente.

A relação entre o Sr. Estevan e os rapazes – Cláudio, Robson, Lucas, Cleiton, Cassiano e Eduardo – me pareceu bastante amistosa, até com um certo grau de intimidade. O Sr. Estevan, assim como o Dr. Clóvis, não tem família na capital paulista, mas apenas em cidades distantes da capital. Eles inclusive residem em região próxima e têm sotaque bastante acentuado do local de origem. Como eles, boa parte dos funcionários da unidade vem de pequenas cidades do interior.

Após os procedimentos de “segurança” rotineiros, cheguei à sala de eventos e encontrei a porta trancada. Fui até a sala do setor de disciplina e pedi a chave. Enquanto aguardava, o Sr. Estevan passou por mim e informou que um dos rapazes do setor de trabalho me auxiliaria. Já dentro da biblioteca e tendo começado minhas atividades, vieram o Sr. Estevan e um senhor de óculos, chapéu, cabelos grisalhos, calça bege e camiseta branca. Estendi a mão para cumprimentá-lo, Cláudio estendeu a sua e se apresentou. Ele também era do interior, tinha um sotaque daqueles caricatos de personagens de novela das seis. Olhei para cima para poder ver melhor o seu rosto. Era um homem branco, com

linhas de expressão no rosto, mãos calejadas e um largo sorriso. Apesar dos cabelos brancos, tinha um corpo bastante – usando duas palavras do vocabulário da minha mãe – “enxuto” e “esbelto”.

Eu agradei ao Cláudio por ter vindo e comecei a explicar o que precisávamos fazer. Enquanto ele carregava os livros, continuei com a pré-classificação e seleção do que seria desbastado. O Sr. Estevan puxou uma cadeira e ficou nos observando. Nós três falávamos amenidades. Descobri que eles que tinham feito aquela prateleira, quando reclamei que a tinta branca estava saindo nas minhas mãos – mais uma de minhas indiscrições. Eles explicaram o que faziam no setor de trabalho e que aquela sala tinha sido toda reformada por eles. Eles também instalaram um portão diante da porta chapada da sala, possibilitando, assim, pelo menos do ponto de vista do setor de disciplina, o início das atividades do projeto de remição de pena por leitura.

Dias depois, retornei à unidade, para mais algumas horas de trabalho com os livros, e pedi ao Sr. Estevan que encaminhasse o Cláudio até a biblioteca. Quando chegaram, o Sr. Estevan fez menção de ficar conosco e eu disse que não era necessário, na verdade, brinquei perguntando se não havia mais trabalho a ser feito na unidade. Ele respondeu que não podia me deixar a sós com Cláudio. “Nois num pode deixar cê sozinha”, afirmou. Disse que estava tudo bem, que ele podia ir e que eu chamava, se precisasse de algo. Ele nos deixou e eu me senti mais à vontade para pensar e interagir com o Cláudio. Não lido bem com vigilância.

O Cláudio se mostrou um excelente ajudante. Descobri que ele também era um leitor assíduo e, enquanto trabalhávamos, discutimos algumas obras. Ele já tinha participado de um projeto de remição por leitura em outra unidade e, ao longo da organização, ficou fascinado com as enciclopédias. Ele não sabia muito bem como elas funcionavam, então contei um pouco sobre a história delas, expliquei os verbetes e sua organização em ordem alfabética. Confesso que acabei me afeiçoando ao Cláudio e, como ele me pareceu apto, cheguei a mencionar ao Dr. Clóvis que ele poderia ser o auxiliar de biblioteca de que precisávamos.

Em um dado momento, ao longo de nossas conversas, o Cláudio fez uma insinuação sobre a minha orientação política, “cê tem cara de esquerdista”. Sorri como quem diz: “ainda bem!”. Mas, diferente de mim, Cláudio era de direita, tinha um discurso fortemente meritocrático e, em alguns momentos, até um pouco fascista, para dizer o mínimo. Apesar de ficar um pouco horrorizada com algumas de suas falas, deixei que ele falasse. Uma coisa que aprendi na Pastoral Carcerária foi ouvir. Além de me contar sobre sua visão de mundo, ele contou um pouco sobre sua vida no interior, trabalhando na roça, dos filhos, da esposa, da fazenda, e sobre as viagens que fazia até o Paraguai, pilotando seu próprio avião, para trazer toneladas de maconha ao Brasil, creio eu. Nossa conversa sobre os voos se estendeu em muitos encontros, pois era um assunto que me interessava. Ele disse que não era a primeira vez que era preso. Perguntei se, quando estivesse em liberdade, pretendia parar com as atividades que o levaram à prisão. Ele sorriu e disse que não. Mas pareceu que dessa vez sua condenação tinha uma irregularidade e seu pedido de *habeas corpus* estava no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele também falou da irmã, que estudou muito, hoje mora no exterior e é professora universitária. Sua queixa sobre os filhos era que eles não eram aplicados o suficiente na escola e que sua esposa queria trocar de carro todos os anos. Hoje era ela que mantinha os negócios da família, algo no setor agrícola. Perguntei do que o Cláudio mais sentia falta da rua: “voar”.

SINALIZAÇÃO

Após alguns dias de trabalho com o Cláudio, finalmente conseguimos chegar ao fim da primeira etapa. Em função de um evento que haveria na sala, o Dr. Clóvis perguntou se seria possível adiantar o término, mas o meu trabalho, em um buffet, só me deixava o sábado livre. Precisei, então, da autorização do setor de disciplina para entrar no final de semana, quando nem o Dr. Clóvis nem o Tiago estariam por lá. Ao saber que eu estaria em pleno sábado na unidade, o Sr. Estevan e os rapazes do setor de trabalho me convidaram para tomar café da manhã. Eu achei que fosse brincadeira e cheguei após as 10h. Quando me aproximei da sala de eventos, ouvi queixas e reclamações do agente e dos rapazes, fiquei bastante sem graça, inclusive com a fala de Cláudio, comentando sobre o que eu havia perdido. Enquanto recortava em tiras as sinalizações do

acervo, que eu havia impresso em casa, o Cláudio terminava de organizar a sessão de literatura brasileira. O Lucas aproveitou para limpar a sala, enquanto o Cassiano, com um radiozinho, me perguntou se eu preferia sertanejo ou pagode e deixou o rádio lá tocando. O Sr. Estevan entrou para reclamar que ficou me esperando para o café e, por um momento, não parecia que estávamos na cadeia, a música, a atividade, a informalidade da conversa remetia a outro lugar.

O Cláudio me ajudou a deixar espaços entre os livros, pois não haveria mais pilhas de livros nas cadeiras, passaríamos tudo para a estante. Muita coisa foi desbastada, principalmente livros que tinham vinte itens iguais, permanecendo, no máximo, três de cada. As bíblias foram disponibilizadas para doação nos raios. As enciclopédias repetidas também foram retiradas do acervo, ficamos apenas com a mais atualizada e completa. Percebi uma resistência do Cláudio em descartar as lindas Barsas e, tempos depois, quando, após o almoço, passava um tempo com eles na oficina da manutenção, descobri que as enciclopédias ficaram com eles e que, inclusive Eduardo, que não frequentava o projeto de remição por leitura e nunca apareceu na biblioteca, costumava consultar os volumes.

Os planos que fiz não saíram exatamente como eu gostaria, no sábado à tarde tive que ir para o buffet, então o término das atividades de sinalização ficou para o Cláudio. Perto da hora de ir, fiz uma lista das pendências e instruções, e ele brincou com o Sr. Estevan, dizendo que eu acordava tarde, mas gostava de ir embora cedo. Fui convidada para o almoço, mas precisei recusar. Até aquele momento, nunca havia almoçado numa unidade prisional, o que depois se tornaria rotina. Cláudio se ausentou da biblioteca por alguns instantes. Quando voltou, trouxe um doce de batata doce, “já que você não vai almoçar com a gente, leve a sobremesa”.

DOAÇÃO

Retornei à biblioteca só dias depois, já para a atividade do projeto de remição. Só então pude observar o ótimo trabalho de Cláudio, tudo havia ficado como planejamos. Conforme os planos do Dr. Clóvis, um computador seria instalado na biblioteca, os itens seriam catalogados, depois faríamos uma versão

impressa do catálogo, que seria enviada ao raio juntamente com os livros no carrinho. Comentei com ele sobre a necessidade de termos um carrinho e escrevi a um fabricante solicitando uma doação. Perguntei ao diretor se eu poderia, às segundas, quando estivesse na unidade, levar os livros ao raio, conversar com os rapazes e fazer os empréstimos. Ele concordou.

Os planos pareciam ótimos, mas havia muito ainda a ser feito. Eu teria que conciliar o mestrado – já estávamos quase no final do primeiro semestre –, os *freelas* no buffet, o projeto de remição, as atividades da militância, as visitas pastorais e, por fim, minha vida pessoal ou o que restava dela. Acabou que na unidade priorizamos o projeto de remição, enquanto Clóvis tentava conseguir um computador. Meses depois, ele me disse que estava esperando minha disponibilidade de tempo para começar a catalogar, que ele poderia ir aos sábados comigo na unidade e me auxiliar no processo. Rindo, ele me culpou pelo embargo das atividades, disse que minha agenda estava muito cheia, mas sabíamos que ambas as partes estavam em falta, por assim dizer.

Não conseguimos a doação do carrinho, mas a doação de livros deu certo. Eu tinha solicitado a doação à biblioteca universitária onde havia prestado serviço. Não deu certo, mas depois, conversando com uma colega bibliotecária, responsável pelo acervo de uma grande unidade pública municipal, conseguimos. Fui convidada para uma reunião no local, e foi uma ótima experiência, as pessoas se mostraram muito interessadas em nos ajudar, uma delas até perguntou se poderia conhecer a biblioteca do CDP. Na reunião, conheci mais uma bibliotecária e um funcionário, eles me mostraram os livros que seriam desbastados, mas que, por estarem carimbados, não poderiam ir para uma estante de pegue e leve em um terminal de ônibus, por exemplo. Assim, a unidade prisional seria um local ideal. Os livros não estavam em más condições, mas a biblioteca precisava de espaço. Nós tínhamos espaço, precisávamos de livros e estávamos em um circuito restrito, até demais, de circulação.

A única solicitação da biblioteca municipal foi de que retirássemos os livros. O pessoal também traçou um perfil de assuntos que seriam interessantes de serem enviados ao CDP e se prontificou a fazer uma nova doação. Comuniquei ao Dr. Clóvis sobre a necessidade de retirar o material, ele então enviou um funcionário, teríamos mais itens para catalogar.

RECOMEÇO

Após nossa primeira tentativa malograda do projeto de remição de pena por leitura, em 2017, as atividades ficaram em suspenso, pois minha credencial da Pastoral só me permitia acesso ao CDP da capital, um complexo com muitos raios, mas que tinha apenas o raio 3 como local possível para a atividade, pois era o *raio da casa* e não um raio de trânsito. Confesso também que fui tomada por um certo desânimo após tanto esforço e empenho ter resultado em uma interrupção tão abrupta e imutável, como já descrito anteriormente, no item *Operação*.

Os livros que tínhamos arrecadado em 2017, quase todos foram perdidos, então. Para essa nova edição do projeto, fizemos uma nova leva de arrecadações e optamos, mais uma vez, por começar pelo título de Jorge Amado, *Capitães da areia*. Conforme combinado com o Diretor, no primeiro dia do projeto levamos para cada um dos 15 participantes: um livro, uma caneta na cor verde, folhas para rascunho, um suplemento de leitura e um saco plástico.

Fui acompanhada, mais uma vez, por Heitor, com quem continuava a fazer visitas pastorais desde 2017, e por Margarete. Nos encontramos, como de costume, na estação de trem e seguimos até o CDP. O Dr. Clóvis nos esperava após o primeiro portão, que é ainda ao ar livre. Ao me ver, sorriu, estendeu a mão e logo em seguida me beijou no rosto. Notei certo estranhamento por parte de minha colega ao observar a cena, acredito que em razão de, normalmente, não termos contato com os diretores. Penetramos na unidade, o diretor nos aguardou, enquanto separávamos o material para entrarmos. Assim como nós três, ele também foi submetido ao procedimento de revista no *scanner*. Segui para o quinto portão, levando comigo parte dos materiais e uma garrafa com água. Quando estava perto de cruzar a grade, um agente me parou e pediu que eu lhe entregasse a garrafa. Ele abriu o frasco, cheirou o conteúdo e, após se certificar de que era água mesmo, me autorizou a seguir.

Como o Dr. Clóvis estava conosco, não precisamos de mais uma escolta, ele fez as vezes de agente penitenciário, cargo no qual havia começado no sistema prisional paulista há mais de uma década. Quando chegamos perto da biblioteca, depois de passarmos pela *gaiola* e pela sala da disciplina, a grade externa, posta pelos rapazes do setor de trabalho, estava trancada. Dentro da

biblioteca nos aguardavam 15 homens. O funcionário abriu o portão, nós quatro entramos e o portão foi novamente trancado. Do lado de dentro, ninguém estava algemado, mas as calças na cor bege, as camisetas brancas e os chinelos demarcavam o “nós” e o “eles”.

Os moços estavam todos sentados em roda, naquelas cadeiras em que antes havia livros empilhados. Aquela sala era nova para o Heitor e a Margarete, então comentei com eles sobre o trabalho que vínhamos fazendo. Entrei na roda e cumprimentei cada um – “bom dia, prazer, eu me chamo Léia”. Fui seguida por meus colegas, que fizeram o mesmo. Depois nos sentamos na roda e o Dr. Clóvis, que permaneceu em pé, fez uma fala inicial sobre o projeto e sobre o que a unidade esperava dos participantes, no quesito de comportamento e cooperação. Eu não via a hora dele terminar, apesar de não ter dito nenhum grande absurdo. Alguns participantes fizeram perguntas, ele esclareceu as dúvidas e depois informou que nos deixaria para que pudéssemos realizar as atividades. Ele se despediu e pediu para que fôssemos à sua sala após o término. O portão foi novamente aberto e, enquanto o Dr. Clóvis falava conosco, pude ver do lado de fora o Sr. Estevan e o Sr. Nelson, diretor de disciplina, e mais alguns agentes que estavam acompanhando o início do projeto. Com a saída do Diretor, apenas um agente ficou no portão, do lado de fora.

Finalmente pudemos começar. Após uma rodada de apresentações, passamos à explicação do cronograma de atividades. Apresentei uma versão impressa, que estava no *kit* que cada um receberia. No cronograma, havia a seguinte sequência de atividades:

1ª semana – explicação do projeto, entrega dos livros e materiais de acompanhamento, apresentação dos participantes e informações gerais sobre o livro;

2ª semana – apresentação do contexto histórico da obra, correção e discussão do suplemento de leitura, explicações sobre a estrutura da resenha e roda de conversa;

3ª semana – correção e discussão do esboço da resenha e roda de conversa;

4ª semana – confecção da resenha.

TRABALHADORES

Conforme passei a organizar a biblioteca e ter contato com os rapazes do setor de trabalho, alguns deles demonstraram interesse em participar do projeto de remição pela leitura, o que, no caso deles, seria comutado com a remição de pena por trabalho. Após alguns dias indo à unidade, o Sr. Estevan conversou comigo, em nome dos rapazes, perguntando sobre a possibilidade de fazermos o projeto com os quatro interessados. Desde o começo, gostei da ideia e repassei a informação ao Dr. Clóvis, que já sabia da história: “não existe segredo na cadeia”, me alertou. Para minha surpresa, incluir os trabalhadores no projeto dependia mais dos voluntários da Pastoral do que da unidade; nós já tínhamos autorização, só precisávamos ter disponibilidade para fazer a atividade em outro horário. Não podia haver interação entre as pessoas do raio, da massa carcerária, com os rapazes do setor de trabalho, os KGB. Além da relação com os “espiões russos”, os trabalhadores eram assim chamados por serem malvistas pelos demais por terem muito contato com os funcionários. Eles não ficavam no raio como os demais, não comiam nos mesmos lugares e não ocupavam os mesmos ambientes, mas usavam os mesmos uniformes. Também tinham uma relação diferente com os funcionários, apesar de bastante hierarquizada.

Após o primeiro mês de leitura com a turma do raio 3, iniciamos as atividades com a turma da tarde. Eu era acompanhada por Christian e Antônio, dois outros voluntários da Pastoral. Já os participantes eram Cláudio, que me auxiliou na organização da biblioteca, Robson, Lucas e Cleiton.

Lucas não era nascido em São Paulo, era da região norte, mas morava na cidade há muitos anos. Homem negro retinto, com olhos um pouco amarelados, como quem tem alguma doença no fígado, e com um largo sorriso com diastema. Sempre bastante simpático e comunicativo, costumava não dizer as frases até o final, mas emitia alguns sons que serviam como conclusão de seu raciocínio. Na unidade, ele dividia a cela com Cláudio. Lucas nos disse, a mim e à Vanessa, uma outra voluntária da Pastoral, que estava na prisão por ter esfaqueado uma pessoa em uma briga de bar e que, após ser internado, o ferido veio a óbito. À época do ocorrido, Lucas ficou preocupado com a situação e resolveu se apresentar à polícia. Estava preso desde então, mas sem

juízo. Após alguns anos, a defesa conseguiu comprovar que a morte da pessoa esfaqueada fora mais em decorrência de problemas de saúde preexistentes do que da agressão. Assim, o ato de Lucas, antes qualificado como tentativa de homicídio, passou a ser agressão grave. Como o juízo levou alguns anos para acontecer, e considerando a remição por trabalho, ao final, Lucas foi posto em liberdade. Vanessa acompanhou de perto a história de Lucas, indo, inclusive, ao juízo. No começo de 2021, cheguei a encontrá-lo, por acaso, nas ruas do centro da cidade, já com trabalho, casa alugada e uma televisão recém-comprada com carnê nas Casas Bahia.

Robson, morador da Brasilândia, gostava de samba e costumava calçar tênis para participar dos encontros na biblioteca. Ele sempre falava do irmão, envolvido em atividades culturais, com quem acabei estabelecendo contato. Disse estar preso por ter esfaqueado a cunhada em meio a uma discussão e que, após um tempo internada, ela havia falecido e ele foi a júri popular. De pele escura e um belo sorriso, Robson fazia uso frequente de muitas gírias típicas da capital paulista e costumava relacionar os livros lidos com questões da vida cotidiana. Atualmente, está no semiaberto. Na sua primeira saidinha, no dia das mães, fizemos uma chamada de vídeo – eu, ele e o irmão.

Por fim, Cleiton, o mais calado de todos e com sotaque nordestino bastante carregado. De pele clara e cabelo escuro, dizia que, quando saísse da prisão, iria estudar teologia, era dono dos comentários mais conservadores. Bastante reservado quanto à sua vida pessoal, só chegou a comentar que era visitado pela esposa. Pareceu se identificar bastante com alguns trechos de *Vidas secas*, mas ao final dessa leitura não quis continuar com o projeto.

CHOCOLATE

Desde as primeiras reuniões com o Dr. Clóvis, surgiu a ideia de acompanhar a folha de resenha de um chocolate para animar os participantes, sendo um pequeno mimo ao final do mês de leitura. O DG não só autorizou a ideia, como também participou do revezamento que passamos a fazer – eu, ele e a Vanessa – a cada mês, contribuindo com a compra de chocolates para os 19 participantes do projeto e que acabaram chegando a alguns agentes pidões.

Quando o encontro com a turma da manhã acabava, algumas vezes eu saía da biblioteca e ia para o refeitório, enquanto que os rapazes, quatro por vez, eram algemados e levados à *gaiola*; em outros dias, esperava o agente terminar sua tarefa e saía após os rapazes.

Em uma semana que fui a primeira a ser destrancada, saí para almoçar deixando sobre a mesa meus materiais e os chocolates, que seriam entregues à turma da tarde. Quando a turma da tarde chegou, notei que a quantidade de chocolates que eu havia imaginado ter para cada participante não era mais suficiente. Fiquei sem saber o que havia acontecido e um pouco chateada pelos rapazes da tarde terem recebido menos doces. Um dos trabalhadores me disse: “aqui é cadeia, Léia, fica esperta”.

Na segunda-feira seguinte pela manhã, durante o encontro com a turma do raio 3, fui chamada por dois rapazes. Um deles me falou que na semana anterior havia pegado os bombons e, na hora de retornar ao raio, um agente encontrou os chocolates e ficou fazendo perguntas, eles responderam que eu tinha dado os bombons, o que era parcialmente verdade. A razão de me contarem foi para dizer que, se algum agente viesse me perguntar algo, eu deveria confirmar a versão deles. Não me senti sendo obrigada, ameaçada ou qualquer coisa do tipo, mas também não houve um pedido de desculpas ou justificativas, apenas um comunicado: “confirme nossa versão”. Cruzei os braços e levantei as sobrancelhas enquanto os ouvia. Evidentemente, não faria nada que pudesse prejudicá-los, mas não me furtei à oportunidade de reclamar diante da atitude dos dois. Falei que os rapazes da tarde foram prejudicados e pedi para que não voltassem a fazer nada parecido. Eles concordaram e ficou tudo certo. Nenhum agente falou comigo, eu também não tomaria a iniciativa de contar, pois provavelmente haveria uma reação bastante desproporcional.

EMBARQUE

Após o primeiro mês com a turma da manhã, lendo *Capitães da Areia*, começamos o projeto com a turma dos rapazes do trabalho. Pela manhã, líamos *Vidas secas*, e à tarde, *Capitães da areia*. Diante da necessidade de ficar o dia todo, passei a almoçar na unidade. No começo, ia até o refeitório próximo à diretoria, o que exigia que na volta eu fosse novamente revistada. Cansada do

procedimento, passei a almoçar no refeitório interno, dos agentes dos raios. Eu falava muito pouco na companhia deles, só pedia instruções quando necessário, pois não me sentia exatamente à vontade com todos. Quando a Vanessa estava comigo, era mais tranquilo, mas na ausência dela eu não tinha escolha. Eles não eram hostis comigo, em absoluto, mas era perceptível o constrangimento de ambas as partes. Às vezes eu precisava usar um dos banheiros, depois de um tempo passei a usar só o da sala do chefe de disciplina, que os rapazes diziam ser melhor para mim, e realmente era.

O refeitório ficava próximo ao canil, e eu costumava andar desacompanhada até lá para almoçar. Às vezes encontrava Gaia, uma gatinha que era cuidada pelos funcionários. O Dr. Clóvis comprava ração para ela, e eu o vi alimentando-a algumas vezes. Olhar Gaia se espreguiçando e pedindo atenção era o meu momento de felicidade. Mas nem sempre era assim.

Certa vez, saí do refeitório e havia um *bonde* estacionado em frente à saída do raio. Não havia outro modo de voltar à biblioteca sem passar por ali. Os demais funcionários do setor de disciplina estavam almoçando, acho que apenas um estava na sala, no computador; do lado de fora, além do *bonde*, estavam os funcionários da escolta penitenciária. Eles andavam fardados, feito soldados, e armados, também. Aliás, ver as armas grandes que eles tinham penduradas nos ombros sempre foi algo que me causou certa angústia. Como em um CDP a movimentação de pessoas presas é muito frequente, toda semana acabava encontrando alguém com armas em punho.

Enquanto me aproximava, comecei a ouvir a voz de um funcionário, ele estava na parte de trás do veículo e não percebeu que eu me aproximava. Ele gritava com os rapazes, xingava, dava ordens, chamando-os de presos. “Isso, preso”, “aquilo, preso”, como se não estivesse falando com seres humanos. Fiquei em dúvida se prosseguia até chegar ao raio de visão dele, até porque os rapazes estavam saindo da *gaiola* e entrando no *bonde* e, para isso, seriam, necessariamente, despídos e revistados. Optei por seguir adiante, pois seria pior ficar no meio do caminho, quase que escondida, a ouvir tais insultos. Prendi a respiração, abaixei a cabeça e caminhei rapidamente, olhando fixamente para o chão, com receio de ser vista por um daqueles rapazes desnudos e de envergonhá-los. Creio que fui vista pelo agente, pois por alguns

minutos ele parou de falar, segui ouvindo apenas minha respiração ofegante até chegar à biblioteca.

CÓDIGO

Cícero era um rapaz bastante jovem, não muito alto, rosto redondo e pele escura. O que me chamava mais a atenção eram seus olhos castanho-claros e graúdos que lembravam os de um personagem de desenho animado. Ele costumava participar bastante das discussões, sempre fazia as atividades e mostrava os rascunhos das resenhas. Certa vez comentei que ele grafava a letra A como um delta, o que me chamou atenção.

No rascunho de uma de suas resenhas, ele escreveu que os governantes só faziam “putarias”. Eu e a Vanessa levamos algum tempo para tentar convencê-lo de que aquela não era a maneira mais adequada de fazer a crítica. Ele não se deixou convencer e disse que o estávamos censurando. Depois de apresentarmos uma série de termos equivalentes, ele cedeu.

Geralmente, no dia de realização da resenha, os participantes me devolviam os livros e, enquanto produziam o texto, eu costumava folhear os itens entregues para retirar os marcadores de páginas ou qualquer outra folha esquecida.

Em meio a uma pilha de livros devolvidos, encontrei um pedaço de papel dobrado. Quando abri, à primeira vista, havia uma série de sinais, algumas palavras sem sentido aparente, pois estava escrito em código. Olhei mais uma vez e encontrei o símbolo do delta. Fui até o Cícero e lhe mostrei a folha. “É sua?” Ele arregalou os olhos, abriu a boca, mas não disse nada, tomou o papel da minha mão imediatamente e depois deu um suspiro de alívio. Eu apenas sorri. Não sei o que aquele papel representava, mas parecia ser importante.

POTE

Quando recebemos a doação de livros da biblioteca municipal, os itens vieram sem etiquetas e foram guardados no acervo de acordo com as categorias criadas. Como as atividades do projeto de remição aconteciam na

biblioteca, era bastante comum que, ao se fazer referência a algum livro, autor ou conteúdo, fossem usados os itens disponíveis ali para apresentar um autor, uma obra ou esclarecer uma dúvida.

Criar essa relação entre o acervo e as nossas discussões despertou nos participantes, e até mesmo em mim enquanto mediadora, a vontade de conhecer mais a coleção local e realizar empréstimos. Assim, alguns dos rapazes passaram a perguntar se poderiam pegar aqueles livros emprestados. Como não havia nenhuma regra estabelecida ou proibição da parte do Dr. Clóvis, passei a emprestar os livros, fazer indicações e conversar sobre essas leituras paralelas às que já estávamos realizando no mês corrente.

Um participante que fazia musculação no raio interessou-se por livros de educação física; outro, pela gramática da língua portuguesa; outro, pela vida do Bispo Edir Macedo. Tudo ia bem até que em uma segunda pela manhã um rapaz chegou se queixando: ele quase foi parar no *pote* por causa de um livro magnetizado.

Quando Rafael Godoi (2017), em sua etnografia, descreveu o *pote* – as celas de castigo –, mencionou que, quando se aproximava delas, era possível ver fragmentos de olhos e bocas. Das vezes que eu e meus colegas tentamos entrar nos corredores onde elas ficavam localizadas, não nos foi permitido. Então, do *pote*, posso dizer que vi fragmentos de pernas e braços, pois não cheguei a ficar de frente para aquelas celas, portanto, só avistei as partes do corpo que passavam entre os vãos das grades.

O rapaz não sabia dizer por que o livro tinha apitado no detector de metais e o agente que o submeteu à revista também não conseguia entender por que o detector estava sendo acionado. Na verdade, ele achava que o preso estava com algum objeto de metal e que poderia colocar em risco a vida de muitas pessoas. Desse modo, a reação do funcionário foi marcada por truculência e injustificável agressividade, mas, por sorte, o mal-entendido acabou se resolvendo, ao menos dessa vez, e ninguém foi para o castigo por um livro magnetizado. E da próxima vez? E os itens que ficaram no acervo? Essa passou a ser uma das minhas preocupações.

SUPLEMENTOS DE LEITURA

Após a realização da primeira visita ao CDP da Capital, em 2017, quando encontrei meu vizinho Renê do outro lado das grades, tive a ideia de montar um suplemento de leitura para dar suporte às atividades nos encontros semanais e auxiliar os participantes a escrever sobre as personagens e os aspectos da obra. Então, na semana seguinte levei uma atividade de palavra cruzada que construí a partir dos nomes dos protagonistas de *Capitães da areia*. Quando retomamos o projeto em 2019, além da palavra cruzada, fui em busca de novas questões em suplementos de leitura da *internet* e passei a produzir um material de apoio para cada livro, com base em imagens e perguntas encontradas nas buscas.

A intenção era a de reforçar as informações que poderiam ser apontadas na resenha, como o nome dos personagens, as questões sociais, as impressões de cada leitor. De acordo com nosso calendário de atividades, as questões do suplemento poderiam auxiliar a elaborar os parágrafos de rascunho da resenha, rascunhos estes que também liámos em grupo, uma semana antes do encerramento do ciclo de leitura, por meio da realização da resenha oficial. Nessas leituras coletivas da primeira versão das resenhas, fazíamos trocas, discussões, buscando sugerir mais clareza e fluidez aos textos produzidos

FIGURA 5 – Suplemento de leitura de Capitães da areia, folha 1

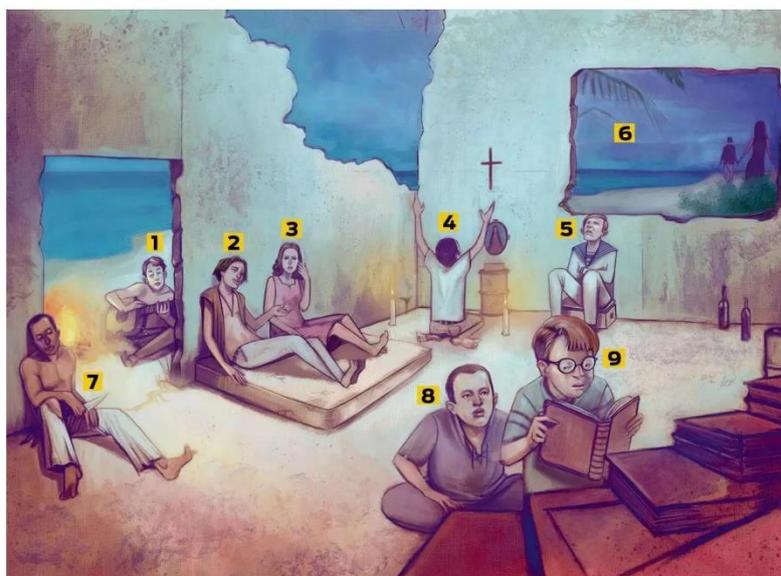


Projeto de Remição pela leitura
Ciclo 1: Capitães da areia de Jorge Amado - 2019

Suplemento de leitura:

Nome: _____ Data: ___/___/___

- 1) Com base na descrição dos personagens de Capitães da Areia, nomeie-os a seguir:



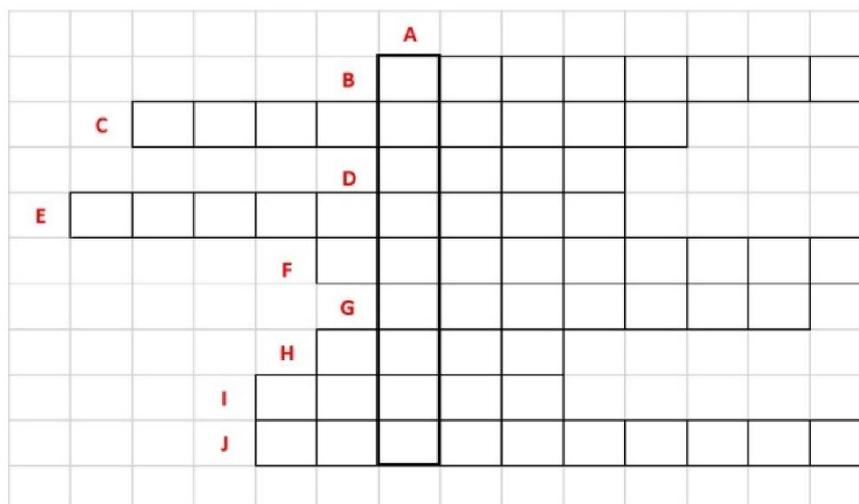
- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____
- 6) _____
- 7) _____
- 8) _____
- 9) _____

Fonte: elaboração da autora.

FIGURA 6 – Suplemento de leitura de Capitães da areia, folha 2



2) Com base nas questões, preencha a cruzadinha abaixo:



- A) Qual o nome do líder dos capitães da areia?
 B) Personagem muito religioso que se torna padre ao final da história
 C) Gosta muito de ler
 D) Única menina do grupo e amada por Pedro Bala
 E) Se infiltra nas casas para planejar os furtos e possui uma deficiência
 F) É afilhado de lampião
 G) Malandro, sambista e amigo de Querido-de-deus
 H) Usa brilhantina nos cabelos e é considerado o mais bonito do grupo
 I) Prostituta e amante de Gato
 J) O maior dos Capitães da Areia, o que protege o grupo e é chamado de “Negro bom” por Pedro-bala.

3) Sobre sua leitura

- a) Até o momento de sua leitura, o que você mais gostou da obra Capitães da areia?
 b) O que você aprendeu com o que leu?

4) Sobre a primeira parte do livro em que os Capitães da areia são retratados como crianças ladronas pelos jornais, responda:

- a) Você enxerga situações similares com a destas crianças hoje em dia, nas cidades brasileiras?
 b) Esses abandonados devem ser considerados marginais? Ou seriam vítimas?
 c) Passaram-se mais de oitenta anos desde a primeira edição de Capitães de Areia. Porque essa situação perdura há tanto tempo? O que poderia ser feito para mudá-la?

Fonte: elaboração da autora.

FIGURA 8 – Suplemento de leitura de O cortiço, folha 1





Projeto de Remição pela leitura
Ciclo 2: O cortiço, de Aluísio de Azevedo – 2019

Suplemento de leitura

Nome: _____ Data: ___/___/___

PARTE A

1) Os 23 capítulos da obra *O cortiço*, não possuem títulos, são apenas numerados. A seguir, crie um título para cada capítulo, de acordo com o que você achou de mais representativo, que lhe chamou atenção ou que resume a ideia principal de cada capítulo:

I _____

II _____

III _____

IV _____

V _____

VI _____

VII _____

VIII _____

IX _____

X _____

XI _____

XII _____

XIII _____

XIV _____

XV _____

XVI _____

XVII _____

XVIII _____

XIX _____

XX _____

XXI _____

XXII _____

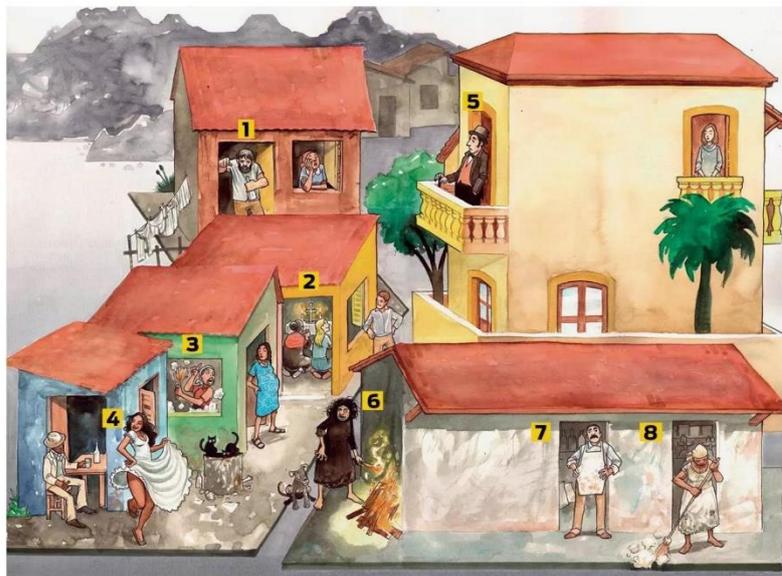
XXIII _____

Fonte: elaboração da autora.

FIGURA 9 – Suplemento de leitura de O cortiço, folha 2



2) Com base na descrição dos moradores do cortiço, nomeie-os a seguir:



- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____
- 6) _____
- 7) _____
- 8) _____

3) De acordo com sua leitura até o momento, o que você mais gostou da obra *O cortiço*?

Fonte: elaboração da autora.

FIGURA 10 – Suplemento de leitura de O cortiço, folha 3





PARTE B

4) Abaixo as características das personagens estão desencontradas. Relacione as duas colunas:

1) João Romão	a) Pessoa de alegria contagiante e intensa sensualidade, enchia de vida o cortiço; sua figura apresenta a síntese de elementos comumente associados à brasilidade.
2) Bertoleza	b) Português proprietário do sobrado vizinho ao cortiço, dono de uma loja de atacados e principal inimigo de João Romão.
3) Miranda	c) Português casado com Piedade, funcionário exemplar da pedreira, corrompeu-se após ser seduzido pela beleza de Rita Baiana.
4) Rita Baiana	d) Negociante português, ambicioso e explorador, era proprietário do cortiço e desejava enriquecer a qualquer preço.
5) Jerônimo	e) Escravizada que se uniu a João Romão, mas permaneceu sem liberdade, vítima das desigualdades sociais que a conduziram ao suicídio.

5) Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as seguintes afirmações sobre *O cortiço*:

() João Romão construiu o cortiço com uma preocupação humanitária, visando amenizar os problemas de moradia do Rio de Janeiro; para a construção, comprou sempre os melhores materiais.

() No início do romance, Miranda propõe a João Romão o estabelecimento de uma sociedade. Romão não aceita a proposta do vizinho, dando início a uma forte rivalidade entre ambos.

() A prosperidade de João Romão o conduz a um desejo de ascensão social. Para concretizar sua ambições, planeja casar-se com Pombinha, a Filha de Miranda.

() Após envolver-se com Rita Baiana, Jerônimo corrompe-se e abandona seu trabalho, entregando-se à vadiagem e ao alcoolismo.

() Miranda mudou-se para o sobrado vizinho ao cortiço de João Romão após notar que sua esposa Estela se insinuava para os caixeiros de sua loja.

Fonte: elaboração da autora.

FIGURA 12 – Suplemento de leitura de O cortiço, folha 5



PASTORAL
CARCERÁRIA
"Estive preso e vieste-me melhor"



SAP
Secretaria de Administração Penitenciária



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Identifique os personagens da obra *O cortiço* a seguir:



Fonte: elaboração da autora.

FIGURA 13 – Suplemento de leitura de Vidas secas, folha 1

 **PASTORAL CARCERÁRIA**
"Cativeiro prático e libertação na vida"

 **SAP**
Secretaria da Administração Penitenciária

 **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO

Projeto de Remição pela leitura
Ciclo 3: Vidas Secas, de Graciliano Ramos - 2019

Suplemento de leitura:

Nome: _____ Data: ____/____/____



Pintura da série "Retirantes", de Candido Portinari (1944).

1) A partir desta pintura, responda:

- Que realidade é retratada por Portinari na tela?
- Onde, no Brasil, essa realidade pode ser encontrada?
- Como é feito o uso das cores na tela?
- O que as cores usadas querem representar?

Fonte: elaboração da autora.

CAPITÃES DA AREIA

“[...] Essa obra de Jorge Amado transcreve na cidade de Salvador na Bahia, onde fala sobre uma desigualdade entre a cidade alta e a cidade baixa. Na cidade baixa, vivem um grupo de cerca de cem menores abandonados que se denominam os Capitães da areia, essas crianças tem por volta de oito a quinze anos, morão em um trapiche abandonado que usão para dormir e para dividir os ganhos de seus furtos e roubos.”
– R.L.B., 15/08/2019.

“[...] Capitães da areia é uma história escrita por ‘Jorge Amado’, sobre uma realidade do passado que ocorre até os dias de hoje, sobre um grupo de crianças e adolescentes que esquecidos pela sociedade que fogem da responsabilidade, enquanto se julgam honestos e ilustres por serem mais favorecidos em uma sociedade injusta e hipócrita.” – W.A.G., 23/12/2019.

“[...] Eles se reunião num lugar que antigamente era um armazem que se chamava trapiche, la eles dormem fais suas reunião para fazer seus pranos para seus proximo roubos e furtos la tinha um menino que era o líder do grupo, ele era o mais terivel deles o nome dele era chamado Pedro Bala.” – L.A.S.B., 05/08/2019.

“[...] Quando com seus olhos viu aquele carrossel com os cavalos quebrados mais rodando, as luzes vermelhas, azuis, a música que saia da pianola antiga focou nele e nada aconteceu com aquelas pessoas. Todos ali se divertiam juntos brincaram e tiveram um dia de criança.” – A.L.S., 05/08/2019.

“[...] E Dora que ainda não sabe que Pedro bala ira virar seu grande amor. E Pedro quando conhece Dora ele não queria que ela ficasse no grupo mas depois que a conhese ver que ela é tambem uma guerreira ele ser apaixonona por ela que pena que o amor dos dois não dura muito

peelo fato que ela morre e Pedro fica sem seu amor.” – C.S.S., 05/08/2019.

“[...] Vemos essa mesma realidade tratada no livro nos dias de hoje encontramos em nossas cidades brasileiras crianças marginalizadas vivendo no abandono na falta de apoio de familiares e principalmente as margens de uma sociedade falida que predomina a injustiça social.” – O.M.T., 23/12/2019.

“[...] Essa obra retrata uma desigualdade social ocorrida na época onde um grupo de crianças abandonadas não encontra apoio familiar nem da sociedade e a única maneira de sobreviver é através do crime e a prática de furtos e delitos, mas mesmo com as dificuldades eles conseguem mudar seus destinos.” – G.L.V., 05/08/2019.

“[...] E Dora que era amada por Pedro Bala entre outros havia o Padre José Pedro que ajudava os menores, e D’Aninha Mãe de Santo querida pelos meninos. Era uma vida sofrida eles eram perseguidos pela polícia e discriminados pela sociedade, havia regiões distintas para o convívio entre a sociedade e a periferia.

Existe até hoje um divisor de águas são problemas atuais que se propaga por anos. Família de baixa renda ou sem renda, que por sua conta deixa seus menores para viver de qualquer forma, sem nenhuma estrutura ficam a viver na marginalidade das grandes e pequenas cidades do país. Na história do autor podemos dizer que isso é uma realidade que vivemos até os dias de hoje.” – J.E.C., 23/12/2019.

CINEMA

Conforme ocorreram as primeiras discussões sobre *Capitães da areia*, comentei com os rapazes que haviam produzido um filme a partir da obra. Eles pareceram interessados em assistir. Então, conversei com o Dr. Clóvis sobre a possibilidade de exibirmos o filme. A resposta não foi imediata, ele disse que pensaria a respeito e, após certa insistência, conseguimos. Na semana

seguinte à realização da resenha, quando entregaríamos o próximo livro a ser lido, *O cortiço*, exibimos o filme *Capitães da Areia* (2011)⁶². Um funcionário do setor de informática levou até a sala um computador, caixinhas de som, projetor. O filme foi projetado na parede branca da sala. Tentei levar pipoca, mas acabou que não conseguimos.

Coube a nós levar o filme em um *pen-drive*. Margarete encarregou-se de fazer o *download*. Viramos todas as cadeiras para a parede, fechei parcialmente a janela e encostei a porta de metal, o *chapão*, que ficava depois da grade. Essa porta costumava ficar sempre aberta, com a grade trancada. Queria diminuir a incidência de luz para vermos melhor a projeção. Após alguns minutos de exibição do filme, o diretor de disciplina empurrou a porta e a abriu, tornando a sala clara novamente. Ele não disse nada, apenas nos olhou. Os rapazes não se manifestaram, eu fiquei resmungando para eles, mas não disse nada ao funcionário.

Todos os meses, após a realização da resenha, passamos a exibir o filme correspondente, porém agora sem encostar a porta e sem conseguir fazer pipoca, pois o Dr. Clóvis disse que não havia fogão. Parece que ele não atentou para o avanço tecnológico, conquistado com o aparelho de micro-ondas.

Alguns participantes manifestaram ter entendido melhor as obras depois de assistirem ao filme; uns disseram que preferiam o livro ao filme e outros que preferiam o filme ao livro. O filme de *Vidas secas* (1963)⁶³, assim como o livro, recebeu as maiores críticas, considerado monótono e de difícil interpretação, já o filme baseado em *O cortiço* (1977)⁶⁴ deixou rostos corados e provocou o riso.

⁶² CAPITÃES da areia. Direção: Cecília Amado. Salvador, 2011. 1 DVD (96 min), son., color., 35mm, 1.85:1, Dolby Digital.

⁶³ VIDAS secas. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil: Manchete Video, 1963. 1 DVD (103 min), son., p&b, 35mm, 1.66:1, Mono.

⁶⁴ O CORTIÇO. Direção: Francisco Ramalho Jr. Brasil: Argos Filmes, 1978. 1 DVD (110 min), son., color.

O CORTIÇO

“[...] A presente obra de Aluísio de Azevedo, a qual ocorre no bairro de Botafogo no estado do Rio de Janeiro, o qual a mesma conta a história de dois Portugueses ambiciosos. João Romão e Miranda tinham a ambição de crescer na alta sociedade.” – M.S.F., 12/11/2019.

“[...] Um livro incrível com aproximadamente 130 anos de publicação, o autor tenta relatar a realidade de diversos brasileiros da época, algo interessante é a forma que o autor compara animais com os seres humanos, quase tudo que o autor fala durante o livro ainda está frequente no século XXI (adultério, homossexualidade, dificuldade financeira etc...).” – M.H.C.M., 17/02/2020.

“[...] A personagem Rita Baiana uma mulata de ótima aparência e muito sensual que sempre causava boa impressão e cativava a todos ao seu redor, ela que reaparece ao cortiço depois de alguns meses fora, em viagem ao centro da cidade, onde esteve curtindo a vida com festas e baladas”. – M.J.R.S., 17/02/2020.

“[...] Concluo devido a ganância de João Romão sua companheira suicidou-se, João Romão continuou rico e ganancioso pisando em tudo e em todos para manter o status.” – V.S., 03/11/2019.

“[...] Hoje eu concordo com isso do livro, de que as influências determinam o comportamento da pessoa, por experiência própria. Hoje eu convivo com um pessoal bacana, e hoje eu penso totalmente diferente do que eu pensava antes, por conta desse convívio.” – P.R.L.M., 03/11/2019.

RITA BAIANA

“Nossa, Léia, você deve dar um trabalho...”. Quantas vezes uma mulher já não ouviu comentários semelhantes? Mais especificamente, quantas

vezes uma mulher negra, em uma sociedade racista, que objetiva e hipersexualiza corpos negros, como a brasileira, já não ouviu essa mesma insinuação? Eu já tinha ouvido muitas vezes, mas confesso que, quando fui abordada assim na cadeia, foi pior do que em outros lugares.

Na maioria das vezes, foi no contato com pessoas externas à militância da pauta prisional e de direitos humanos que observei maior estranhamento em relação ao fato de realizar visitas às prisões. Nesses momentos, fui bastante questionada a respeito da minha segurança, integridade física e possíveis violências sexuais que poderia sofrer, no sentido amplo do termo. Minhas respostas foram sempre que me sentia mais segura e respeitada nas prisões do que andando pelas ruas da cidade. Mas essa sensação de segurança não significava ausência de todo e qualquer tipo de violência. Na verdade, infelizmente, não posso esquecer que, a despeito das posturas individuais, o “respeito” na prisão também se dá a partir de um contexto de intensa repressão e violência, exercidas por parte tanto dos agentes prisionais quanto das pessoas privadas de liberdade. Biondi (2010) lista uma série de procedimentos, regras que se referem ao tratamento das visitas femininas nas prisões do PCC, e regras semelhantes se aplicam às outras unidades prisionais.

Certa vez, visitando, quando ainda era possível entrar, um raio do CDP, subi por uma escada até o piso superior para falar com as pessoas que estavam em celas fechadas, na *tranca*. Aliás, realizei essa atividade muitas vezes, porém em uma delas fui observada por um rapaz enquanto subia, atitude considerada desrespeitosa por seus companheiros de raio. Por esse ato, pelo que soube, houve uma punição; ele foi agredido por seus colegas e, depois, enviado ao *pote*. Enquanto estive no raio, não soube de nada. Na verdade, fui informada por outro colega da Pastoral que, ao me contar, reproduziu parte da violência, dessa do dia a dia, que está nas piadas, nos comentários tidos quase como elogiosos.

Em outra ocasião, também andando pelo raio prisional, passei por um grupo de rapazes no corredor, e um deles esbarrou em mim com a mão, na região das nádegas. Voltei para trás instintivamente, ele me olhou quase que em pânico, gesticulando que havia sido sem intenção. Fiquei preocupada com ele,

que fosse mal interpretado pelos colegas e punido. Eu disse que estava tudo bem, tentando não gerar alarde, acredito que se alguém desconfiasse seria pior.

Em uma dessas idas ao segundo piso, passei na frente de uma cela em que quase todos os rapazes na *tranca* não usavam camisa. Na cela, houve uma movimentação geral para se vestirem, e me afastei do raio de visão em meio a pedidos de desculpas, tanto da parte deles como da minha. Lá de cima, eles não tinham como saber da minha chegada, mas ainda assim poderiam ter problemas por estarem sem parte da roupa.

Por fim, em um raio de oposição, um rapaz havia solicitado uma informação e, na semana seguinte, retornei ao local para a visita e para retornar todas as solicitações que havia recebido. O meu colega, Gabriel, a quem eu acompanhava na visita, estava dentro de uma cela e eu fui para o lado de fora, me sentei no chão e conversei com alguns rapazes que estavam por perto. Um tempo depois, o rapaz que havia me pedido uma informação sobre o seu processo, veio me agradecer mais uma vez pelo informe, ele se abaixou ao meu lado e disse: “E aí, Dona Léia, como eu posso te agradecer?”. Eu estranhei o tom de voz, havia malícia, estranhei a abordagem e me senti acuada, de certa forma, pois ele já tinha me agradecido antes e agora me abordava novamente, meio que longe dos demais. Perguntei se ele acreditava em Deus, ele disse que sim, sugeri que ele me agradecesse rezando. Me afastei dele o mais rápido que pude, com um misto de medo e raiva.

Com exceção da insinuação que mencionei, nenhum dos outros acontecimentos me fez questionar se eu deveria realmente continuar indo à prisão ou me levou a fazer qualquer pronunciamento sobre o ocorrido. Mas, no caso dessa fala sobre meus atributos sexuais, feita pelo rapaz do setor de trabalho, por ter ocorrido no contexto do projeto de remição e pelo fato de a fala evocar elementos de racismo e machismo, achei que seria importante discutir sobre essas formas de violência que também poderiam atingir o rapaz que me abordou enquanto homem negro.

Por coincidência, naquele mês estávamos lendo *O cortiço*. Em todos os grupos, a Rita Baiana, personagem importante da obra, foi muito citada. Os comentários sobre ela eram feitos entre risos e rostos corados. Confesso que achei graça em muitos casos, quando eles tentavam ser pudicos, mesmo ao comentarem episódios descritos por Aluísio de Azevedo ou a atuação de Betty

Faria, após assistirmos ao filme. Tentava deixá-los à vontade para se expressarem, apesar de entender que poderia haver conflitos ou punições caso os colegas achassem alguma fala exagerada. Eu mesma tentava me policiar para não falar palavrões e me desculpava em todas as ocasiões, pois sabia que não era permitido que eles usassem palavrões diante das visitas.

Com o grupo dos trabalhadores, do qual o autor da fala fazia parte, na semana seguinte comecei uma conversa sobre a Rita Baiana, destaquei as descrições animalizadas e desumanizadoras que apareciam em todo o romance, aliás, uma característica dos naturalistas. Tentei traçar uma relação com a hipersexualização de corpos e o quanto ela é dolorosa, sem poupá-los dos fatos exemplos da minha experiência pessoal com o assunto. De certa forma, todos participaram e espero ter conseguido transmitir o recado.

VIDAS SECAS

“[...] Graciliano Ramos relata no livro Vidas secas a história de uma família de retirantes em procura de uma estadia, comida e bem estar. Fabiano como protagonista é o pai de família Fabiano sempre quis o melhor para sua família e a única forma dele ter esse conforto é se deslocando de um interior a outra na periferia do sertão.” – V.S., 02/09/2019.

“[...] A parte onde esse livro foi mais marcante foi quando Fabiano teve que sacrificar a baleia. E pedir para que sua esposa e filhos se retirarem do local aonde ele acabaria com o sofrimento da baleia.” – W.F.R., 02/09/2019.

“Eu achei que a história é legal, mas fica desconexa, porque não tem um final das histórias. O autor é muito áspero, ele fala de uma maneira rígida, na história do livro. Me cativou porque fala do nordeste, porque é a minha terra, mas não tem final das histórias, que era bom ter.” – P.R.M., 02/09/2019.

“Sinha Vitória tinha o sonho com uma cama igual a do senhor Tomás da bolandeira, um homem que perdeu tudo que tinha na seca mas era uma pessoa culta que lia sempre e todos o respeitavam por isso.” – G.L., 02/09/2019.

“[...] Mesmo há tantas décadas, o autor nos surpreendeu com uma obra trazendo ao leitor a sua fértil imaginação sobre seus livros para que possamos entender a tão difícil vida do sertão mesmo que em algumas partes dos capítulos não conterem nenhuma ligação porém a mesma foi muito bem traduzida para nossa realidade atual desde então eu agradeço ao autor por sua reflexão nesta obra.” – M.R.S.F., 02/11/2019.

SURF

Gustavo e Luís ficavam sempre próximos nos encontros. Gustavo era mais velho, homem de pele clara, olhos azuis, careca e com nível superior completo, um dos poucos da turma. Já Luís, mais jovem, era dono de uma letra muito bonita que sempre recebia elogios meus, pai de duas filhas, alto, magro, pele clara, cabelos lisos e sorriso de quem já usou aparelho nos dentes. Certa vez, observando a lista de participantes do projeto, que continha, além do nome completo dos participantes, o número de matrícula SAP, o grau de escolaridade e o número da cela que habitavam, notei que a matrícula de Luís era a sequência da de Gustavo. Fiquei impressionada com o fato e, quando comentei com eles, apenas sorriram. Depois entendi que haviam sido presos juntos, no mesmo *B.O.*, por tráfico de drogas.

Em uma segunda-feira, após voltar do almoço, encontrei os rapazes ainda na *gaiola*, fazia mais de meia hora que aguardavam para voltar ao raio e almoçar. Parei para conversar com eles e notei que, ao longo da conversa, que foi recheada de sorrisos, uma assistente social, funcionária nova na unidade, passou por nós e nos olhou fazendo questão de demonstrar sua reprovação. Os demais funcionários nada disseram. Conversamos bastante, Gustavo falou da sua vida, disse que morou em Santa Catarina, que surfava e que havia morado na Nova Zelândia, onde teve seu primeiro filho. Comentou das ondas do outro lado do planeta e que, quando foi preso junto com Luís, a carga continha uma

tonelada de maconha. Ele perguntou se eu era a favor da legalização das drogas, e tivemos uma conversa muito interessante sobre isso. Segundo eles, o esquema só deixou de funcionar porque foram delatados. Junto com os dois foi presa uma moça; ela já estava em liberdade e eles com uma condenação para cumprir. Luís falava menos que Gustavo, mas parecia sempre concordar. Certa vez, eu e a Vanessa vimos que o braço de Gustavo envolvia Luís, que deitava um pouco sobre o colega, achamos o gesto muito bonito, até então inédito, e quando comentamos eles apenas sorriram. Então observei outras duplas semelhantes nos grupos, das que haviam sido presas juntas, das que demonstravam carinho ou de ambas.

VULGO

No início de cada ciclo, costumava tentar decorar o nome dos participantes e os incentivava a saber também o nome de seus colegas. Percebi que, mesmo estando todos no raio 3, não se conheciam. Então, na tentativa de aproximar o grupo, insisti para que fossem aprendendo. Muitas vezes eles queriam justificar a ausência de um colega, mas não sabiam dizer o nome, só o vulgo, então eu ficava sem entender a informação, pois não os conhecia pelo vulgo. Com um dos grupos fiz o combinado de aprendermos os nomes até o final do mês, mas, quando o dia chegou, nenhum deles sabia. “Ah, Léia, mas você quer saber o nome? Se for o vulgo eu sei o de todos, mas o nome, aí fica difícil”. E foi apontado, “esse é o *Japa*, o *Dente*, o *Gordo*, o *Zóio...*”.

Um deles interveio e me informou que saber muito sobre os colegas poderia ser algo malvisto. Ter o nome, a matrícula e outras informações dos parceiros poderia ser visto como uma forma de passar informações aos agentes prisionais, então o vulgo acabava dando uma certa segurança. Reclamei que eles haviam demorado um mês para me dar essa informação, me desculpei pela indiscrição e disse que, depois de conseguir decorar 15 nomes, eu decoraria 15 vulgos.

BICA

Damião costumava ficar em silêncio e, ao longo dos encontros, sentava sempre ao meu lado, escapando, às vezes, do meu raio de visão. Ele tinha bochechas rechonchudas e marcas permanentes de olheiras, olhos pequenos, cílios grandes, pele escura e a marca da barba pelo rosto, mesmo sem pelos. Ao final da leitura do primeiro livro, trouxe um rascunho da resenha em que havia trechos corrigidos com a letra de outra pessoa. Ele estava sentado e eu andando pela sala enquanto lia os textos para depois fazer apontamentos gerais. A ideia era a de aprenderem, a partir da produção deles, como fazer uma resenha. Quando passei pelo texto de Damião, agachei ao lado dele e perguntei se a visita havia corrigido seu texto, ele apenas fez que sim com a cabeça e não disse mais nada. Achei o rascunho ótimo, ele serviu de parâmetro para a conversa geral que tivemos.

De todos, Damião foi o último a ser mais participativo. No mês seguinte ele já sorria, pois até então era bastante sério, e eu, na minha insegurança, achava que ele não gostava dos encontros e das nossas conversas. Porém, no dia da realização da terceira resenha, portanto, nosso último encontro, ele me contou sobre sua vida, já bastante aberto e comunicativo. Disse que antes trabalhava em uma empresa de informática, tinha um salário regular e uma vida pacata. Cansado da mesmice, assinou um acordo de demissão e, com o dinheiro da rescisão, comprou uma bica, um ponto de venda de drogas, que, no caso dele, ficava em uma periferia da cidade. Eu não escondi minha surpresa, não sabia que bicas podiam ser compradas, então ele e Yuri riram do meu desconhecimento.

Aliás, Yuri também estava preso por ter relação com o tráfico de drogas, ele comentou que seu estoque ficava em cima de uma igreja, com o conhecimento de alguns fiéis. Yuri era de origem japonesa, seu vulgo na prisão era *japa*. Ele contou que sempre esteve envolvido com o tráfico, mas que sua atual esposa estava querendo que ele saísse. Perguntei como ele estava lidando com isso, e a resposta foi que, quando eles se conheceram, ele já estava no tráfico e que não pretendia mudar. Já Damião disse que a esposa havia reprovado o pedido de demissão e a compra da biqueira, mas que, com o aumento do dinheiro, “ela se acostumou com a boa vida e parou de reclamar”.

Mas a ida para a prisão frustrou os planos de Damião. Ele me contou que, ao ser preso, perdeu a biqueira e todo o dinheiro investido, e teve que implorar ao policial que não entregasse seu celular novo à esposa. “Eu pedi pra ele jogar no chão e pisar em cima na minha frente. ” Não entendi a razão até ele comentar que naquele aparelho mantinha contato com amantes e, se a esposa descobrisse, “eu teria perdido tudo num dia só, a biqueira, a mulher, o dinheiro e a liberdade”. Sem saber de todas as ações do marido, a companheira de Damião continuava visitando-o e corrigindo suas resenhas.

Já Yuri disse que a esposa, sempre que o visitava, cobrava por mudanças, atitude que foi acentuada após uma conversa da família com a nova assistente social da unidade, a mesma que reprovou com os olhos a minha conversa com Gustavo e Luís. Segundo Yuri, a assistente social falou do tempo de pena que ele tinha para cumprir, de suas inúmeras passagens pelo sistema prisional e perguntou se era isso mesmo que a mulher queria para a vida dela. Indignado, Yuri contou que a funcionária estava semeando intrigas e querendo destruir sua família. Apesar da crise conjugal, os negócios de Yuri permaneciam intactos. Sobre a igreja, ele parecia contar com uma proteção que Damião não tinha.

TRANSFERÊNCIA

No nosso último encontro com a turma do primeiro ciclo, havia apenas cinco participantes, os demais haviam sido transferidos para uma penitenciária na região metropolitana. Quando cheguei à biblioteca e não encontrei quinze pessoas para fazer a resenha, fiquei enfurecida. A Vanessa tentou manter a calma, fizemos as resenhas e, depois, fomos conversar com o Dr. Clóvis para saber o que havia acontecido. Ao longo da manhã, ainda com os cinco rapazes, um deles, Edson, me disse que achava que os colegas tinham sido transferidos porque ficaram conversando comigo na *gaiola* e a atitude foi reprovada pelos funcionários. Fiquei arrasada com essa possibilidade e, antes de ir almoçar, falei com o Sr. Estevan, que me disse que, se tivesse me visto conversando com os rapazes, “teria te tirado de lá, nossa, cê num podia ter ficado lá falando com eles”. Porém, mesmo reprovando minha atitude de ter ficado conversando na *gaiola*, Estevan achava que essa não tinha sido a razão da transferência.

Segundo o Dr. Clóvis, que ouviu calmamente todas as minhas reclamações, a mudança de unidade ocorreu na semana em que a resenha já deveria ter sido escrita. Tinha havido mesmo um adiamento na data de realização do texto, informação que não foi repassada ao setor responsável pela transferência dos rapazes. Além do pedido de desculpas por parte do diretor, também foi estabelecido contato com a unidade para a qual quase todos tinham sido transferidos. Enviamos o formulário da resenha, eles escreveram os textos e depois recebemos uma versão digitalizada. Alguns livros foram deixados no raio 3 e outros enviados via malote. Só não consegui me despedir do Luís, do Gustavo e dos demais, o apego foi natural. Lamentar a ausência, inevitável.

NARRADOR

Edson foi um dos cinco que ficaram na unidade, ele estava preso há alguns anos ali mesmo no CDP da Capital e já havia passado pela prisão outras vezes. Tinha cabelos lisos que caíam sobre as sobrancelhas, um jeito simples, muito amável conosco e bastante respeitado pelo grupo, por sua *caminhada*. Seu discurso não era meritocrático como o de Cláudio, ele falava sempre das ações ocorridas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Nordeste e defendia os princípios do coletivo do qual fazia parte – pela justiça, paz, liberdade, igualdade e união.

Edson não sabia ler e escrever quando foi preso. Aprendeu a ler na cadeia, mas ainda não tinha aprendido a escrever. Só obtivemos essa informação quando o projeto começou. Combinamos com a direção que as resenhas dele seriam ditadas, então, nos dias de confecção, ele narrava e uma de nós – eu, Vanessa ou Margarete – escrevia.

Quando lemos *Vidas secas*, ele fez muitas relações entre sua infância e a obra, inclusive explicou o que eram os seixos por onde os personagens passavam, coisa que ninguém sabia o que era. Em um dos encontros falamos sobre como Fabiano era enganado, da dificuldade dele em se expressar e das profissões sem formação, e de como eram mal remuneradas. Os rapazes listaram as profissões para as quais não é preciso formação, Edson listou a *profissão perigo*. Assim que ouvi não entendi, então ele deu uma piscadela e comecei a rir logo em seguida. Apesar de alguns deles não concordarem que a

tal *profissão perigo*” era mal remunerada em todos os casos, todos concordaram que a ausência de educação fazia com que o Brasil de hoje parecesse tanto com o de *Vidas secas*, *Capitães da areia* e *O cortiço*.

Essa relação foi feita por Yuri ao final do nosso encontro, ele foi falando e fazendo ligações entre as três obras, me enchendo de orgulho. Segurei para não chorar de emoção. Estava feliz pelo progresso deles, emocionada pelo resultado do trabalho, triste pela despedida, com raiva das transferências incorretas. Pedi um *feedback* sobre a experiência de participarem do projeto de remição, Yuri mencionou que escrever as resenhas o ajudou a ir bem na prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

PARECERES

De acordo com o que observei do trabalho de outros dois bibliotecários envolvidos com projetos de remição de pena pela leitura em outras cidades, a correção das resenhas e a escrita de pareceres eram feitas por universitários. Por meio de uma parceria entre a unidade prisional e a faculdade, realizavam essa atividade voluntariamente.

Já no caso do projeto de remição do CDP da Capital, havia uma parceria entre a unidade e a Pastoral Carcerária. Quando foi elaborada a portaria para instalação do projeto, uma relação de voluntários da Pastoral, com formação de nível superior, foi listada no documento, junto com uma relação de livros a serem lidos. Uma vez aprovada a portaria, o projeto ocorreu de acordo com o documento, porém dos pareceristas listados, em 2017, apenas Juliano e Mariza ainda visitavam o CDP. Eles seriam, oficialmente, os corretores.

O que ficou decidido era que eu fazia os pareceres e que eles assinariam o documento. Confesso que, até começar o projeto, nunca havia feito algo semelhante, mas ao longo do primeiro ciclo estivemos em contato com editoras para doação de livros, sendo uma delas a Companhia das Letras, que nos disponibilizou modelos de pareceres, facilitando minha tarefa. Essa editora desenvolve projetos de remição em diversas unidades prisionais, disponibilizando, além dos livros, pareceristas e corretores.

Nosso contato com o pessoal da editora pareceu bastante promissor, pois, além dos modelos de pareceres, nos foi oferecido um curso de formação de mediadores e a possibilidade de termos de 15 a 20 livros iguais, para os ciclos de leitura, emprestados mensalmente. A lista de títulos era enorme, feita a partir do catálogo de publicações. A contrapartida para firmar uma parceria entre a editora, a Pastoral e o CDP era simples, do meu ponto de vista. Seriam necessárias a disponibilização do número de participantes do projeto na unidade, a quantidade de dias remidos e a autorização para colocar o CDP da Capital na lista das unidades prisionais apoiadas pela empresa editorial.

Eu havia conhecido o trabalho da Companhia das Letras nas prisões em 2017, quando assisti ao lançamento do relatório de projetos apoiados no Estado. O relatório continha a relação das unidades apoiadas, a lista de livros lidos, a quantidade de pessoas presas participantes e o número de dias de penas remidos. A editora também elaborou uma pesquisa que foi aplicada em algumas unidades com pessoas presas e mediadores. No lançamento do relatório, conheci uma das responsáveis por essas ações e, em 2019, retomei o contato com ela. Repassei as possibilidades ao Dr. Clóvis. Fizemos, então, na unidade prisional, uma chamada de vídeo com mais duas pessoas da empresa e discutimos a parceria. O diretor ficou de ver se ele mesmo poderia assinar o termo de parceria e disponibilizar as informações. As representantes da editora me mandaram a lista de livros que eu poderia solicitar para as leituras. Se era um sonho, acabou, ao ficarmos empacados na questão burocrática, quanto à disponibilização de informações.

Com os modelos de pareceres obtidos, ficou muito mais fácil a avaliação, ainda mais para mim, que conhecia os participantes. O que não era uma possibilidade no modelo, mas que achei importante fazer, foi relacionar o parecer de cada um ao seguinte e, assim, registrar o progresso dos participantes. Após a realização da resenha, eu lia todos os textos e, na semana seguinte, dava um retorno aos autores, apresentava pontos de melhoria individuais, pontos positivos e fazia cobranças gerais, como da vez em que o primeiro parágrafo de algumas resenhas era praticamente o mesmo. Nessas trocas que fizemos sobre a avaliação, pude perceber o quanto os rapazes se ajudavam para construir o texto ou para entender a obra. Ouvi relatos de pessoas que habitavam

a mesma cela ou de grupos que se sentavam em roda aos domingos para conversar sobre o livro.

Em alguns meses, levei os pareceres impressos para que eles soubessem mais como era o documento que, aparentemente, despertava insegurança. De modo geral, além dos destaques sobre a produção do grupo, busquei explicitar a evolução a cada leitura, apontando pontos a serem melhorados e informando, no parecer seguinte, se as observações haviam sido adotadas. Em quase todos os casos ocorreram melhoras. Nos encontros, eu os sentia mais seguros, mês a mês, da mesma forma que ao relacionarem cada texto produzido.

A CRUZ

Na mesa do Dr. Clóvis sempre havia uma bíblia aberta, coberta por um terço. Ele me disse ser muito religioso, talvez por achar que falava com outra religiosa. Além desses artigos, havia muitas pastas, documentos, cacarecos, potes de canetas, creme hidratante, dois celulares e um rádio de comunicação interna com os demais agentes. Certo dia, em uma de nossas muitas conversas, fiquei observando como o Diretor se organizava no espaço, já que nossa reunião havia sido interrompida por uma ligação. Geralmente nos reuníamos a cada semana, pessoalmente, quando ele nos encontrava na sala de espera e nos acompanhava até a biblioteca, por *e-mail* ou *WhatsApp*. Depois de meses de convivência, desenvolvemos, eu e ele, uma via direta de diálogo, o que possibilitou que as atividades se dessem com mais facilidade, como quando propusemos os filmes, a remição com os homens presos do setor de trabalho, quando buscamos doações, planejamos a organização da biblioteca ou quando fomos atrás dos rapazes transferidos, para que eles conseguissem realizar as resenhas.

Não escondi minha tristeza quando o Dr. Clóvis informou que seria transferido para um CDP no interior, a quilômetros de distância da capital. Seria o fim da nossa parceria, como ele mesmo colocou, mas havia a possibilidade de mantermos contato pelo *Facebook*, telefone, *e-mail*, *WhatsApp*. “Conte comigo para o que precisar”, ele me consolou.

A organização da biblioteca havia sido iniciada, mas confesso que tive dificuldade em conciliar as atividades acadêmicas, a AMPARAR, a Pastoral,

minha vida pessoal e, ainda, a catalogação de todo o acervo. Quando o projeto de remição passou a acontecer com duas turmas em horários diferentes, estava toda segunda, das 9h às 16h, na unidade. Acabou que organizar a biblioteca ficou em segundo plano, mas estava em nosso horizonte. O Dr. Clóvis me cobrava um planejamento para que pudéssemos começar, e eu cobrava dele um computador e o *software*. O nosso acordo tácito foi de que retomariamos a organização em 2020, plano que infelizmente não se concretizou.

De julho até a metade de novembro de 2019 foram feitas e aprovadas 52 resenhas, 45 com a turma do raio 3, pela manhã, e as demais com a turma do trabalho, no período da tarde. Nomeamos como *primeiro ciclo* a leitura dos três títulos pelo primeiro grupo de participantes.

Em 25 de novembro de 2019, iniciamos um *segundo ciclo* com outras 15 pessoas, que também tiveram Jorge Amado como primeiro autor. Quando já estávamos próximos do final de 2019, convivendo com os enfeites de natal há semanas e, na Pastoral, nos organizando para celebrar as missas natalinas em todos os raios, combinei de encontrar com o Diretor, antes do início de suas férias, e lhe entregar as 52 resenhas do *primeiro ciclo* para que fosse peticionada a remição de pena.

Em 19 de dezembro de 2019, após uma missa, já quase no final da tarde, cheguei à sala da direção. Não aceitei o convite para sentar, pois por alguma razão estava com pressa. Entreguei os textos, “Ah! mas e a sua pasta? Posso te devolver depois?”. Levei as resenhas todas em uma pasta azul, daquelas grossas. Com o DG já estavam as pastas pretas, de acompanhamento, com as atividades feitas por cada participante a cada um dos três livros lidos, juntamente com as listas de presença, os suplementos respondidos, os rascunhos das resenhas e o material de apoio que preparei para cada encontro. Enfim, o registro de tudo.

O segundo ciclo, iniciado ao final de novembro, seria encerrado na antevéspera de natal, no dia 23 de dezembro de 2019. O Dr. Clóvis não estaria na unidade, mas eu sim. Ele, sempre irônico, me alertou para não aparecer na unidade no dia 30 de dezembro, uma segunda, e tentar iniciar uma nova leitura. Nos despedimos rapidamente, recebi um panetone, um abraço e fui embora, achando que voltaríamos a nos ver logo após a virada do ano. “Feliz natal, Dr. Clóvis!”, falei já quase descendo as escadas, e àquela altura ele sabia que eu o

tratava por doutor em tom de deboche. Desci as escadas ainda sorrindo e me despedi dos agentes da entrada, que já até sabiam meu nome, “Tchau, meninos, até semana que vem!”.

Nos primeiros dias de 2020, o Dr. Clóvis me informou que sua transferência já havia ocorrido e que, juntamente com ele, estariam o Sr. Estevan e o Vinícius, que participava do desenvolvimento do *software* para a biblioteca.

A ESPADA

Tentei fazer contato com a nova Direção da unidade.

6 de jan. de 2020

08:20

Olá, bom dia!

Falei com o Dr. Clóvis e ele me deixou a par da mudança da direção geral da unidade.

Gostaria de, em nome da Pastoral carcerária, dar nossas boas-vindas ao novo diretor, Dr. Carlos! Creio que agora, seja necessário agendarmos uma reunião de apresentação para a retomada do projeto de remição em 2020. Em qual dia e horário seria possível?

Desde já agradeço,

Léia Santos

6 de jan. de 2020

14:41

Prezada Léia,

Poderíamos agendar a reunião para 09.01.2020 (quinta-feira), às 15:00 horas.

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

Carlos Teixeira

Diretor Técnico III

Centro de detenção provisória da Capital

9 de jan. de 2020

08:55

Olá Dr. Carlos, bom dia!

Gostaria de confirmar nossa reunião hoje às 15h.

Segue a pauta:

- Apresentação do projeto de remição por leitura (nos moldes que foram combinados até então: encontros semanais, 15 participantes, duas turmas, ciclos de 3 meses, lançamentos de dias remidos ao fim de 3 meses, exibição de filmes 1 vez por mês, chocolate no dia da resenha),

- O aumento da turma da manhã, conforme o planejado para 2020, de 15 para 20 participantes,

- Retomada da tentativa de parceria com a editora Companhia das Letras,

Aguardo retorno, obrigada,

Léia Santos

Ao chegar na unidade, encontrei o mesmo plantão de antes do natal, falei com todos, achei-os mais quietos. Eu já conhecia o novo diretor, pois havíamos sido apresentados no seu primeiro dia na unidade. Àquela altura, não imaginava que ele viria a ser o novo DG, pois naquele momento ele era um novo funcionário da unidade que, ao passar por mim e pelo Dr. Clóvis, me foi apresentado, nada além disso. Fiquei na portaria, supondo que ele viesse me receber, como fazia o antigo diretor, mas ao meu encontro veio Raul, um funcionário que eu conhecia pouco, mas que, aparentemente, já me conhecia. “Vamos lá, Léia? O Dr. Carlos está te esperando.” Fui ao encontro de Raul e esperei que ele seguisse à minha frente, como geralmente acontecia quando era escoltada por algum funcionário. “Pode ir, a direção é nova, mas você já conhece

tudo aqui.” Cheguei à sala, bati, entrei. “Boa tarde! Me chamo Léia, sou da Pastoral Carcerária.” O Dr. Carlos se levantou com um sorriso no rosto. Estendeu a mão, aperto firme. Homem careca, rosto liso, sem barba, óculos de pessoa míope, dentes grandes, pele clara, braços definidos, porte quase atlético. Camisa polo cor cinza, jeans, sapatênis. Sobre a mesa, duas espadas de samurai em um suporte ocupavam quase toda a mesa de canto e, à frente do suporte, três caveiras prateadas. Era tudo que havia ali.

Começamos a conversar de forma descontraída, não sabia se ele se lembrava de que havíamos nos encontramos uma vez antes do final do ano e da piada sem graça que fiz. Estava torcendo para que ele já tivesse esquecido, então comecei a falar das atividades desenvolvidas no semestre anterior, dos combinados, horários, prazos, enfim, segui a pauta.

Ele concordou com todos os pontos, mas pediu para adiarmos mais um pouco o aumento do número de participantes. Fingi que compreendia, mas fiquei bastante incomodada, pois o Dr. Clóvis havia dito que seriam 15 participantes apenas no primeiro livro, acabou que passamos o ciclo todo e começamos outro sem conseguirmos elevar essa quantidade. Por termos uma boa relação, me sentia à vontade para reclamar com ele sobre a demora em atendermos mais cinco pessoas ao menos. Em certa ocasião, já sem ter muitos argumentos, ele elencou minha segurança, a segurança dos funcionários e a sua própria cabeça como forma de justificar a não ampliação do projeto. “Léia, e se a cadeia virar e eles mantiverem você como refém? Vinte presos fora do raio, a gente não tem funcionários pra dar conta disso. Se algo acontece, é minha cabeça que tá a prêmio.” Mesmo sabendo que era voto vencido, ainda argumentei que estava acostumada a entrar nos raios e que ele não conseguiria me assustar.

Com o Dr. Carlos, imaginei que o mesmo diálogo não seria possível, então passamos a um assunto que não estava na pauta: a organização da biblioteca. Comentei sobre o que já havíamos feito e que naquele ano estaria com mais tempo para poder catalogar os livros e iniciarmos os empréstimos. “Não acho que faça sentido termos uma biblioteca aqui no CDP, não vejo necessidade, ainda mais porque ela atenderia apenas o raio 3”, ele me disse com tranquilidade. Tentei argumentar que no raio 3 havia muitas pessoas, e que com o projeto de remição atendíamos apenas quinze delas. De nada adiantou.

Eu poderia ter apontado o artigo 21 da LEP (BRASIL, 1984), ter sido mais incisiva, mas não achei o momento adequado, até porque a primeira parte do artigo diz “em atendimento às condições locais”, e ele, como advogado e Diretor, poderia dizer que a unidade não é dotada das condições necessárias para manter uma biblioteca. Fazendo uso da autonomia que o cargo lhe confere, manteria as coisas como já estavam. Achei por bem preservar a retomada do projeto de remição, pois, caso o DG impusesse qualquer objeção, nem o projeto teríamos. Em um segundo momento buscaria uma estratégia para conseguir convencê-lo sobre a biblioteca. A insegurança era muita e a certeza de continuidade baixíssima.

Ficou acertado para 13 de janeiro de 2020 a data de início da leitura do próximo livro. Perguntei sobre o encaminhamento das 52 resenhas que haviam sido entregues em dezembro ao Dr. Clóvis, mas o Dr. Carlos me respondeu que não sabia de nada, “Não recebi nada”, disse enquanto negava com a cabeça e mexia os dedos das duas mãos que estavam espalmadas sobre a mesa. Imaginei que tivesse ficado sob a responsabilidade do Tiago, mas meses depois o Dr. Clóvis me informou ter entregue a pasta nas mãos do novo diretor e explicado o procedimento para peticionar a remição.

Para a reunião, havia levado comigo um *kit* do projeto de remição, para que o DG ficasse ciente do material que entraria na unidade. “Quem pagou por esses materiais?”, ele perguntou. “Em um dos livros, nós da Pastoral dividimos, mas nos demais fui eu”, respondi. Ele ouviu a resposta esboçando uma certa expressão de deboche. Em seguida me perguntou o que eu fazia da vida, onde estudava, o que estudava, onde morava. Descobrimos ser praticamente vizinhos. Ele sugeriu que, se eu precisasse de algo, em termos materiais, poderia pedir a algum pastor da Igreja Universal. Não entendi o comentário e ignorei. Comentei que o Dr. Clóvis havia ido conosco no primeiro dia da turma anterior, como que para dar início aos trabalhos, e perguntei se ele queria fazer o mesmo, já que a direção havia mudado. Ele respondeu que iria até a biblioteca, sem mencionar a data, mas que não se identificaria, que só iria observar e sair em seguida. Achei que fosse brincadeira, mas não era.

Na semana seguinte retomamos as atividades. Fui sozinha, pois a Vanessa, minha colega, estava viajando. Enquanto aguardava para ser revistada, um agente andava pelo saguão cantarolando “*cabelo ok, marquinha*”

ok, sobranceira ok, a unha tá ok". Reclamei que a letra ficaria na minha cabeça, ele riu e continuou cantando, parecia que na dele já estava fixada. Chegando à biblioteca, a sala estava trancada. Um funcionário abriu, mas não sabia quais participantes teriam que *sacar* do raio, ou seja, quais participantes seriam levados do raio à biblioteca. Entreguei a minha lista com o nome dos participantes, ele perguntou se poderia fazer uma cópia. Aguardei pelos rapazes por mais de trinta minutos. Depois, passaram a ser trazidos de quatro em quatro.

Eu estava acostumada a, na maioria das vezes, encontrá-los já na biblioteca ou vê-los na *gaiola* quando chegava. Certa vez, um participante me contou que, às segundas pela manhã, todos se arrumavam, vestiam o uniforme, separavam o material e ficavam próximos à *viúva*, o projeto fazia parte da rotina. Depois descobri que o Dr. Clóvis me deixou mal-acostumada, pois ele costumava solicitar, antes da minha chegada, que o setor de disciplina enviasse os participantes à biblioteca, e também costumava repassar a lista de nomes para que o setor se organizasse, mas em sua ausência nada foi feito.

Enquanto os participantes não chegavam, aproveitei o tempo para organizar o espaço e colocar uma edição de *O cortiço* em cada *kit*, composto por um saquinho transparente, um suplemento de leitura, um marcador de página, uma caneta em cor verde e folhas de rascunho. Chegaram oito pessoas e eu fiquei insistindo com o funcionário para que todos estivessem presentes. Depois de um certo tempo, estávamos em quinze, eu e mais catorze rapazes, o que seria o décimo sexto na roda havia ido ao médico. Apresentei-lhes Aluísio de Azevedo.

Na semana seguinte, cheguei à biblioteca, mais uma vez antes dos participantes, e encontrei no chão, exatamente no lugar em que fazíamos a roda, partes de um tatame, daqueles utilizados para a prática de lutas. Estava lá montado no chão, então resolvi desfazê-lo e deixá-lo no canto. O varal com imagens do Rio de Janeiro de 1890 havia sido retirado, encontrei-o jogado em uma caixa, com partes amassadas, e coloquei de volta no lugar. Os rapazes foram trazidos, chegaram ainda algemados, alguns deles pareciam me olhar constrangidos quando de mãos atadas. Já livres das algemas e distantes do guarda da porta, me cumprimentaram, sorriram, perguntaram como estavam as coisas. Sentamos em roda, como de costume. Lá pela metade do encontro ouvimos o cadeado e o trinco serem abertos. O barulho chamou a atenção de

todos, então paramos de falar. Me voltei para a porta e vi o Dr. Carlos entrar na sala. Ele só respondeu ao meu bom-dia, que lancei quase em tom de interrogação, mas quase não nos olhou. Caminhou ao longo da prateleira de livros, como quem procura por algo, foi até o fundo da sala e se voltou para a saída logo em seguida, tentando disfarçar o riso, mas, assim que o cadeado foi novamente fechado, pude ouvi-lo rir, ele e parte dos demais funcionários, como se um grande feito estivesse sendo celebrado, como se um imenso ato de coragem acabasse de ocorrer.

Os rapazes não o conheciam e não entenderam o que havia sido aquilo. Eu estava claramente desconcertada, envergonhada. Um deles desconfiou e perguntou se aquele era o novo diretor, confirmei que sim e emendei comentando sobre sua falta de educação. Felizmente, apesar da inconveniência, aquele encontro e os demais ocorreram de acordo com o programado. Mas não havia mais uma via de contato com a direção, meus *e-mails* não eram respondidos, a ponto de ter de confirmar com um funcionário da portaria se o endereço que eu tinha estava correto.

Depois acabei sabendo que o Tiago não seria mais o supervisor técnico, fora substituído por Jéssica, que eu também já conhecia de vista. Tivemos uma reunião e expliquei a ela como estava sendo realizada a remição por leitura na unidade. Informei que somente ao final do ciclo seriam encaminhados à direção as resenhas corrigidas e os pareceres. Por acaso, comentei da pasta com as 52 resenhas, e ela disse que não sabia, ficou de perguntar ao Tiago.

Encerramos a leitura de *O cortiço*, as resenhas foram feitas no dia 17 de fevereiro de 2020 e, na semana seguinte, no dia 24, iniciamos a leitura de *Vidas secas*. Com os rapazes da tarde, após alguns revezes, começamos a leitura de *A metamorfose*, do Kafka. Os rapazes do raio 3 já sabiam que esse seria nosso último mês juntos, e eu só lamentava por isso. Gostaria de poder continuar com eles, de ler outro livro, pois estava sendo muito bacana acompanhar o progresso do grupo, a qualidade das nossas discussões e perceber que estavam cada vez mais desenvolvidos, bem articulados, assim como esteve o grupo anterior, lá pelo terceiro livro também. Confesso que me sentia um pouco frustrada, pois passara a ver os primeiros três meses como um período de aproximação e sensibilização daquelas pessoas que, na maioria das vezes,

nunca haviam lido um livro ou não sabiam o que era uma resenha. Daí que, quando estabelecíamos uma relação, quando as atividades se incorporavam à rotina, o vínculo era quebrado. Logo mais recomeçaríamos do zero. Ter nomeado os períodos por ciclos de leitura passou a parecer uma maldição.

Dias depois, um dos participantes me contou que havia circulado uma lista no raio 3 para os interessados em participar de um novo ciclo de remição por leitura. Na verdade, eu já havia alertado Jéssica que, assim que a resenha de *Vidas secas* fosse feita, poderíamos começar um novo grupo na segunda-feira seguinte, mas que para isso eu precisava da relação dos selecionados para preparar o material. Fiquei sabendo, então, que, quando a lista chegou ao raio, participantes do ciclo anterior pressionaram os outros rapazes presos a não se inscreverem, para que as atuais vagas fossem mantidas com os já ocupantes. “Léia, todo mundo quer continuar no projeto.”

Eu também queria que eles continuassem, mas, se fosse o caso, teria que conseguir arrecadar outros quinze títulos iguais. Resolvi enviar um *e-mail* à Jessica para entender a situação da lista de interessados e saber se a unidade permitiria que prolongássemos por mais alguns meses o projeto com aquele grupo de pessoas que já tinham condenação. Quando surgissem vagas nas penitenciárias, eles poderiam escolher ficar no CDP e no projeto? Alguns deles manifestaram interesse em continuar para poder ficar no CDP da Capital, mais próximos da família. Quando chegava um *bonde* para transferi-los, eles não sabiam qual seria o destino final, poderia ser numa penitenciária da região metropolitana ou no *fundão*, a muitas horas da capital. Não é só de grades que é feita a prisão, mas também de vigilância e incerteza.

Não obtive resposta para o meu *e-mail*. Na verdade, nem foi necessário, pois o dia da realização da resenha seria 23 março, porém no domingo, dia 22, no Palácio dos Bandeirantes, foi assinado pelo governador João Dória o Decreto nº 64.881⁶⁵. Começava a quarentena.

⁶⁵ SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 64.881, de 22 de março de 2020. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**: seção 1: Poder Executivo, edição suplementar, v. 130, n. 57, p. 1, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/193361>. Acesso em: 16 fev. 2022.

QUARENTENA

Em dezembro de 2019, surgiram notícias sobre o surto de uma nova doença em uma cidade da qual nunca tinha ouvido falar, “acho que é lá pela China”, era assim que comentava com meus amigos. As notícias eram mesmo imprecisas, a sensação, que parecia geral, era de que nunca nos atingiria. Quando um surto, que ocorre em uma região, passa a ser observado em algumas outras regiões, é classificado como epidemia. Assistimos, então, à mudança de termos nas manchetes de jornal. Até que, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o estado de pandemia por Covid-19⁶⁶, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Estava em todos os lugares, quase em todo o mundo, no Brasil desde 26 de fevereiro de 2020, com um primeiro caso em São Paulo⁶⁷.

O Decreto nº 64.881 foi assinado em 22 de março, mas passaria a vigorar a partir de 24 de março de 2020, uma terça-feira. Liguei no CDP e perguntei à Jéssica se haveria encontro naquela segunda. Escutei quando ela repetiu a pergunta ao Dr. Carlos e, em seguida, a resposta dele de que seria melhor esperarmos até o final da quarentena. Acreditávamos que seria de quinze dias.

Desde esse dia não entrei mais em contato com o CDP, até que, em setembro de 2020, Jéssica me ligou para pedir informações sobre um dos participantes do primeiro ciclo do projeto de remição. O advogado do rapaz havia entrado em contato com o CDP perguntando sobre quando seriam peticionados os dias de remição aos quais seu cliente teria direito. Confirmei a participação do rapaz e informei que as resenhas dele estavam entre as 52 resenhas e 52 pareceres entregues, em mãos, ao Dr. Clóvis em dezembro de 2019. A reação da funcionária foi de surpresa: “52? Quando foi mesmo que você entregou?”

⁶⁶ MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. **OMS declara pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2022.

⁶⁷ ASCOM UNASUS. **Coronavírus**: brasil confirma primeiro caso da doença. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em: 16 fev. 2022.

Nossa, em dezembro? Isso não tá aqui na unidade. Você tem certeza? Tem algum registro? Vou perguntar ao Dr. Carlos, vamos procurar”.

As resenhas e os pareceres foram fruto do esforço conjunto, começando, é claro, pelos dezenove participantes, da turma da manhã e da tarde, que leram os três livros, se dispuseram a participar, se desafiaram, se esforçaram e se dedicaram às atividades. Mas também houve esforço de pessoas da Pastoral, na idealização do projeto, na execução dos trâmites burocráticos para obtenção da portaria, da parceria com o DG antecessor do Dr. Clóvis e da psicóloga da unidade, lá em 2017. Depois da retomada, houve o interesse do Dr. Clóvis, o trabalho do Tiago e dos agentes prisionais em seus respectivos plantões, de pessoas específicas da equipe de visita do CDP da Capital, como Juliano, Mariza, Heitor, Dário, Vanessa, Margarete, Antônio, Christian e eu; e mais, das pessoas que doaram seus livros para o projeto. Todo esse esforço e movimentação para que, ao final de anos, contando desde 2017, o produto de nossas ações ficasse por meses no CDP sem que os responsáveis por formalizar os pedidos de remição tivessem conhecimento de seu paradeiro.

Além de não saber da tal pasta azul, a funcionária disse que não sabia peticionar a remição por leitura. Me comprometi a entrar em contato com o Dr. Clóvis, colega dela, e perguntar o que deveria ser feito. A partir das informações que consegui por telefone, escrevi um *e-mail* a Jéssica, com cópia para o DG da unidade. Solicitei a confirmação de recebimento, mas não obtive resposta.

23 de set. de 2020

23:10

Olá, Jéssica/Dr. Carlos, espero que estejam bem!

Eu estive em contato com o Dr. Clóvis, para me informar sobre o encaminhamento que precisa ser dado às 52 resenhas entregues à unidade em dezembro passado.

Vamos então às indicações:

- ***As resenhas e seus respectivos pareceres precisam ser escaneados***, salvo algumas exceções, são 3 resenhas e 3 pareceres para cada participante. Só precisam ser encaminhados os pareceres e resenhas com aprovação.

- **A unidade deve preparar um ofício solicitando a remição** (o Dr. Clóvis disse que já existe o arquivo com o modelo específico para remição por leitura).

No site do TJ-Deecrim 1º RAJ:

- **Acessar a aba das petições eletrônicas, selecionar a remição por leitura** (para esse procedimento, será necessário o cartão E-SAJ que é utilizado pelo Dr. Carlos).

Os PDFs das resenhas e pareceres, serão anexados nas petições. Os originais ficam com a unidade. Espero que com essas informações seja possível concluir essa atividade. Informo também que, mais ou menos, 30 resenhas estão em fase de correção e preparação de pareceres, quando tudo estiver finalizado, encaminharei as digitalizações. Gostaria de solicitar que, por gentileza, confirmem o recebimento deste e-mail e se houve sucesso no encaminhamento dessas resenhas. Espero ter ajudado,

Léia Santos

“Então é natal”, começa a música da Simone⁶⁸, “o ano termina e nasce outra vez”. Nasceu 2021. Na segunda quinzena de janeiro recebi mais uma ligação de Jéssica solicitando dados de remição de mais um participante. “Léia, o nome dele não tá aqui na relação de resenhas que você entregou, ele não fez?” Informo que a pessoa em questão começou no segundo ciclo e fez duas resenhas. “Tenho 30 resenhas em casa, preciso levar até a unidade.” A reação dela não parece das melhores, imagino que ela tenha pensado que 52 era o total. Pergunto se ela conseguiu peticionar todas as resenhas, se recebeu meu *e-mail* com as instruções. “Não recebi seu *e-mail* e não peticionei todas, são muitas, estou encaminhando o que é solicitado por advogados ou juízes, quando entram em contato com o CDP”, me respondeu, com tranquilidade.

Fiquei tão atônita com a informação que comecei a buscar formas de denunciar para que a unidade, a Jéssica ou o Dr. Carlos fossem cobrados, mas todos os caminhos que encontrei como possibilidade me deixaram muito em

⁶⁸ ENTÃO é natal. Intérprete: Simone. Compositor: Cláudio Rabelo. *In*: 25 DE DEZEMBRO. Intérprete: Simone. Rio de Janeiro: PolyGram, 1995. 1 CD (40 min).

evidência, meu medo era que, como represália, o projeto não pudesse ser retomado no pós-pandemia. Combinei de ir até a unidade para levar as outras resenhas, mas dessa vez redigi um termo de recebimento que a funcionária preencheu e assinou, no qual estavam elencados os nomes dos participantes e a quantidade de textos produzidos pelos participantes do projeto.

Na tarde de 5 de fevereiro de 2021, cheguei ao primeiro portão do CDP, depois de quase um ano, e o funcionário já sabia quem eu era e aonde ia. Passei por mais dois portões e informei que iria encontrar com Jéssica. Até aquele momento todos os funcionários estavam usando máscara. Como eu só iria ao setor administrativo, não fui revistada, e, minutos depois, o Raul veio me buscar. Enquanto me acompanhava, comentei que na última vez que subi ao administrativo foi ele quem me levou. “Nossa, Léia, verdade, né? Faz tempo!”, sorrimos.

Ao chegarmos à sala da Jéssica, que ficava em frente à da direção, a encontramos junto com o Dr. Carlos, ambos sem máscara a comer pipoca. Raul entrou comigo, ele e mais uma funcionária dividiam a sala com Jéssica. O Dr. Carlos estava próximo à janela, foi ele quem me viu chegando e avisou o funcionário do portão. Ele comentou ter facilidade para reconhecer as pessoas e disse que me viu pelas ruas do bairro meses atrás, mas não explicou em qual situação. Começamos uma conversa sobre a retomada do projeto de remição, ele me perguntou quando eu voltaria e eu perguntei se dependia só da minha vontade.

Para Jéssica, repassei as instruções que havia recebido do Dr. Clóvis, entreguei mais 30 resenhas e a ouvi dizer, mais uma vez, que eram muitas e que ela peticionaria conforme as solicitações. Ela parecia ignorar o fato de que a maioria das pessoas em privação de liberdade não arca com custos de advogados e não teria como exercer uma pressão sobre ela, fazer cobranças para que os encaminhamentos fossem feitos. Mais uma vez, com medo de comprometer o projeto, evitei o conflito que aquela situação merecia. Atuar na prisão exigiu, repetidas vezes, que eu me calasse.

Após a visita, liguei para o Dr. Clóvis, quase que para desabafar. Recebi uma boa e uma má notícia. A má notícia era que ele tinha ficado sabendo que todos os livros da biblioteca do CDP da Capital haviam sido encaixotados e que a sala havia sido ocupada por um tatame para que os funcionários

pudessem fazer seus treinos. Aparentemente, tudo que havíamos construído estava sendo destruído. E a boa notícia era que ele havia sido transferido de volta para a região metropolitana de São Paulo e que gostaria de saber se nossa parceria poderia ser retomada. “Não vejo a hora”, respondi.

PARTE III

6 O DIREITO, PARA ALÉM DA CONCESSÃO

Autonomia, palavra que espanta
Pois fazê-la de mantra é meta
até a metamorfose.
Emicida⁶⁹

Todos as pessoas presas têm acesso à biblioteca? “Sim, né? Eles não vão até lá, mas é como se fossem, porque existe um catálogo para cada raio e na enfermaria também”. Essa foi a resposta de Alessandra, funcionária da Penitenciária Metropolitana III, quando perguntada sobre o acesso à biblioteca das pessoas presas naquela unidade.

Para Alessandra, a existência e a possibilidade de visualizar um catálogo foram postas como sinônimo de acesso a um dispositivo cultural. Sua resposta ignorou os aspectos sociais e culturais implicados nessa relação entre potenciais leitores e biblioteca, as possibilidades e a importância dessa relação.

Tal redução não é, no entanto, exclusividade da funcionária da Penitenciária; de modo semelhante, por exemplo, Fernandes (2019) tratou livros e bibliotecas como sinônimos na introdução de sua dissertação; Monteiro (2019), aparentemente, equiparou o empréstimo de livros à leitura de livros, quando apresentou os dados da biblioteca da unidade prisional em que atuava. Tais reduções operadas na literatura especializada levam a pensar que “fora” ou “dentro” da Ciência da Informação as dimensões da biblioteca, nesse caso, das bibliotecas em presídio, seguem obliteradas.

Tal obliteração permite que instâncias socialmente importantes, como a direção do CDP da Capital, se sintam autorizadas a afirmar que existia uma biblioteca na unidade, mesmo que ela não fosse utilizada. Ou seja, permite-se reduzir, sem constrangimentos, no século XXI, uma biblioteca a um depósito de livros, desprovido de leitores. A partir desse fato, que pode ser dito sobre as 851 bibliotecas declaradas para as estatísticas do Infopen (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2020)?

No CDP da Capital, a remição de pena por leitura, dentre as diversas dificuldades que enfrentou, mostrou-nos outro problema bastante sério da

⁶⁹ HOJE cedo. Intérpretes: Emicida; Pitty. Compositor: Emicida. *In*: O GLORIOSO retorno de quem nunca esteve aqui. Intérprete: Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013. 1 CD (51 min).

questão: em uma unidade que comportava mais de 700 pessoas, ciclos de leitura chegaram a ter somente 19 participantes por mês, devido às restrições impostas pela unidade. Assim, mesmo que o direito à leitura não esteja teoricamente ausente, na prática, ele se restringe a um número pequeno de apenados, o que significa dizer que o acesso à cultura está sendo negado à maioria deles.

Durante os diferentes momentos de intervenção descritos anteriormente, pudemos observar a lógica restritiva sendo praticada em relação a uma série de direitos das pessoas em privação de liberdade, apesar de não serem nosso objeto específico de pesquisa. Na realidade, nos diferentes momentos, fomos nos deparando com um estado de direitos “parciais” que, por analogia, podem, talvez, ilustrar nossos apontamentos sobre a efetividade da biblioteca em presídio no Brasil e, além disso, sobre a forma como a questão vem sendo tratada tanto nas práticas como nos discursos sociais, especializados ou não.

Se pensarmos no acesso das pessoas presas a itens alimentícios, o direito à alimentação é, digamos, “preservado”, mas igualmente restritivo. A comida muitas vezes é servida em pouca quantidade⁷⁰, com pouca variedade nutricional⁷¹ e, em alguns momentos, até pode ocorrer a incidência de refeições estragadas, com larvas⁷². Ocorrem também restrições de paladar, de sabores e gostos específicos, como o caso relatado anteriormente, da mulher que não via nem comia uma mexerica há anos, por determinações de “segurança” do presídio. Se as pessoas presas, teoricamente, estão privadas do direito de ir e vir, na prática, também são atingidas pela privação sensorial, de cheiros, gostos e contatos.

Ao mesmo tempo, sem espaços próprios, pessoais, são obrigados a aceitar o que Dostoiévski chamou de *convivência forçada*:

⁷⁰ BETIM, Felipe. Presos morreram por falta de comida adequada em cadeia do Piauí, aponta relatório do Ministério da Saúde. **El País**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-02/presos-morreram-por-falta-de-comida-adequada-em-cadeia-do-piaui-aponta-relatorio-do-ministerio-da-saude.html>. Acesso em: 24 mar. 2022.

⁷¹ PRATO cheio. O prato do preso. Narração: Victor Matioli. São Paulo: Simplecast, 13 abr. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://prato-cheio.simplecast.com/episodes/o-prato-do-preso-IMyCiHWN>. Acesso em: 24 mar. 2022.

⁷² ALCÂNTARA, Manoela. **Após relatos de larvas e lesmas em comida de presídios do DF, MP expede recomendação**. Brasília, DF: Metrôpoles, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/apos-relatos-de-larvas-e-lesmas-em-comida-de-presidios-do-df-mp-expede-recomendacao>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Como eu poderia imaginar que haveria de terrível e torturante no fato de que durante todos os meus dez anos de trabalhos forçados, eu não ficaria sozinho uma única vez, nem um só minuto? No trabalho sempre estava sob escolta, em casa, com duzentos companheiros, e nenhuma vez, – nenhuma – fiquei sozinho. (DOSTOIÉVSKI, 2020, p. 42).

Depois compreendi que, além da privação da liberdade, além do trabalho forçado, ainda existe na vida de galé um outro tormento, que quase chega a ser mais forte que aqueles. É a *convivência forçada*. Sem dúvida existe convivência também em outros lugares; mas num presídio há tipos de gente com quem nem todo mundo gosta de conviver, e estou certo de que todo galé experimentava esse tormento, ainda que a maioria de modo inconsciente, é claro. (DOSTOIÉVSKI, 2020, p. 54-55, grifos do autor).

Ainda no campo das privações que excedem a privação da liberdade de ir e vir, existe também a privação visual, pois até a visão do céu é perpassada por grades e, conforme relatamos, muitas vezes, uma pessoa cumpre a pena em unidades diferentes, mas desses lugares só avista alguns corredores, os pavilhões e uma parte do céu, tendo a visão limitada por muros e telas não por um dia, mas por anos.

Já sobre o trabalho das pessoas presas, ele existe, mas não para todas, e em condições inadequadas, sem conferir efetiva experiência de trabalho socialmente reconhecido, em termos de registro e seguridade social, como ocorria com as participantes das oficinas na biblioteca da penitenciária feminina. Aquelas mulheres mal sabiam informar o nome da empresa no currículo e não poderiam comprovar a experiência de trabalho, ou, mesmo que pudessem, talvez o receio da estigmatização fosse uma razão para ocultar tal informação.

Sem estabelecer vínculos com o mundo do trabalho, sem poder comprovar sua atuação e experiência, a pessoa presa vive uma espécie de exílio da própria vida, conforme chama a atenção Goffman (2015). Dessa forma, segundo Wacquant (2011), a prisão só pode contribuir para a formação de mão de obra que se sujeitará às piores condições de trabalho e aos menores salários.

Além disso, os que conseguem trabalhar nas unidades prisionais estão sujeitos às barganhas (GOFFMAN, 2015), ao “bom comportamento”, são produto da lógica da concessão ou atendem a requisitos, no Brasil, acessíveis para poucos, como ter ensino médio completo. Dados de 2019 indicam que 51,35% da população prisional brasileira não possuem nem o ensino fundamental completo (BRASIL, 2019). Os monitores da FUNAP, da Metropolitana III, assim como Iolanda e Eduarda, aqui mencionadas, da

Penitenciária Feminina, são parte de um grupo bastante reduzido. De modo geral, a maioria está na *Venezuela*⁷³, e é nesses raios que permanece o grande contingente prisional, sem trabalho, estudo ou “regalias”.

Além das discontinuidades entre o trabalho exercido na prisão e o trabalho externo, observamos também certa estagnação ou regressão em práticas e uso de tecnologias, fato que ficou flagrante com a pergunta de Eduarda sobre o que era um *mouse* e o desconhecimento de Fernanda acerca das mudanças nas ruas da cidade ou o preço da passagem de ônibus.

Quadro semelhante ao dos rapazes da penitenciária masculina que desconheciam alguns aplicativos de celular e, conforme apontou Monteiro (2019), pertenciam ao grupo de jovens da “geração *internet*” que na prisão passaram do celular à carta, do *feed* de notícias das redes sociais à programação das tardes da Rede Globo de Televisão. Mesmo na Metropolitana III, em que havia curso de informática, os aparelhos disponíveis não condiziam, tecnologicamente, com os computadores extramuros, o que, via de regra, pode contribuir para acentuar a marginalidade de um sobrevivente do sistema prisional, uma exclusão que não vem só pelo estigma a ele imposto, mas é agravado pela exclusão digital.

As pessoas presas também não são, oficialmente, privadas do contato com a família, na verdade, seus familiares também estão sujeitos a cumprir pena, mas do *fora*. Essas mulheres são submetidas a revista vexatória, a viagens longas e, na maioria das vezes, passam horas na fila para uma tarde de visita. Além disso, são tratadas como criminosas, sofrendo toda sorte de discriminação, desrespeito e violência de gênero⁷⁴ com o objetivo de tentar preservar o vínculo familiar⁷⁵. O contato com a família não é impossibilitado, mas as cartas são lidas pelos funcionários da prisão e, por vezes, interceptadas, sem contar que amigos e pessoas sem vínculo oficial comprovado com a pessoa presa não são aceitas no rol de visitas (GODOI, 2017).

⁷³ Ver o tópico *Visita* desta dissertação.

⁷⁴ SILVA, Mariana Lins de Carli. “**Puxar cadeia junto**”: significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas. 2021. 218 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

⁷⁵ LAGO, Natália Bouças do. **Jornadas de visita e de luta**: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. 248 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Nos diferentes segmentos do sistema prisional, vemos que direitos inalienáveis não são absolutamente negados, entretanto, não são, também, devidamente observados. Retomando os números do CDP da Capital, ao permitir que apenas 19 pessoas participassem do projeto de remição, no mínimo, outras 681 pessoas tiveram, efetivamente, um direito negado, que, no contexto desta unidade, sem escola e sem acesso à biblioteca, configura privação do direito à educação e à cultura.

Entretanto, o CDP não pode ser apontado como descumpridor das recomendações legais, pois a seu favor está uma série de alegações que justificam o acesso de poucos ao que é direito de todos. Quer seja a falta de pessoal, de insumos, as alegadas questões de “segurança”, todos esses fatores servem de argumento, infundado ou não, como foi o caso do aumento da quantidade de participantes da turma que propúnhamos.

Nesse quadro, a biblioteca tem sua presença condicionada “às condições locais” (BRASIL, 1984), argumento que poderia ter sido evocado pelo Dr. Carlos para dizer que o CDP da Capital não teria condições de ter uma biblioteca, mas, neste caso, o funcionário se valeu apenas do seu poder de veto, conferido por sua posição institucional e suas convicções pessoais.

As atividades de remição de pena pela leitura no CDP da Capital mostram que a unidade não assumiu o projeto como iniciativa efetivamente institucional, ou seja, como ação educativa orgânica, estruturante, mas residual. Ela praticamente terceirizou todo o projeto, de seu planejamento à sua realização, inclusive em termos financeiros, criando uma relação de dependência pessoal e descompromisso institucional. Daí surgiu a pergunta do diretor Carlos, sobre quando eu gostaria de retomar o projeto. Em minha ausência, ficou em suspenso, e arrisco dizer que, se por outra razão, que não a pandemia, houvesse a necessidade de me ausentar da unidade todas as segundas-feiras, o projeto teria parado.

Colocando em paralelo essa experiência com o que foi apresentado nas pesquisas sobre a temática geral aqui tratada, é possível afirmar que as iniciativas, na prisão, por bibliotecas e pela remição por leitura estão subordinadas à predisposição dos funcionários das unidades, das pessoas e suas idiosincrasias, como foi o caso da iniciativa e do interesse do Dr. Clóvis. Condicionadas, nos termos legais, às “condições locais” avaliadas pelas

respectivas direções, ficam sujeitas ao ponto de vista do gestor, que as enxerga ou não como importantes, segundo critérios, em geral, subjetivos.

Por outro lado, em consonância com tal lógica personalista, residualista e pontual, a atuação nas bibliotecas ou nos projetos de remição de pessoas externas à prisão está sujeita ao voluntariado, como trabalhou Lindemann (2020), ou às agendas das pesquisas de campo, cujos pesquisadores, como sabemos, possuem tempo de execução determinado, por maior que possa ser a contribuição de seus trabalhos, como pesquisaram Neves (1988) e Fernandes (2019). Ou seja, não há política pública que enquadre, institucionalmente, as ações e atribuições tanto de funcionários da prisão quanto de possíveis técnicos especializados, ligados a atividades culturais e educativas das bibliotecas e dos bibliotecários.

Barker e Escarpit (1975) afirmam que um leitor não é apenas um decifrador de signos; é, antes, um ser da cultura, faz parte de uma comunidade letrada, está inserido em um circuito, em trocas contínuas com outros leitores. O leitor letrado, diferentemente do simples decifrador técnico, nunca está culturalmente sozinho. Nesse sentido, cabe perguntar: receber um livro e, após um mês, produzir uma resenha na cela, sem mediação, sem partilha, sem diálogo, pode ser equiparado às atividades coletivas desenvolvidas em oficinas, em rodas ou em clubes de leitura vivos, dialógicos, participativos?

Se as experiências culturais partilhadas mostraram-se promissoras nos contextos prisionais de que participamos, não podemos deixar de admitir, para o bem e para o mal, que estivemos reféns do personalismo. Nesses termos, nem o novo diretor do CDP da Capital interessou-se em continuar os projetos que realizamos, que, como se viu, foram bem avaliados, nem a funcionária Jéssica deu continuidade aos trâmites legais da remição, não fazendo as petições de que todos do grupo dependiam. Enfim, não foi dado reconhecimento institucional, oficial, ao trabalho realizado. Este, quando houve, decorreu de pressões, como a dos advogados. A atitude que priva participantes de deixarem a prisão antes do final do cumprimento da pena, de terem algo positivo para constar em seus prontuários, essencial para a progressão de regime, é tomada como regra, sem constrangimento. Por outro lado, apesar dos aspectos positivos da atuação do Dr. Clóvis, em sua ausência, o projeto da biblioteca não teve

continuidade, assim como as atividades de remição pela leitura foram desconsideradas em sua relevância nos quadros das dinâmicas prisionais.

Nesse sentido, as propostas foram realizadas não como política pública, assumida institucionalmente, mas de modo personalizado, voluntarista, o que configura uma situação ambígua em face dos direitos dos cidadãos, facilitando arbitrariedades, descontinuidades e visíveis descumprimentos de direitos, movidos por razões e convicções pessoais.

Diferentemente das bibliotecas, as escolas em prisões, apesar das dificuldades e ausências, que não são poucas, gozam de outro entendimento e estatuto. Elas têm professores com aulas atribuídas e é emitida a comprovação da escolaridade dos alunos, pois a escola *do dentro* está vinculada à escola *do fora*.

Nesse sentido, é possível perguntar: qual a vinculação das bibliotecas *do dentro* com as bibliotecas *do fora*? Seria possível tal vinculação, visto que no Brasil as bibliotecas não são, ainda, reconhecidas socialmente como instituições essenciais aos processos educacionais e culturais? Se pensássemos na biblioteca em presídio enquanto ponte que transpõe as fronteiras prisionais e conecta a pessoa presa aos circuitos culturais externos à prisão, poderíamos dizer que a biblioteca pública, por exemplo, estaria preparada para ser um local receptivo a esses sobreviventes do sistema prisional, tão marcados pela exclusão e pela marginalização?

A biblioteca em presídio não pode reproduzir a lógica que ainda se encontra nas bibliotecas *do fora*, ou seja, tanto a biblioteca *do fora* quanto a *do dentro* precisam ser repensadas e redefinidas enquanto instituições educativas e culturais, de acordo com o que apontam Perrotti e Pieruccini (2014). Para esses pesquisadores, os paradigmas que as pautam seguem a lógica difusionista, que rege a política cultural, camuflada de inclusão e acesso. Ora, tal modelo pode contribuir para a “aculturação”, a “assimilação cultural”, a introjeção das normas e valores da cultura hegemônica; servem, portanto, e em sentido inverso, à exclusão, ao afastamento e ao desinteresse dos “desiguais”, adensando, tal modelo difusionista, as fraturas, os silenciamentos, as ausências de percursos e narrativas não hegemônicos. Seriam necessárias, portanto, instituições movidas por lógicas interculturais, capazes de acolher e mediar as diferenças, diversidades e pluralidades.

No estado de São Paulo, há 645 municípios⁷⁶ e, segundo dados do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB), 606 bibliotecas públicas em 435 de seus municípios⁷⁷. Apenas 2 delas, segundo tais dados, são de responsabilidade da gestão estadual. Em oposição, existem 179 unidades prisionais estaduais, as quais abrigam a maior população prisional do país. Essas unidades estão situadas em cidades que não contam com uma biblioteca pública municipal ou outros serviços que, articulados, formem um circuito vivo de instituições mediadoras de educação e cultura, capazes de acolher diferentes sujeitos, iniciados ou não nos variados códigos e modalidades de múltiplas procedências em relações dialógicas, criativas e críticas.

Fica evidente, assim, que não é só na prisão que as pessoas estão privadas de educação e cultura, mas no extramuros também, ao menos as pessoas marginalizadas, para quem a prisão, historicamente, se destina. Os “indesejáveis” continuam sendo praticamente os mesmos, tendo sido adicionado, pelas bandas de cá, o fator raça, como determinante na seletividade penal.

É esse mesmo contingente que conta com pouco ou quase nenhum acesso a políticas públicas de saúde, educação, moradia e segurança ao longo de toda a vida, o que, dentre outras coisas, resulta em jovens que só têm a oportunidade de abrir um livro pela primeira vez quando já estão fechados nas celas prisionais, seguindo lógicas que não são pautadas por princípios de políticas públicas, num movimento recorrente de dupla exclusão.

Foi justamente nesse paradoxo entre a liberdade e a prisão, a autonomia engendrada no ato da leitura e os mecanismos de controle e submissão da prisão, que incidiram nossas questões, o qual mostra que, dado o personalismo reinante, o direito à biblioteca, à leitura, à cultura na prisão, assim como fora dela, continua sendo direito de poucos, replicando nas ditas instituições corretivas hierarquizações observadas no universo amplo que as criou.

⁷⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Nomenclatura dos municípios paulistas**. São Paulo: ALSP. Disponível

em: <https://www.al.sp.gov.br/documentacao/municipios-paulistas/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

⁷⁷ SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO. **Sobre o SisEB**. São Paulo: SisEB. Disponível em: <https://siseb.sp.gov.br/sobre/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Foucault (2013) falou em uma economia de direitos suspensos, podemos dizer que ou eles são parcialmente acessíveis ou essa suspensão é, na verdade, um *continuum* para cidadãos de segunda classe (ALEXANDER, 2017) que nunca tiveram acesso a seus direitos essenciais e, quando aprisionados, se mantidos na *Venezuela*, continuarão a não ter. Mas, se por alguma razão, essas pessoas tiverem acesso ao *Brasil*, poderão ter a oportunidade de acesso a trabalho, educação e cultura, dentro das limitações do sistema prisional.

Para essas poucas pessoas, o *Brasil* atrás das grades parece dar conta do que o Brasil *do fora* não foi capaz de promover e, sob esse contexto de ampla perversidade, a prisão pode ser encenada como um espaço de oportunidades, possibilidades, como uma seara ou como aquela flor da qual fala Drummond: “[...] É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”⁷⁸.

Essa quase celebração ingênua do acesso à cultura na prisão, seja ela de que procedência for, inclusive acadêmica especializada, parece desconsiderar que a população prisional brasileira é o resultado de políticas seculares de exclusão, que hoje *chegam pelas avenidas, mas já vieram pelo mar*⁷⁹. Políticas que vêm se perpetuando historicamente e que antes marcavam as pessoas na pele; hoje, reaparecendo sob diferentes indícios, gestos, sinais da mácula social que afeta a maioria dos sobreviventes do sistema prisional.

Mas, diante de tão profunda ferida, por que ainda falar na biblioteca em presídio? Essa questão remete à observação que ouvi de meu primeiro interlocutor em 2012⁸⁰: “eu acho que na prisão existem outras prioridades”. É inegável a essencialidade de comida, saúde e infraestrutura, mas também é essencial educação, cultura, em todos e nesse contexto.

Um sobrevivente do sistema prisional, com quem conversei recentemente, falou dos “mergulhos de liberdade” proporcionados por suas leituras na prisão, mas, diferente dos adeptos da falaciosa ressocialização, esse homem descreveu a leitura como um ato político, da autonomia adquirida a partir

⁷⁸ ANDRADE, Carlos Drummond. A flor e a náusea, p. 143-144. In: ANDRADE, Carlos Drummond. **Nova reunião**: 23 livros de poesia. 7. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013. v.1.

⁷⁹ MANDUME. Intérpretes: Emicida *et al.* Compositores: Emicida *et al.* In: SOBRE Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa... Intérprete: Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, Sony Music, 2015. 1 CD (51 min).

⁸⁰ Ver o tópico *Pergunta* desta dissertação.

do conhecimento produzido, da sua formação enquanto meio de resistência a toda violência a que estava submetido.

Assim como Michèle Petit (2009) encontrou uma leitora que ia à biblioteca para existir, acreditamos que existir está para além das necessidades fisiológicas básicas, já que somos seres culturais, já que nossa existência está vinculada à sociedade que atribui a cada um desses cidadãos direitos inalienáveis que são determinantes para o pleno exercício da cidadania.

Já no âmbito das pesquisas, não é que não haja pesquisas sobre a temática, mas o que há – ainda que poucos trabalhos – não está sendo adequadamente organizado, indexado e preservado. Para obter o TCC de Carmen Pinheiro de Carvalho, por exemplo, foi preciso, primeiramente, convencer os funcionários de uma biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de que ela havia estudado na instituição e que, provavelmente, algum trabalho teria sido depositado, porém, quando solicitei o material, fui informada de que não constava no sistema e que, portanto, não existia.

Mesmo com a negativa, persisti nas buscas até encontrar um *link* com os PDFs das publicações da *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG* de 1971 a 1995. Passei a olhar os sumários dessas publicações em busca de algum artigo que Carmen pudesse ter publicado e que fizesse referência a seu TCC. Não encontrei, mas, por sorte, me deparei com um artigo de bibliografia analítica dos TCCs defendidos na UFMG entre 1956 e 1972. Após verificar 40 páginas de referências, finalmente encontrei o que tanto procurava:

IMAGEM 12 – Referência do TCC de Carmen Pinheiro Carvalho

027.6 BIBLIOTECAS ESPECIAIS

CARVALHO, Carmen Pinheiro de. *Bibliotecas em prisões*. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1966. 162 p.

Planos para a organização de uma Biblioteca Correccional e um serviço de Extensão para o atendimento às cadeias do interior do Estado.

Fonte: CALDEIRA; FREITAS, 1973⁸¹.

⁸¹ CALDEIRA, Paulo; FREITAS, Sônia Maria Penido de. Trabalho de Conclusão de Curso. *Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 86-138, mar.

Entrei novamente em contato com a biblioteca, agora com a prova de que precisava. Fui informada de que o acervo havia sido desmembrado e que o documento poderia estar em três lugares diferentes ou que, talvez, a única cópia poderia ter se perdido em um incêndio. Felizmente, após algumas horas, o trabalho foi encontrado, recebi a versão digitalizada do texto completo, mas, infelizmente, o mesmo não ocorreu com trabalhos apresentados em alguns CBBDs, como o de Maria Helena H. Alves, de 1985, que citamos. O TCC de Leandro Trindade⁸², que embasou muitos artigos que levantamos na BRAPCI e que foram discutidos no capítulo 3 desta dissertação, cita, por sua vez, consideravelmente, um outro TCC, de Sandra Lima⁸³, defendido também na Universidade de Brasília (UnB), em 2002, mas que nem o departamento de Ciências da Informação nem a biblioteca da Universidade conseguiram nos fornecer.

Sobre a entrada de pesquisadores em unidades prisionais, ocorre o mesmo, não é que não seja permitida, mas o acesso é bastante limitado, moroso, demorado, muitas vezes extrapolando o tempo disponível para o desenvolvimento de uma pesquisa, conforme mencionado. Meu acesso à Penitenciária Feminina levou mais de um ano e meio e uma simples visita à Penitenciária Metropolitana III, mais de três meses. Além disso, as unidades prisionais, via de regra, estão localizadas em regiões de difícil acesso. Porém, mesmo diante dessas dificuldades, quando o pesquisador passa a ter acesso a uma atmosfera adversa, diferente e sem parâmetros de comparação no extramuros, tem que conviver com regras em todos os pormenores, em suas roupas, falas ou até na cor da caneta que usará, se lhe for permitido fazer

1973. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/33160>. Acesso em: 26 abr. 2022.

⁸² TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais**: conceitos, objetivos e atribuições. 2009. 118 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

⁸³ LIMA, Sandra Pereira Gomes de. **Biblioteca em presídio**. 2002. 39 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

anotações. As ferramentas de controle, na prisão, atingem a todos, pessoas presas, funcionários, familiares, advogados, voluntários e, evidentemente, pesquisadores.

O bibliotecário que lá estiver, seja como voluntário ou pesquisador, terá de se adaptar à atmosfera prisional, aos “procedimentos de segurança”, às normas e regras pormenorizadas que se diferem, consideravelmente, das rotinas e possibilidades de uma biblioteca pública, por exemplo. Mesmo que os acervos guardem certa semelhança, as lógicas de funcionamento de ambas são incompatíveis. A biblioteca pública é, ainda que minimamente, amparada por políticas públicas, portanto, possui verba, funcionários especializados, tem seu lugar reconhecido e ocupa espaço no imaginário social. Seu público a frequenta por iniciativa própria e, por vezes, está vinculado aos circuitos culturais ligados a ela, ao menos os já iniciados.

Já a biblioteca em presídio, como vimos, não está amparada por políticas públicas, não conta com pessoal especializado, seu acervo advém, majoritariamente, de doações, ou seja, a biblioteca em presídio passa a se apresentar como um depósito de itens preteridos, aleatórios, desatualizados ou, possivelmente, irrelevantes para a comunidade à qual se destina, já que, via de regra, não são fruto de uma política de desenvolvimento de coleção (COSTA, 2020), conforme orientações recorrentes da área. Também a classe bibliotecária, ao menos os estudantes, não enxerga a prisão como local de atuação (SANTOS; PRUDENCIO, 2018). O contexto prisional, na pessoa de seus funcionários e gestores, pode incidir de modo determinante para a existência da biblioteca e a extensão de suas atividades, ou seja, o personalismo, a incerteza e a arbitrariedade imperaram. Por fim, o seu público, que corre pelas margens sociais e que necessita, sobretudo, de vinculação cultural e social, não possui autonomia para transitar no universo da biblioteca, estando relegado a uma posição de recebedor de fragmentos culturais, como os proporcionados pela remição de pena por leitura e que não oferecem condições de vinculação e permanência.

Além disso, esse público tem, ainda, divisões entre si que, se não respeitadas, podem, inclusive, comprometer vidas. As relações são de tensão, tanto entre ASPs e pessoas presas, quanto entre os *KGBs* e a massa prisional. Já nas *Venezuelas*, pode haver uma série de divisões outras, entre membros de

coletivos (BIONDI, 2010) diferentes e pessoas neutras, por exemplo. Nesse sentido, como bem destacou Alessandra, as pessoas presas que estão nos raios, mas que transitam para fora dele, são o termômetro prisional e as demandas e impressões que apresentam, muito provavelmente, diferem das demandas e impressões dos públicos das bibliotecas *do fora*.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecei a usar pra esquecer dos problema
 Fugi de casa
 Meu pai chegava bêbado e me batia muito
 Eu queria sair dessa vida
 Meu sonho?
 É estudar, ter uma casa, uma família
 Se eu fosse mágico?
 Não existia droga, nem fome e nem polícia.
 (RACIONAIS MC'S, 2018, p. 112).

Se eu fosse mágica? Não existiria droga, nem fome, nem polícia, nem prisão. Ao longo de quase uma década tentando entender as relações entre Biblioteca e Prisão, esse foi um dos entendimentos alcançados.

Conforme afirma Bitencourt (2017, p. 100), “[...] o sistema penitenciário, apesar de todos os esforços para convertê-lo em instrumento de ressocialização, não pode deixar de cumprir o papel de eficaz instrumento de controle e dominação”. Os meios para alcançar a dita ressocialização produzem, segundo Foucault (2013), o contrário, o delinquente ou um indivíduo ressocializado apenas para parâmetros prisionais (THOMPSON, 1980). Entretanto, “a cadeia é longa mas não é eterna”, como costumam dizer algumas pessoas presas, e os que conseguirem sobreviver à prisão, cedo ou tarde, retornarão ao convívio social.

A adoção de métodos reiteradamente ineficazes para lidar com as questões relacionadas à criminalidade e à punição ou, ainda, posturas que ignoram a existência do dispositivo prisional tampouco contribuem para alcançarmos alguma solução. Angela Davis (2018, p. 16) menciona que

[...] consideramos as prisões algo natural, mas com frequência temos medo de enfrentar as realidades que elas produzem. Afinal, ninguém quer ser preso. Como seria angustiante demais ligar com essa possibilidade de que qualquer pessoa, incluindo nós mesmos, pode se tornar um detento, tendemos a pensar na prisão como algo desconectado de nossa vida.

Porém, a despeito de posturas individuais, a Prisão e todas as questões a ela interligadas seguem marcando a realidade e, apesar dos mecanismos de segurança, transbordam as altas e bem protegidas muralhas. Na verdade, vêm atravessando séculos.

Partindo da formação em Biblioteconomia, nos propusemos a investigar as relações entre Biblioteca e Prisão, que, segundo Silva Neto e Dias Leite (2011), eram instituições com princípios distintos, mas, ao longo de sua história, a Prisão passou a ter como objetivo a reintegração, originando daí a ideia de implantar bibliotecas nos cárceres.

Entretanto, se formos considerar a origem de ambas as instituições ou, ao menos, o que passaram a ser e representar, a partir do século XVIII, é possível observar semelhanças já na origem, no sentido de ambas terem caráter adaptativo e assimilativo. Os enquadramentos, as classificações e toda a produção de informação que passou a ser feita a partir do corpo e da observação do detento foram base, inclusive, para a formação de paradigmas de áreas das ciências humanas, como pedagogia, psicologia e antropologia. Mais do que apenas local de punição, a prisão passou a ser um laboratório de observação, classificação e produção de conhecimento (FOUCAULT, 2013).

Dentro do mesmo paradigma, o da escrita, que demandou a criação de diferentes formas de classificação e produção do conhecimento, despontava a ideia da biblioteca pública, acessível, ainda que só para letrados, mas que para isso, além da classificação do conhecimento, se valeu da criação de catálogos, tecnologia também utilizada para fichar criminosos (FOUCAULT, 2013), convertendo-se em local de coleta, sistematização e produção de informação e, por sua vez, impulsionando diferentes áreas do conhecimento.

Ou seja, as concepções modernas de Biblioteca e Prisão surgiram fazendo uso de semelhantes mecanismos de coleta e produção de informação que promoveram o avanço de diferentes áreas de conhecimento. Não podemos nos esquecer de que, segundo Perrot (2019), Bentham fez da biblioteca seu refúgio e quartel general e, se não fosse pelo trabalho do bibliotecário Étienne Dumont, que “[...] tornou-se um confidente e apoiador e, em seguida editor de suas obras” (PERROT, 2019, p. 130), não teria havido a versão em francês de *O panóptico*.

Foi ao longo de sua história que essas instituições passaram a se diferenciar. Há tempos a Prisão, mais do que uma instituição formativa, se converteu em local de punição, privação e terror (MELOSSI; PAVARINI, 2010). Do mesmo modo, se formos considerar as modalidades de biblioteca propostas por Perrotti (2016) – *Templum*, *Emporium* e *Forum* –, podemos ver que a

biblioteca superou o papel de espaço de preservação, mas não a noção de espaço de difusão cultural. Definida pelo autor como local de consagração e promoção do hegemônico, que toma a apropriação cultural pelo acesso a bens culturais, desconsiderando

[...] as dimensões histórico-culturais que aí intervêm e suas consequências. Desaparecem, em decorrência, as fraturas culturais que marcam a vida social, em especial em sociedades profundamente desiguais como a brasileira e as dificuldades de toda espécie geradas por tal fato. (PERROTTI, 2016, p. 20).

Desse modo, sem dialogar com seu público, em suas concepções e práticas, a Biblioteca segue aprofundando as fraturas culturais e educativas de nossa sociedade, em vez de se instituir como local de vinculação, espaço de diálogo e participação cultural.

Agora, considerando as diferenças e as semelhanças entre Biblioteca e Prisão, e conforme nossos questionamentos iniciais, observamos que, no contexto brasileiro, as bibliotecas em presídios, a despeito de todas as leis, diretrizes e recomendações oficiais, na prática, se instituem a partir de perspectivas de concessão e não de direitos inalienáveis, assim como outros direitos das pessoas presas, que não são integralmente cumpridos, mas parcialmente concedidos. A existência desse dispositivo está relegada a iniciativas voluntaristas e, por isso, personalistas e descontinuadas, não podendo se valer da política pública para lhe dar sustentação, aferir legitimidade e continuidade.

Já o campo de pesquisa e a atuação do bibliotecário repousam sobre a identidade do agente de difusão cultural ou de transformação, desconsiderando, aparentemente, as múltiplas formas de aprisionamento político, econômico, social e cultural, aos quais a população prisional esteve, está e estará privada, já que, via de regra, provêm das margens sociais. A experiência de retirada do convívio social não é experimentada na prisão pela primeira vez, da mesma forma que os direitos só não deixam de ser acessados na prisão. No local de cumprimento de pena, essa condição é apenas explicitada.

Assim, constatamos que as práticas sociais, em torno da biblioteca em presídio, não correspondem às determinações legais que vigoram no país e às diretrizes internacionais das quais o país é signatário. E os direitos que são

negados ou parcialmente concedidos na prisão, longe de representar uma fratura marcada pelos muros da prisão, são, na verdade, um *continuum* da exclusão social por muitos vivenciada ao longo de toda a vida.

É nesse sentido que apenas pleitear a existência de bibliotecas e a atuação de bibliotecários nas prisões não se configura como ações para o pleno exercício de direitos. Se as intenções colocadas sobre a biblioteca em presídio forem a de seguir os mesmos parâmetros de acesso e difusão que norteiam as políticas das bibliotecas *do fora*, a mesma fratura social vigente continuará a ser reproduzida.

É desse modo que almejamos o direito para além da concessão, mas também a participação cultural, para além do recebimento; a autonomia, para além da reprodução; a resistência e a criação cultural, para além da passividade.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução de Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ANNA, Jorge Santa; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/76278>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- ASSOCIATION OF SPECIALIZED GOVERNMENT AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES. **About ASGCLA**. Chicago: American Library Association, [200-?]. Disponível em: [https://www.ala.org/asgcla/about#:~:text=the%202018%20merger.-,The%20Association%20of%20Specialized%20Government%20and%20Cooperative%20Library%20Agencies%20\(ASGCLA,libraries%2C%20specialized%20libraries%20\(%20Library%20agencies](https://www.ala.org/asgcla/about#:~:text=the%202018%20merger.-,The%20Association%20of%20Specialized%20Government%20and%20Cooperative%20Library%20Agencies%20(ASGCLA,libraries%2C%20specialized%20libraries%20(%20Library%20agencies). Acesso em: 11 abr. 2022.
- BARBOSA, Andreza Gonçalves. **Práticas informacionais das apenadas do centro de referência à gestante privada de liberdade em Vespasiano - MG**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-B4YJ7Z>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- BARKER, Ronald Ernest; ESCARPIT, Robert. **A fome de ler**. Tradução de J.J. Veiga. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Educação e Cultura, 1975.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Paulo M. Oliveira. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015.
- BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de julho de 1850. Dá regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro. *In: Collecção das Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, v. 1, parte 2, p. 31-62. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882. Dá novo regulamento para a Casa de Correção da Côrte. *In: Collecção das leis do Império do Brasil de 1882*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. 1, parte 2, p.

50-86. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.647, de 23 de abril de 1900. Dá novo regulamento á Casa de Correção da Capital Federal. *In*: **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1900**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3647-23-abril-1900-517511-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.296, de 13 de outubro de 1910. Approva novo regulamento para a Casa de Correção da Capital Federal. **Diário Oficial**: Rio de Janeiro, p. 8449, 14 out. 1910: Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8296-13-outubro-1910-509424-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. **Diário da Justiça**: Brasília, DF, p. 2, 27 nov. 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1907>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021. Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. **Diário da Justiça**: Brasília, DF: p. 2-5, 10 maio 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994**. Estabelece as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Brasília, DF: CNPCP, 1994. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/1994/resolucao14de11denovembrode1994.pdf/view>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Exposição de motivos nº 213. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Diário do Congresso Nacional**: Brasília, DF, seção 1, suplemento B, p. 17, 1 jul. 1983. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-exposicaodemotivos-149285-pl.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 10.227, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

Diário Oficial da União: Brasília, DF, p. 2, 25 nov. 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, p. 1, 30 jun. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.163, de 09 de setembro de 2015. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, p. 1, 10 set. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

CARVALHO, Carmen Pinheiro de. Bibliotecas correcionais. **Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal** (1972), v. 9, n. 28, p. 41-47, out./mar. 1972.

CARVALHO, Carmen Pinheiro de. **Bibliotecas em prisões**. 1966. 162 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1966.

CARVALHO, Carmen Pinheiro de. Bibliotecas em prisões. *In*: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 5., 1967, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 1967, p. 1-17.

CARVALHO, Carmen Pinheiro de. A biblioteca nos sistemas penitenciários. **Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal** (1963), v. 6, n. 22, p. 28-33, jul./dez. 1969.

CARVALHO, Cristina; CARVALHO, Marcelo Dias. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 136-163, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/60>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CINQUE, Yara Maria da Silva; OLIVEIRA, Caroline Gomes de; GRÁCIO, Maria Claudia Cabrini. Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base scopus (1927-2017). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, nov. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136752>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CINQUE, Yara Maria da Silva; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da

ONU. **Biblios**: Journal of Librarianship and Information Science, Tacna, n. 78, p. 77-87, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/162998>. Acesso em: 10 abr. 2022.

COLARES, Leni Beatriz; LINDEMANN, Catia. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2015/12/pdf_e16dc5a404_0000019397.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. Anexo V. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5., 1967, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: CBB, 1967.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. Resumos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 13., 1985, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo, 1985.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Mandela**: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília, DF: CNJ, 2016. (Tratados Internacionais de Direitos Humanos). Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/403>. Acesso em: 10 abr. 2022.

COSTA, Amabile. **A constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis**: um estudo de caso. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216645>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, Amabile *et al.* Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 874-885, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1256>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, Amabile; PIZARRO, Daniela Câmara; BARROS, Camila Monteiro de. Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 372-387, ago./nov. 2018. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1516>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro de. Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de privação de liberdade. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 427-436, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1602>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro de. Constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 55-70, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/134985>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, Amabile; SALES, Rodrigo de. Biblioteca prisional: um espaço heterotópico. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 15, e02101, fev. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/157017>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro de. Diretrizes para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas prisionais: um estudo na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 702-721, set./dez. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/164971>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)**: dezembro de 2014. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2014. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)**: atualização de junho de 2017. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTk1MWI1MzUtZDFIMS00NmY0LWJkNjctM2YxZThlODI1MTNlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2021a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYWYxYjI3MTktNDZiZi00YjVhLWJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Sobre o Levantamento Nacional**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021b.

Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Escritos da casa morta**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2020.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo. **O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais**. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12669>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo *et al.* 50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 390-405, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1344/1192>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas e sinais**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sistema Penal x Sistema Econômico: resenha da obra punição e estrutura social. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 12, p. 1-11, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/media/posts/arquivos/15/IBCC_RevistaLiberdades_n12_livro.pdf. Acesso em 09 abr. 2022.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Haia: IFLA, UNESCO, 1994. Disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e74611, p. 1-28, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/hk9sxtYY6BCfchXwYm3Q8zB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Guidelines for library services to prisoners**. 3. ed. Haia: IFLA Headquarters, 2005. (IFLA Professional Reports, n. 92). Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/558/1/ifla-professional-reports-nr-92.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. Orientações para serviços de biblioteca para reclusos. Tradução de Maria José Vitorino. 3. ed. Haia: IFLA Headquarters, 2015. (IFLA Professional Reports, n. 92). Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LINDEMANN, Catia. Comissão de Bibliotecas Prisionais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. 1, p. 121-125, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/729/595>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LINDEMANN, Catia. Bibliotecas Prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1485/1235>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MAIA, Clarissa Nunes *et al.* **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1.

MALAGUAS, Josinaldo José Fernandes. **Informação e cidadania na Penitenciária e Presídio do Róger**. 1999. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11660?locale=pt_BR. Acesso em: 11 abr. 2022.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI- XIX)**. Tradução de Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2010.

MENEZES, Adélia Bezerra de. Do poder da palavra. **Remate de Males**, Campinas, v. 7, p. 115-124, 1987. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636330>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. **Informação encarcerada**: o jovem da “geração internet” e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191114>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MOREIRA, Mayrilly Aparecida Araújo; ALMEIDA, Vitória Gomes. Descolonizando a justiça, democratizando a informação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 48-84, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/670>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da razão punitiva**: nascimento da prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. **Biblioteca em presídio**: a informação na casa de recuperação feminina de João Pessoa. 1988. 84 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1988.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. Informação atrás das grades. *In*: Congresso Nacional de Biblioteconomia e Documentação, 1992, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ABB, 1992, p. 33-46.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. v. 1. (Coleção Constituições brasileiras, v. 1). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 11 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras mínimas para o tratamento de reclusos**. Genebra: Organização das Nações Unidas, 1955. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu19-16.html>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 9. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. Tradução de Guacira Lopes Louro. *In*: BENTHAM, Jeremy, **O panóptico**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além do científico-profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 4-31, jul./dez. 2016.

Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314>. Acesso em 11 abr. 2022.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PERROTTI, Edmir. Do direito à cultura letrada: cartas de Maria da Graça Teixeira. **LIVRO**: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição, Cotia-SP, NELE, n. 9-10, 577-574, nov. 2021.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jul. 1989. Tradução de Dora Rocha Flauman. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 11 abr. 2022.

QUINO. **Toda Mafalda**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RACIONAIS MC's. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

RUSCHE. George; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2.ed. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTOS, Léia. **Bibliotecas em presídio e suas especificidades**. São Paulo, 2016. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Curso de Biblioteconomia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Renata Figueiredo dos; PRUDENCIO, Dayanne da Silva. Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO em foco. **CAJUR**: Caderno de Informações Jurídicas, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 201-235, jul./dez. 2018.

Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/109049>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822-1940. 2. ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.

SILVA, Camila Rodrigues *et al.* **População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia.** G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-122, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1060>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Marcos Gomes da. **Informação e a população carcerária**: estudo de usuários de informação na Penitenciária José Maria Alkmim, Ribeirão das Neves - MG. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-7NXJSU>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA NETO, Eptacio Gomes; DIAS LEITE, Francisca Chagas. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e a cidadania. **BIBLOS**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1945>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; LIMA, Ingrid de Souza. Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus - AM. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 667-685, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1687>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 203-219, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de. **Mediação da informação no cárcere**: atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Humanidades, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58019>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; BENTES PINTO, Virgínia. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 31-49, jul./dez. 2018. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39672>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; BENTES PINTO, Virgínia; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da ciência da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 10-32, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/162941>. Acesso em: 11 abr. 2022.

TEIXEIRA, Marcelo Votto; CAMPOS, Joares Pescador Lemes de. O Bibliotecário como membro de projetos de leitura em bibliotecas prisionais no estado de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 546-559, jul./out. 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/1629/pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

THOMPSON. Augusto. **A questão penitenciária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte. A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais do estado de Alagoas: do direito às condições de acesso à informação de usuário apenado. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 1, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1303>. Acesso em: 11 abr. 2022.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva. A leitura e o audiovisual como estímulo para liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 406-417, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1372>. Acesso em: 11 abr. 2022.